

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PRÁXIS E DINÂMICA TERRITORIAL DA LUTA PELA MORADIA
Articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho

Fernanda Keiko Ikuta

PRESIDENTE PRUDENTE
2008

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PRÁXIS E DINÂMICA TERRITORIAL DA LUTA PELA MORADIA
Articulações, contradições e possibilidades no âmbito
do conflito capital x trabalho

FERNANDA KEIKO IKUTA

Orientador: Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, para obtenção do título de Doutora.

PRESIDENTE PRUDENTE
2008

Ikuta, Fernanda Keiko Ikuta.
I28t Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia: articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho / Fernanda Keiko Ikuta. - Presidente Prudente : [s.n], 2008
321 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Antonio Thomaz Júnior
Banca: Ana Clara Torres Ribeiro, Léa Francesconi, Jayro Gonçalves
Melo, Arthur Magon Witaker
Inclui bibliografia

1. Geografia. 2. Geografia urbana. 3. Luta pela moradia. 4. Conflito capital x trabalho. 5. Práxis. I. Ikuta, Fernanda Keiko. II. Thomaz Júnior, Antonio. III. Título. IV. Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.

CDD(18.ed.) 910

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus de Presidente Prudente.

FERNANDA KEIKO IKUTA

PRÁXIS E DINÂMICA TERRITORIAL DA LUTA PELA MORADIA
Articulações, contradições e possibilidades no âmbito
do conflito capital x trabalho

COMISSÃO JULGADORA

Tese para obtenção do grau de doutor

Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior
Presidente da Banca – Orientador
(UNESP/Pres. Prudente)

Prof.^a. Dr.^a. Ana Clara Torres Ribeiro
1º Examinador (UFRJ)

Prof.^a. Dr.^a Léa Francesconi
2º Examinador (USP)

Prof. Dr. Jayro Gonçalves Melo
3º Examinador (UNESP/Pres. Prudente)

Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker
4º Examinador (UNESP/Pres. Prudente)

Presidente Prudente
2008

A Jordi e Marina

AGRADECIMENTOS

Ao Thomaz, amigo e professor sempre pronto a colocar desafios, a estimular, a apoiar e a respeitar.

Aos militantes dos movimentos sociais que se dispuseram com interesse a nos expor sobre suas ações, suas lutas, seus modos de entender e viver o mundo, seus desafios, seus sonhos.

Aos funcionários da Superintendência de Habitação Popular – HABI – e da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB/SP –, ao coordenador entrevistado da Rede Rua, ao arquiteto Pedro Arantes e à professora Ermínia Maricato, pelas entrevistas.

Aos professores Raul Guimarães e Arthur Whitacker, pelas contribuições dadas no exame de qualificação. Ao professor Jayro Gonçalves Melo, pela interlocução aberta a partir de sua disciplina no Programa de Pós-Graduação.

Aos amigos do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

À comunidade universitária da FCT/UNESP.

A todos os amigos queridos que me acompanharam, me ouviram e me apoiaram, em especial: Sérgio dos Santos, Rosângela Azenha, Igor Catalão, Gisa, Carol Marafon, Marcelino, Fer e Patrick. Aos pequenos Ana Carolina, Aloma Sofia e Guilherme, pelos momentos de alegria.

Ao tio Luiz Carneiro, que nunca deixou de apoiar e acreditar. Ao tio Saulo, mais um da família que se rendeu com entusiasmo à Geografia.

À família Kiririan, por me acolher em São Paulo para os trabalhos de campo.

À minha família Ikuta: paizão Mitsuo, mãe Cidinha, irmãs Fran (obrigada pela leitura), Fabrícia e Flá. À *batian* Ayko e ao *ditian* Yoshio. *Y a mi familia* Montenegro: Soco, Vivente y *abuelilla* Tomasa. Vocês fazem parte desta conquista.

Ao Jordi, por tanto amor e presença. À Marina, que me encheu de carinhos, sorrisos, alegrias, fantasias, descobertas, sonhos, cantos e contos. Sem vocês não teríamos esta tese.

Agradeço com carinho e apreço a todos vocês que contribuíram de alguma maneira para que este trabalho fosse possível.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa contou com o financiamento de uma bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

RESUMO¹

A luta pela moradia na metrópole de São Paulo, a partir da perspectiva do conflito capital x trabalho, é o tema da presente tese. As questões que fizeram parte de nossas preocupações foram: apreender quais as conseqüências do neoliberalismo e do atual contexto de domesticação das alternativas e do campo de conflitos para os trabalhadores organizados na luta pela moradia; conhecer quais os atuais mecanismos do capitalismo na elaboração e implementação de políticas públicas e na construção de modelos de planejamento urbano que sirvam para reiterar sua hegemonia; e analisar até que ponto a luta pela moradia hoje poderia representar uma das frentes de oposição ao desenvolvimento desigual do capitalismo. Entendemos a luta pela moradia vista por dentro da luta de classes, como expressão de disputas entre territórios e práxis do capital e do trabalho. Nesse sentido, a práxis foi utilizada como categoria central para examinar a luta pela moradia por um caminho que nos ofereceu a possibilidade de desvelar o mundo fetichizado que envolve essa luta (a práxis que reitera o instituído) e, dialeticamente, as potencialidades de superação dessa ordem via práxis criativa/revolucionária (o instituinte). O nosso percurso se inicia pela situação dos trabalhadores sem teto da metrópole de São Paulo, considerando os processos de precarização/desterritorialização, tanto no trabalho como na vida. Na seqüência, abordamos os mecanismos do capital para efetivar essa constante reiteração do urbano instituído a partir da apresentação das políticas públicas e dos projetos urbanos hoje em pauta. Posteriormente, ao dar “voz” aos movimentos sociais de luta por moradia, pudemos perceber que eles desafiam a excludente lógica mercantil dominante, mas também reconhecer suas limitações, dificuldades e contradições. Para finalizar, analisamos o papel que o Estado assume nos últimos anos a respeito dos problemas urbanos em geral, e da moradia popular em particular, o que nos permitiu compreender ainda mais a complexidade e a assimetria com que o conflito capital x trabalho se apresenta, no âmbito da luta pela moradia, a qual é uma disputa territorial que exige constantes reordenamentos territoriais. O percurso analítico realizado nos leva a concluir que, nos últimos anos, se intensifica uma produção do espaço urbano absolutamente desigual, concentradora e marcada por mecanismos que escamoteiam a ampliação das diferenças de classe e criam um ambiente contra-insurgente, que fragiliza a luta por moradia. Todavia, dialeticamente, no interior dessa mesma luta, permeada de contradições e fissuras, com todas as dificuldades apontadas, estaria sendo forjada a possibilidade de construção de uma práxis que não reafirme o já existente, mas que crie novas possibilidades.

Palavras-chave: Luta pela moradia. Conflito capital x trabalho. Práxis. Dinâmica territorial.

¹ IKUTA, Fernanda Keiko. **Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia:** articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito x trabalho. 321f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

RESUMEN*

La lucha por la vivienda en la metrópoli de São Paulo a partir de la perspectiva del conflicto capital x trabajo es el tema de la presente tesis. Las cuestiones que hicieron parte de nuestras preocupaciones fueron: aprehender cuales son las consecuencias del neoliberalismo y del actual contexto de domesticación de las alternativas y del campo de conflictos para los trabajadores organizados en la lucha por la vivienda; conocer cuales son los actuales mecanismos del capitalismo en la elaboración e implementación de políticas públicas y en la construcción de modelos de planificación urbana que sirvan para reiterar su hegemonía; y analizar hasta que punto la lucha por la vivienda hoy podría representar una de las frentes de oposición al desarrollo desigual del capitalismo. Entendemos la lucha por la vivienda por dentro de la lucha de classes, como expresión de las disputas entre territórios y praxis del capital y del trabalho. En este sentido, la praxis fue utilizada como categoría central para analizar la lucha por la vivienda, siguiendo un camino que nos ofreció la posibilidad de desvelar el mundo fetichizado que envuelve esa lucha (la praxis que reitera lo instituido) y dialécticamente las potencialidades de superación de esta orden vía praxis criativa/revolucionaria (lo instituyente). Nuestra trayectoria se inicia analizando la situación de los trabajadores sin techo de la metrópoli de São Paulo, considerando los procesos de precarización/desterritorialización, tanto en el trabajo como en la vida. En un segundo momento, abordamos los mecanismos del capital para efectivizar esa constante reiteración de lo urbano instituido a partir de la presentación de las políticas públicas y de los proyectos urbanos hoy en discusión. Posteriormente, dando “voz” a los movimientos sociales de luta por la vivienda pudimos percibir que estos desafían la excluyente lógica mercantil dominante, pero también reconocemos sus limitaciones, dificultades y contradicciones. Para finalizar, analizamos el papel que el Estado asume en los últimos años respecto de los problemas urbanos en general, y de la vivienda popular en particular, lo que nos permitió comprender mejor la complejidad y la asimetría con que el conflicto capital x trabalho se presenta en el ámbito de la lucha por la vivienda, que es una disputa territorial que exige constantes reordenamientos territoriales. La trayectoria analítica realizada nos lleva a concluir que en los últimos años se intensifica una producción del espacio urbano absolutamente desigual, concentradora y marcada por mecanismos que ocultan la ampliación de las diferencias de clase y crean un ambiente contra-insurgente que fragiliza la lucha por la vivienda. Sin embargo, dialécticamente, en el interior de esta misma lucha, permeada de contradicciones y fisuras, con todas las dificultades colocadas, estaría siendo forjada la posibilidad de construcción de una praxis que no reafirme lo existente, y sí de una praxis que cree nuevas posibilidades.

Palabras clave: Lucha por la vivienda. Conflicto capital x trabajo. Praxis. Dinámica territorial.

* IKUTA, Fernanda Keiko. **Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia:** articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito x trabalho. 321h. Tesis (Doctorado en Geografía) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SUMÁRIO

	<u>Pág.</u>
APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO.....	29
CAPÍTULO 1. AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DO TRABALHO NA LUTA PELA MORADIA.....	44
1.1. O caracol sem concha: a luta pela moradia dos trabalhadores de São Paulo.....	53
1.2. A precariedade estrutural do trabalho: onde ficou a concha do caracol?.....	67
1.2.1. O trabalho precário no Brasil.....	78
1.2.2. O trabalho precário na metrópole de São Paulo.....	82
1.2.2.1 Força de trabalho x mercado de trabalho: declínio dos empregos industriais e flexibilização.....	85
1.2.2.2 Achatamento dos rendimentos do trabalho.....	90
1.2.2.3 Quem são os desempregados de hoje?.....	93
1.3. As des-territorialidades do proletariado: processo de desterritorialização intenso e de longa data.....	98
CAPÍTULO 2. AS NOVAS TERRITORIALIDADES DO CAPITAL E O SEU PROJETO URBANO.....	106
2.1. A nova ofensiva do capital no espaço urbano: reconfigurações territoriais da hegemonia social urbana.....	108
2.2. Políticas públicas habitacionais.....	115
2.2.1. Políticas municipais.....	116
2.2.2. Políticas nacionais e agências multilaterais.....	122
2.2.3. As agências multilaterais em São Paulo.....	134
2.3. Projetos urbanos em disputa: incorporações ou resistências à dinâmica capitalista?.....	139
2.3.1. “Cidade-Empresa”, “Cidadão-Cliente”: o projeto de modernização neoliberal-globalizadora da cidade.....	139
2.3.2. “Gestão democrática das cidades”.....	154
2.3.3. Nem cidade-global, nem cidade democrática... São Paulo dos últimos anos, uma gestão híbrida reiterando o capital.....	159
CAPÍTULO 3. OS PROJETOS URBANOS DO TRABALHO A PARTIR DA PRÁXIS DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO.....	166
3.1. Os movimentos de luta pela moradia na metrópole de São Paulo: a construção dos seus projetos políticos.....	167
3.1.1. Caracterização dos movimentos de luta pela moradia.....	173
3.1.2. A trajetória dos trabalhadores organizados na luta pela moradia.....	182
3.1.3. O problema e a luta pela moradia sob o ponto de vista dos militantes.....	194
3.2. Práxis e luta pela moradia	229
3.2.1. Fragmentação de classe e práxis reiterativa.....	229

3.2.1.1	Fragmentações internas à luta pela moradia.....	230
3.2.1.2.	Fragmentações (produzidas) externas: a práxis reiterativa do capital gerando a práxis reiterativa dos movimentos de luta pela moradia.....	236
3.2.2.	Contra os territórios do capital... pela construção de uma práxis criativa.....	245
CAPÍTULO 4. O PAPEL DO ESTADO NA LUTA PELA MORADIA.....		252
4.1.	Luta pela moradia e políticas públicas segundo os gestores urbanos.....	253
4.2.	Estado mínimo, democrático ou administrador da exceção?.....	264
4.2.1.	Estado máximo na economia e mínimo na política e no social.....	266
4.2.2.	Estado democrático no capitalismo?.....	276
4.2.2.1.	A participação em uma “era de indeterminação”.....	281
4.2.3.	O “estado de exceção” na “metrópole-orntorrinco”.....	291
CONSIDERAÇÕES FINAIS ENTRE A PRÁXIS REITERATIVA E A PRÁXIS CRIATIVA: A LUTA PELA MORADIA NA CONSTRUÇÃO DO <i>INSTITUTE</i>.....		297
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		307

LISTA DE FIGURAS

	<u>Pág.</u>
FIGURA 1. Carrinhos dos catadores de materiais recicláveis.....	59
FIGURA 2. Cartaz sobre o processo de <i>gentrificação</i> fixado na área comum da Ocupação Prestes Maia (MSTC).....	138
FIGURA 3. Acampamento Carlos Lamarca.....	170
FIGURA 4. Escola Comunitária Carlos Lamarca (MTST).....	171
FIGURA 5. Escola Popular Prestes Maia (MSTC).....	172
FIGURA 6. Biblioteca Prestes Maia (MSTC).....	172
FIGURA 7. Cartaz com fachada do prédio ocupado fixado na área comum da Ocupação Prestes Maia (MSTC).....	247
FIGURA 8. Escola Comunitária Lamarca (MTST).....	249
FIGURA 9. Horta orgânica – Acampamento Carlos Lamarca (MTST).....	250

LISTA DE QUADROS

	<u>Pág.</u>
QUADRO 1. A nova precariedade do trabalho.....	97
QUADRO 2. Implicações das modificações no processo produtivo, no metabolismo social e dos seus processos de des-re-territorializações do capital.....	113
QUADRO 3. Políticas habitacionais por administração (cidade de São Paulo).....	118
QUADRO 4. Programas Urbanos (classificados de acordo com as Secretarias responsáveis).....	124
QUADRO 5. Projetos urbanos do Banco Mundial no Brasil.....	129
QUADRO 6. Projetos urbanos do BID no Brasil.....	131
QUADRO 7. Trajetória das estratégias imobiliárias na Marginal Pinheiros.....	143
QUADRO 8. Lista dos associados da Associação Viva o Centro – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo.....	146
QUADRO 9. Paralelismo entre empresa e cidade.....	152
QUADRO 10. Diferenciação entre o planejamento estratégico de cidades e empresas.....	153
QUADRO 11. Militância e percurso ocupacional dos entrevistados.....	185
QUADRO 12. Atribuições dos parceiros da <i>Aliança pelo Centro Histórico</i>	268

LISTA DE GRÁFICOS

	<u>Pág.</u>
GRÁFICO 1. Evolução da PEA e ocupados. Região Metropolitana de São Paulo 1989-2001.....	85
GRÁFICO 2. Índice do nível de ocupação, segundo posição na ocupação. Região Metropolitana de São Paulo 1989 – 2001.....	88
GRÁFICO 3. Índice do Rendimento Real dos Ocupados.....	91
GRÁFICO 4. Diferença entre os rendimentos dos 10% mais pobres e os 10% mais ricos. Região Metropolitana de São Paulo 1993 – 2004.....	92

LISTA DE TABELAS

		<u>Pág.</u>
TABELA 1.	Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação. Região Metropolitana de São Paulo (1989-2001).....	88
TABELA 2.	Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas privadas ou setor público, segundo formas de construção. Região Metropolitana de São Paulo (1989-2001).....	89

APRESENTAÇÃO

A primeira instigação para estudar a questão da moradia, em Presidente Prudente (interior de São Paulo), surgiu ainda durante a graduação como fruto da leitura de textos do professor Antonio Thomaz Júnior (1991a; 1991b; 1992) e da dissertação de Marilda Maracci (1998). Sob perspectivas diferentes, esses trabalhos descreviam e analisavam a experiência de um movimento de luta pela moradia na cidade, cujo processo conflituoso com o poder público municipal (ocorrido com maior força entre 1989 e 1992) deflagrava um processo de expulsão, periferação e maior precarização das condições de vida de famílias faveladas por meio da “urbanização das favelas”, ou da “regularização” das áreas faveladas com a concessão do Direito Real de Uso¹.

Essa intervenção pública elevou a periferação dessa população, deslocada para áreas localizadas no limite último da malha urbana. As áreas ocupadas originalmente haviam, de certa maneira, absorvido gradativamente, desde a sua ocupação inicial, há trinta anos, um entorno com infra-estrutura e serviços urbanos e, agora com o deslocamento, essas famílias perdem as condições urbanas que tinham anteriormente. A repercussão ideológica que essa intervenção teve por conta da aparente desfavelização da cidade, já que popularmente a favela é a expressão mais explícita do problema da moradia, também não pode ser desconsiderada.

Quando nos deparamos com os textos de Thomaz Júnior e a dissertação de Maracci, o movimento popular de Presidente Prudente já não existia, mas era flagrante que o problema da moradia não estava resolvido, na cidade. Ao contrário disso, além do citado processo de expulsão, periferação e maior precarização sofrido pelas famílias sem teto, a

¹ Presidente Prudente vive um processo inicial de ocupação de áreas desde a década de 1960. Em 1988, eram 66 áreas de favelas, com 736 unidades habitacionais, correspondentes a um total de 3.353 habitantes.

ocupação de outros terrenos vagos continuava acontecendo, embora os dados oficiais tentassem camuflar a existência de favelas, no município. Esse “cenário” se confrontava com o “cenário” que tínhamos na cabeça, quando fizemos nossa primeira pesquisa de iniciação científica, versando sobre os vazios urbanos na cidade²: a monopolização e a especulação fundiária e imobiliária, cuja lógica da apropriação privada e mercantilização do solo como reserva de valor, intensifica a restrição à moradia popular. Nessa pesquisa de iniciação científica, avaliamos o extenso fenômeno dos vazios urbanos, na cidade, onde cerca de 70% dos imóveis transacionados no mercado imobiliário eram terrenos, sendo que os de maior dimensão estavam em áreas concentradas e valorizadas e, por sua vez, casas, apartamentos ou imóveis comerciais eram negociados bem abaixo do índice de comercialização dos terrenos³. É interessante ter em conta o contexto em que essa dinâmica se dá, que é a caracterização de Presidente Prudente em um processo de expansão territorial urbano, o qual incorpora novas áreas a todo o momento, sem que o estoque de terrenos vagos em áreas remanescentes seja ocupado⁴. Combinado à dinâmica apontada, a cidade ainda apresentava um elevado nível de concentração da propriedade privada⁵. Tudo isso sinalizava que essa dinâmica fundiária e imobiliária intensificava a restrição à moradia popular.

Nós nos interessamos, assim, por entender o que acontecia do “outro lado da moeda”: colocamo-nos a investigar (nesse momento, ainda como monografia de bacharelado⁶) a configuração do “quadro” resultante daquela mobilização por moradia, analisada por Thomaz Júnior e Maracci. Perguntávamo-nos quem eram e como se encontravam, então, as famílias após a urbanização e regularização das favelas, e buscávamos entender como aquela dinâmica fundiária e imobiliária influenciava o problema da moradia. Instigava-nos ainda a possibilidade de compreender as especificidades de um problema que demonstrava não ser uma realidade apenas das grandes cidades, ao contrário, a questão da moradia vem se avolumando mesmo nas cidades consideradas médias como, no caso, Presidente Prudente.

² Cf. Ikuta (1997, 1998).

³ Dados apresentados em Ikuta (1998).

⁴ Melazzo (1993).

⁵ Em 1998, um único proprietário detinha sozinho pelo menos 793 terrenos desocupados, que correspondiam a quase 3% da área da cidade. Outro aspecto é que os maiores proprietários de áreas vazias, em Presidente Prudente (com 31,32% do total dos terrenos da cidade), são grupos privados do ramo imobiliário, sendo que os terrenos em posse destes são verdadeiros “latifúndios” urbanos. Os índices de concentração fundiária verificado em 1988 mantém-se na mesma relação com 1998 (IKUTA, 1998), ou seja, “de cada três terrenos vazios em Presidente Prudente, pelo menos um está em poder legal dos grandes especuladores com o solo” (SPOSITO, 1990, p.86).

⁶ Ikuta (2000).

Nessa monografia de bacharelado, outros elementos e processos começaram a se apresentar como fundamentais na composição do quadro que procurávamos entender: a informação de que cerca de 80% dos sem tetos organizados no citado movimento por moradia tinham como atividade ocupacional a construção civil⁷, o que vinha ao encontro do levantamento que fizemos, em trabalho de campo com as famílias remanescentes do referido movimento, o qual demonstrava que a maioria, efetivamente, tinha como atividade ocupacional a construção civil (pedreiros e serventes de pedreiro). O fato de serem estes trabalhadores os que constroem casas e os mesmos que não as têm nos chamou a atenção. Era uma constatação ingênua, sabíamos, mas que merecia destaque; assim, ao invés de inibi-la, a alimentamos com uma indagação: esse entendimento se fazia presente de maneira lúcida para esses moradores (que também eram trabalhadores)? Além do mais, queríamos saber se a moradia e o trabalho apareciam como pauta ou bandeira de luta conjunta em suas organizações; na verdade, antes ainda, teríamos que saber se esses moradores/trabalhadores que anteriormente estiveram organizados em um movimento de moradia mantinham algum tipo de organização.

Começava a aparecer, por conseguinte, a preocupação com um processo fundamental: a separação forçada entre o *trabalhar* – esfera da produção – e o *morar* – esfera da re-produção-, através da despossessão do trabalhador das condições de vida, até o ponto em que ele constrói inúmeras casas, mas permanece sem-teto. Tal preocupação nos remetia ao mundo do trabalho (tratava-se de apreender os processos de alienação e estranhamento que levavam a essa dicotomia entre o momento da produção e o da re-produção; assim como as transformações atuais nas relações de trabalho e suas influências no trabalhador/morador de hoje) e, portanto, nos levava também a ampliar o debate da questão da moradia. Casou-se com esse argumento a compreensão de que tal processo dicotômico acaba não comparecendo com a devida força nos estudos urbanos, em virtude das limitações analíticas que abordam a questão da moradia a partir da unilateralidade (e da interpretação simplificada, como diria Lefebvre) da esfera da re-produção, ou seja, de uma interpretação que parte do ponto de vista apenas do mercado (problema da moradia concebido como consequência da determinação do preço, do déficit habitacional, por exemplo), e não do entendimento de que esse processo é engendrado e afetado pelo metabolismo social do capital e sua lógica fragmentadora. Foram essas questões que conformaram a problemática da dissertação de mestrado.

⁷ Dados levantados do cadastro realizado por ocasião do 1º Encontro do Movimento de Moradia Popular de Presidente Prudente. Para maiores detalhes, ver Thomaz Júnior (1991a; 1991b).

Constatamos, então, que os moradores/trabalhadores remanescentes do movimento de luta pela moradia não estavam organizados. As únicas entidades em vigor que expressavam algumas das demandas relacionadas ao morar, em Presidente Prudente, eram as associações de bairro: a escassez de estudos a respeito era notória. Como a proposta era trazer as preocupações relacionadas ao mundo do trabalho para o debate, optamos por estudar igualmente os sindicatos dos trabalhadores. São essas preocupações que elaboraram o arranjo que nos levou a estudar as associações de bairro e os sindicatos dos trabalhadores, para pensar sobre a fragmentação da práxis social, fundada pela dicotomia entre o momento social da produção e o momento social da re-produção, a partir do problema da moradia.

Com base em tais aspectos, o interesse por contribuir na ampliação da discussão da questão da moradia “para além de quatro paredes”, isto é, entendê-la como um dos componentes do conjunto das condições sociais de existência dos trabalhadores, pensando as condições do morar e as do trabalhar de maneira imbricada, surge com a nossa dissertação de mestrado. Intitulada “A questão da moradia *para além de quatro paredes*: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP”, a dissertação tinha como proposta central estudar as associações de moradores e os sindicatos dos trabalhadores de Presidente Prudente, num exercício teórico-metodológico que imbricasse os momentos sociais da produção e os da re-produção, com base na interlocução entre a questão da moradia e o *mundo do trabalho*.

Partíamos do pressuposto de que a questão da moradia, enquanto âmbito da esfera da re-produção, deve ser examinada de maneira imbricada com a esfera da produção. Estava claro para nós que as definições e análises que entendem a questão da moradia em si e como uma questão conjuntural não davam conta de apreender as transformações territoriais na cidade e a relação que a práxis social estabelece com elas, pois não adentravam no debate sobre as transformações gerais que afetaram a sociedade, em seu conjunto, sob a influência crescente das relações sociais capitalistas.

As questões que estávamos colocando em pauta exigiam um avanço no entendimento da nossa temática e, nesse sentido, a Geografia do Trabalho pôde nos ajudar à medida que nos ofereceu elementos capazes de contribuir para uma análise voltada para a compreensão da totalidade social. Preocupados em realizar uma pesquisa que desse um passo na superação da dicotomia entre o viver e o trabalhar (existente tanto no pensamento – comum em muitos estudos do fenômeno urbano, mas também na luta pela moradia, como na ação – dos movimentos e outras entidades sociais que lutam por moradia), assumimos então o

desafio de tentar apreender a questão da moradia atravessada pelo mundo do trabalho, mas um mundo do trabalho situado para além do chão da fábrica.

A discussão do mundo do trabalho nos introduzia, assim, na compreensão do processo de dominação do capital e dos seus desdobramentos espaciais e territoriais, tanto dentro como fora do trabalho, portanto, nas suas repercussões na questão da moradia. Os rearranjos espaciais e territoriais promovidos pelas mudanças atuais, que fundam uma *nova* divisão social-técnica-territorial do trabalho, podem ser apreendidos através das categorias geográficas: *lugar, paisagem, território e espaço*. O trabalho torna-se então tema para a Geografia (THOMAZ JÚNIOR, 2002, e MOREIRA, 2002). As categorias do *metabolismo* (a *relação homem-meio* e a *relação sociedade-espaço* são formas de metabolismo), do *excedente* e do *primado das esferas econômicas* se agregam como “referências estruturantes gerais do discurso, os conteúdos atuantes por dentro e por meio da paisagem, do território e do espaço geográficos” (MOREIRA, 2002, p. 21). Estávamos interessados em apreender os reflexos de todo esse processo nas entidades estudadas e, como nos apontava Thomaz Júnior, essa ponte era possível:

A cada dia os efeitos desse metabolismo societário do capital fragmentam, complexificam, heterogeneizam o mundo do trabalho redimensionando os sentidos assumidos pela polissemização e promovem profundos rearranjos territoriais. Conseqüentemente, as redefinições locais do domínio espacial mexem profundamente com o universo simbólico e com a subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, refletindo diretamente na crise por que passam os movimentos sociais populares [...] (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 6).

Ao compreendermos que a divisão social e técnica do trabalho dicotomiza o viver/morar e o trabalhar, instigamo-nos para o desafio da imbricação teórico-metodológica das esferas da produção e da reprodução (momentos sociais do ciclo do capital), acreditando que esse caminho nos permitiria dar um passo no sentido da superação da unilateralidade que predomina, tanto na prática como no discurso/análise da questão da moradia.

Debruçando sobre o panorama do morar e do trabalhar, em Presidente Prudente, pudemos perceber que há uma superposição das precariedades no espaço⁸ e que

⁸ Os dados sobre as condições de moradia e urbanidade e de relações de trabalho foram levantados através de trabalho de campo e das seguintes fontes: dados do ano de 2000 do Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); pesquisas de grupos de estudos da UNESP de Presidente Prudente como o Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGET), o Educação Ambiental e o Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (EGIRES) e o Sistema de Informação para a Tomada de Decisão Municipal (SIMESPP); jornais; e outras pesquisas realizadas por pós-graduandos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP.

todo o conjunto das condições de vida, sejam os aspectos diretamente ligados à esfera da produção (condições e relações de trabalho), sejam os ligados à esfera da re-produção (condições de moradia e urbanidade), é engendrado e afetado pelo metabolismo social do capital e sua lógica fragmentadora.

O que a pesquisa estava demonstrando é que a sociabilidade no âmbito do capital precariza profundamente as relações do ser social, tanto fora como dentro do trabalho. “Fora” do trabalho, o ser social vive mal, não tem casa ou mora em condições sub-humanas, não tem acesso à educação, saúde, transporte, lazer, alimentação, saneamento básico de boa qualidade. E “dentro” do trabalho, o capitalismo mundializado contemporâneo estreita e restringe cada vez mais o núcleo de trabalhadores estáveis e com garantias, enquanto se intensifica a massa flutuante de trabalhadores instáveis (os subcontratados, os trabalhadores em tempo parcial, os temporários, os da “economia subterrânea” ou “clandestinos”) e os proletários excluídos do trabalho, jogados por muito tempo ou até mesmo definitivamente fora do mercado de trabalho, vivendo a *desposseção* no limite.

A precariedade atinge o todo do ser social que vive do seu trabalho. E o fundamento disso está na instauração do trabalho assalariado pelo capital e a promoção da desposseção do trabalhador assalariado das condições de vida, discutida por Marx, que nos explica essa separação e alienação do trabalho e seus meios de produção vigentes desde os primórdios da produção capitalista. Essa separação forçada (alienação) entre o trabalhar (momento social da produção) e o viver (momento social da reprodução) oculta o conflito capital x trabalho inerente ao modo de produção capitalista, ofusca as contradições sociais, dificultando que o ser social que vive do seu trabalho consiga perceber com clareza essa separação forçada. Tal dificuldade foi por nós verificada empiricamente: ao analisar os sindicatos de trabalhadores e as associações de moradores, vimos que suas lutas estão completamente fragmentadas pela dicotomia do trabalhar e do viver (no caso, morar). Nesse sentido, a fragmentação da práxis social resultante da sociabilidade do capital que afeta e divide a vida dentro e fora do trabalho ganha enorme relevância, em nossa pesquisa⁹.

Tendo isso em vista, remetemo-nos para a compreensão das metamorfoses hodiernas no processo de acumulação do capital, considerando que elas conformam novas

⁹ Boaventura de Souza Santos (1995, 2000), ao debater a fragmentação nas ciências, abre-nos o horizonte para considerar a fragmentação não apenas na práxis das organizações sociais, mas também no conhecimento – fragmentado em sub-áreas ou disciplinas, que separam, por exemplo, o homem do meio ou a sociedade da natureza, e o momento da produção e o da re-produção.

formas de objetivação e subjetivação, novas representações dos seres sociais, em todas as suas dimensões, dentro e fora do trabalho.

A debilidade e a falta de perspectiva de classe encontrada na prática organizativa, quer dos sindicatos, quer das associações de moradores, vista a partir da nova ofensiva do capital para recuperar sua hegemonia perante a crise estrutural vivida, permitiu-nos perceber que não é apenas a práxis sindical que é afetada pela intensificação da captura da sua subjetividade e incorporação da racionalidade capitalista. As explicações de Giovanni Alves (2000) iam contribuindo para compreendermos que vivenciamos uma crise política da classe. Assim, se o que está em jogo é uma questão de classe, isso não deixa de incluir e abranger os conflitos do âmbito da esfera da reprodução, como a luta por moradia. A subjetividade do ser social como um todo é afetada nesse processo e não apenas sua *parte* trabalhador.

Com base nos apontamentos de Bihr (1998) sobre a *crise da sociabilidade*, fomos entendendo como a subjetividade social é atingida por um processo contraditório e simultâneo, pautado na lógica fragmentadora e ao mesmo tempo homogeneizante do capital, onde se reproduz, uma sociabilidade ou um modo de vida apropriado às imposições do capital. Essa padronização da sociedade exprime a fetichização da mercadoria (ou, ainda, a fetichização societal, isto é, a sociedade de massa que tem como elemento integrador o consumo) e estrutura-se sob condições da normalização e da normatização dos comportamentos e práticas sociais impostos pelo metabolismo do capital.

Ao mesmo tempo, produz-se uma dessocialização que dissolve as relações comunitárias, relaxa o vínculo social e fragmenta as negociações coletivas nesta crescente dificuldade em agregar interesses político-ideológicos (BIHR, 1998). Tal processo homogenizador/fragmentador e suas conseqüências para a práxis social são identificados, por Bihr (1998), como sendo a *crise da sociabilidade*.

É nesse contexto que o ser social que trabalha se auto-concebe, produz, reproduz e se organiza. As entidades que estudamos – as associações de moradores e os sindicatos dos trabalhadores de Presidente Prudente – demonstraram não conseguir, em suas organizações, firmar práticas que vão além do espaço econômico-corporativo. Ao contrário, essas entidades se apresentaram fragmentadas em diversos aspectos: o corporativismo dos sindicatos, o *peleguismo* das associações, o imediatismo de ambas, a incapacidade de se “moverem” por lutas coletivas e mais abrangentes foram características que ficaram muito evidentes.

Os sindicatos dos trabalhadores encontram-se cindidos por meio da fragmentação territorial e corporativa: a subdivisão das categorias profissionais e a divisão das bases territoriais segundo a clivagem político-administrativa de base municipal imposta pelo Estado. A corporificação, através do enquadramento jurídico, reflete-se nas bandeiras de luta dessas entidades, as quais acabam por ser extremamente corporativas e imediatistas.

Nas associações de moradores, impera a idéia de que somente o movimento operário tem condições de lutar contra o capital. As demandas comunitárias, na escala do bairro, são então neutralizadas e naturalizadas, uma vez que isentas da perspectiva de classe, por serem fragmentadas e unilateralmente situadas enquanto demandas pertencentes à esfera da re-produção. As associações têm um projeto político imediatista, eximido de uma perspectiva de classe.

A dificuldade de ampliar a luta *para além de quatro paredes* ou das perspectivas econômico-corporativas, que associações de moradores e sindicatos dos trabalhadores adotam, exprime o êxito da ideologia difundida pela classe dominante. Piqueras Infante (1997), por meio de Lukács, explica-nos que se trata da predominância do imediato na consciência social e, portanto, da “*falsa consciência* sobre as próprias condições de existência”.

A partir desses pressupostos, íamos compreendendo que, apesar da superposição das precariedades das condições de vida dos trabalhadores/moradores, a práxis das entidades de que estes faziam parte estava delineada pela predominância do imediato na consciência social, as demandas sociais se apresentavam fragmentadas em lutas singulares (específicas) e a perspectiva de classe estava ausente, porque a totalidade do ser social está escamoteada. Nesse sentido, mais uma vez se reforçava a necessidade de ultrapassar a unilateralidade da esfera da re-produção enquanto dimensão analítica da questão da moradia, se quiséssemos compreender a complexidade dessa questão. Mas, através da obra *A re-produção das relações de produção*, de Henri Lefebvre, descobrimos que, mais que incluir a esfera da produção no entendimento da questão da moradia, era preciso também fazer uma séria releitura da esfera da re-produção. E era exatamente isso o que Lefebvre estava propondo, em seu texto: revalorizar e repensar a esfera da re-produção onde os processos são muito mais que mera repetição da esfera da produção. Mesmo não tendo esgotado todas as possibilidades que Lefebvre abre, com essa discussão, pois se trata de uma obra que pede revisitações, foi muito importante nossa introdução nessa preocupação fundamental com o revalorizar da esfera da re-produção.

O elemento central que absorvemos da contribuição de Lefebvre foi o repensar a esfera da re-produção como capaz de modificar e não apenas repetir a esfera da produção. Lefebvre propunha considerar que as experiências da esfera da re-produção são capazes de interferir e mudar aspectos da esfera da produção. Para ele, a re-produção das relações de produção (que é conceito e também realidade) indica “um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (1973, p. 6). Sendo assim, não há re-produção das relações sociais sem uma certa produção de relações.

Lefebvre é enfático em diferenciar a re-produção dos *meios de produção*¹⁰ da re-produção das *relações sociais de produção*¹¹ que se trata, noutros termos, da “capacidade do capitalismo para se manter passados os seus momentos críticos” (p.79).

Essa preocupação com a “capacidade do capitalismo para se manter passados os seus momentos críticos”, que o conceito de re-produção das relações sociais levanta, dialoga com nossa atenção para com a *nova ofensiva do capital* como contexto em que a questão da moradia se insere. A *nova ofensiva do capital* é justamente a reorganização do capitalismo para se manter depois de um momento crítico. A relação social capitalista se reproduz não em um processo de pura repetição, re-duplicação, mas sob novas bases. Daí a vida urbana igualmente se modifica e outros elementos devem ser observados, na “arquitetura” das relações urbanas, dos jogos de força e poder que dela fazem parte e que irão implicar o problema e a luta pela moradia.

Os argumentos levantados por Lefebvre nos foram permitindo compreender que, talvez como nunca, a esfera da re-produção (que não é apenas repetição da esfera da produção, e tem potencialidade transformadora) também influencia no mundo do trabalho, modificando-o, transformando-o. E desse modo, na dissertação, exemplificamos como as experiências e representações do cotidiano são transportadas para o trabalho, para a esfera da produção. Fornecemos exemplos em que o capital utiliza as virtudes de comprometimento, confiança, solidariedade, cooperação, criatividade e ajuda mútua, constituídas e vivenciadas no cotidiano, para a subsunção da subjetividade do trabalhador à sua lógica; e, ainda, exemplos de experiências em que dimensões da esfera da re-produção são apropriadas para a

¹⁰ Os *meios* de produção, representados pelas forças produtivas, são os próprios trabalhadores e os seus instrumentos de trabalho (LEFEBVRE, 1973, p. 49).

¹¹ Afirma Bottomore (1988, p. 157): “As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho. A propriedade econômica é diferente da propriedade jurídica, pois está referida ao controle das forças produtivas.”

produção, mas para uma produção que se diz alternativa. Neste último caso, citamos a perspectiva destacada pelos defensores de que a *intelectualidade de massa*¹² possa chegar um dia a ser anti-capitalista, além disso, exemplos de experiências comunitárias que se autodeclaram como construtoras de um projeto alternativo (sómente para citar um dos casos trabalhados: o Assentamento Anita Garibaldi do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST –, que, então, associava a luta pelo trabalho com a luta pela moradia como instrumento de formação política, tendo uma proposta diferente de organização do assentamento, o Rururbano¹³).

Toda a reflexão que Lefebvre nos foi trazendo corroborava que nosso “olhar” para a questão da moradia deveria abranger a discussão da re-produção das relações sociais de produção e não simplesmente a re-produção da força de trabalho, ou dos meios de produção. A crítica de Lefebvre à perspectiva dos estruturalistas sobre os fenômenos urbanos nos elucidou ainda mais seus pressupostos.

Segundo esse estudioso, para a perspectiva do marxismo estruturalista os fenômenos urbanos fazem parte do modo de produção (capitalista). Dentro dele, há então, de um lado, as unidades de produção, que são as empresas, e, do outro lado, os aglomerados urbanos, onde se reproduz a força de trabalho necessária às primeiras. Dessa maneira, o consumo tem, como único sentido e alcance, reproduzir a força de trabalho. A relação entre as unidades define a estrutura do modo de produção, a este nível sobredeterminado pelo todo. Lefebvre argumenta que essa análise estrutural (não dialética) reduz a um esquema muito pobre os fenômenos urbanos:

Acreditar-se-á que se “descobriu” o fenômeno urbano, e isso será uma ilusão do discurso científico. O discurso não evitará o ideológico a não ser que caia na vulgaridade. É evidente que o problema da re-produção das relações de produção é iludido, já que também é reduzido a um componente (de uma força) banal e perpétua, a re-produção da força de trabalho (meios de produção). Não se menciona nenhum dos fenômenos urbanos aparecidos ou desaparecidos há dois séculos, pois trata-se de um pormenor secundário ao

¹² A respeito, cf. Lazzarato e Negri (2001).

¹³ O assentamento rururbano é uma proposta de organização do território com o objetivo de formar uma comunidade de resistência e de luta com uma nova forma de convivência social no urbano. Tem como características:

- 1) Assentamentos localizados entre o perímetro urbano e o rural, de maneira que não se fixem tão distantes dos centros urbanos, para não perder acesso à infra-estrutura da cidade;
- 2) Organização em núcleos dos trabalhadores, distribuídos por setores de trabalho (educação, saúde, cultura etc.);
- 3) Espaço para produção agrícola de subsistência e de hortas medicinais, com o propósito de gerar trabalho;
- 4) Área livre para uso social, com barracões coletivos (farmácia, escola, secretaria, galpão para atividades culturais etc.).

lado do “todo estruturado” no seio do qual nada acontece, visto que está inteiramente presente desde o início. Do encadeamento rigoroso de proposições quase tautológicas, tirar-se-ão conclusões rigorosas e ter-se-á sobrevoado o essencial, iludindo-o. Em particular o fato de a cidade pré-capitalista (histórica), arruinada mas inserida num espaço urbano mais vasto, se tornar precisamente – nessa qualidade – o lugar da re-produção das relações de produção. (LEFEBVRE, 1973, p.75).

Lefebvre conclui, por conseguinte, sua oposição à hipótese estruturalista com a importante idéia de que o sistema não está acabado:

Em conclusão, a hipótese estruturalista identifica apressadamente “modo de produção” e “sistema”; ela apresenta um *sistema capitalista* bem constituído desde a sua formação, com todos os seus órgãos. A hipótese que aqui se opõe a esta construção especulativa será a seguinte: nunca existe um sistema acabado, mas esforço no sentido da sistematização – no sentido da coerência e coesão – a partir das *relações de produção* e das suas *contradições*. Os homens de acção, os homens de Estado, sempre tentaram reduzir estes conflitos, ou pelo menos atenuar-lhes as conseqüências. (LEFEBVRE, 1973, p.75-76, grifos do autor).

Se há um constante esforço no sentido da sistematização (da coesão) do modo de produção capitalista por parte do Estado, é preciso estar atentos para os fatos novos do modo de produção. Nesse sentido, perseguimos os processos de *estranhamento* e *alienação*, que não são imutáveis, e fomos buscar alguns sinais de que eles se “atualizaram” no tempo, contribuindo assim para alimentar a “re-produção das relações sociais, ou noutros termos, [...] a capacidade do capitalismo para se manter passados os seus momentos críticos” (LEFEBVRE, 1973, p.79).

A lógica cada vez mais destrutiva da estrutura societal atual revela que o processo de *estranhamento* atinge o seu ponto mais alto de complexificação (RAINIERI, 2001). Intensifica-se a sedimentação dos obstáculos que impedem que o ser social se realize, em sua totalidade. Assim, ainda que vivenciemos a ampliação do capital enquanto relação social a atingir todas as relações sociais, as de produção e re-produção, a práxis social está fragmentada na medida em que as *representações* produzidas dissimulam as relações concretas.

A questão do controle social comparece então, na discussão, quando confrontamos a práxis dicotômica das entidades estudadas com a estrutura totalizante do capital: ao contrário da práxis e da territorialidade “emparedada” das associações de moradores e da fragmentação territorial e das perspectivas econômico-corporativas dos

sindicatos dos trabalhadores, o *sistema metabólico do capital* tem uma estrutura totalizante. Para o capital, não há barreiras territoriais, nem parcialidade na abrangência das dimensões da realidade (formas de objetivação e subjetivação), e, conseqüentemente, não há, muito menos, fragmentação dos momentos sociais da produção e da re-produção. Todavia, a dicotomização da esfera da produção e da re-produção, a separação artificial entre mundo do trabalho e mundo fora do trabalho, as quais reinam nas *representações* das entidades, distanciam-se e manipulam o vivido – e é isto que garante e mantém o controle social. Ou seja, na dimensão da aparência impera a fragmentação e, com ela, se efetiva a dessintonia entre as reivindicações *das* associações de moradores e as reivindicações *dos* sindicatos dos trabalhadores.

A classe que trabalha está cindida em sua luta corporativa e parcial, enquanto, do outro lado da mesma moeda, está o capital gerindo a partir da totalidade e, assim, intensificando a exploração e a submissão (material e subjetiva) do trabalhador. E como se sintetiza a ordem do dia? As novas territorialidades constituídas na conformação das atuais regras da acumulação do capital expressam, sobretudo, a mudança de um controle social limitado ao mundo fabril para um controle que se espalha por todas as dimensões sociais, isto é, para muito além *do chão da fábrica*.

Nessa perspectiva e, por fim, compreendemos que o momento histórico exige que os trabalhadores construam outra práxis social capaz de superar a fragmentação; que cada vez mais se faz necessário que as lutas de classes se unam, organicamente; que se imponham como *lutas totais*; que estejam atravessadas por todas as lutas contra o controle social metabólico do capital. Com base em Mészáros (2002), compreendemos ainda que, se um dos grandes desafios dos trabalhadores hoje é articular as lutas “fora” do mundo do trabalho com as lutas “dentro” do trabalho, somente tal articulação não garante uma luta *para além do capital*. Sendo assim, concluímos que é preciso articular as lutas visando à superação do capital, e encerramos sintetizando que o desafio que hoje está colocado é pensar o *para além de quatro paredes* e o *para além do chão da fábrica*, fundamentado no *para além do capital*.

A dissertação de mestrado é, portanto, a ponte para a tese. Da dissertação para a tese, o caminho trilhado passou do estudo da luta pela moradia a partir das associações ditas comunitárias e dos sindicatos dos trabalhadores em Presidente Prudente (interior do Estado de São Paulo), para o estudo da luta pela moradia a partir das políticas públicas urbanas e dos movimentos de luta pela moradia da metrópole de São Paulo. Estava claro que

nosso foco seguiria sendo as contradições internas à luta de classes, vista a partir da luta pela moradia.

Como vimos acima, a práxis (entendida, então, como unidade do pensamento e da ação) já comparece na nossa dissertação de mestrado como um aspecto fundamental para refletir sobre a fragmentação existente no pensamento e na ação das associações de moradores e dos sindicatos dos trabalhadores de Presidente Prudente. Assim, a fragmentação, pensada ontologicamente, desde a fragmentação dos momentos sociais da produção e da re-produção, estava expressa na *práxis fetichizada*¹⁴ das entidades comunitárias e sindicais sobre o território. A práxis fetichizada era concebida como o pensamento e a ação limitada pelo instituído, pela ordem posta. Instituído que estava sendo entendido, no caso, como a atualização do processo de alienação e estranhamento, da intensificação da dicotomia entre produção e re-produção, ou seja, os imperativos da lógica do capital. As entidades estudadas não conseguiam romper com o instituído, porque não pensavam nem atuavam a partir da totalidade, mas a partir da fragmentação, que as debilitava exacerbadamente. Contudo, ao mesmo tempo, pudemos perceber em outras experiências, ligadas ou não à questão da moradia, a possibilidade real de superação do instituído. E como desafio para as associações de bairro e os sindicatos estudados, debatemos a potencialidade da unificação orgânica das lutas sociais.

Agora, na tese, fundamentados na obra *Filosofía de la praxis* de Adolfo Sánchez Vázquez, e em *História e práxis* (do imediato ao concreto), de Jayro Gonçalves Melo, buscamos nos aprofundar na apreensão das potencialidades para a superação do instituído como matérias-primas que podem ser encontradas no interior da própria práxis social, ainda que esta se apresente, no atual momento, em sua forma fetichizada, ou reiterativa, como prefere Sánchez Vázquez (2003).

Em termos de recortes, na dissertação de mestrado, debatemos a questão da moradia (em Presidente Prudente, que era a nossa escala urbana mais conhecida), com base nas associações de bairro, já que não existia, no momento, nenhum movimento social ativo; e dos sindicatos dos trabalhadores, que eram o nosso “chão” para o debate do mundo do trabalho, na ocasião, uma vez que ainda estávamos nos introduzindo a ele. Agora, com a tese, a proposta é aprofundar as questões levantadas no mestrado, mas nos debruçando diretamente sobre a luta pela moradia desenvolvida por movimentos sociais, cujas mobilizações se

¹⁴ Sobre a práxis em seu aspecto fetichizado, ver Karel Kosik (1976).

apresentam em plena efervescência, e sobre as políticas públicas urbanas, desde a década de 1990 até os dias atuais.

Assim sendo, a proposta que ora apresentamos permitirá nos colocarmos diante da tentativa de compreender a luta pela moradia como fruto de processos territoriais que estão redefinindo o urbano e suas relações de poder e, portanto, para além da “leitura” desse fenômeno urbano como: um aspecto apenas conjuntural, apreendido em meio às mutações sociais consideradas somente como um processo puramente técnico¹⁵; ocorrido num espaço urbano considerado somente como palco da re-produção da força-de-trabalho; uma simples questão de acesso, ou não, aos bens de consumo urbano, de exclusão e/ou inclusão no mercado habitacional e no mercado de trabalho.

¹⁵ As inovações tecnológicas ou a revolução informacional são os aspectos reveladores quando se faz este tipo de abordagem.

INTRODUÇÃO

David Harvey (2006) e Francisco de Oliveira (2007b) afirmam que vivenciamos no capitalismo atual um contexto de domesticação das alternativas e do campo de conflitos. Esse contexto de indeterminação, apontado por Oliveira (2007b, p. 38), expõe que as linhas entre classe e representação, interesses e representação não estão claras: “as relações são difusas e indeterminadas”. Sofrendo as conseqüências e repercussões da década, iniciada em 1990, de “*desertificação neoliberal*”, que se configurou como uma “*época de informalização*” e “*devastação social*”, no Brasil (ANTUNES, 2005a), há hoje uma incerteza, uma dificuldade de identificação, pairando no ar, ou, nas palavras de Oliveira (OLIVEIRA, 2007b, p. 24), “uma densa opacidade, uma neblina, um nevoeiro” que “desmancha a classe” (SILVA, 2007). Por essa perspectiva, que compartilhamos, a luta pela moradia hoje, assim como outras lutas sociais, ocorre num momento que amarga as repercussões do neoliberalismo, em nosso país, e que depois desse período de “desmanche¹”, vem se configurando como uma “era da indeterminação” (OLIVEIRA; RIZEK, 2007).

Por isso, nós nos perguntamos como esse contexto é percebido na luta pela moradia. Essas grandes tendências parecem demarcar a práxis existente na luta pela moradia, uma vez que a nova agenda destrutiva do capitalismo também se reflete e produz uma nova agenda urbana. Todavia, a materialização dessas tendências confere à luta pela moradia particularidades espaciais e territoriais que não permitem um transplantar retilíneo de uma ou outra tendência. Ao contrário, as saídas políticas, tanto do lado das políticas públicas urbanas quanto do lado dos movimentos sociais, são heterodoxas, híbridas – mas, é bom lembrar que elas não saem do âmbito do capital. E justamente por não escaparem desse domínio do capital, o iníquo desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo vai sendo reiterado, também em sua vertente urbana. Assim, a análise da luta pela moradia precisa incorporar elementos analíticos que dêem conta dessa nova e complexa dinâmica.

¹ A expressão *desmanche neoliberal* é de Roberto Schwarz.

Nos últimos anos, a lógica gestonária do empreendedorismo social tem conformado o ambiente ideológico que, conseqüentemente, influencia o cotidiano e as lutas sociais. Essa lógica foi disseminada pela política neoliberal fragmentadora e contra-insurgente, numa práxis que reitera a ordem do capital. O empreendedorismo social está presente nas políticas urbanas atuais que, amparadas na criação de mitos e imagens legitimadoras do individualismo, da competitividade e da impossibilidade, colaboram para a fragmentação na práxis desses movimentos e intensifica o imediatismo das lutas.

Apesar da hegemonia dessa lógica gestonária do empreendedorismo social, segundo Ana Esther Ceceña (2006) e Adolfo Sánchez Vázquez (2003), das próprias fissuras dos mecanismos de dominação do capital nascem práxis criativas/revolucionárias que podem reconstruir sociabilidades e inventar novas politicidades. O próprio Harvey salienta que as condições de um desenvolvimento geográfico e histórico desigual impõem dificuldades, mas oferecem igualmente oportunidades para a organização e a ação políticas (HARVEY, 2002, p. 4).

Aí está a pertinência de nos colocarmos a pensar a práxis existente na luta pela moradia, hoje. A práxis, segundo Sánchez Vázquez (2003), é pensamento e ação, subjetiva e coletiva, revela conhecimentos teóricos e práticos – supera unilateralidades. A práxis é também aqui entendida como uma categoria que oferece a possibilidade de pensar o instituído (a ordem dada) e o *instituinte* (o porvir), na luta pela moradia, pois a práxis se apresenta em diversas formas específicas e há graus de participação (indivíduo, grupo, sociedade), na práxis total (atividade pela qual o homem se produz e se cria a si mesmo). “Mas, ainda que a práxis total seja criadora, ou seja, humanizante, em suas formas ou níveis específicos pode oscilar [...] entre uma práxis propriamente criadora, e uma atividade reiterativa, mecânica” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 475, tradução nossa). Nessa perspectiva, assumimos a perspectiva de Melo (2004), que dispõe o conceito de alienação no centro da teoria da práxis e elucida sua dimensão ontológica e gnosiológica. Em suas palavras:

[...] Livre do idealismo hegeliano, a teoria da práxis só é compreensível a partir do conceito de alienação. Nesta medida, ela ilumina tanto a dimensão ontológica quanto a dimensão gnosiológica da relação sujeito-objeto. A dimensão ontológica é aquela da ação em função da liberdade, da crítica constante ao instituído, da luta contínua pela conquista da plena humanidade do homem, da luta pela superação da alienação do trabalho. A dimensão gnosiológica é a adequação do saber à ação libertadora, é a sintonia entre o desvelamento do mundo imediato e a perspectiva da plena liberdade do homem. (MELO, 2004, p. 11).

Colocar-nos num caminho que contribui para desvelar o processo de alienação do trabalho e pensar as possibilidades para sua superação é elementar, quando nos propomos entender a luta pela moradia pela perspectiva do conflito capital x trabalho, compreendendo que o processo de alienação é responsável por questões estruturais da subjetividade dos trabalhadores. A alienação é, ainda, ponto de partida e questão estrutural para a práxis de Sánchez Vázquez, como podemos observar na citação a seguir:

A idéia de Marx sobre o homem como ser prático, criador – ainda que alienado na sociedade capitalista – junto com a idéia do trabalho alienado como negação de sua atividade prática, criadora, me conduziram á idéia do homem como ser da práxis e à interpretação do marxismo como filosofia da práxis. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 522, tradução nossa).

Todo o descrito anteriormente sobre a práxis também significa que, com base nela, capacitamos nosso debate sobre a luta pela moradia para realizar o percurso, como aponta Melo, no título de seu estudo, que nos conduz do imediato ao concreto ou, como diria Sánchez Vázquez, da práxis reiterativa à práxis criativa.

“[...] [o] mundo a ser destruído é o mundo da práxis fetichizada, da ‘práxis utilitária imediata’ (KOSIK, 1989, p. 10). Práxis que não transcende o mundo idealizado das coisas prontas e acabadas é práxis, mas no interior do instituído” (MELO, 2004, p. 14). Sánchez Vázquez (2003, p. 329-330) denomina esse nível (inferior) de práxis de práxis reiterativa e nos descreve as características distintivas entre ela e a práxis criativa:

[Na práxis reiterativa] se rompe, em primeiro lugar, a unidade do processo prático. O projeto, fim ou plano pré-existe de um modo acabado à sua realização. O subjetivo se dá como uma espécie de modelo ideal platônico que se plasma ou realiza, dando lugar a uma cópia ou duplicação sua. Como na metafísica platônica, aqui também o determinante é o modelo; o real só justifica seu direito a existir por sua adequação ao ideal. Sua inadequação provoca uma perda para o real. Enquanto na práxis criativa, o produto exige não só uma modificação da matéria, mas também do ideal (projeto ou fim), aqui [práxis reiterativa] o ideal permanece imutável como um produto acabado já de antemão que não deve ser afetado pelas vicissitudes do processo prático. Na práxis criativa, não somente a matéria se ajusta ao fim do projeto que se quer implementar nela, se não que o ideal tem que se ajustar também às exigências da matéria, e às mudanças imprevistas que surgem no processo prático. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 329-330, tradução nossa).

Melo igualmente nos ajuda a entender a práxis total:

Como a práxis tem um sentido criador, de atividade criadora, em última instância ela é revolucionária. Dizemos última instância porque ela é revolucionária na medida em que se realiza pela destruição do mundo imediato, idealizado, pseudoconcreto [...] o mundo da práxis fetichizada. (MELO, 2004, p. 14).

Por conseguinte, diante do contexto histórico-geográfico de reiteração da ordem do capital e das possibilidades criativas/revolucionárias que suas contradições oferecem, cabe perguntar como os movimentos de moradia popular estão enfrentando essa lógica do empreendedorismo social que intensifica o imediatismo das lutas. Quais as possibilidades da luta pela moradia de representar, hoje, uma das frentes de oposição ao iníquo desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo?

Essas questões que nos chamam a pensar o instituído e o *instituinte*, na luta pela moradia, são levantadas porque a categoria filosófica *práxis* entra no debate da luta pela moradia aqui proposto como uma possibilidade de leitura dessa problemática.

Em primeiro lugar, concebemos a luta pela moradia a partir do conflito capital x trabalho: a luta pela moradia compõe a luta de classes e expressa, assim, territórios e práxis em disputa. De um lado, está a lógica de produção e valorização capitalista do espaço urbano, com suas políticas segregadoras e seus mitos e imagens legitimadoras; e, do outro lado, estão as demandas e as ações dos movimentos de moradia que, ao ocuparem, ao denunciarem, ao pressionarem o poder, expressam sua recusa e proposta de transformação dessa lógica excludente. Nesse sentido, preocupamo-nos em apreender a práxis dos movimentos de moradia e do capital e do Estado, levando em conta o contexto das transformações atuais, na configuração do capitalismo e no mundo do trabalho, com os novos mecanismos que o capital tem desenvolvido para expandir a sua sociabilidade para além da esfera da produção, e os efeitos da onda neoliberal e da “era da indeterminação”, na esfera da re-produção.

Da mesma maneira, como argumentamos acima, a práxis também comparece aqui como categoria filosófica que nos irá ajudar a entender a luta pela moradia hoje, analisando o instituído, a *práxis reiterativa* (os limites e as contradições dos movimentos sociais e as políticas públicas comprometidas com a produção e a valorização capitalista do espaço urbano reiteram a ordem urbana instituída, possibilitando a re-territorialização do capital), sem perder de vista a possibilidade da produção do *instituinte*, do

vir a ser, da *práxis criativa/revolucionária* (a re-imaginação do urbano² conjugada a ações que neguem o urbano instituído, por exemplo, por meio de uma *práxis* dos movimentos de moradia que se aproprie de frações do território do capital). Isto é, a *práxis* permite pensar a possibilidade de alteração ou destruição de uma ordem dada (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003), no caso, em última instância, o iníquo desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo, a cidade/sociedade do capital.

Se, segundo Sánchez Vázquez (2003), a *práxis* é unidade da teoria e da prática, do subjetivo e do objetivo, e do ideal e do real, ter essas unidades como pressuposto analítico contribui na formação de um olhar para a luta pela moradia que tenha em vista sua unicidade/totalidade: a moradia tomada no conjunto das condições de vida dos moradores/trabalhadores, compreendendo a necessidade de se superar a dicotomia entre os momentos sociais da produção e da re-produção, a dicotomia que separa o caracol de sua concha (trabalhar x viver/morar); o pensamento, as intenções, os ideais dos movimentos e das políticas públicas conjugadas às ações, assim como a análise (teoria) conjugada com a ação (prática) – “não só interpretar, mas transformar”; as imagens, os mitos, as linguagens (subjetividade) consideradas tanto quanto a materialização (objetividade).

A *práxis* cumpre aqui, pois, um papel como conhecimento da realidade, como crítica ao capitalismo e como projeto de emancipação. A *práxis* como categoria filosófica marxista leva ao conhecimento da estrutura econômico-social capitalista (o tratamento das políticas públicas e do papel do Estado, no âmbito da luta pela moradia, será abordado na perspectiva de análise dessa estrutura), pela qual se revela a situação do proletariado (aqui, pela análise dos trabalhadores organizados nos movimentos de moradia) e, por sua vez, se “descobre a necessidade histórica e a possibilidade objetiva de uma *práxis* revolucionária que tem como fim a criação de uma nova sociedade” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 359-360, tradução nossa).

Com base nesses pressupostos, propomos, então, nos debruçarmos, de um lado, sobre as políticas públicas que expressam a *práxis* do capital e do Estado, na luta pela moradia, e, do outro, sobre a *práxis* dos trabalhadores organizados nos movimentos de moradia, na metrópole de São Paulo, para apreender as particularidades do conflito capital x trabalho, nesse contexto histórico-geográfico de reiteração da ordem do capital e das possibilidades criativas/revolucionárias que suas contradições oferecem, pensadas pelo viés da *práxis* vigente na luta pela moradia.

² David Harvey (2002, 2006) nos faz um convite a re-imaginar outros mundos urbanos possíveis.

Há, na atualidade, muitas pesquisas que nos apresentam um imenso arsenal de informações sobre os problemas da metrópole de São Paulo, como as características e a distribuição da pobreza, as situações de vulnerabilidade e exclusão territorial etc., além de dados sobre a dinâmica do emprego e as mudanças nas relações de trabalho etc. Nossa pesquisa não se soma a essas, acrescentando mais indicadores, porém busca mergulhar na compreensão das dinâmicas, dos processos e das práticas territoriais que permeiam a luta pela moradia travada pelos trabalhadores sem teto, na metrópole de São Paulo. Nosso empenho é reativar alguns desses indicadores, fatos históricos e espaciais, para, como temos apontado, decifrar a trama espacial da luta de classes, a partir da luta pela moradia, na metrópole de São Paulo. Estamos articulando relações de trabalho e moradia com as suas reconfigurações territoriais e com as reconfigurações de suas práxis sociais, para discorrer sobre as mudanças recentes e toda a alteração de tempos e espaços que redefine a práxis social e seus circuitos espaciais e territoriais.

Assim, a realidade da luta pela moradia no contexto do universo do conflito capital x trabalho³ é o foco central da nossa pesquisa. Nosso objetivo maior é verificar como a classe trabalhadora, em sua ação cotidiana e por meio dos movimentos de luta pela moradia, vem respondendo às mudanças implementadas pelo capital, que expande sua lógica para todas as dimensões da vida. Analisamos tanto as atuais políticas públicas e projetos urbanos em pauta, como suas implicações para o movimento de moradia, sem deixar de ter como parâmetro o significado desse movimento pontual, na organização dos trabalhadores enquanto classe.

Nossa lupa investigativa se deteve, mais que em recortes territoriais fixos, nos processos de luta pela moradia, ocorridos na metrópole de São Paulo, nos últimos anos, ou seja, é o recorte temático que aqui se impõe. Assim, ao buscar desvelar esses processos de luta, vimo-nos obrigados a transcorrer por diferentes recortes territoriais. Nossa referência para a análise das políticas urbanas são os governos do município de São Paulo (até mesmo porque essa é a escala de análise da maioria dos estudos sobre as políticas públicas a respeito de São Paulo) e, nesse sentido, nosso recorte temporal está focado, sobretudo, desde a gestão de Marta Suplicy (2001-2004). No entanto, as políticas municipais se repercutem nos processos de luta pela moradia em toda a metrópole de São Paulo. Como veremos, há movimentos sociais reivindicando não apenas o Centro como as periferias e o entorno

³ Como verificaremos, no decorrer da tese, é importante observar a ampliação da noção de trabalho, hoje, a sua nova morfologia, o caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho, nos dias atuais.

metropolitano, o que justifica que nosso olhar se estenda por toda a metrópole, ao abordar tais processos de luta, em particular os conflitos que os movimentos de moradia imprimem por todo esse território. Contudo, cabe explicar, ainda, que talvez a maior parte dos processos de luta pela moradia por nós trabalhados acabe por se deter no Centro de São Paulo, pelo simples fato de que a atual gestão de Serra/Kassab (2005-) tem o Centro como um dos grandes alvos da sua administração, o que faz as disputas nesse território estarem em plena efervescência. Que claro fique, que também nesse aspecto as repercussões no entorno metropolitano ocorrem e são aqui levadas em conta.

O desvelar dos processos de luta pela moradia nos exige ainda levar sempre em conta os condicionantes do contexto econômico, político e social, nacional e internacional, que são as escalas maiores de elaboração da agenda e das políticas públicas. Aqui, o enfoque está nas mudanças ocorridas desde os anos 1990.

Voltando a São Paulo, os movimentos de luta pela moradia estudados são: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento de Moradia do Centro (MMC) e o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC). Para que a riqueza de variações ideológicas presente na luta pela moradia em São Paulo hoje fosse minimamente contemplada, trabalhamos também a Associação Rede Rua e o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD/SP). A Rede Rua é uma organização sem fins lucrativos, que atua na área da comunicação alternativa, educacional e da promoção social para a *população em situação de rua* de São Paulo; e o MTD traz o debate do trabalho de maneira direta e central, ajudando-nos a explicitar a articulação da situação dos trabalhadores (empregados, desempregados, parciais, temporários etc.) e do problema da moradia, em São Paulo.

Quanto às políticas públicas, não nos restringimos às políticas habitacionais, porque estas são vistas dentro do contexto mais amplo das políticas urbanas, já que a nossa perspectiva para debater a luta pela moradia é a do conflito capital x trabalho e não a da moradia em si. Isto é, quando pensamos a luta pela moradia, nós a pensamos no âmbito da luta de classes, o que extrapola a questão habitacional e se encaminha para um campo de forças maior, de relações e processos mais complexos que se dão no meio urbano, onde poderemos apreender como os trabalhadores sem teto, organizados nos movimentos de moradia, estão enfrentando o empreendimento societal do capital implantado via políticas públicas. Outro componente desse campo de forças são as agências multilaterais que têm uma atuação fundamental na definição das políticas públicas. Abordamos, pois, tanto as políticas

municipais, como as nacionais e as influências das políticas internacionais, na metrópole de São Paulo.

É preciso deixar bastante claro que não foi nosso intento fazer um inventário, traçar uma tipologia das políticas públicas e dos movimentos de luta pela moradia, em São Paulo, ou oferecer um quadro exaustivo dos problemas urbanos atuais. O que está no horizonte desta pesquisa são os novos mecanismos que compõem a práxis social hoje e que são reveladores de uma sociedade em transformação, a qual reconfigura a vida do trabalhador. Assim, colocamo-nos a examinar esses mecanismos que redefinem espaços, lugares, paisagens e territórios do trabalhador/morador na metrópole do capital.

Na verdade, diante da amplidão das categorias geográficas, enfocamos o território e as territorialidades (do trabalho e do capital) e o seu movimento, as reconfigurações, o processo dialético e concomitante de des-re-territorialização do trabalho e do capital, na luta pela moradia. Esse recorte, que privilegia as questões territoriais em detrimento das demais categorias geográficas, se justifica porque o território e suas variantes são as que mais se aproximam das preocupações (bastante centradas nas questões políticas, nas relações de poder) que nos movem. Expliquemos:

Analisamos as reconfigurações territoriais considerando que “o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder” (GONÇALVES, 2003, p. 3). Por isso, estamos entendendo que as redefinições da/na cidade/sociedade de São Paulo só ocorrem por meio de rearranjos ou reconfigurações nos campos de força ou nas relações de poder, o que realinha a luta de classes (conflito capital x trabalho), desfazendo territorialidades e, concomitantemente, criando novas territorialidades.

Compreender o território e as re-configurações territoriais é tentar apreender:

Não contextos ou circunstâncias de localização, mas algo que é constitutivo de situações que traçam o seu próprio território feito de práticas, circuitos de deslocamentos, zonas de contigüidade e conexões com outros pontos de referência que conformam o social nas suas fronteiras e limiães, bloqueios e possibilidades. Territórios: não se trata de um objeto do qual poderíamos fazer o inventário das características, variáveis e determinações. Não se confunde com o perímetro espacial dos locais de moradia, tampouco se reduz às “comunidades” de referência. É, sobretudo, um plano de referência que permite colocar a cidade em perspectiva. (TELLES; CABANES, 2006a, p. 16).

Nesse sentido, as atuais transformações no capitalismo contemporâneo, a reestruturação produtiva e sua nova lógica flexível, a financeirização da economia reconfiguram o urbano e produzem novas territorialidades, porque toda a dinâmica social (capitais, bens, mercadorias, serviços e força de trabalho – empregada, desempregada ou excluída do mercado de trabalho) se rearticula territorialmente. Ou seja, esse processo de des-re-territorialização que reconfigura os territórios implica mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais e espaciais para a classe trabalhadora.

Outro aspecto relevante em nossa delimitação investigativa é: ao invés de dar ênfase aos “movimentos acelerados de desterritorialização do capital” (TELLES, 2006b, p. 178) – quer dizer, a intensidade com que os fluxos de capitais ocorrem sem um lastro territorial e todas as suas implicações, em uma relação direta e restrita da desterritorialização com a globalização econômica –, centrando a análise somente nos “pedaços globalizados” da cidade, priorizamos seus movimentos concomitantes de reterritorialização ou de criação de novas territorialidades. Nós os priorizamos, porque são esses novos nexos territoriais que garantem que o capital mantenha sua hegemonia econômica e política, hoje em dia, isto é, a reterritorialização do capital é a reorganização de seu sistema ideológico e político de dominação. Haesbaert desmistifica vários discursos de desterritorialização, entre os quais os que defendem a concepção genérica de desterritorialização como globalização econômica:

[...] mesmo com toda sua vocação global [...] o capitalismo não alimenta apenas uma dinâmica desterritorializadora. [...] ao criar a nova “interdependência” e ao conectar econômica e culturalmente, as regiões mais longínquas, está-se estruturando uma nova organização territorial, uma espécie de ‘território-mundo’ globalmente articulado. (HAESBAERT, 2004, p. 177).

Certamente é preciso observar que não há desterritorialização que não crie uma reterritorialização concomitante: novas relações, articulações, conexões e conflitos ocorrem, reorganizando o território, seja em circuitos locais, seja regionais, nacionais e/ou internacionais. Como nos esclarece o geógrafo Rogério Haesbaert, estamos tratando de um processo dialético de constante e concomitante destruição e reconstrução de territórios. Ou seja, um processo de des-re-territorialização. Essa “leitura” geográfica contribui para apreendermos a “construção/destruição/reconstrução cotidiana dos significados e sentidos territoriais” (THOMAZ JÚNIOR, 2006b, p.141) que envolvem a dinâmica geográfica da luta

pela moradia. Colocamo-nos a desvelar os movimentos territoriais das transformações urbanas atuais (focalizadas no contexto das transformações na sociedade do capital) e os movimentos dos trabalhadores organizados na luta pela moradia, porque isso significa admitir que o “movimento contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização é a expressão concreta das formas geográficas que revelam o conteúdo do fenômeno do trabalho, ou mais propriamente, o conteúdo da luta de classes nos lugares” (THOMAZ JÚNIOR, 2006b, p.135).

Posto isso, em termos metodológicos, o desenvolvimento do nosso tema de pesquisa deu-se mediante: pesquisa bibliográfica, pela qual estabelecemos um diálogo com outras áreas científicas que desenvolvem um trabalho expressivo nessa temática; pesquisa em materiais institucionais; diálogos com os pesquisadores do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e outros interlocutores que tivemos, por meio da nossa participação nos eventos científicos nacionais e internacionais; e trabalho de campo, com visitas às áreas de interesse, participação de atividades desenvolvidas pelas entidades e realização de várias entrevistas com atores-chave da luta pela moradia: militantes dos movimentos sociais, coordenadores de centrais de movimentos sociais, gestores públicos, um assessor técnico para movimentos populares e para administrações públicas e uma organização não-governamental.

O trabalho de campo pode ser assim sintetizado:

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST:

- Visita ao assentamento Anita Garibaldi (Guarulhos/SP) e conversa com coordenação e moradores;
- Entrevista com um dos coordenadores gerais do Movimento;
- Participação em reuniões do MTST: 1) Reunião geral dos coordenadores da região de Taboão da Serra; 2) Reunião de um dos núcleos do Movimento (Campo Limpo);
- Entrevista com ex-moradores do acampamento “Chico Mendes” (Taboão da Serra/SP);
- Entrevista com um dos coordenadores do acampamento “Carlos Lamarca” (Osasco/SP);
- Visita ao acampamento “Carlos Lamarca” (Osasco/SP) e entrevistas com moradores.

Movimento Sem-Teto do Centro – MSTC

- Visita à ocupação “Prestes Maia” (prédio ocupado no Centro de São Paulo) e entrevistas com moradores;
- Entrevista com coordenadoras da ocupação “Prestes Maia”;
- Entrevista com coordenadora geral do MSTC.

Movimento de Moradia do Centro – MMC

- Entrevista com o coordenador geral do MMC (São Paulo).

Frente de Luta pela Moradia

- Entrevista com membro da Frente (sede no centro de São Paulo).

Fábrica Ocupada Flaskô Industrial de Embalagens Ltda (Sumaré/SP)

- Participação em reunião dos trabalhadores sobre a organização de uma ocupação em área pertencente à fábrica, para fins de moradia.

USINA – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (grupo multidisciplinar de assessoria técnica a movimentos populares e a administrações públicas)

- Entrevista com o arquiteto Pedro Fiori Arantes.

Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB/SP

- Entrevista com arquiteta e gerente de obras dos mutirões;
- Entrevista com assistente social da Superintendência Social;
- Entrevista com analista social da Superintendência Social.

Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD de São Paulo

- Entrevista com a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD de São Paulo.

Movimento de Moradia do Centro – MMC

- Participação em Assembléia (São Paulo);
- Entrevista com coordenação do Movimento.

Fórum Centro Vivo (articulação coletiva composta por movimentos sociais; pastorais e organizações de base; universidades, diretórios acadêmicos e grêmios estudantis; organizações não-governamentais, entidades de defesa dos direitos humanos, de educação e cultura; coletivos de arte e grupos de teatro; e coletivos de mídia independente).

- Entrevista com membro integrante do Fórum.

Reunião de articulação dos movimentos do Centro

- Reunião de articulação dos movimentos do Centro. Local: Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Superintendência de Habitação Popular – HABI (órgão vinculado à Secretaria Municipal de Habitação)

- Entrevista com assistente social – coordenador 1;
- Entrevista com diretora social do HABI – Centro.

Ministério das Cidades

- Entrevista com Ermínia Maricato (Professora Titular da USP, ex-secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo (governo Erundina) e ex-secretária executiva do Ministério das Cidades (01/2003 a 06/2005). Participou da criação do Ministério das Cidades e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (10/2005).

Associação Rede Rua

- Entrevista com coordenador da Rede Rua.

Acampamento do MSTC em frente à Prefeitura de SP

- Visita ao acampamento e entrevista informal com os acampados. Aproximadamente 400 famílias do MSTC se revezaram em frente à Prefeitura de São Paulo (Viaduto do Chá), em fevereiro de 2007, para protestar contra o despejo do prédio da Avenida Prestes Maia, 911 e contra a suspensão dos programas Bolsa Aluguel e Locação Social.

Os movimentos sociais que elegemos para interlocução, no presente trabalho, são movimentos muito atuantes hoje, com interessantes ações de luta pela moradia e que nos ajudaram a perceber diferentes formas de entender e realizar a luta.

Cabe já esclarecer que optamos por preservar o anonimato dos entrevistados, que são coordenadores e militantes de movimentos de luta pela moradia ou associações civis, porque muitos deles são vítimas de perseguição política, alguns respondendo a processos judiciais. Os entrevistados que são funcionários públicos ou profissionais de cargo de confiança na gestão urbana, e que assim nos solicitaram, também tiveram suas identificações preservadas. Para nossa organização e para que o leitor pudesse

acompanhar a continuidade ou a mudança da fala de um entrevistado para outro, identificamos os entrevistados anônimos somente por uma letra, por exemplo, entrevistado A, seguida da identificação do movimento, entidade ou instituição a que pertence.

Em termos de organização da redação, o “desenho” da tese condiz com a nossa interpretação da problemática em estudo, com o “desenho” do método adotado. A luta pela moradia é entendida no âmbito do conflito capital x trabalho, a partir da práxis como categoria analítica central. Cada capítulo da tese enfatiza um lado dessa relação: ora o enfoque é no trabalho, ora no capital, ora na luta pela moradia e ora no Estado. Claro que essa relação só se efetiva simultaneamente, e o destaque ora de um e ora de outro, nos capítulos, é apenas uma questão de apresentação didática da relação. Na verdade, reconhecer e se pautar nessa relação capital x trabalho como fundamental para compreender a luta pela moradia, estruturando a tese de acordo com essa relação dicotômica, é um esforço para superar essa dicotomia, no sentido de conseguir abordar com igual importância ambos os lados dessa relação. Dessa maneira, nosso primeiro passo é, no capítulo 1, analisar a situação dos trabalhadores organizados na luta pela moradia (as reconfigurações territoriais do trabalho na metrópole). Perguntamo-nos sobre quais as conseqüências da intensificação da precarização do trabalho e da vida na luta pela moradia, na metrópole de São Paulo hoje.

No capítulo 2, a pergunta é: que cidades/sociedades estão sendo configuradas com as atuais dinâmicas territoriais do capital e do trabalho, num contexto em que os ditames do mercado ganham *status* de projeto hegemônico? Quais são as políticas e os projetos urbanos hegemônicos, hoje? Fazemos uma análise da estrutura econômico-social capitalista (as novas territorialidades do capital e os seus diferentes projetos de cidade). Assim, queremos desvelar o quadro da luta pela moradia na metrópole de São Paulo, hoje.

Nossa reflexão busca identificar, nos projetos urbanos⁴ em pauta, a existência de um enfrentamento entre reafirmações (da “cidade-global-neoliberal” ou mesmo da cidade regida por uma suposta gestão democrática) ou resistências à dinâmica capitalista;

⁴ Entendidos como projetos de sociedade, porque pensamos a cidade e os projetos formulados para ela, identificando os diferentes interesses de classe que a compõem. Nesse sentido, Harvey (2006) nos faz entender que pensar a cidade que queremos é pensar a sociedade que queremos, porque, segundo ele, projetos de cidades são projetos de possibilidades humanas, daí o seu alerta para a importância da reflexão crítica sobre nossos imaginários, a fim de que possamos “atuar como arquitetos conscientes de nossos destinos em lugar de ‘marionetes indefesas’ dos mundos institucional e imaginativo em que habitamos” (HARVEY, 2003, p. 211).

mas, para além de um dualismo simplificado, nosso objetivo é apreender a existência de um meio de campo que permeia esse antagonismo⁵.

A experiência da cidade de São Paulo, nos últimos anos, revela uma gestão híbrida, cujo alicerce é o estreito mundo do “possível”, no âmbito do capital. O rumo que vem sendo tomado pelas gestões públicas, nessa cidade, intensifica a precarização estrutural do trabalho e aprofunda o *desenvolvimento geográfico desigual* na escala aqui tratada. O *desenvolvimento geográfico desigual* é aqui considerado no sentido dado pela teoria de David Harvey (2005; 2006), que busca compreender geograficamente o funcionamento do capitalismo, balizando como a dinâmica da acumulação do capital tem capacidade de alterar o espaço e as formas de espacialidade, gerando desigualdades entre os territórios.

A formação social capitalista brasileira está marcada pelo caráter dependente e subalterno da economia produtora de mercadorias, revelando a submissão do nosso país aos interesses dos países centrais. Ao tentar adequar-se ao mito das cidades globais (num contexto em que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível também foram sendo implantados, aqui no Brasil, guardadas as devidas particularidades), nosso submetimento a esses países e a distância entre os que detêm o poder e os que se subordinam a ele se faz mais profunda. Como apontado acima, as atuais dinâmicas territoriais do capital e do trabalho na cidade são reveladoras do projeto urbano que se planeja hoje.

Contudo, há ainda os trabalhadores que, sobretudo por meio de alguns movimentos sociais, mesmo diante da fragmentação e da cooptação a que estão sujeitos, assumem iniciativas conflitivas e, às vezes, até de resistência, que podem se configurar como práticas e discursos de um terceiro projeto urbano, um projeto de luta contra os territórios do capital, isto é, um projeto urbano do trabalho. É nesse debate que nos colocamos, no capítulo 3.

No capítulo 4, abordamos os discursos dos gestores urbanos, por meio das entrevistas que fizemos junto a arquitetos, assistentes e analistas sociais etc., da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo – COHAB/SP – e da Superintendência de Habitação Popular – HABI –, e com a professora Ermínia Maricato, que foi Secretária Executiva do Ministério das Cidades. O objetivo é apresentar o ponto de vista dos gestores sobre a luta pela moradia e as políticas públicas como uma ponte para a discussão do papel do

⁵ Em termos analíticos, vemos que, mesmo tendo como recorte a luta pela moradia, não podemos nos limitar à compreensão das políticas habitacionais. Faz-se necessário entendê-las no contexto das políticas urbanas e, por fim, no contexto dos grandes projetos urbanos (que vão além das políticas em si), para que se possa apreender a orientação do que se quer para as cidades, hoje.

Estado na luta pela moradia, no atual contexto político e econômico. Qual a função assumida pelo Estado, na luta pela moradia, tendo em vista um momento histórico que aparenta uma crise paradigmática entre o Estado mínimo do neoliberalismo e o Estado supostamente democrático dos que pregam sua descentralização e fortalecimento das políticas sociais?

Como vemos, de um modo geral, nosso objetivo é desvelar a dinâmica territorial da luta pela moradia na perspectiva da práxis, guiados pela perspectiva do conflito capital x trabalho. Nessa empreitada, tentaremos enfatizar os elementos que demonstrem como o capital está sempre afinando seus mecanismos, para cooptar a luta pela moradia ou qualquer luta que se insurja contra ele. Não podemos afirmar que o capital se apropria apenas do cotidiano do trabalhador sem-teto e não da sua luta, da sua organização. Como separar o cotidiano da luta? Separar significa dicotomizar os militantes, como se eles fossem imunes às tentativas de cooptação que chegam pela via do cotidiano.

A submissão do trabalhador pelo capital é histórica, existindo desde que o sistema capitalista impera. E essa submissão se dá não só no plano da reprodução, como no da produção, de sorte que não podemos dicotomizar essas dimensões. Se o trabalhador, hoje desempregado, na informalidade e/ou precarizado, está sem teto ou morando precariamente, não podemos pretender examinar sua situação somente no plano da reprodução da força de trabalho ou do capital imobiliário. As questões da produção estão imbricadas nesse processo. Não entendemos o problema da moradia por si só. Acreditamos que, ao pensar sobre os movimentos de moradia e as políticas urbanas (e não só habitacionais) que vêm sendo formuladas e implementadas, temos que pensá-las no contexto dos projetos de sociedade em pauta.

Nesse sentido, é preciso apreender as mudanças nos mecanismos utilizados pelo capital para expandir seu domínio. E é preciso igualmente apreender as resistências que se formulam nesse processo, mas sempre atentos para compreender que nem sempre a luta, ou qualquer luta, é resistência. E mesmo quando uma luta assume um papel de ruptura com o sistema, ela não está livre das investidas deste, para cooptá-la.

Enfim, como o processo histórico e a nossa pesquisa empírica nos permitiram perceber, os movimentos sociais têm contradições, o Estado tem contradições, a lógica do capital tem contradições! É dessas fissuras e contradições que nasce a necessidade histórica e a possibilidade objetiva de uma práxis criadora/revolucionária capaz de imaginar e criar uma nova sociedade. É o reconhecimento dessa complexidade, da necessidade, do desejo e da possibilidade de um projeto de emancipação que queremos demonstrar, a partir da luta pela moradia.

Capítulo 1

AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DO TRABALHO NA LUTA PELA MORADIA

No presente Capítulo, apresentamos algumas das reconfigurações territoriais do trabalho na metrópole de São Paulo, na sua relação com a luta pela moradia. As questões que envolvem as articulações entre trabalho e moradia, na contemporaneidade, são aqui tratadas sob o ponto de vista do trabalho envolvido na luta pela moradia. A noção de trabalho é aqui utilizada como uma representação das questões atinentes à classe trabalhadora e sempre considerada na sua dialeticidade com o capital, isto é, enquanto relação conflituosa com este.

Antes de entrarmos de fato nessas questões, cabe expor ao leitor os eixos do nosso pensamento ou, em outras palavras, a problemática das reconfigurações territoriais do trabalho, na metrópole de São Paulo.

Qual o contexto que os trabalhadores organizados estão enfrentando, hoje?

Estamos vivenciando um contexto econômico, social e político balizado pelas conseqüências da mundialização do capital, da disseminação das políticas ditas neoliberais, as quais criaram uma conjuntura de indeterminação em que as linhas entre classe e representação, interesses e representação não estão claras e, portanto, a tendência é a do deslocamento e da domesticação do campo de conflitos organizado (OLIVEIRA; RIZEK, 2007).

Na década de 1990, o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomenda aos países latino-americanos, entre os quais o Brasil, a adesão incondicional às políticas de cunho neoliberal baseadas no Consenso de Washington: essa opção, iniciada por Fernando Collor de Mello e desenvolvida em sua plenitude por Fernando Henrique Cardoso, significou a “integração submissa [do Brasil] à economia globalizada, pela abertura econômica sem freios” (LESBAUPIN, 1999, p.9). Francisco de Oliveira resume a perspectiva econômica dos desmantelos e equívocos cometidos nos últimos anos, sobretudo durante o governo FHC:

[...] privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, abolição do mercado cativo para as empresas que operam no Brasil, política cambial arriscada que subordina a autonomia monetária, vulnerabilidade externa com a dependência recorrente aos capitais de risco internacionais de curto prazo, inserção subordinada na ordem mundial do capitalismo globalizado [...] (OLIVEIRA, 2007b, p. 44).

O cerne do ideário neoliberal é a soberania absoluta do mercado; a defesa do Estado mínimo como forma de incrementar a acumulação e o crescimento econômico; a crença na globalização; e o discurso da redução da pobreza num ambiente de mercado. Suas diretrizes são: crescimento econômico por meio de reformas estruturais, desregulação, liberalização, privatização (TAVARES, 2000; BATISTA, 2001).

Em síntese, “o Consenso de Washington documenta o escancaramento das economias latino-americanas” (BATISTA, 2001, p. 24). E no que isso resulta?

Os resultados do neoliberalismo na América Latina, apesar dos esforços dos meios de comunicação em só mostrar os aspectos considerados positivos, não podem deixar de ser vistos como modestos, limitados que estão à estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal. Miséria crescente, altas taxas de desemprego, tensão social e graves problemas [...] (BATISTA, 2001, p. 24).

Porém, os resultados não são apenas econômicos, porque o campo político é bruscamente afetado. Há uma tentativa de esvaziamento do conflito. As coalizões que a política eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula fez para vencer, aliando-se com vários partidos de esquerda, mas também com o Partido Liberal (PL), foram excessivas concessões, durante o seu primeiro mandato e que não deixaram de existir nesse segundo. Essas concessões nos permitem constatar, junto com Ricardo Antunes (2005a), que “os elementos de *continuidade* suplantaram em muito os traços de *descontinuidade*, abafando as possibilidades de ruptura”.

Assim, após a fase de *desertificação neoliberal no Brasil*, na designação de Antunes (2005a), o momento atual é de indeterminação: “[...] A relação entre classe, interesses e representação foi para o espaço [...]. As relações são difusas e indeterminadas” (OLIVEIRA, 2007b, p. 38). Francisco de Oliveira (2007b, p. 41) é bastante claro, ao apontar a fragilidade dos partidos políticos, no atual contexto: “[...] O partido político da era da indeterminação não conduz, é conduzido pelas pesquisas de opinião e de intenção de voto e

pela imagem”. A pacificação planejada do conflito é encontrada na fragilidade que se estende a outras organizações sociais, numa

[...] dispersão de microcentros de organização do social [que] simulacra a sociedade civil: é uma “onguização” da política social [...]. [...] as novas organizações da “ética empresarial”, que propõem “selos” especiais de certificação da ausência de exploração do trabalho infantil, como a Fundação Abrinq, ou o Instituto Ethos, que reúne exatamente as empresas com “responsabilidade social”. [...] escondem-se, nas dobras da crítica ao Estado “mau gerente” a privatização das políticas sociais, a desuniversalização, a volta ao assistencialismo ou [...] a “filantropização da pobreza”. Não há dúvida, porém, que o fenômeno assinala também [...] um expoente aumento do associativismo civil no Brasil, que tem, virtualmente, a capacidade de oferecer bases para um novo pacto ou contrato social, para uma nova hegemonia. Mas o deslocamento do trabalho e das relações de classe esvazia essa “sociedade civil” do conflito que estrutura alianças, opções e estratégias; pode tornar-se uma noção enganosa e anacrônica, porque restaura a “comunidade”, impossível num tempo de mastodontes. Essa “comunidade” [...] é um recorte como especificidade não universal. [...]. A “sociedade civil” fica restrita aos arranjos locais e localizados, enquanto as operações da política se tornam “reserva de caça” das grandes empresas e do mercado. Um Gramsci de segunda mão é utilizado para legitimar a pacificação do conflito, que é transformado no sentido da administração. (OLIVEIRA, 2007b, p. 41-42).

Para acompanhar os processos de transformação da realidade brasileira do desmanche neoliberal para a indeterminação política, Rizek e Paoli (2007, p. 9), com as investigações apresentadas na coletânea *A era da indeterminação*, salientam o reconhecimento da desfiguração das relações entre Estado e sociedade, como *acontecimento*, e transformações que apontaram “para a perda da potência da política – não apenas no âmbito das imperfeições e inacabamentos de nossa então democracia recente, mas como destruição das possibilidades do campo político como solo e meio pelo qual se poderia aprofundar e realizar a disputa democrática” (RIZEK; PAOLI, 2007, p. 9). As principais características do atual momento, com base nas pesquisas que partem dessa perspectiva da era da indeterminação, são assim sintetizadas pelas autoras:

[...] indeterminação; estado de exceção; esgarçamento e reordenação dos sujeitos dos conflitos e disputas pela democratização, bem como dos horizontes de direitos e de direitos sociais em particular; zonas de sombra; novas opacidades, indistinção entre administração, gestão, técnica e política; um saldo histórico e uma refundação às avessas; processos de autonomização e dissolução que permeiam a dinâmica das relações – desde sempre problemática no Brasil – entre sociedade e Estado, entre uma ordem de exceção e sua aparente normalidade, entre os processos de emancipação e

democratização e as formas de controle e dominação. (RIZEK; PAOLI, 2007, p. 10-11).

Todavia, Oliveira (2007b, p. 43) deixa claro que essa indeterminação “não significa o estancamento das experimentações inventivas; quer dizer apenas que elas ainda não cristalizaram o campo de conflitos dentro do qual os atores devem se movimentar doravante”.

As tendências descritas são pressupostos pelos quais guiamos nosso olhar sobre a problemática urbana, especificamente a problemática da luta pela moradia, na metrópole de São Paulo. É inegável que a realização dos imperativos do capitalismo atual tem sua vertente urbana, que “configura uma agenda para as cidades, tornada dominante, com pautas definidas para ações e programas, em uma afirmação política da hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades” (SÁNCHEZ, 2001, p. 32). Segundo Fernanda Sánchez (2001, p. 33), busca-se difundir um “novo modelo de gestão urbana”, uma estratégia global baseada numa nova dinâmica para a reprodução do capitalismo, que é a construção da cidade-mercadoria. As repercussões do ideário neoliberal se demonstram presentes nas questões urbanas, em projetos de modernização urbana e reinserção global, com maior evidência em alguns dos grandes centros urbanos. A arquiteta e urbanista ressalta que as conexões entre o “pensamento global” e a ideologia neoliberal são entendidas com a identificação dos elos políticos que a conformam:

[...] governos locais em associação com as mídias; instituições supranacionais, como a Comunidade Européia e agências multilaterais.

É por intermédio dessas instâncias e atores dominantes que os discursos dão-se como “inteligência global” (SANTOS, 2000, p. 100), exercida com base em um conjunto de parâmetros arbitrários que medem, avaliam e classificam cada projeto de modernização urbana com pretensões de reinserção global. (SÁNCHEZ, 2001, p. 32).

No Capítulo 2, *As novas territorialidades do capital e o seu projeto...*, iremos discutir mais detalhadamente os diferentes projetos urbanos em pauta, hoje; no presente Capítulo, o enfoque é sobre as repercussões da globalização capitalista neoliberal e da indeterminação no mundo do trabalho, numa perspectiva ampla e, de maneira particular, nos trabalhadores precarizados organizados na luta pela moradia.

Se nos concentrarmos nas conseqüências, para os trabalhadores pobres sem teto, da tentativa de construção da cidade-mercadoria, dentro desse projeto de inserção global

(“inserção competitiva da cidade”), veremos que tal projeto se realiza com a seleção de fragmentos das cidades como “canteiros midiáticos” que são “espaços reconfigurados social, econômica e culturalmente, representando, para muitos, a destruição de seus próprios modos, divergentes, de viver o urbano” (SÁNCHEZ, 2001, p. 46). Esses espaços renovados passam por “processos de rápida valorização”, que provocam “o súbito encarecimento da moradia” e, portanto, expulsam as populações pobres dessas áreas. A venda desses espaços renovados como espaços “seguros”, os quais restabeleceram “a ordem, a civilidade” contribui para esse processo que representa uma verdadeira “revanche contra trabalhadores precarizados, imigrantes, sem-teto’ que ameaçam o projeto modernizador” (SMITH, 1996, apud SÁNCHEZ, 2001, p. 46). Isto é, a produção do espaço capitalista somente ocorre criando (e, no caso, aprofundando) espaços desiguais.

Assim, as implicações da globalização capitalista neoliberal para os trabalhadores precarizados vêm por todos os lados e em todas as dimensões: elas são materiais (expulsão de suas áreas, aumento da miséria, das taxas de desemprego, da tensão e violência urbana etc.), mas também são subjetivas (a unidade mundial da utopia do mercado fragmenta a sociabilidade dos trabalhadores, como iremos discutir mais à frente). Essa fragmentação é reforçada com a opacidade política, com a indeterminação do momento.

Dentro do atual contexto do capitalismo, queremos enfatizar ainda a reestruturação produtiva em curso, acompanhada da reestruturação do metabolismo social. Essa discussão corrobora a importância que a imbricação entre as questões da produção e da re-produção (imbricação realizada via introdução teórico-metodológica do mundo do trabalho) tem, para nossa análise da luta pela moradia. Pensar a reestruturação produtiva acompanhada da reestruturação do metabolismo social é o mesmo que dizer que, além de uma reorganização do mundo do trabalho, via uma reestruturação do capital, está ocorrendo, sobretudo, uma reorganização das relações sociais e da vida, do cotidiano (aí está a reestruturação do metabolismo social), adequada à nova produção e reprodução social. Trata-se de uma nova ofensiva do capital, a qual não atinge somente as relações de produção, mas também as instâncias da ideologia, da política e da cultura, ou seja, é um redesenho que ocorre também na esfera da re-produção¹.

A repercussão dessa nova ofensiva do capital, na esfera da re-produção, ajuda-nos a compreender como a práxis dos trabalhadores que estão reivindicando a moradia,

¹ No item 2.1 *A nova ofensiva do capital na luta pela moradia...*, do Capítulo 2, a seguir, iremos fazer um apontamento sobre o significado da reestruturação produtiva enquanto resposta do capital para a sua crise.

a cidade, pode ser afetada, assim como a práxis dos que gestam a cidade. A sociabilidade do capital (seu ideário, sua lógica, seu modo de vida) está presente, por exemplo, no discurso das empresas, o qual passa a ser um discurso elaborado também para a vida fora do trabalho. Esse ambiente ideológico impregnado de valores individualistas de mercado, necessários ao capitalismo flexível, invade os espaços do cotidiano e é formador de mentalidades, daqueles que estão pensando, vivendo, reivindicando ou gerindo as cidades.

Nossos estudos nos têm revelado que a sociedade do capital, encimada no ambiente contraditório da reestruturação produtiva, vem sendo modificada intensamente nas últimas décadas, e isso tem atingido a estrutura de classes, a própria dinâmica das dimensões objetiva e subjetiva dos trabalhadores e a dinâmica geográfica do trabalho, enquanto movimento contínuo e contraditório de (des)realização da territorialização-desterritorialização-reterritorialização. (THOMAZ JÚNIOR, 2006b, p. 131).

Nesse contexto de reestruturação, há teses que advogam o fim do trabalho, a perda da sua centralidade enquanto categoria analítica². Ao contrário das teses que defendem o fim do trabalho, nossa aposta é de que o trabalho não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social; de fato, ele ganha uma nova morfologia, complexificando-se³. Na verdade, hoje, para o capital se expandir, ele está constituindo novos mecanismos que modificam a sua forma de explorar o trabalho, tanto por meio de formas objetivas como a terceirização, a subcontratação e a precarização do trabalho (o *telemarketing* e o trabalho domiciliar são ilustrativos desse tipo de vinculação no mercado de trabalho), como por meio de formas subjetivas, fazendo com que sua lógica não se restrinja ao *locus* empresarial, ao *locus* de trabalho, mas que se estenda para todas as dimensões da sociabilidade do cotidiano, criando um modo de vida adequado aos imperativos do capital⁴.

Ribeiro e Thomaz Júnior (2002), analisando o mundo do trabalho na contemporaneidade, são categóricos ao afirmarem que hoje “estabelece-se a mais nova escravidão humana: a escravidão capitalista, objetiva e subjetiva” (p.5). As razões são claras:

² Os autores mais citados como críticos da sociedade do trabalho, com discursos permeados de diferenças entre eles, são: Claus Offe (1989), André Gorz (1982), Jürgen Habermas (1999), Jeremy Rifkin (1995), Dominique Méda (1998) e Robert Kurz (1992).

³ Entre os autores mais expressivos que defendem a centralidade do trabalho estão: István Mészáros (2002), Antonio Thomaz Júnior (2007), José Organista (2006), Ricardo Antunes (2000; 2004; 2005b), Giovanni Alves (2000), Ruy Moreira (2002, 2003). O Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT – www.prudente.unesp.br/ceget) tem desenvolvido várias pesquisas que estão demonstrando um avanço na sistematização geográfica sobre o que vem ocorrendo no mundo do trabalho, corroborando sua centralidade.

⁴ Para maiores detalhes sobre essa discussão sobre as formas assumidas pelo trabalho, na atualidade, ver Thomaz Júnior (2006a; 2006b; 2007).

A superexploração do trabalho ganha asas... Índios, mulheres, negros, crianças, contraventores e ou presidiários (os quais o capital vem interagindo dentro dos presídios, em troca de parcos salários e ínfima redução de pena), etc., adensam o exército de trabalhadores responsáveis pela produção capitalista, abundando a horda dos superexplorados, marginalizados e excluídos.

Situação mais trágica na periferia do sistema. Nesta, a realização da mais-valia – que escorre, como energia, do suor e da vida do trabalhador para o leito burguês da apropriação privada – prossegue por meio de relações pré-capitalistas, tornadas *estruturais* e não apêndice ou complemento do capitalismo. (OLIVEIRA, 1988; MOREIRA 1985 e 1988).

A polissemização do trabalho, na absolutização de sua dimensão abstrata, fundida ao enlaçamento estrutural das formas diversificadas de realização da mais-valia, sob os auspícios do espaço monopolista de desenvolvimento desigual e combinado no plano mundial, que, por sua vez, garante a reprodutibilidade macro-sistêmica do capital, perfaz o sentido genésico-estrutural para o qual encontra-se voltado o mundo do trabalho na contemporaneidade. (RIBEIRO; THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 5-6).

O aumento vertiginoso do desemprego, o rebaixamento dos salários para patamares nunca vistos e o inchaço do setor informal, nas últimas décadas, ganham uma conotação de processos inexoráveis na mídia brasileira. Já não são muitos os que acreditam no trabalho como promessa de progresso social; a imposição do trabalho precário está dissolvendo a identidade de classe; na “sangria desatada” por um emprego, os trabalhadores já não esperam por direitos trabalhistas e a maioria deles já não tem os sindicatos como referência. Todavia, ainda que com as atenções voltadas para a atualidade possamos apreender, generalizando, que os “tempos fordistas” se acabaram, “o trabalho não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social” (TELLES, 2006b, p. 173). Como afirmamos acima, ao contrário do que advoga a tese da perda da centralidade do trabalho, vemos o trabalho ganhar nova morfologia, complexificar-se, e inclusive, ampliar-se:

[...] a classe trabalhadora aumentou de tamanho, e em quantidade [...] na América Latina, África, Sudeste Asiático e mais porções periféricas da Europa e da Ásia Central, nota-se de forma muito mais intensa do que nas outras partes do planeta [...] a presença de aumentos impressionantes dos contingentes de trabalhadores. (THOMAZ JÚNIOR, 2006b, p. 143).

Isto é, o processo em curso não coloca o trabalho em xeque e sim “a eliminação/precarização do posto de trabalho com garantias, com reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas, portador de seguridade social e previdenciária, etc.” (THOMAZ JÚNIOR, 2006b, p. 143). Se o posto de trabalho, o emprego com garantias e direitos diminui,

ou seja, se a precarização do trabalho aumenta, isso não significa o fim do trabalho ou de sua centralidade. De fato, ao invés disso, o trabalho se modifica e se amplia: a classe trabalhadora hoje incorpora o trabalhador produtivo e o improdutivo, o *camponês*, o *part time*, os terceirizados, os informais, os desempregados etc.

O que cabe notar, nesse processo de precarização do trabalho, como observa Thomaz Júnior (2006b), é que, embora a classe trabalhadora tenha se ampliado quantitativamente, ela o fez “de forma heterogênea, fragmentada”, porque o capital está desenvolvendo novos mecanismos de exploração e fragmentação do trabalho e, com isso, estendendo sua racionalidade para todos os âmbitos da vida.

Essa complexificação do trabalho, na atualidade, pode ser entendida também pelo fato de a precariedade estrutural ter assumido novos contornos, quer dizer, há hoje uma “nova precariedade, decorrente, em maior parte, do processo de precarização que atingiu a totalidade viva do trabalho” (ALVES, 2006a, p.1). De fato, todas as ocupações são penetradas pela informalização, que vem sendo chamada de flexibilização do trabalho, o que redefine as relações de classe na íntegra. É assim que o capital se expande para além da esfera da produção: é a nova ofensiva do capital, atingir “a totalidade viva do trabalho” em suas múltiplas formas objetivas e subjetivas, daí hoje a fragilidade total das relações entre identidade de classe, representação e projeto político.

Nesse sentido, observamos uma extensão da lógica do capital que não se restringe ao *locus* empresarial, ao *locus* de trabalho, mas que abarca todas as dimensões do cotidiano, que cria um modo de vida adequado à nova produção (e reprodução) capitalista. Essas transformações fazem com que o trabalhador brasileiro vivencie (e perceba) outra experiência de trabalho, e como as dimensões do cotidiano são igualmente afetadas; concomitantemente, o trabalhador também irá vivenciar/perceber outra experiência urbana.

Todas essas redefinições do universo do trabalho e do viver (cotidiano) são, ainda, mutações territoriais. Essas redefinições se efetivam territorialmente, de modo que elas não se dão sem que haja reconfigurações territoriais. No que respeita à particular situação do trabalhador urbano, essa fase de flexibilização do trabalho, quer dizer, de precarização, de informalização do trabalho, provoca remanejamentos e mudanças de habilitações laborais: o trabalhador muda de profissão, de categoria sindical; desterritorializa-se das plantas fabris para os serviços, para a informalidade, para as atividades domésticas ou para o desemprego. Com o aumento da precarização e com a repercussão dos movimentos do capital, na valorização do espaço urbano, o trabalhador, enquanto morador ou sem teto, também passa a

se sujeitar a um número maior de reconfigurações territoriais urbanas: favelização, expulsão de áreas ocupadas, precarização das condições de vida urbana. Esta discussão das reconfigurações territoriais será aprofundada mais adiante, no subitem 1.3 *As desterritorialidades do proletariado...*

Enfim, há todo um movimento territorial, sobretudo de des-territorialização do trabalhador urbano, desencadeado pela re-territorialização do capital. Nossa compreensão é de que o “[...] padrão de racionalidade capitalista se estende para todo o tecido social, efetivando-se territorialmente, com especificidades [...]” (THOMAZ JÚNIOR, 2007, p.8).

Dessa forma, como aponta Thomaz Júnior (2007, p.8), “as mutações no universo do trabalho reavivam as disputas territoriais e complexificam a própria estrutura das classes sociais”.

Se, na metrópole de São Paulo, principalmente na última década, assistimos a uma priorização das inversões vinculadas ao mercado global que intensificam a precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores, queremos perceber como se dá essa intensificação da precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores sem teto, tanto do ponto de vista do trabalho (Capítulo 1 e 3), como do capital e do Estado (Capítulo 2 e 4). Confrontando essas duas perspectivas, é que iremos apreender a dimensão das disputas territoriais, como aponta Thomaz Júnior, acima.

A análise territorial da luta pela moradia realizada pelos movimentos sociais em São Paulo é o nosso ponto de partida.

Em seguida, damos um mergulho nesses processos precarizantes que reconfiguram territorialmente os trabalhadores, nesse contexto de reestruturação produtiva e reestruturação do metabolismo social, discutindo, então, as raízes desses processos, isto é, a precariedade estrutural do trabalho.

Num segundo momento, a “nova precariedade do trabalho e as múltiplas configurações do proletariado precário” é o que estará em foco; nesse item, trazemos alguns dados estatísticos da nova precariedade do trabalho que respaldarão a discussão teórica desses novos contornos da precariedade, hoje.

Na seqüência, em contraposição ao discurso da fluidez do capital, encontrado em algumas análises da globalização, tratamos de demonstrar que os trabalhadores são (como sempre foram) os verdadeiros desterritorializados, atualmente.

1.1. O caracol sem concha: a luta pela moradia dos trabalhadores de São Paulo

A relação entre trabalho e moradia é o nosso ponto de partida. Essa relação vai mediar nossa reflexão sobre as conquistas e desafios enfrentados pela classe trabalhadora nas cidades, hoje, enquanto movimentos de luta pela moradia no contexto das mudanças atuais. O intuito é situar, no tempo e no espaço, os trabalhadores envolvidos na luta pela moradia. Trabalho e moradia são elementos que contribuem para pensar a unicidade entre a esfera da produção e a esfera da reprodução, superando a dicotomia presente (divisão técnica do trabalho) na práxis dos trabalhadores/moradores organizados, na atualidade. Concebemos trabalhadores e moradores como sendo um ser uno, cuja identidade de classe é o que constituiria tal unicidade.

O trabalho e a cidade modificaram-se, da mesma maneira que a relação entre eles. Pensar esses temas juntos, a partir da luta pela moradia, buscando apreender suas materialidades (por meio das suas territorialidades) e as subjetividades dos trabalhadores organizados nos movimentos sociais (diferentes projetos políticos e ações que os envolvem), por meio do estudo da práxis, é um passo para superar a dicotomia da produção x reprodução. Na base dessa dicotomia está a fragmentação da classe trabalhadora, pois reverbera nas ações dos movimentos que se diluem por reivindicações atomizadas, ou seja, as questões levantadas pelos sindicatos não se comunicam com as questões suscitadas pelos movimentos de moradia e vice-versa, de sorte que hoje esse é um dos seus grandes desafios – a construção de uma práxis unificadora, emancipadora.

Se a realidade é totalidade, complexa e cheia de mediações, a paisagem (o nível da aparência) é fragmentação, é dicotomia. Assim, apreender as territorialidades da luta pela moradia realizada pelo trabalhador na metrópole de São Paulo é entender, é ler esses processos, buscando suas mediações, seus campos de força, com intento de desvendar (tirar o véu dos fragmentos) a unicidade do “caracol e sua concha”, isto é, a totalidade do trabalho.

Optamos, em nossa dissertação de mestrado (IKUTA, 2003), pela utilização da metáfora do caracol e sua concha, foi inspirada nas questões levantadas por Marx e Engels, na obra *A Ideologia Alemã* (2007). Marx e Engels discutem a instauração do trabalho assalariado pelo capital e a promoção da despossessão do trabalhador assalariado das condições de vida; a separação e alienação dos meios de produção que vigem desde os primórdios da produção capitalista. Os argumentos de construção da metáfora enraízam-se nessa idéia da separação e alienação do trabalho e seus meios de produção: a separação entre o *caracol* e sua *concha*. Tal separação oculta o conflito inerente ao modo de produção

capitalista (o conflito capital x trabalho), amenizando as contradições sociais por meio da *fetichização* que transporta esse conflito para a esfera do mercado. Essa separação (alienação) irá fragmentar a práxis dos trabalhadores ou, mais propriamente, dicotomizar o viver e o trabalhar, os momentos sociais da produção e os da reprodução.

Onde buscar as mediações e os campos de força, para desvendar a totalidade do trabalho, hoje? Há alguns pressupostos históricos que nos respaldam na estruturação dessa problemática. Quando pensamos na composição do mundo do trabalho, no Brasil, há três determinações causais a serem consideradas (ALVES, 2006a): *1ª ordem das determinações causais*: a natureza do modo de produção capitalista – a divisão da sociedade em classes sociais, fundada na propriedade privada e na divisão hierárquica do trabalho. Isso explica condições estruturais de desigualdade na apropriação da riqueza social produzida, que se expressa enquanto concentração de renda e concentração de terra no campo e na cidade.

Essa primeira ordem termina de se realizar com a *2ª ordem das determinações causais*, que é a existência de particularidades concretas na formação capitalista brasileira: a natureza colonial-escravista e o caráter dependente e subalterno da economia produtora de mercadoria da nossa formação capitalista. A desigualdade social, no Brasil, é marcada por essa “clivagem racial no interior da determinação de classe” – “os afro-descendentes constituem o maior contingente de pobres”, no Brasil (ALVES, 2006a, p. 1-2). Pesquisa realizada pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento⁵, juntamente com o Centro de Estudos da Metrópole⁶, revela que a cidade de São Paulo tem o maior número absoluto de negros do país (3,1 milhões)⁷.

[...] em Moema, distrito da cidade de São Paulo que oferece as melhores condições de vida à população, apenas cinco habitantes em cada grupo de 100 se autodeclararam pretos ou pardos ao censo. Em distritos periféricos como Lajeado, Jardim Ângela e Cidade Tiradentes, que pertencem ao grupo dos que possuem os piores indicadores sociais, a proporção é de um negro (preto ou pardo) para cada branco. (DIAS, 2003, p.1).

E a distribuição espacial dos negros na cidade demonstra que eles estão concentrados nas áreas mais pobres e, portanto, com menor disponibilidade de serviços públicos.

⁵ <<http://www.cebrap.org.br>>.

⁶ <<http://www.centrodametropole.org.br>>.

⁷ Estando à frente do Rio de Janeiro, que tem 2,4 milhões de negros, e de Salvador, com 1,8 milhão.

‘A discriminação racial no Brasil vai além da desigualdade explicável por condições socioeconômicas. Diversos trabalhos mostram que, para as mesmas profissões e para a mesma escolaridade, os negros ganham menos. [...] essa segregação racial também se manifesta espacialmente. É uma realidade que não pode ser ignorada pelas políticas sociais’, diz Haroldo da Gama Torres, 42, demógrafo do Centro de Estudos da Metrópole⁸.

Outra marca da nossa formação capitalista é a subalternidade da economia aos interesses dos países centrais.

Dentro do debate em que estamos nos colocando, podemos destacar, como exemplo da subalternidade brasileira atual: o rumo que as atuais políticas urbanas nacionais e locais, no caso da cidade de São Paulo, vêm tomando, com a adoção de gestões empresarias que buscam se adequar ao mito das cidades globais, seguindo o receituário das agências multilaterais, as quais aprofundam nosso submetimento aos países centrais e a distância entre os que detêm o poder e os que se subordinam a ele (questões que serão apresentadas no próximo Capítulo). Na prática, isso significa que há uma intensificação da precarização de boa parte da classe trabalhadora e um aprofundamento do desenvolvimento geográfico desigual.

Essa tendência está vinculada à 3ª ordem das determinações causais, que compõem o mundo do trabalho, que são as mutações estruturais (e de conjuntura) do capitalismo brasileiro, nos últimos trinta anos. Giovanni Alves destaca as características da década neoliberal,

[...] no bojo da mundialização do capital, que tendem a imprimir sua marca nesta herança maldita da via colonial-prussiana de objetivação capitalista no Brasil, e que acirrando elementos estruturais, altera a dinâmica particular-concreta do capitalismo brasileiro. (ALVES, 2006a, p. 2).

Da perspectiva do urbano, essas três ordens das determinações causais constituintes do mundo do trabalho brasileiro se manifestam na total impossibilidade de se produzir espaços urbanos sem a criação de desigualdades geográficas que marginalizam constantemente os trabalhadores. Na atualidade, a tentativa de implantar esse novo modelo “modernizador” neoliberal “globalizante” para as cidades está em consonância com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, que foram

⁸ DIAS, op. cit.

implantados aqui no Brasil (debate que será retomado e aprofundado no Capítulo a seguir), e renova a subordinação e a precarização territorial do trabalhador urbano, num processo “que representa um sistema de desenvolvimento desigual – em relação ao desenvolvimento do capitalismo hegemônico dos países industrializados, e combinado – pois dispõe novas estruturas econômicas e sociais trazidas do centro sobre estruturas internas arcaicas” (FERREIRA, 2007, p. 220).

Em síntese, fica evidente que a concentração fundiária, de renda e de poder político é uma das características das raízes dos nossos problemas e que também apresenta suas particularidades. Vale ressaltar a questão fundiária, agrária e urbana, cujas reformas não foram realizadas no país, reforçando a concentração da propriedade e a sua relação direta com o não acesso dos trabalhadores à cidade.

Se em qualquer cidade do mundo o preço de um imóvel é fortemente determinado pela localização no meio urbano, em cidades extremamente desiguais como no Brasil essa diferença de preço é maior. Lançando mão de um raciocínio esquemático podemos dizer que mercados restritos e especulativos são mercados excludentes, de baixa produtividade, marcados pela simbologia do consumo conspícuo. (MARICATO, 2005, p. 2 -3).

Daí a ação de movimentos sociais que lutam pelas reformas agrária e urbana, no país, que, em grande parte das vezes, têm como resposta do Estado a violência, a perseguição e a morte de muitos trabalhadores.

A relação entre a modernização conservadora, o êxodo rural e o processo de urbanização concentrada que vivenciamos sintetiza avanços na industrialização e no consumo de bens duráveis, sofisticação dos serviços com expansão da pobreza, da informalidade e da violência. É assim que o trabalho se configura e se reconfigura, na metrópole do capital:

[...] nas inflexões das vidas e circunstâncias de vida dos que, tendo chegado em São Paulo nos anos 70 ou início dos 80, fizeram um percurso pelos empregos fabris, chegaram às então distantes e desoladas periferias da cidade, realizaram o “sonho da casa própria” pelas vias da autoconstrução da moradia, viram-se às voltas com loteamentos clandestinos e envolveram-se nas lutas sociais do período [...] ou, então, instalaram-se precariamente no que haveria de se transformar vinte anos depois em uma grande favela, na qual, e tal como contraponto da épica dos movimentos sociais, o clientelismo velho de guerra se faz presente e operante nas dobras e redobras das muitas ilegalidades de que é feito o mundo social. (TELLES; CABANES: 2006a, p. 19).

Muitos trabalhadores de hoje, e suas gerações anteriores, compuseram o contingente de massa urbana marginalizada do mercado de trabalho brasileiro e, por meio de suas histórias individuais, revelam uma dinâmica que correspondeu às destinações coletivas e que teve uma marcante repercussão em períodos posteriores, conformando os trabalhadores/moradores da São Paulo atual. Os trabalhadores organizados nos movimentos por nós estudados são parte dessa realidade, igualmente, e podem, dentro da suas particularidades, testemunhar suas vivências nesses processos históricos. Um de nossos entrevistados explicita abaixo a marginalidade do campo que se estende para a cidade.

Filho de camponês lá no nordeste, na Paraíba [...], minha mãe às vezes lavava roupa para sobreviver. A gente veio de família pobre, paupérrima, filho de camponeses que trabalhavam na terra dos outros de “meia”, de “terça”. Nunca chegamos a ser arrendatários de terra, porque as condições econômicas nossas não permitiam e a lógica dos caras, dos proprietários, não era nunca arrendar a terra e sim impor uma forma de trabalho mais pesado, que era a forma de “meia” ou “terciária”. Em 4 de março de 1974, vim embora para São Paulo [...], o emprego que me apareceu de cara foi trabalhar na construção civil. (Entrevistado A – Movimento de Moradia do Centro, entrevista à autora, 2006).

A origem nordestina e camponesa das primeiras gerações que vieram em busca de emprego, na capital paulista, reflete fatores que se repetem em quase todas as trajetórias que conhecemos, entre os coordenadores e militantes dos movimentos de luta pela moradia.

Meus pais vieram do interior da Bahia, eles vieram de lá para trabalhar na lavoura também [...] e se conheceram em Guariba [...] Sou do interior de São Paulo, de uma cidadezinha chamada Guariba, fica perto [...] de Jaboticabal, Ribeirão Preto. [...] Quando meus pais separaram, minha mãe ficou ruim, alcoólatra, eu pensava em ajudar a minha mãe [...] fui para Ribeirão Preto trabalhar de doméstica. Até arrumar um emprego, eu dormi na rua, eu lavava quintal a troco de um pão, eu lavava quintal a troco de um almoço. [...] [depois] trabalhei num supermercado. (Entrevistada B – Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

Eu nasci em Pernambuco, nasci em [19]83, fui criada lá. Com 15 anos eu vim aqui pra São Paulo junto com o meu pai, procurando oportunidade de emprego. (Entrevistada C – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Eu sou maranhense, numa cidade pequena lá do Maranhão. E eu vim pra cá pra São Paulo com uns 19 anos. Eu vim [...] pra conhecer e fiquei. Eu vim sozinha, que eu já tinha parente meu, duas irmãs, primas que já tinham vindo antes, que já moravam aqui.

A família da senhora lá no Maranhão trabalhava em quê?

No campo, em roça. (Entrevistada E, – Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

Quando o tema é atividade ocupacional, as atividades menos remuneradas, sem vínculo empregatício ou qualquer direito trabalhista, são as predominantes entre os trabalhadores que entrevistamos. Chamou-nos a atenção a grande quantidade de trabalhadores envolvidos na coleta de materiais recicláveis, tanto entre trabalhadores cuja atuação de coleta e militância se situa no Centro de São Paulo, a exemplo do que presenciamos, na ocupação do prédio Prestes Maia, do Movimento dos Sem Teto do Centro, como entre trabalhadores que atuam na periferia, que é o caso do acampamento Carlos Lamarca em Osasco, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. A **Figura 1**, a seguir, ilustra um “estacionamento” de carrinhos de coleta de materiais recicláveis, localizado em frente a acampamento do MTST. Segundo os militantes com os quais conversamos, no momento do trabalho de campo, um horário “comercial”, essa calçada fica tomada de carrinhos ao fim do dia.

Outra característica que comparece é a diversidade de atividades ocupacionais, um “pula-pula de galho em galho”, derivado da instabilidade no emprego que afetou as gerações mais novas.

Minha mãe veio da Bahia muito pequena. Meu pai era da região do Embu, veio pra capital pequeno e criaram vínculos aqui em São Paulo [...] Eu nasci e fui criado na zona oeste de São Paulo, família pobre também, como todo mundo aqui, como a grande maioria da sociedade, né?, família grande [...] E eu, muito pequeno, tive que começar a trabalhar também, com nove anos de idade eu já comecei a trabalhar [...]. [Me especializei e trabalhei] na área pneumática, área de borracharia [...], na área de serralheria, [...] na área de segurança, [...] na área de turismo [...] eu trabalhava como vendedor numa agência de turismo [...] e na área de operador de *telemarketing*. [...] [depois, desempregado] voltei para o mercado informal, para as oficinas de bairro, onde eu trabalhei muito tempo com empresa de distribuição de água mineral, e também com lava-rápido, lavando carro. (Entrevistado D – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Figura 1. Carrinhos dos catadores de materiais recicláveis. Atividade exercida por grande parte dos trabalhadores organizados em acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Pesquisa de campo (2006).



Foto: Fernanda Keiko Ikuta

A entrevistada abaixo, de uma geração anterior à do entrevistado supracitado, enfatiza ainda o volume considerável de empregos criados no período de consolidação da cidade de São Paulo, que atraía e mitificava a possibilidade de melhores condições de vida na “capital do trabalho”:

Eu vim pra São Paulo mais pra conhecer, a vontade de conhecer São Paulo, porque quando a gente ouvia falar assim “eu vou pra São Paulo”, nossa, parecia um sonho!

Isso em que ano?

Em [19]77. [...] eu lembro que eu cheguei aqui no ano... quando inaugurou o Shopping Ibirapuera, um dos maiores shoppings [...]. E naquela época o emprego era muito fácil. Por isso, o pessoal falava “eu vou pra São Paulo construir a minha vida”, porque o pessoal chegava e tinha muito emprego. Então, eu me lembro que eu cheguei no dia 27 de março, quando foi dia 5 de abril eu já estava trabalhando de balconista no shopping, nas Lojas Americanas [...] no shopping Ibirapuera... Aí eu fui ficando. (Entrevistada E, – Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

Mais recentemente, trabalhadores desempregados latino-americanos, como os bolivianos, têm migrado em busca de emprego e melhores condições de vida, em São Paulo, e são submetidos a condições degradantes de trabalho e moradia:

Faz dez anos que estou no Brasil [a entrevistada é boliviana]. Na Bolívia, eu estava estudando, fazendo o primeiro ano de Agronomia. [...] Vim porque não tinha trabalho. Vim por isto. [...] Tinha um endereço de onde eu iria trabalhar porque nosso vizinho estava aqui. [...] Não tinha carteira de trabalho assinada, também porque eu não sabia, eu não entendia o português. Trabalhava das oito [horas] da manhã às onze da noite, costurando. [...] Ganhava pouco, não tinha férias, não tinha nada. Trabalhei cinco anos, depois fui para outro trabalho, também de costureira. [...] Meu marido [também é boliviano] não encontrava emprego, então tivemos que levar nosso filho para a Bolívia, ele ficou lá quatro anos, agora está aqui de novo [...]. Quero voltar para a Bolívia. (Entrevistada F – Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

O novo proletariado urbano, composto por uma imensa massa de mão-de-obra excedente sem perspectiva de ser (re)incorporada ao mercado de trabalho formal – ou mesmo exilada no mundo informal – está, em sua grande maioria, armazenado em barracos. O que ocorre em São Paulo faz parte da extensão do fenômeno apontado por Mike Davis (2006), em sua obra *Planeta favela: os sem-teto de hoje precisam apostar a vida em um jogo de azar contra desastres inevitáveis em encostas precárias, planícies sujeitas a inundações ou terrenos próximos a depósitos de lixo tóxico*. Além disso, também vivem sob ameaças constantes das guerras de gangues, do tráfico, do despejo.

É conhecida a extensa e precária realidade, nas favelas paulistanas. Em 1973, apenas 1,1% da população morava nas favelas do município de São Paulo, mas, em 2000, a população favelada, 1,2 milhão de habitantes, já representava 11% da população municipal (SARAIVA; MARQUES, 2005, p. 146). As estatísticas apontam a existência de cerca de 1,2 milhão de pessoas que vivem em 2.018 favelas na capital⁹. Saraiva e Marques (2005) fazem um mapeamento da dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo e salientam que “as favelas são hoje uma alternativa mais utilizada pelos habitantes da cidade do que há dez anos”; se constatam que “a situação nas favelas de São Paulo não piorou ao longo da década”, ressaltam que essa melhora “não significa uma diminuição da

⁹ Levantamento das favelas do Município de São Paulo, desenvolvido pelo Centro de Estudo da Metrópole – CEM, em fevereiro de 2003, em parceria com a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo. Cf. <http://www.centrodametropole.org.br/base_cart.html>.

segregação socioespacial, que pode existir e mesmo aumentar em situações de plena universalização dos serviços públicos e de crescimento da renda” (p. 164). Os pesquisadores também fazem uma análise da heterogeneidade social e espacial das favelas paulistanas. Foge às delimitações do nosso trabalho um aprofundamento sobre a heterogeneidade do fenômeno favela, mas cabe destacar que a pesquisa em questão chega à conclusão de que a heterogeneidade social se superpõe à heterogeneidade espacial¹⁰. De qualquer forma, permanece a afirmativa de que as favelas, “em sua maioria, estão localizadas em áreas *non edificante*, protegidas ambientalmente ou que oferecem risco, como as encostas dos morros e os leitos de cursos d’água [...] [e que] são normalmente locais com deficiência dos serviços de infra-estrutura urbana e com oferta insuficiente de equipamentos públicos” (SARAIVA; MARQUES, 2005, p. 143).

E a aposta da vida desses sem trabalho e sem teto, em um jogo de azar contra os desastres nos loteamentos localizados em área de proteção ambiental e áreas de risco tem as seguintes cifras: 522 áreas com 27.500 domicílios¹¹.

Maricato (2005, p. 3) frisa que “a retenção de terras e imóveis edificados urbanos vazios é um dos motivos da carência habitacional e dos preços inacessíveis” e “esses imóveis se concentram nas áreas mais centrais e, portanto, mais servidas de completa infraestrutura e oferta de serviços seguindo tendências internacionais”. “Estudos do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) [...] mostram que morar em áreas com mais infraestrutura, como é o centro, aumenta o acesso da população de menor renda a serviços públicos e a oportunidades de emprego” (FÓRUM Centro Vivo, 2006, p. 108).

A segregação territorial do acesso dos pobres aos serviços públicos é o grande gargalo dessa questão: pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole ajuda a compreender melhor os fatores que influenciam o acesso dos pobres aos serviços públicos, em São Paulo, nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura e transferência de renda. A pesquisa na cidade de São Paulo “concluiu que a maioria dos serviços essenciais está disponível para a população pobre da cidade”, porém revelou também que é na dimensão territorial que ocorre a segregação, motivada pelas “dificuldades de acesso e as diferenças de qualidade do serviço em função do local de moradia. Em quase todos os casos existe queda de qualidade ou maior

¹⁰ Saraiva e Marques (2005) fazem uma análise comparativa das favelas, de seus entornos e dos distritos. Essa tipologia está mapeada e analisada quantitativa e qualitativamente.

¹¹ Cf. documento elaborado pelos movimentos sociais e outras entidades reunidas no Fórum Centro Vivo: FÓRUM Centro Vivo. Dossiê violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas (2005-2006). São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://dossie.centrovivo.org>>. Acesso em: 05 mar. 2007.

dificuldade de acesso quando a distância em relação ao centro aumenta, especialmente em áreas de favela” (STAM, 2006, p.1).

Só no centro de São Paulo há 40 mil imóveis vazios; o total de domicílios vagos da cidade (254 mil) é maior do que a estimativa de déficit habitacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), que é de 203,4 mil unidades¹².

A relação do déficit com os rendimentos é igualmente aspecto a ser considerado. 84% do déficit habitacional no Brasil dizem respeito a famílias com renda entre 0 e 3 salários mínimos. Na cidade de São Paulo, das habitações precárias em que há coabitação familiar (segundo o IBGE, famílias conviventes + cômodos alugados), 45,2% ganham de 0 a 2 salários mínimos, 34,4% de 2 a 5, e 18,6% mais de 5 salários mínimos (AMORIM, 2006).

Essa parcela de trabalhadores precários, entre outras precariedades, sujeitos a uma trajetória de permanente sucessão ocupacional, ou mesmo sem perspectiva de ser (re)incorporada ao mercado de trabalho, vivem ao mesmo tempo uma trajetória de sucessão de habitações precárias, de despejo de casas alugadas, de encortiçamento, de situação de rua. Segundo estimativa de 1997, feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, há cerca de 600 mil moradores de cortiço (as habitações coletivas multifamiliares precárias). “No primeiro Censo, realizado em 2000, foram identificados 8.088 moradores de rua em São Paulo. Destes, 4.395 foram encontrados nos logradouros da cidade e 3.693 encontravam-se nos albergues. No segundo Censo, em 2003, foram contadas 10.399 pessoas em situação de rua em 29 Distritos Municipais da cidade de São Paulo, sendo que 6.186 em albergues e 4.213 nas ruas” (FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas, 2007).

¹² Segundo informações da *Folha Online*, “o déficit habitacional brasileiro atingiu 7,964 milhões de residências em 2006, segundo estudo realizado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), com base nos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O estudo aponta que o déficit relativo (número de casas existentes dividido pelo de casas necessárias para suprir a demanda) atingiu 14,6% --um recuo de 0,3 ponto percentual sobre 2005. Em termos absolutos, os Estados com os maiores déficits são São Paulo (1,517 milhão), Rio de Janeiro (752 mil) e Minas Gerais (632 mil). Em termos relativos, os maiores déficits estão no Maranhão (38,1%), Amazonas (33,7%) e Pará (33,5%). Os menores déficits relativos estão em Santa Catarina (8,8%), Paraná (8,9%) e Espírito Santo (9,8%). O estudo ainda mostra que, do total do déficit, 59% referem-se a domicílios considerados ‘subnormais’, sendo que São Paulo e Rio são os Estados que reúnem a maior parte das habitações nessa categoria. O IBGE considera subnormal o ‘conjunto constituído por um mínimo de 51 unidades habitacionais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno alheio, disposto, em geral, de forma desordenada e densa e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais’. O número de domicílios desse tipo no país hoje é de 1,972 milhão” (SALLES, 2007, p. 1).

Apesar de alguns indicadores quantitativos de atendimento em educação e saúde terem melhorado nas últimas décadas; o problema habitacional agravou-se em termos quantitativos (há maior número de favelas, por exemplo) e qualitativos (há maior complexidade para atuação, com existência de favelas dentro de conjuntos habitacionais, cortiços em loteamentos periféricos, presença de tráfico de drogas, aumento da violência urbana, maior desemprego e precarização do trabalho, etc.) nas últimas décadas na metrópole paulista. (FÓRUM Centro Vivo, 2006, p. 11).

Esses trabalhadores sem teto vivem uma total instabilidade no trabalho e na moradia. O salário é tão baixo que não permite que o trabalhador e sua família morem e comam, de maneira que ele precisa chegar ao absurdo de optar por uma das coisas! A Entrevistada E (Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006) testemunha sua vivência com o despejo: “[...] sempre salário mínimo [...] aí ou você pagava aluguel ou você comprava comida”. E a Entrevistada B relata como ela e sua família chegaram à situação de rua:

A situação lá no interior [Ribeirão Preto] não foi boa. A firma onde ele [marido] estava fechou e a gente pagava aluguel e não estava mais podendo pagar o aluguel, não pagava mais água, não pagava mais luz, aí vieram e cortaram a luz [...] eu passei o Natal no escuro com os meus filhos. Aí meu marido foi para São Paulo e disse: “Olha, eu vou para São Paulo, vou trabalhar e as coisas dando certo eu venho buscar você” [...]. Eu fiquei na casa da minha cunhada. Minha mãe depois foi me buscar. [...] Ele arrumou um lugar correndo [...] e foi me buscar. [...] Chegando aqui [São Paulo] eu morei tipo dum porão [...] só que chovia, minava água da parede e minha filha, a caçula, além de ter problema no coração, ela tinha bronquite asmático, alérgico... eu quase perdi minha filha [...]. Arrumei um emprego de faxineira [...] e disse pro meu marido: “Agora eu também estou trabalhando, você pede um aumento para o patrão e nós arrumamos um lugar melhor, temos que sair daqui” [o patrão despede o marido]. Aí tivemos que entregar, ele pegou o tempo dele de firma e aí fomos alugar [...] cortiços. Na Miguel Teles Júnior, era uma descida [...] quando chovia... [alagava] quando eu morei lá, eu perdi todas as minhas coisas. [...] conheci o viaduto do Glicério e fui para o viaduto do Glicério, fiquei embaixo do viaduto com os meus filhos [...]. Precisei ir pra rua! Um tempo de três meses. [...] meu marido trabalhava fazendo churrasco na rua pra outra pessoa. (Entrevistada B - Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

Essa realidade nos demonstra como renda, trabalho e moradia, na verdade o conjunto das condições de existência desses trabalhadores, se relacionam. Todavia, essa articulação é profunda. Dessa forma, não nos bastará uma análise que articule superficialmente esses elementos, como seria uma “leitura” que se limitasse ao mercado (o mercado de trabalho, o mercado imobiliário). A análise dessa problemática somente alcançará

a profundidade dessa articulação, se abordar a separação e alienação do trabalho e seus meios de produção: a separação entre o *caracol* e sua *concha*, que é o que de fato está em questão.

O cotidiano dos trabalhadores é feito por circuitos que articulam trabalho, moradia e serviços urbanos, expressos nas suas trajetórias habitacionais e nos seus percursos pelas diferentes atividades ocupacionais (TELLES, 2006c, p. 69). E o que vemos hoje é uma complexificação dessas relações articuladas. Compreender o trabalhador urbano, na atualidade, requer compreender as mutações na morfologia e nas relações do trabalho e da cidade.

Ambos (trabalho e cidade) estão hoje mais complexos. A classe trabalhadora está mais heterogênea e complexa¹³, e, conseqüentemente, mais fragmentada e debilitada. Numa relação direta com esse novo quadro, as desigualdades e as diferenças existentes na cidade de São Paulo aumentaram, nas últimas décadas, enquanto a distribuição da pobreza e da riqueza na cidade é atualmente muito mais descontínua, ou seja, “a cidade é muito mais heterogênea do que se supunha”, nos estudos urbanos dos anos 1980, que dualizavam centro-periferia e pobreza-riqueza, ao descrever a distribuição destas no espaço urbano (TELLES, 2006a, p. 60 - 61). Essas mutações reavivam as disputas territoriais.

Nos últimos anos, sobretudo na atual gestão, iniciada pelo prefeito José Serra (2005 – 2006), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e hoje nas mãos do prefeito Gilberto Kassab (desde 2006), do Democratas (DEM), que até março de 2007 era o Partido da Frente Liberal (PFL), é possível verificar uma política de expulsão dos trabalhadores que moram no centro de São Paulo. Essas intervenções urbanas (que iremos discutir de maneira mais aprofundada, no Capítulo 2), realizadas com parcerias público-privadas que procuram reconverter os espaços antes pertencentes à classe trabalhadora (os cortiços e a camelotagem no centro sempre foram uma “alternativa” de trabalho e moradia), têm desterritorializado os trabalhadores pobres do centro, através de:

- a) reintegrações de posse de prédios ocupados por integrantes dos movimentos de sem-teto (tratados como “caso de polícia” e, portanto, muitas vezes, submetendo os moradores à violência policial). Os movimentos ocupam imóveis vazios, em geral, com problemas judiciais, cujos proprietários (latifundiários urbanos) estão irregulares, por exemplo, no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano

¹³ Sobre o caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho, em nossos dias, cf. Antunes (2005b). Thomaz Júnior (2006), num ensaio autocrítico, debate os limites da teoria e a plasticidade do trabalho, no Brasil de hoje.

(IPTU); enfim, como advertem alguns, são imóveis que não estão cumprindo com a sua *função social*;

- b) intensificação da fiscalização contra comerciantes informais, os camelôs (também criminalizados);
- c) tentativa de deslocar forçadamente os catadores de lixo para fora do centro¹⁴;
- d) desapropriação de imóveis na área conhecida como Cracolândia e concessão de incentivos fiscais às empresas que lá se instalem (MATTOS, 2005).

O dossiê de denúncia do Fórum Centro Vivo¹⁵ (2006) apresenta, em termos legais, uma série de violações de direitos humanos cometidas, no entendimento do Fórum, “em última instância pelo Estado brasileiro, em seus três níveis (prefeitura, governo do estado e governo federal)”: violação dos direitos humanos da população sem-teto (interrupções de programas de Habitação de Interesse Social na região central); violação dos direitos humanos do(a)s catadore(a)s de material reciclável; violação do direito à igualdade e à não-discriminação; violação do direito à gestão democrática da cidade; violação do direito ao trabalho; violação do direito à cidade sustentável; violação do direito à moradia adequada; violação do direito à cidade; violação do direito à igualdade; violação do direito à liberdade de

¹⁴ Para conhecer mais de perto a problemática que envolve os catadores de materiais recicláveis, assim como o trabalho que vem sendo realizado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cf. <www.movimentodoscatadores.org.br>.

¹⁵ “O Fórum Centro Vivo (FCV) é uma articulação coletiva fundada em 10 de dezembro de 2000. A proposta surgiu em maio de 2000, durante o Seminário ‘Movimentos Populares e Universidade’, organizado por estudantes da Universidade de São Paulo (USP), pela Central dos Movimentos Populares (CMP) e pela União dos Movimentos de Moradia (UMM), com apoio e participação de diversos professores e professoras daquela universidade. [...] Participam dele dezenas de grupos de diferentes áreas de atuação: movimentos sociais; pastorais e organizações de base; universidades, diretórios acadêmicos e grêmios estudantis; organizações não-governamentais, entidades de defesa dos direitos humanos, de educação e cultura; coletivos de arte e grupos de teatro; e coletivos de mídia independente” (FÓRUM Centro Vivo, 2006, p. 9). O Dossiê de denúncia do FCV (2006) foi realizado pelas seguintes entidades: Centro de Mídia Independente - Coletivo de São Paulo (CMI-SP), Central dos Movimentos Populares (CMP), Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Editora Pressa, Fórum Metropolitano de Educação Social na Rua, Frente de Luta por Moradia (FLM), Integração Sem Posse, Movimento dos Ambulantes de São Paulo (MASP), Movimento Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da População de Rua (MNPR), Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, Polis – Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP). Os princípios do FCV podem ser resumidos em: lutar por *justiça social* e pela *reforma urbana*; defender a *função social da propriedade*; pleitear uma *política de habitação popular para a área central*; apoiar formas de produção e distribuição baseadas nos princípios da *economia solidária*; batalhar pelo *uso democrático do espaço público*; *garantir a acessibilidade ampla* ao centro; defender a *preservação da história e da memória como patrimônio vivo*; propugnar por uma política cultural que inclua o *acesso democrático à produção, circulação e fruição dos bens culturais*, assim como o *direito à informação*; pôr-se *contra o tratamento repressivo da população na área central*; *questionar a legitimidade de operações urbanas* e outras ações do poder público que tenham por fundamento um processo de valorização imobiliária, mesmo que sob a justificativa de gerarem contrapartidas sociais; *garantir a participação popular*; *apoiar os movimentos populares e outras formas de luta pelos direitos sociais* no centro (p. 9 – 10).

ir e vir; violação do direito de acesso à justiça; violação dos direitos das crianças e adolescentes; violação dos direitos do idoso; violação das condições de moradia digna; violação do direito à vida e à segurança; violação do direito à saúde etc.

Se, de um lado, o poder público, em consonância com o capital imobiliário e financeiro, tenta desterritorializar os trabalhadores do centro, estes últimos, por meio de iniciativas isoladas ou de movimentos de moradia, “têm realizado nos últimos anos, ocupações de imóveis abandonados por seus proprietários [até que uma ordem judicial execute o despejo, no caso das iniciativas isoladas, ou] como forma de pressão [no caso das ocupações organizadas pelos movimentos sociais] por políticas públicas de habitação e pelo cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana (previstas em lei federal)” (FÓRUM Centro Vivo, 2006, p. 11).

Como desvendar o campo de forças e as mediações que compõem essa disputa no e por territórios? Em que medida a reestruturação do capital incide sobre o trabalhador/morador hoje e o reconfigura, no espaço urbano? Como esse proletariado urbano se configura num primeiro momento e posteriormente ganha essa nova morfologia, baseada em relações e práticas urbanas também transformadas? Ou seja, quais são as raízes dessa precarização nas condições de vida e trabalho da classe trabalhadora urbana?

Expliquemos. Se hoje vivenciamos uma intensificação e uma complexificação da precarização sócio-espacial, quer dizer, uma reconfiguração territorial do trabalho, que reforça a precarização estrutural e cria novas precariedades ao trabalho e à vida dos trabalhadores, na metrópole, quais são as raízes históricas, econômicas, políticas e culturais que levaram a esses processos? É preciso discutir a precariedade estrutural do trabalho, porque essas raízes irão nos ajudar a compreender o trabalhador urbano, na atualidade, ou as mutações na morfologia e nas relações do trabalho e da cidade. Cabe-nos, por conseguinte, neste momento, debruçar sobre as particularidades históricas para chegar às raízes da precariedade estrutural do trabalho no urbano. Já fizemos acima alguns apontamentos sobre a particularidade histórica do capitalismo, no Brasil, porém é preciso agora levar em conta a particularidade histórica da cidade de São Paulo e seu entorno metropolitano. E é a isso que vamos, no próximo item.

1.2. A precariedade estrutural do trabalho: onde ficou a concha do caracol?

Da cidade comercial do café, no século XIX¹⁶, São Paulo foi adentrando num processo de industrialização e urbanização vertiginoso, ganhando uma posição regionalmente dominante, que, em pouco tempo, ganhou dimensão nacional. Suas privilegiadas condições para a localização industrial e a disponibilidade de capitais acumulados com o café, entre outros fatores, atraíram um grande contingente de migrantes, primeiro europeus e mais tarde do próprio país, constituindo-se, em meados do século XX, como metrópole com *status* de capital econômica do Brasil.

O regime de acumulação predominantemente intensiva difundiu-se no Brasil a partir de São Paulo. Com seu desenvolvimento dinâmico por volta da virada do século São Paulo construiu o fundamento para assumir em um mercado nacional em vias de integração a posição-chave. De 1919 a 1970 o Estado de São Paulo logrou aumentar a sua participação na produção industrial nacional de 32% a 58%. Com isso, a capital industrial de São Paulo determinou a dinâmica da acumulação. (NOVY: 2002, p. 212).

A relevância do processo de industrialização, iniciado no século XIX, as condições para a localização industrial, a redefinição da estrutura formal do espaço das cidades fazem culminar o processo de metropolização. A considerada Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)¹⁷ ganha, então, importância nacional como pólo industrial: “[...] em 1907 a participação de São Paulo [cidade] na produção industrial nacional cifrou-se em 16%, em 1919 em 32% e em 1939 em 41%” (NEGRI et al., 1988, apud NOVY, 2002, p. 202). A

¹⁶ Sobre os fatores geográficos e históricos que concorrem para a precedência da cidade de São Paulo cf. as diferentes abordagens de Prado Júnior (1998) e Toledo (2003).

¹⁷ “A *Cidade de São Paulo* (livro editado por ocasião do quarto centenário da cidade: Azevedo, 1953), no início dos anos 1950, anunciava a metrópole, como a grande cidade de expressão nacional e latino-americana. A aglomeração urbana, que ultrapassa os limites do município de São Paulo, cresceu extraordinariamente, na passagem do século XIX para o século XX, e constituiu-se como metrópole em meados do século XX. O município da capital, em seus atuais 1.525 Km² e seus 10.434.252 habitantes (IBGE, 2000), constitui o núcleo principal que concentrou a atividade industrial responsável pelo crescimento da cidade e da metrópole, conhecida como Grande São Paulo, nos anos 1960 e mais tarde como Região Metropolitana de São Paulo, que atualmente conta com mais de 18 milhões de habitantes, em uma área de 8.051 Km²” (FRANCESCONI, 2004, p. 115 - 116). A RMSP reúne 39 municípios, sendo eles: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista. É importante salientar que fazemos referência a RMSP, porque a literatura assim o faz, apresentando dados e informações organizadas por essa divisão político administrativa. Contudo, é preciso ter claro que a realidade metropolitana e os fluxos nela existentes não coincidem com tal divisão, porque eles vão além dessa região legalmente constituída.

acumulação de capital, cuja oferta de empregos atrai um grande contingente migratório estrangeiro e nacional, é outro fator que dá à Região importância nacional.

Quando a possibilidade do fim da escravatura se torna mais concreta, a imigração europeia explode. Sobre o fim da escravatura, cabe enfatizar dois elementos: 1) É freqüente a afirmação de que São Paulo tenha impulsionado a transição para o trabalho livre assalariado, todavia, Novy (2002, p. 210) relativiza essa afirmação: “[...] perseguindo uma estratégia de preservação inercial do poder, os barões do café só tomaram o trem do trabalho assalariado ‘progressista’ quando não lhes restou outra opção”. 2) Como apontamos no item anterior, a natureza colonial-escravista da nossa formação capitalista deixou uma “clivagem racial no interior da determinação de classe que marca de modo indelével, a desigualdade social no País”:

Mesmo após a Abolição da Escravatura, em 1888, a segregação racial perdurou. Os capitalistas, com o apoio do governo republicano, optaram pela utilização da força de trabalho de imigrantes brancos, ao invés de negros recém-libertos, nos pólos dinâmicos da indústria brasileira nascente. Os proletários negros, excluídos da senzala, trabalhadores livres, se inseriam agora, em trabalhos precários, mal pagos e sem direitos trabalhistas. (ALVES, 2006a, v. 1, p. 2).

1901, treze anos após a Abolição da Escravidão, é a data que se considera o início do processo migratório para São Paulo. Nesse ano, o Estado de São Paulo contava com cerca de 50 mil industriários, estimando-se que 90% dos trabalhadores do Estado eram estrangeiros, a maioria italianos, seguidos de portugueses, espanhóis, alemães e poloneses, entre outros. O registro de entrada de 1901 apontou 1.434 migrantes nacionais e 70.348 estrangeiros aportados no Estado. Em 1919, 54,3% dos trabalhadores ainda eram estrangeiros (NOVY, 2002, p. 210; PROJETO São Paulo, 2007).

A intensificação do fluxo de nordestinos, mineiros e fluminenses para o Estado de São Paulo se inicia em 1923. Em 1935, com o estímulo do governo de Armando Salles de Oliveira, as entradas passaram a ser maciças, sendo que, em 1939, alcançam a casa dos 100 mil. Esses migrantes se espalharam por todo território paulista, mas a Região Metropolitana foi a mais importante área de atração populacional do Estado. As migrações contribuíram com 56,6% do crescimento da população da Região, no período 1960-1970. São Paulo passa a concentrar o fluxo migratório interno de trabalhadores expulsos do campo pela

modernização conservadora, indo agora integrar-se como mão-de-obra assalariada industrial e, mais tarde, desde os anos de 1980, nos serviços.

Mas quais eram as condições gerais de vida e de trabalho desses trabalhadores, que viveram a transição da cidade comercial do café para o processo de industrialização e metropolização?

As estruturas desiguais e arcaicas no interior fomentavam o êxodo rural, acirrando os conflitos sociais urbanos. A Lei de Terras de 1850 impediu que um imenso contingente de trabalhadores brasileiros tivesse acesso à posse da terra e, conseqüentemente, inibiu a pequena produção.

Esses trabalhadores ficam, então, condenados a ser massa subalterna do campo e da cidade: “[...] os que não conseguiram se inserir na indústria e serviços capitalizados, compuseram o contingente de massa urbana marginalizada do mercado de trabalho” (ALVES, 2006a, p. 1). O percentual de trabalhadores sem emprego fixo, em 1919, era de 15% da população; os baixos salários decorrentes principalmente de práticas repressivas nas grandes empresas, mas também o achatamento do nível salarial devido ao aumento da participação das mulheres, que chega a 30,8% nesse período (NOVY, 2002, p. 210 – 211), são reveladores da peculiar precariedade estrutural de longa data do trabalho, no Brasil, da sua condição de historicamente precarizado. Seguindo essa tendência, a integração no chamado mercado formal de trabalho torna-se cada vez mais restrita e, assim, um contingente cada vez maior (tanto de trabalhadores que continuam a chegar à metrópole, quanto de trabalhadores já nela residentes) é submetido ao desemprego, ao subemprego e a toda precariedade das condições de vida.

Essas relações precárias de trabalho e de vida não ocorrem sem a presença de conflitos por moradia, transporte público, creches etc. Quais são essas mudanças essenciais, no espaço urbano? Que conflitos sociais geram? Como é o surgimento da periferização dos trabalhadores e os seus problemas habitacionais?

Há quem defenda que, ao nos referenciarmos à natureza da sociedade escravista, vemos que, até certo ponto, a segregação espacial não era, na ocasião, uma necessidade fundamental. A hierarquização do espaço praticamente se inicia com a sociedade de trabalhadores assalariados livres; a cidade se expande e as classes sociais começam a se separar no espaço urbano, isto é, os trabalhadores são expulsos para a periferia.

O conflito central da época dizia respeito ao uso da terra na cidade. Em uma economia escravista, a segregação das classes sociais não carecia de expressão espacial. Muito pelo contrário, a presença de escravos era insubstituível para a qualidade de vida da camada superior. Mas, em uma sociedade de trabalhadores assalariados livres, o desejo de segregação espacial aumentou nitidamente por parte da burguesia. O conflito urbano transformou-se essencialmente em um conflito sobre o modo de uso privado e público da cidade e a forma da intervenção do planejamento do Estado no nível local. De início, o crescimento vertiginoso se deu de forma desordenada e conduziu a uma mistura de bairros comerciais, industriais e residenciais. Com base nos argumentos dos urbanistas, chamava-se a atenção à situação sanitária e higiênica deficiente nos cortiços dos bairros operários e lamentava-se a corrupção dos costumes nesses bairros “perigosos”. A camada superior buscava uma hierarquização do espaço com uma clara estrutura local de centro e periferia. A classe trabalhadora foi expulsa dos bairros próximos ao centro e recebeu espaço habitacional na periferia da cidade. (NOVY, 2002, p. 207-208).

Assim, com a expansão da indústria surgem os bairros residenciais nobres, ao mesmo tempo em que começam a se formar os bairros industriais e operários. Nos primórdios da industrialização, final do século XIX e primeiras décadas do século XX, São Paulo tinha um padrão concentrado de urbanização, que criou uma associação entre moradia e trabalho, na qual o bairro proletário se torna um núcleo de vida social. Com a consolidação da indústria, esses bairros, sobretudo a partir dos anos de 1940, passam por uma profunda transformação, com a “dissolução de sua identidade como bairros proletários” (ANDRADE, 2004, p. 172). A malha urbana começa a ser mais dispersa e segregada, com a expulsão de grande parte dos trabalhadores para loteamentos periféricos, sem infra-estrutura adequada e sem serviços básicos, onde eles foram obrigados a buscar aluguel mais barato ou a construir, eles mesmos, suas casas. Quer dizer, o deslocamento forçado para a periferia significou uma degradação das condições de vida desses trabalhadores, que deixaram de ter em seu entorno água, iluminação, esgoto, calçamento, transporte público, educação, saúde.

Todo esse contexto urbano, fundado em uma estrutura profundamente desigual e arcaica, acirra os conflitos sociais urbanos expressos, por exemplo, no movimento sindicalista de orientação anarquista, que organizou os trabalhadores nas greves (contra as más condições de trabalho – perdas salariais maciças; e, para “salvar os seus bairros residenciais da ameaça de demolição”, que era uma constante, uma vez que as fábricas compravam as residências contíguas a elas para as demolirem e, desse modo, efetuar a sua expansão) de 1917 a 1918 (NOVY, 2002, p. 210).

Amir El Hakim de Paula (2005), que estudou a relação entre o operário e a cidade de São Paulo, no período de 1900 a 1917, analisando as lutas contra a Carestia de Vida

e a Greve de 1917, corrobora que o crescimento populacional e geográfico da cidade esteve atrelado ao surgimento de um processo de segregação espacial que separava os bairros mais populares, circunscrevendo os operários (os principais construtores da cidade) a esses bairros com pouca infra-estrutura urbana, distintos dos bairros da elite paulistana (principalmente burguesia cafeeira e/ou burguesia industrial). O aspecto mais interessante da dissertação de Amir de Paula (2005) é a demonstração de que os operários desse período, sobretudo os organizados segundo o ideário anarquista, para além de se restringirem às reivindicações concernentes às relações de trabalho, ocupam e questionam a cidade como um todo, ou seja, articulam-se por questões amplas.

Com suas ações, os operários param a cidade em solidariedade a outras categorias, desafiam o poder público e ocupam espaços proibidos. O autor explica que novas formas de insubordinação são criadas pelos operários, exemplificando com o descumprimento do itinerário imposto pelos órgãos públicos municipais e pela Força Pública, que proibiam a passagem de féretro pela região central: a fim de normatizar as manifestações públicas e controlar os espaços, são lançadas “leis que regiam o espaço público proibindo a circulação pelo centro”, por exemplo, proibindo “a passagem de féretro por essa região” (PAULA, 2005, p. 130), mas os operários se insubordinam ao itinerário imposto no cortejo do sapateiro Martinez, demonstrando “a força da greve e que a morte de um dos operários não abalou o movimento, mas pelo contrário, fortaleceu-o, já que uniu mais ainda as várias categorias de trabalhadores [...]” (PAULA, 2005, p. 133). A dimensão do movimento operário, nesse período, pode ser percebida nas palavras de Amir de Paula:

Ao lutar por uma cidade mais democrática, esse operariado tentava resgatar a cidade como obra, algo perdido desde a emergência do capitalismo e da sociedade industrial. [...].

Os operários elegeram a cidade como principal espaço de conflito social, através da ocupação de ruas e praças em grandes manifestações. Ao apropriarem-se desses espaços, lutavam contra a cidade segregada, que os tinha relegado às áreas mais arrabaldes.

As lutas desses operários aqui demonstradas podem nos oferecer algumas pistas de como a cidade foi se transformando ao longo do século XX. Mais ainda, analisando seus momentos de luta, como também de lazer, percebemos que o operariado procurava sistematicamente imprimir na cidade outro tipo de sociabilidade, que não fosse mediada pela mercadoria e seus valores. (PAULA, 2005, p. 138-139).

Como vimos, a formação de bairros operários, “núcleos de vida urbana aglutinando a parcela maior da força de trabalho” (ANDRADE, 2004, p. 172), está diretamente ligada ao princípio da industrialização, na cidade de São Paulo. Todavia, quando a cidade se consolida como pólo industrial brasileiro, impulsionando freneticamente a urbanização, ocorre, mais nitidamente, desde os anos 1940, uma “transformação profunda desses bairros, no sentido da dissolução de sua identidade como bairros proletários que, ao mesmo tempo em que os distinguira, constituíra elemento de redefinição da própria Cidade” (ANDRADE, 2004, p. 172). Tratava-se de estratégias que visavam a fragmentar os trabalhadores (que eram, na sua maior parte, imigrantes), por meio da “dissolução de um elemento fundamental na constituição dos bairros operários – a associação estreita entre moradia e trabalho” (ANDRADE, 2004, p. 183).

Em detalhes, os elementos que dissolveram os laços sociais foram:

[...] o abandono dos bairros pelos imigrantes enriquecidos pelo progresso de suas oficinas; a ascensão e o declínio de empresas; a expulsão de moradores que, impossibilitados de pagar os aluguéis em alta procuravam os loteamentos desprovidos de infra-estrutura, que se abriam nas franjas da cidade; o abandono dos bairros por moradores expulsos pelas fábricas que se expandiam às custas da destruição das moradias a elas contíguas. (ANDRADE, 2004, p. 183-184).

Foi uma tentativa clara de desterritorializar os trabalhadores. Desterritorializá-los, não necessariamente os deslocando. Parte dos trabalhadores foi desterritorializada pelo deslocamento, enquanto a maior parte deles foi desterritorializada mesmo sem ser deslocada, porque, de certa forma, esses trabalhadores perderam, ou tiveram fragilizado, o controle, o comando do seu território, uma vez que os elementos que os agregavam foram dissolvidos. E, partindo de uma interpretação das formulações de Haesbaert (2004, p. 237), essa perda de controle ou comando do território (resultante da estratégia dos grupos hegemônicos que o colocaram em disputa) é também um processo de desterritorialização. Esse mecanismo empregado pelos grupos hegemônicos para tomar ou fragilizar o território da classe trabalhadora é constantemente atualizado e posto em prática, como poderemos verificar, em outros momentos de nosso texto.

Considerando todo esse contexto, cabe fazer uma pequena observação que demonstre para onde estavam voltados os interesses e ações governamentais e que respostas eram dadas às demandas sociais, para que, então, possamos ir compreendendo a historicidade

da precarização do trabalho, as raízes das suas reconfigurações territoriais na metrópole do capital.

A modernização da infra-estrutura urbana de São Paulo, para que ela se tornasse “o centro de um sistema de produção crescentemente integrado no plano nacional”, foi apoiada pelos governos federal e estadual. No plano local, “sucediãem-se prefeitos que investiam mais na infra-estrutura física e outros que preferiam ampliar os serviços de natureza social” (NOVY, 2002, p. 214).

De um modo geral, o Estado populista estava mais interessado em viabilizar o processo de acumulação capitalista do que, por exemplo, investir na construção de casas populares. Por essas vias, consolida-se, entre os anos de 1940 e 1964, o denominado padrão periférico de crescimento, com a iniciativa privada à frente do grande negócio que era a implantação dos loteamentos periféricos, o qual alavancava a especulação imobiliária por meio da valorização dos vazios urbanos deixados por essa prática de construção periférica. Todavia, a política clientelista utilizava como instrumento essencial para a distribuição de recursos públicos a troca de votos por melhorias locais, ou seja, ela articulava localmente os problemas sociais. A criação das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs), que atuou ao lado da Sociedade dos Amigos da Cidade (uma associação de profissionais liberais e da camada superior, fundada em 1934), foi um instrumento refinado do clientelismo. Tentava-se introduzir algumas das demandas da população no processo político, como contrapartida ao voto organizado por essas associações, de um bairro em um candidato a vereador (NOVY, 2002, p. 214).

Já o “projeto urbano” da ditadura militar era promover a integração nacional, que significava completar a ocupação e a unificação do país, sob uma territorialidade capitalista, quer dizer, sob a regência dos fundamentos do capital. Nesse sentido, ocorre a institucionalização da Política Habitacional Brasileira, amparada no falacioso discurso da redução do déficit habitacional, difundido pela ditadura militar. O Sistema Financeiro Habitacional (SFH), que criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), representou a intervenção estatal ofertando as condições para o mercado privado se apropriar “da maior parcela do subsídio habitacional, favorecendo de forma destacada setores da classe média urbana e, até mesmo, participando de sua consolidação, a qual cumpriu papel fundamental como apoio político ao regime militar” (MARICATO, 2000, p. 162). O BNH entra, então, no regime militar, como uma poderosíssima máquina financeira, econômica, que movimenta as empreiteiras e, de alguma maneira, cria o sonho da casa própria. A maior parte

da produção do BNH esteve voltada para a população de rendas médias e altas, apesar de anunciar-se como um sistema que deveria atender à população de baixa renda, o que demonstra seu papel de estimulador do mercado imobiliário, das empreiteiras, levando a cabo a especulação imobiliária e a segregação social.

Essa política habitacional e urbana expandiu e aprofundou as tendências já existentes. A metropolização capitalista imprime suas clivagens no espaço urbano: de um lado, os trabalhadores que continuam indo para os cortiços e as favelas, que se multiplicam; do outro, crescem os condomínios de classe média e alta. Como os trabalhadores reagem a esse processo de favelização e periferização? De imediato, não há uma reação marcante. Segundo Maricato, somente quando a classe média é atingida pela dificuldade de acesso à moradia, e, em 1983, a idéia de crise habitacional começa a ganhar espaço na mídia, é que “há uma clara consciência social sobre ela” (MARICATO, 1988, p. 3).

Além das demandas habitacionais, no período de 1972 a 1984, outras demandas são encampadas; mais especificamente, tratava-se de lutas pela redemocratização do país e acesso aos serviços públicos¹⁸.

De 1968 a 1973, a Grande São Paulo vivia o pleno vigor de seu crescimento acelerado, quando, nos anos 1970, inicia-se uma política de desconcentração econômica e industrial da Grande São Paulo ou, como aponta Novy (2002), uma inversão da polarização.

A *relocalização* industrial é estimulada, em São Paulo e no Brasil, por meio de políticas públicas tanto estaduais quanto federais: articular a industrialização nas demais regiões brasileiras; estimular o investimento no Nordeste; criar a Zona Franca de Manaus; criar distritos industriais nos municípios brasileiros. Estimulou-se, assim, a “localização industrial em novas ou antigas cidades industriais, localizadas ao longo das vias de circulação, num raio de 150 km da capital” (FRANCESCONI, 2004, p. 122).

¹⁸ GOHN (1991, p. 379-380) aponta as seguintes lutas: *Movimentos nacionais*: movimento pela anistia; ciclo de greves generalizadas; movimento feminista; mobilização nacional contra o regime militar envolvendo partidos políticos, sindicatos, movimentos populares etc.; “diretas já”. *Movimentos sociais populares urbanos*: “custo de vida-carestia”; movimento pelos transportes públicos; movimento pela saúde; movimento de luta por creches; movimento dos professores das escolas públicas de 1º e 2º grau; movimento de associações de moradores; CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) da Igreja Católica; movimento de moradia; movimento dos desempregados. *Movimentos populares rurais*: CPT (Comissão Pastoral da Terra; MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). *Movimentos sindicais*: ENCLAT (Encontro Nacional da Classe Trabalhadora; CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores); CUT (Central Única dos Trabalhadores); CONTAG (Confederação Geral dos Trabalhadores da Agricultura). *Movimento estudantil*: UNE (União Nacional dos Estudantes); UBES (União Nacional dos Estudantes Secundaristas).

O que ocorre então é uma desconcentração espacial¹⁹, com centralização do capital e aumento da importância da cidade de São Paulo, na medida em que aumentam suas funções de controle econômico e dos serviços financeiros.

Entretanto, é basilar entender aqui que a industrialização do interior não foi uma simples extensão de aglomeração da cidade de São Paulo; na verdade, o Estado se especializou por funções. A cidade de São Paulo se concentrou em ramos de alto valor e o interior, no setor agroindustrial. A cidade de São Paulo melhora qualitativamente a estrutura de produção, mas aumenta sua participação no setor financeiro, bancário e securitário, desenvolvendo o papel de metrópole financeira do Brasil e, conseqüentemente, funções de uma metrópole internacional.

O que tal processo significou, em termos de problemas urbanos e condições de vida dos trabalhadores? Quais os sentidos e lugares do trabalho nessa metrópole cada vez mais financeira e internacional?

A exemplo da repercussão da crise do capitalismo dos anos 1970, nos países centrais, começa-se a vivenciar, no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, o processo de reestruturação produtiva²⁰ e a sentir-se as conseqüentes mutações no mundo do trabalho. Os trabalhadores fabris de então, a maioria deles imigrantes, começam a ser descartados do mercado de trabalho. Ocorre um recuo contínuo do assalariamento (maior desemprego, informalidade) e a tendência é de aumento da polarização no mercado de trabalho e de aprofundamento das desigualdades sociais (COMIN, apud TELLES, 2006a, p. 57).

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, que pouco a pouco vai sendo implantada igualmente no país e, guardadas as devidas particularidades, é a expressão da crise que o capital experimenta, sendo algumas das suas conseqüências as profundas mutações no mundo do trabalho.

Dentre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada

¹⁹ “Esta desconcentração por si não caracteriza uma *desindustrialização* da Cidade de São Paulo nos moldes que aconteceu em cidades européias e estadunidenses de velhas regiões industriais. A *desindustrialização* dá-se pontualmente no município de São Paulo, em determinados bairros. Em sentido inverso no município de Mauá e no Distrito de Anhanguera há um número crescente de novas instalações industriais, em plena Região Metropolitana” (FRANCESCONI, 2004, p. 123).

²⁰ Em *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, encontra-se uma profícua pesquisa sobre as formas diferenciadas da reestruturação produtiva, no país, cf. (ANTUNES, 2006).

prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital. (ANTUNES, 2000, p. 15)

Antunes enfatiza ainda que essa imensa precarização do trabalho e esse aumento monumental do exército industrial de reserva são engendrados na lógica do sistema produtor de mercadorias, que vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo (auto)destrutivo.

Antes de mais nada, vale destacar o espaço de poder que a cidade de São Paulo e seu entorno metropolitano representavam, em suas origens, e como se dava o conflito capital x trabalho até então.

[...] Sobretudo a região do ABC, isto é, a antiga grande região industrial ao Sul da cidade de São Paulo, tornou-se um importante espaço de poder no Brasil sem enquadrar-se na estrutura federativa tradicional. Durante muito tempo, o conflito entre o capital e o trabalho dominou a região; o ABC tornou-se célebre pelas greves dos metalúrgicos no fim dos anos 70. Com um índice de filiação de 90%, os sindicatos constituíam um fator de poder local, mas o desemprego crescente e a opção das empresas pela transferência das suas unidades produtivas provaram um deslocamento cada vez maior do poder para o pólo do capital. (NOVY, 2002, p. 221).

Foi na indústria automobilística concentrada no ABC paulista que surgiu o “novo sindicalismo”, por meio das ações do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e região, berço dos movimentos operários, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e que culminou na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), um dos principais pólos de resistência e promessas de contestação à lógica do capital no país. Esse movimento sindical com capacidade de pressão política e social leva a uma reação do capital, tentando retomar o controle do trabalho.

Desde a década de 70, a participação da Região Metropolitana de São Paulo no produto industrial brasileiro decresce, enquanto o emprego formal tem um pequeno crescimento que resulta do aumento da oferta de trabalho nos setores de serviços e administração pública (FRANCESCONI, 2004, p. 119).

Francesconi ressalta que a crise de emprego deflagrada na década de 1980 tem um caráter diferenciado da crise de emprego, nos anos 1990. Para a autora, a primeira crise, a dos anos 1980, cujo desemprego não é de larga dimensão, apenas anuncia à cidade a mudança social que está por vir, enquanto a crise da década de 1990 representa um divisor de

águas, pois “situa-se já no contexto das mudanças na produção capitalista nos moldes ou com as receitas de enfretamento da crise delineadas nos anos 1970 pela política estadunidense e nos anos 1980 pelas políticas ditas neoliberais e reestruturativas da produção industrial” (FRANCESCONI, 2004, p. 117). Ou seja, a partir dela, o mercado de trabalho regride drasticamente, crescem os vínculos de trabalho vulneráveis, os rendimentos reais caem e a concentração de renda aumenta.

Todas essas conseqüências produzidas pelas modificações no processo produtivo (extinção de postos de trabalho, aumento das taxas de desemprego, diminuição da participação do setor industrial de São Paulo no PIB brasileiro) acarretam a ida do capital-dinheiro para os ativos financeiros que irão se realizar na própria metrópole, como analisa Carlos (2004, p. 52):

Deste modo São Paulo, no plano local, figura como nível importante do processo de realização da reprodução social no conjunto do espaço mundial – um movimento que acompanha as modificações do processo de reprodução do capital em suas novas articulações com o plano político.

Contudo, se a cidade de São Paulo é uma metrópole cada vez mais financeira e global, é porque, ao mesmo tempo, a pobreza urbana, a vulnerabilidade social ou, como preferimos, a precarização do trabalho e da vida da maior parte dos trabalhadores também se intensifica. A população economicamente ativa (PEA), em condições precárias de trabalho, sem acesso a contrato de trabalho formal, sem carteira de trabalho assinada e, conseqüentemente, sem acesso às poucas garantias existentes em caso de desemprego, é hoje uma realidade gritante para a metrópole de São Paulo. Se as condições e relações de trabalho estão mais precarizadas, isso nos indica que esses trabalhadores precarizados estão vivendo em piores condições de moradia, de saúde, de educação etc.

1.2.1. O trabalho precário no Brasil



Aguinaldo Novo - O Globo

Publicado em 13/09/2006

Jovens são mais de 45% dos desempregados, mostra DIEESE

SÃO PAULO - De cada quatro pessoas que integram a População Economicamente Ativa (PEA) nas grandes regiões metropolitanas do país, uma tem entre 16 e 24 anos de idade. Essa proporção é outra quando se considera apenas o número de desempregados.

Num universo com 3,241 milhões de trabalhadores sem emprego com mais de 16 anos, 1,473 milhão estão na faixa etária entre 16 e 24 anos, o correspondente a 45,5% do total. Esta é uma das conclusões do estudo "A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos", divulgado nesta quarta-feira pelo DIEESE.

Elaborado a partir de dados do Ministério do Trabalho até 2005 e pesquisas próprias do DIEESE em parceria com a Fundação Seade, o trabalho mapeou a situação dos jovens no Distrito Federal e em cinco capitais do país — São Paulo, Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), Recife (PE) e Salvador (BA).

A força de trabalho nessas seis regiões foi calculada em 18,489 milhões ao final do ano passado. Destes, 4,629 milhões (equivalente a 25%) eram jovens entre 16 e 24 anos. Apesar dessa participação expressiva na PEA, os jovens responderam por uma parcela menor do total de pessoas ocupadas.

Eles foram calculados em 3,157 milhões, para um contingente de 15,248 milhões de trabalhadores em atividade, o que equivale a 20,7%.

"Neste contexto, a falta de perspectiva profissional para a juventude se destaca como um dos principais fatores de desagregação social no período atual brasileiro. Entre os jovens, as maiores taxas de desemprego foram observadas, principalmente, entre aqueles entre 16 e 17 anos e entre os do sexo feminino" — avalia o DIEESE.

“ A falta de perspectiva profissional para a juventude se destaca como um dos principais fatores de desagregação social no período atual brasileiro ”

Pelo estudo, em 2005 a proporção de mulheres ocupadas entre 16 e 24 anos ficou abaixo da dos homens na mesma faixa etária em todas as regiões pesquisadas pelo DIEESE. Os menores percentuais foram encontrados em Recife — onde 41,1% dos ocupados eram mulheres — e em Porto Alegre — com índice de 42,9%. Em São Paulo, as jovens respondiam por 45,1% dos ocupados.

A procura por uma colocação no mercado de trabalho tem atrapalhado, na maioria dos casos, o esforço para dar continuidade aos estudos. A proporção de jovens ocupados que apenas trabalhava foi maior que a proporção dos que conseguiram conciliar as duas atividades.

Em São Paulo, 70,1% dos jovens tiveram de abandonar os estudos para manter o emprego. Em Porto Alegre e Recife, o índice é de 67%.

Essa situação é ainda mais desfavorável no caso dos jovens de famílias de baixa renda. Em 2005, entre 69,4% (Salvador) e 78,9% (Distrito Federal) dos jovens ocupados que pertenciam a famílias de menor poder aquisitivo somente trabalhavam.

No caso dos jovens oriundos de famílias com melhor renda mensal, a proporção dos que deixaram os estudos variava de 46,8% (Distrito Federal) a 62,5% (Recife).

Mais afetados pelo desemprego, sem condições para conciliar o trabalho com estudo, os jovens que conseguem uma colocação no mercado de trabalho também enfrentam altas jornadas de trabalho.

Pelos dados informados pelo DIEESE, Recife apresentou em 2005 a maior jornada média semanal, de 44 horas — "no limite da jornada máxima legal no Brasil", frisou o DIEESE. Em Salvador, foram 40 horas, contra 41 horas em São Paulo e no Distrito Federal.

O rendimento recebido por esses jovens oscila entre um e dois salários mínimos, podendo variar até 80,2% dependendo da cidade escolhida. Em Recife, a renda média mensal não passou de R\$ 318, contra R\$ 573 em Brasília.

O DIEESE observa que a renda dos jovens ocupados é maior entre as famílias com melhor situação financeira — "resultado da melhor preparação para o mercado de trabalho". (Disponível em: <oglobo.globo.com/.../2006/09/13/285644867.asp>. Acesso em: 8 out. 2006)

O desemprego e a precarização do trabalho são, sabidamente, problemas que vêm aumentando acentuadamente, no Brasil. A realidade do trabalho na metrópole de São

Paulo parte desse contexto nacional e não pode ser entendida fora dele, razão pela qual a apresentamos aqui.

Uma primeira observação é que os dados sobre desemprego e precarização apontam o Brasil, mas na verdade, as pesquisas, tanto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), quanto da Fundação SEADE cobrem tão somente as regiões metropolitanas:

Devido à vastidão do território brasileiro, não temos pesquisas que nos mostrem o retrato fiel da situação do desemprego no interior do país. Mas pelos números urbanos, podemos ter uma idéia de que a situação no interior não se resume às ilhas da fantasia e da prosperidade apresentadas nos telejornais. (VILLELA, 2005, p. 39).

Vale destacar que o IBGE e o DIEESE empregam metodologias diferenciadas (Pesquisa Mensal de Emprego – PME – e Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED –, respectivamente), que resultam em dados muito díspares, sendo que a metodologia do IBGE recebe críticas severas sobre a amenização do quadro real de desemprego e precariedade no país.

Mas o que queremos destacar dessas estatísticas é que o desemprego e a precarização do trabalho, além de aumentar acentuadamente, atingem, em especial, os jovens da periferia. Os chefes de família perdem seu emprego cada vez mais, os jovens não conseguem entrar para o mercado de trabalho, o rendimento do trabalho está decrescendo e os vínculos empregatícios estão cada vez mais precários.

Até mesmo as estatísticas do IBGE, apesar do fato de adotarem uma metodologia de cálculo questionada e acusada de mascarar e de amenizar o problema social²¹, demonstram que, em 1989, havia no Brasil, 1,8 milhões de trabalhadores desempregados e que, em 2003, esse índice já alcançava a casa dos cerca de 8,5 milhões. Não é somente o desemprego aberto (aquele decorrente da procura efetiva por emprego da população desocupada) que se intensifica, mas também ocorre uma ampliação do desemprego oculto

²¹ Os economistas Márcio Pochmann (secretário do trabalho da prefeitura de São Paulo), João Sicsu (UFRJ) e José Carlos de Assis (da Campanha pelo Pleno Emprego-Rio) destacam que “o IBGE considera uma pessoa desempregada, quando: a) ela estiver procurando emprego, nessa semana da pesquisa; b) ela está disponível para ir trabalhar imediatamente; c) e não conseguiu trabalhar nem uma hora na última semana, em qualquer atividade. Assim, o problema social é bem maior [...] Em São Paulo, há uma taxa de 12,4% de desempregados medidos pelo IBGE, mas há outros 7,2% que são trabalhadores informais, disfarçados, que trabalharam alguma hora na semana, até mesmo para poder sobreviver, em algum bico. Mas não tem trabalho. Portanto, a taxa de desemprego é de 19,6% na grande São Paulo” (POCHMANN; SICSU; ASSIS, 2004, p. 2).

(aquele decorrente tanto das subocupações, os empregos precários, quanto da desistência da busca por emprego, o desalento) (POCHMANN; SICSU; ASSIS, 2004, p. 2).

De fato, se até 1989 se podia designar as mulheres, os mais pobres, os analfabetos e os negros como os mais atingidos pelo desemprego, em 2003, este já é um problema social que inclui os jovens, até mesmo aqueles com grau de escolaridade significativo. Apenas 5% do total dos desempregados brasileiros são analfabetos. Alguns economistas²² avaliam que o problema do desemprego não é a desqualificação, pois 90% das vagas ofertadas no mercado são para atividades de até três salários mínimos, enquanto somente 10% dos empregos ofertados são direcionados para atividades de mais de três salários mínimos.

Em consonância com essa leitura, Villela (2005, p. 39) acrescenta:

O desemprego no Brasil não decorre da supostamente baixa qualidade da mão-de-obra existente. Um dos empregos que mais cresceu na última década foi o emprego doméstico. É comum encontrarmos domésticas e babás com 2º grau completo. Além do mais, os empregos gerados no Brasil estão longe de exigirem pós-graduação ou doutorado. Esses empregos ficam nas sedes das multinacionais fora do Brasil.

Todavia, a qualificação profissional é instituída como uma das alternativas para a crise da “empregabilidade”: “[...] a justificativa da baixa qualificação profissional do trabalhador brasileiro, como responsável pela crise do emprego nos últimos anos, deve ser também analisada, já que sua aplicação [da qualificação] durante oito anos não foi capaz de reverter o crescimento do desemprego” (CARVALHAL, 2004, p. 21).

Carvalho se aprofunda no estudo do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR –, que, no âmbito das políticas sociais compensatórias do governo FHC, teve o objetivo implícito de inculcar a necessidade da qualificação profissional para os trabalhadores, “como se ela fosse capaz de prover os postos de trabalho que esses trabalhadores procuravam, o que está relacionada à culpabilidade individual pelo fracasso na busca de emprego que tal estratégia procura incutir nos trabalhadores” (CARVALHAL, 2004, p. 21).

Porém, o que intensifica o quadro de desemprego e subemprego vivido pela população brasileira? Na opinião de Villela (2005), é a política fiscal e monetária concentracionista adotada pelo governo.

²² Cf. ELEMENTOS para compreender a questão do desemprego no Brasil. <www.desempregozero.org.br/artigos/encontro_dos_economistas_mst.pdf>

Através do superávit primário, o governo continua retirando da economia, sem devolver, bilhões de reais por ano, recolhidos em impostos diretos e indiretos para pagar juros da dívida pública. O curioso é que esta mesma dívida só faz aumentar como resultado dos patamares absurdos da taxa básica de juros que o próprio governo arbitra. Um ponto percentual a mais na taxa básica de juros significa um gasto adicional no pagamento de juros de cerca de R\$ 4 bilhões de reais. (VILLELA, 2005, p. 40).

A autora mostra qual seria a saída, dentro do próprio capitalismo:

Taxas de juros comparáveis às praticadas no mercado internacional já provocariam o retorno do capital ao setor produtivo. O retorno do capital produtivo provocaria o retorno do emprego. O retorno do emprego provocaria o retorno da renda. O retorno da renda provocaria o retorno do consumo. Que aumentaria a demanda por novos produtos e serviços públicos e privados. O retorno do mercado formal ampliaria o poder de arrecadação do Estado. A arrecadação potencializaria a capacidade do Estado em reinvestir nos serviços universais de saúde e educação, propiciando uma vida mais digna ao povo brasileiro. (VILLELA, 2005, p. 40).

“A taxa média de desemprego no País, segundo o Censo do IBGE de 2000, alcançou 15,04%. Atualmente, deve superar 17%. [...] É uma taxa altíssima, indicadora de uma verdadeira tragédia social”²³. Esse contingente de 15% da força de trabalho que está desempregado (Censo 2000) representa 12 milhões de brasileiros.

A política de emprego do governo Lula não chega nem perto de solucionar a questão do desemprego. Se na campanha presidencial foi destaque, agora está muito distante de ser um ponto prioritário na agenda governamental. Os economistas do “Movimento Desemprego Zero”²⁴ (um grupo formado por vários economistas, sobretudo da UNICAMP e da UFRJ, que, por iniciativa do economista José Carlos de Assis, lançaram o Movimento) assinalam que a política macroeconômica do governo atual, de liberalização financeira, superávit primário e taxa de juros reais muito alta, é geradora de desemprego. Os rumos que a economia do país está tomando são os recomendados pelas agências multilaterais, por exemplo, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE²⁵.

Além disso, a maior parte dos empregos criados por este governo (fala-se de seis milhões de empregos) é de trabalho precário.

²³ Apresentação do “Movimento Desemprego Zero – Por uma Política Econômica de Promoção do Pleno” <<http://www.desempregozero.org.br/apresentacao.php>>

²⁴ Cf. <<http://www.desempregozero.org.br/colaboradores/index.php>>.

²⁵ Cf. “Estudos econômicos OCDE - Brasil. 2005.” Disponível em: <www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/observatorio/Publicacoes/Conteudo/Completo_OCDE.pdf>. Acesso em: 17 set. 2006.

Como o governo Lula tem uma política econômica pró-juros altos e pró-capitais, sua política de emprego é pífia. Quando ele diz que criou seis milhões de empregos, não está dizendo que grande quantidade desses empregos criados é de trabalho precário. Ninguém elegeu Lula em 2002 porque ele dizia que iria criar dez milhões de *empregos precários*. A mistificação de Lula em 2002 é que ele disse que iria criar dez milhões de empregos. Ele não só não criou os dez milhões de empregos como criou muito emprego precário no Brasil. É verdade que há, também, um outro movimento de pequeno aumento de empregos formais. Mas isso tem a ver muito com a oscilação da economia brasileira. É evidente que, se o Brasil está crescendo 2,5% e passa para 3,5%, esse 1% a mais no crescimento significa incorporação de um contingente enorme de trabalhadores. Entretanto, isso ainda é muito aquém do necessário. (BRASIL em foco. A necessidade de uma política radical... (Entrevista com Ricardo Antunes, 2006, grifo do autor).

O discurso neoliberal, que se empenha em conquistar espaços nas mentes brasileiras por meio da força da unanimidade, da ausência da crítica, por fim, do controle social, prepara uma armadilha para o debate sobre o desemprego, apontando-o como um processo inexorável mediante a lógica dos “caminhos da modernidade”, “um mal necessário, largamente compensado pela estabilidade econômico-financeira e pela queda do risco país” (RANGEL, [s.d]).

Em síntese, as políticas econômicas implantadas na década de 1990 elevaram o desemprego a níveis permanentemente altos, de sorte que esses desocupados não tiveram os níveis mínimos de renda garantidos pelo Estado. Para controlar e manter esse numeroso exército industrial de reserva, a economia informal se expande, o que provoca maior rebaixamento da renda para todos, até mesmo para os trabalhadores empregados.

1.2.2. O trabalho precário na metrópole de São Paulo

A precarização do trabalho tem marcado a metrópole de São Paulo, nos últimos anos, por isso, apresentamos aqui alguns números que expressam a dimensão desse quadro e a possibilidade de comparar esses dados da metrópole de São Paulo com os do país, expostos anteriormente.

Abrimos esta discussão com uma das dimensões da precarização do trabalho com maior visibilidade no espaço urbano: o trabalho dito informal.

Meu pai sempre trabalhou na área alimentícia, ele é cozinheiro profissional [...] ele trabalhava na rede Sé Supermercados, aí ele perdeu o emprego. Depois de muito, ele conseguiu se engajar no mercado de trabalho novamente. Ele foi trabalhar na Puma, aí trabalhou lá durante muitos anos. Aí ficou desempregado novamente. Hoje em dia ele já não tem condições mais de trabalhar, devido à idade dele e que também não arruma mais emprego, mas faz alguns serviços com os meus tios que têm uma pequena oficina de confecção de bijuterias que presta serviço para uma grande empresa de bijuteria que é a Rommanel, grande parte da sociedade daqui de São Paulo conhece. E hoje em dia ele faz esses bicos. (Entrevistado D, entrevista à autora, 2006).

Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000) organizam um projeto de pesquisa denominado “Mapa do trabalho informal no Município de São Paulo” e apresentam dados muito ilustrativos de um imenso contingente de trabalhadores paulistanos envolvidos num setor que tem crescido de maneira galopante. Reproduzimos, aqui, as informações destacadas pelos autores: em 1990, 36,3% dos trabalhadores ocupados estavam no setor informal e, em 1999, já eram 48,8%. Ou seja, quase metade da população (cerca de 2,5 milhões de pessoas) ocupada que trabalha e/ou mora na cidade de São Paulo exerce algum tipo de atividade informal, enquanto mais da metade das famílias possui um membro no setor informal:

- 52,0% das mulheres ocupadas
- 53,0% dos negros ocupados
- 75,2% das crianças e adolescentes ocupados
- 53,5% das pessoas acima de 40 anos de idade ocupadas
- 64,4% dos analfabetos ocupados
- 13,2% dos trabalhadores com 3º grau completo ocupados

(JAKOBSEN; MARTINS; DOMBROWSKI, 2000).

É interessante o registro, feito pelos autores, da implicação que o ingresso no mercado informal tem para além da perda de direitos sociais: eles demonstram que a renda média dos trabalhadores informais é quase a metade da renda média dos trabalhadores do setor considerado formal (excluindo-se aqui empregadores e donos de negócios familiares).

Hoffmann e Mendonça (2003) tratam de deterioração do mercado de trabalho. Para eles, flexibilização da contratação do trabalho assalariado, queda dos rendimentos do trabalho e desemprego crescente são as características mais marcantes.

Montali (2000) acrescenta a essa lista a ocorrência de mudanças na inserção dos diferentes componentes da família, no mercado de trabalho, destacando também a deterioração da renda familiar. O empobrecimento crescente das famílias, o crescimento do número de “meninos de rua”, bem como de moradores adultos de rua, e o aumento da violência na Grande São Paulo são sinais de que a família já não está mais atuando como um amortecedor da crise econômica.

Montali conclui que

[...] o crescente desemprego e a contínua precarização das relações de trabalho começam a fazer ruir, nas famílias mais pobres e mesmo nos segmentos médios da sociedade, as possibilidades até então encontradas para o enfrentamento das situações de crise econômica com desemprego e escassez de recursos. (MONTALI, 2000, p. 67).

Se atentarmos para o tamanho do mercado de trabalho e a evolução da brecha ocupacional na RMSP, verificaremos que a precarização do trabalho, denominada deterioração do mercado de trabalho, por Hoffmann e Mendonça (2003), se acentuou não só na capacidade de atender às demandas da população por trabalho, mas também nas características dos postos de trabalho gerados e nos valores dos rendimentos auferidos.

Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED²⁶, nesse contexto de elevado excedente de mão-de-obra, os jovens em idade de trabalhar constituem um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho, e para quem o problema do desemprego é mais latente.

[...] é nítida a desigualdade de oportunidades ocupacionais quando se leva em consideração o grupo de renda familiar a que pertence esse jovem ocupado. Notadamente, a realidade ocupacional dos jovens oriundos das famílias mais pobres [...] uma vez que a grande maioria apenas trabalha e não estuda, possui o ensino fundamental incompleto e recebe rendimentos médios inferiores a um salário mínimo. A realidade ocupacional dos jovens oriundos das famílias com melhor poder aquisitivo apresenta níveis superiores ao perfil médio esboçado – apesar de também revelar traços preocupantes como a extensa jornada de trabalho. (A OCUPAÇÃO, 2006, p. 15-16).

²⁶ Realizada pelo DIEESE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), Ministério do Trabalho e Emprego/FAT e governos locais, em cinco regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal. Cf. A OCUPAÇÃO dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos. *Estudos e pesquisas*, DIEESE, ano 3, n. 24, set. 2006.

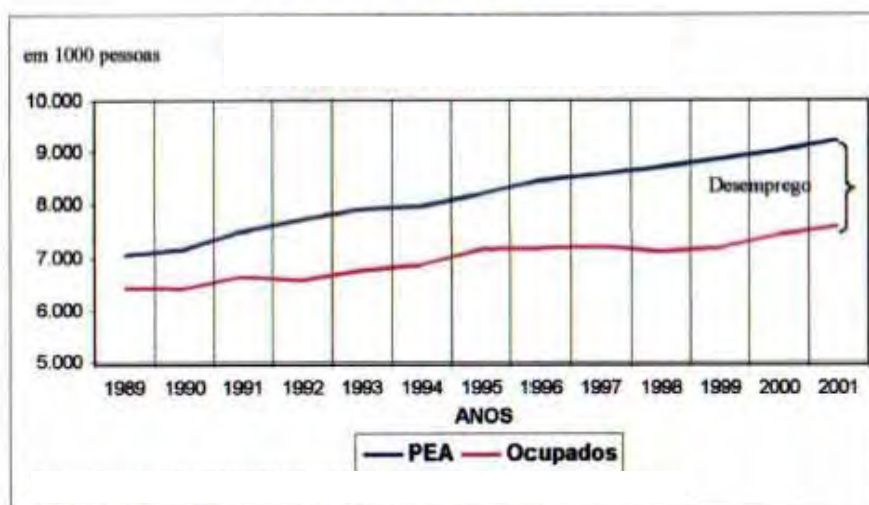
Apesar das desigualdades na realidade ocupacional dos jovens, é preciso estar alerta para não defender a idéia de que a crise da “empregabilidade” encontra sua causa e solução na qualificação profissional.

1.2.2.1 Força de trabalho x mercado de trabalho: declínio dos empregos industriais e flexibilização

O trabalhador vem perdendo os direitos que regiam o contrato de trabalho, e a esse fenômeno hoje chamam de flexibilização do trabalho: trata-se do desmonte das mediações jurídicas, políticas e institucionais que conformavam o trabalho nas formas do emprego.

Hoffmann e Mendonça (2003) examinam os dados da População Economicamente Ativa-PEA do DIEESE, demonstrando qual foi a capacidade de o mercado de trabalho incorporar a força de trabalho disponível na Região Metropolitana de São Paulo, no período de 1989 a 2001. Os autores apontam que o volume de ocupados aumentou, no final do período estudado (de 6.438 milhões de trabalhadores ocupados, em 1989, para 7.596 milhões, em 2001). Contudo, o déficit de postos de trabalho cresceu: de 614 milhões para 1.622 milhões de desempregados. Se compararmos o crescimento do nível de ocupação total e o crescimento da PEA, poderemos observar que a taxa anual média de crescimento da ocupação, de 1989 a 2001, foi de apenas 1,4%, enquanto a da PEA foi de 2,3% (Gráfico 1).

Gráfico 1. Evolução da PEA e ocupados. Região Metropolitana de São Paulo 1989-2001



Fonte: Hoffmann e Mendonça (2003) e convênio DIEESE/Seade. PED – (Pesquisa de Emprego e Desemprego).

Tanto Montali (2000) como Hoffmann e Mendonça (2003) salientam que houve um aumento da presença das mulheres (que chegou a 53,8%, em 2001, quando era de apenas 46,1%, em 1989) e cônjuges (de 39,3%, em 1989, foi para 53,5%, em 2001), no mercado de trabalho, com simultânea retração da participação dos chefes de domicílio (que, em 1989, era de 81,1% e cai para 77,1%, em 2001) e trabalhadores do sexo masculino (de 77,3%, em 1989, para 72,9%, em 2001).

Em síntese, houve um aumento do volume de ocupados no mercado de trabalho, mas o déficit de postos de trabalho igualmente cresceu. O aumento dos postos de trabalho não foi suficiente para atender à população economicamente ativa (PEA). A PEA passou por um crescimento não apenas da população em idade ativa, mas por um aumento da participação desta, no mercado de trabalho, principalmente se tratando das mulheres e cônjuges. Assim, aumentou a participação das mulheres e cônjuges e diminuiu a participação dos homens e chefes de domicílio. O crescimento da presença das mulheres se deu tanto pela tendência histórica de sua incorporação no mercado de trabalho, como pela elevação do desemprego e inatividade entre os homens e chefes de domicílio. Se essa retração dos homens e chefes de domicílio não tivesse sido tão significativa, o déficit ocupacional teria sido ainda maior. A perda de dinamismo do mercado de trabalho, que causou o aumento significativo do desemprego, o crescimento da participação feminina e cônjuges no mercado e a retração dos chefes e trabalhadores do sexo masculino é um dos aspectos reveladores da deterioração das condições do mercado de trabalho. Os indicadores da evolução e as características da ocupação, dos rendimentos e o grau de desemprego completam tal quadro de precarização do trabalho.

As transformações da década de 1990, sobretudo a reestruturação produtiva, provocaram um baixo crescimento econômico no país e a (des)estruturação do parque industrial, de maneira que a queda no nível de emprego industrial foi um de seus principais reflexos, na RMSP. Os dados levantados pelo Convênio DIEESE/SEADE apontam os números dessa queda acentuada:

- De 1989 a 1992, 394 mil postos de trabalho foram eliminados no setor industrial;
- Os anos seguintes tiveram uma queda menor, porém com a persistência da redução anual dos postos de trabalho;

- Em 1999, calcula-se uma perda, em dez anos, de nada menos que 720 mil postos de trabalho no setor, que obteve o menor nível de ocupação industrial (1.405 milhões de ocupados);
- Em 2000, tem-se a retomada do crescimento no setor industrial, o qual fica com um saldo líquido de 78 mil novos postos de trabalho;
- Entretanto, já em 2001, sente-se a desaceleração do crescimento, com a geração de apenas 29 mil postos de trabalho.

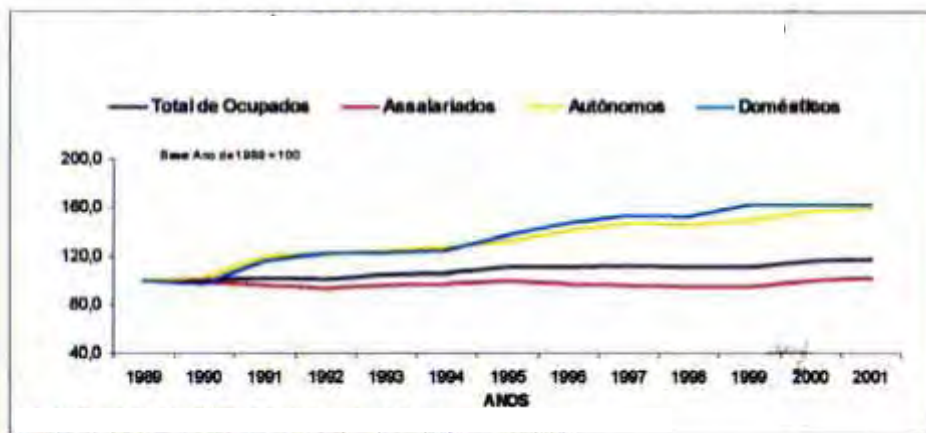
É clara a perda de importância dos empregos gerados no setor industrial, durante esses anos analisados. De 33%, em 1989, baixou sua participação para 20%, em 2001. Ou seja, a indústria foi a principal responsável pela perda de dinamismo do mercado de trabalho, na região. De certa maneira, os setores de serviços e comércio compensaram a queda absoluta do nível de ocupação industrial. O setor de serviços, que já era o principal gerador de empregos, passou de 41,3% a 52,3%, enquanto o setor de comércio, de 14,8%, elevou sua participação para 16,2%.

Um relevante indicador é o crescimento do número de trabalhadores ocupados como autônomos e empregados domésticos, bem como o de assalariados sem carteira de trabalho assinada. Os números, neste caso, são os que seguem abaixo.

Foram gerados, entre 1989 a 2001, os seguintes postos de trabalho:

- 144 mil de trabalho assalariado;
- 599 mil de trabalho autônomo;
- 245 mil de emprego doméstico.

A partir do Gráfico 2, que apresenta o índice do nível de ocupação, segundo a posição na ocupação, podemos inferir que, se o trabalho assalariado cresceu, nesse período, foi devido à elevada contratação sem carteira assinada pelo setor privado, que admitiu 490 mil trabalhadores. Do outro lado da balança esteve a eliminação de 314 mil postos de trabalho de assalariados contratados com carteira. Isto é, o trabalho assalariado em geral diminuiu, em particular aquele com carteira assinada, no setor privado (que decresceu 9,2%), ao passo que, em menor medida, veio o emprego no setor público (que teve uma baixa de 22 mil postos de trabalho, representando uma redução de 3,5% deste setor).

Gráfico 2 – Índice do nível de ocupação, segundo posição na ocupação. Região Metropolitana de São Paulo 1989 – 2001

Fonte: Hoffmann e Mendonça (2003) e convênio DIEESE/Seade. PED – (Pesquisa de Emprego e Desemprego).

O lento crescimento do trabalho assalariado (que, na verdade, comparado às demais categorias ocupacionais, teve sua representação reduzida, conforme já exposto), a expansão acentuada do trabalho dos autônomos e dos empregados domésticos e a acentuada contratação sem carteira assinada evidenciam o grau de precarização do trabalho, na RMSP.

É ainda mais interessante observar a distribuição dos trabalhadores ocupados, segundo a posição na ocupação (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação. Região Metropolitana de São Paulo (1989-2001)

<i>Posição na ocupação</i>	<i>1989</i>	<i>1999</i>	<i>2001</i>
Total	100,0	100,0	100,0
Assalariados (1)	72,1	61,4	63,0
Do setor privado	62,1	52,8	55,0
Com carteira assinada	53,0	40,4	40,8
Sem carteira assinada	9,1	12,5	14,2
Do setor público	9,8	8,5	8,0
Autônomo	15,6	21,0	21,1
Trabalha para empresa	5,5	8,1	8,3
Trabalha para o público	10,1	12,9	12,8
Empregadores	4,1	5,4	4,7
Empregados domésticos	6,1	8,9	8,4
Demais	2,0	3,3	2,7

Fonte. Hoffmann e Mendonça (2003) e convênio DIEESE/Seade. PED – (Pesquisa de Emprego e Desemprego).

(1) Incluindo os assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

Como vemos na Tabela 1, a proporção do conjunto de assalariados sobre o total de ocupados foi reduzida para 63%, em 2001, enquanto, em 1989, era de 72,1%. Já os assalariados sem carteira do setor privado subiram sua participação de 9,1% para 14,2%. A participação dos autônomos elevou-se de 15,6% para 21,1% em 2001. E os empregados domésticos que, em 1989, eram 6,1%, passaram a representar, no final do período, 8,4% do total de ocupados.

Com base nos dados do DIEESE/SEADE, Hoffmann e Mendonça (2003) ainda mostram que, além do assalariamento sem carteira de trabalho (a principal e mais tradicional forma de flexibilização da contratação pelos empregadores do setor privado), cresceu a ocupação terceirizada, por meio de empresas prestadoras de serviços ou da contratação direta do trabalhador como autônomo. Tal processo passou a ser igualmente utilizado pelo setor público, embora em menor proporção.

A contratação flexibilizada, em 1989, representava 20,9% das formas de contratação, passando para 35,4%, em 2001. Nesse conjunto, o assalariamento sem carteira assinada é o que tem maior participação (se somados os postos de trabalhos gerados, tanto pelo setor público, como pelo setor privado, temos 21,1% do total). Os autores destacam o acelerado crescimento das formas mais recentes de flexibilização, mesmo que ainda representem proporções menores do total dos postos de trabalho flexibilizado (Tabela 2).

Tabela 2. Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas privadas ou setor público, segundo formas de contratação. Região Metropolitana de São Paulo (1989-2001)

	(em %)		
<i>Formas de contratação</i>	<i>1989</i>	<i>1999</i>	<i>2001</i>
Total de postos de trabalho	100,0	100,0	100,0
Contratação flexibilizada	20,9	33,1	35,4
Assalariados contratados diretamente			
Sem carteira assinada, pelo setor privado	11,6	17,9	19,4
Sem carteira assinada, pelo setor público	0,9	1,7	1,8
Assalariados contratados em serviços terceirizados	2,4	4,0	4,8
Autônomos que trabalham para uma empresa	6,0	9,5	9,4
Contratação não flexibilizada	79,1	66,9	64,6
Assalariados contratados diretamente			
Com carteira assinada, pelo setor privado	67,3	56,0	54,9
Com carteira assinada, pelo setor público	6,3	3,7	3,2
Estatutário pelo setor público	5,4	7,2	6,6

Fonte. Hoffmann e Mendonça (2003) e convênio DIEESE/Seade. PED – (Pesquisa de Emprego e Desemprego).

Mattoso e Baltar (1996) acrescentam que praticamente todo o aumento da ocupação urbana constatado após o ano de 1993, com a recuperação da atividade econômica, corresponde a trabalhos denominados por conta-própria e em estabelecimentos de pequeno porte.

1.2.2.2 Achatamento dos rendimentos do trabalho

A observação da evolução dos rendimentos médios reais de 1989 a 2001 nos permite verificar que os trabalhadores perderam poder aquisitivo, nesse período. Hoffmann e Mendonça (2003) ressaltam que isso aconteceu não somente em decorrência da inflação, mas também pelas modificações nas características dos postos de trabalho gerados, como o aumento da informalidade. Barros e Mendonça (1996), incluindo outros indicadores como a questão da indigência e da distribuição de renda, explicitam que os anos 1990 foram marcados por períodos de oscilações conjunturais expressivas da renda média per capita, de sua distribuição e da proporção de indigentes, reproduzindo, em pequenos ciclos, experiências históricas das três últimas décadas.

Dini et al. (1999), que além de abordarem a indigência e a distribuição de renda, observam o custo da cesta básica de alimentos, frisam:

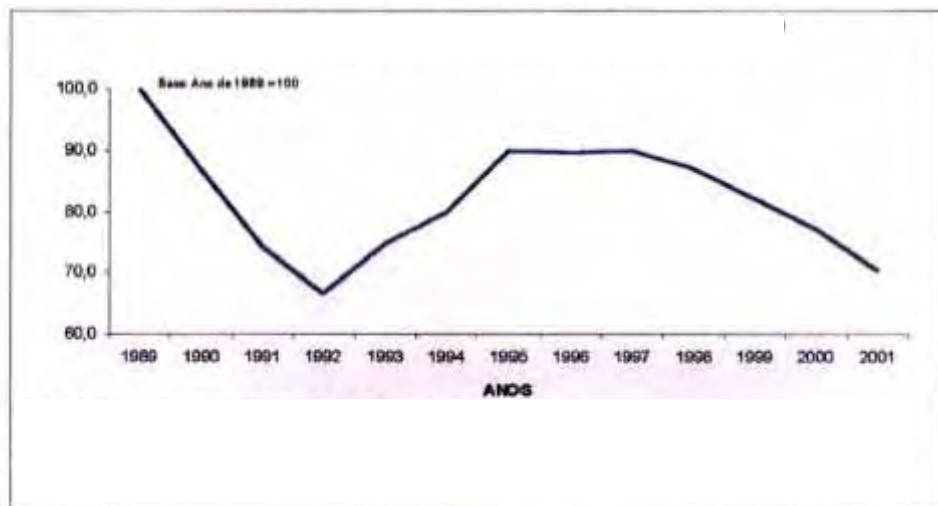
Na recessão dos primeiros anos da década de 90 a renda caiu, o perfil distributivo se agravou e certamente aumentou o grau de indigência (seja pelo aumento do custo da cesta básica de alimentos, seja pela queda da renda das famílias nos estratos inferiores). Com a retomada das atividades econômicas em 1993, a renda per capita média aumentou, sem que se revertesse a tendência à maior concentração de renda. O comportamento da cesta básica e da renda per capita dos 20% mais pobres sugere que a indigência deve ter diminuído em relação ao auge da crise de 1991-92. Com a implantação do Plano Real e durante mais algum tempo, com queda da inflação, maior oferta de produtos agrícolas e elevação real do salário mínimo (e por conseguinte, aposentadorias e outros benefícios), conseguiu-se combinar aumento real de renda per capita, melhoria do perfil distributivo e diminuição da indigência. *A partir de 1996, contudo, a renda per capita voltou a cair e o perfil distributivo agravou-se.* Ainda assim, por conta da queda real do custo da cesta básica, o grau de indigência parece ter continuado a diminuir. (p. 164, grifos nossos).

Observando o Gráfico 3, o qual revela a evolução do rendimento médio real para o conjunto dos ocupados na RMSP, fica evidente o achatamento dos rendimentos do trabalho.

Com exceção dos empregados domésticos e assalariados sem carteira de trabalho²⁷, os rendimentos do conjunto dos ocupados foram reduzidos, embora exibam recuperação, nos primeiros anos do Plano Real. Montali (2000, p. 67) nos ajuda a observar que,

[...] entre 1995 e 1997, houve uma recuperação da renda familiar *per capita* na região relacionada aos efeitos do plano de estabilização econômica (Plano Real). Entretanto, o recrudescimento do desemprego e a continuidade da deterioração das formas de vinculação ao mercado de trabalho continuam a ter impacto sobre os arranjos familiares de enfrentamento das situações adversas, afetando, já nos primeiros meses de 1998, a renda familiar *per capita*. O agravante neste último ano é que, pela primeira vez desde o início do plano de estabilização, ou seja, desde 1994, a deterioração na renda real familiar veio somar-se à deterioração do mercado de trabalho.

Gráfico 3. Índice do Rendimento Real dos Ocupados⁽¹⁾



Fonte. Hoffmann e Mendonça (2003) e convênio DIEESE/Seade. PED – (Pesquisa de Emprego e Desemprego).

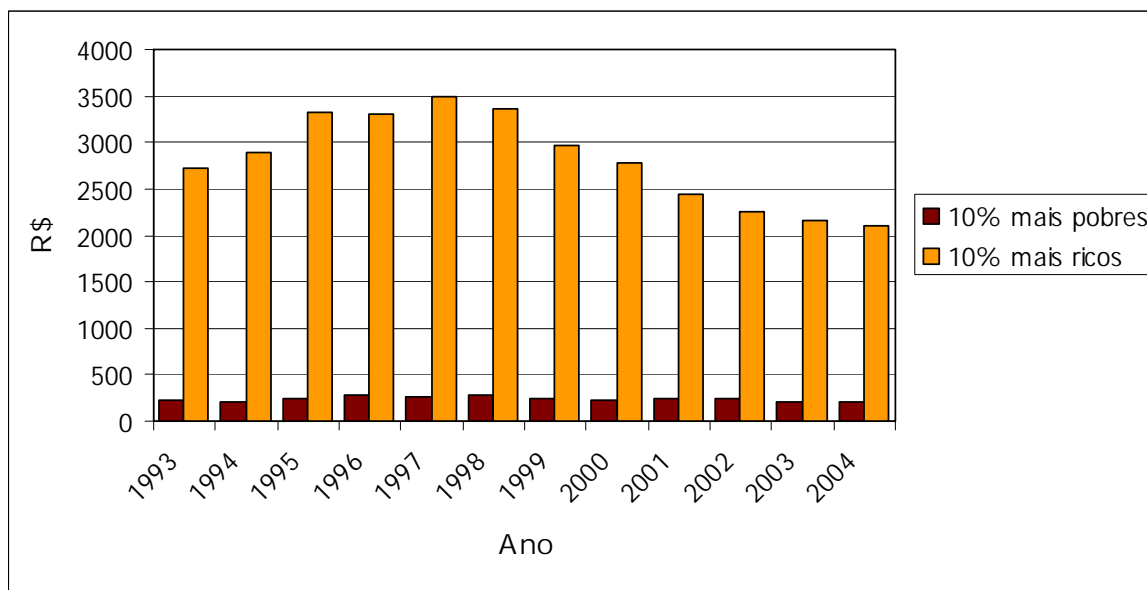
(1) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: ICV do DIEESE.

Assim, notamos que, ao final do período analisado, os rendimentos estavam em níveis muito mais inferiores que os verificados no final dos anos de 1980.

Porém, o Gráfico 4 nos coloca outro elemento em pauta:

²⁷ Para maiores detalhes sobre essa diferenciação dos rendimentos por categorias, verificar Hoffmann e Mendonça (2003, p. 32-33).

Gráfico 4 - Diferença entre os rendimentos dos 10% mais pobres e os 10% mais ricos - Região Metropolitana de São Paulo 1993 – 2004



Fonte: Anuário DIEESE 2005 e DIEESE/Seade. PED – (Pesquisa de Emprego e Desemprego).
Obs.: a) Inflator utilizado ICV/DIEESE; b) Rendimento médio real dos ocupados

Não obstante a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e os dos mais pobres, é possível verificar ainda, no Gráfico 4, a queda relativamente mais intensa dos rendimentos dos 10% mais ricos. Essa queda mais representativa dos segmentos mais ricos sugere uma “melhora da distribuição de renda” dentro de uma tendência de queda dos rendimentos para a população ocupada em geral. A propósito, Hoffmann e Mendonça (2003) concluem que “a distribuição de renda na Região Metropolitana de São Paulo pode estar melhorando pela retração dos rendimentos médios da população ocupada, um fenômeno inverso ao ‘bolo’ do milagre econômico que agora está encolhendo em vez de crescer” (p. 35).

Todavia, não se pode passar ao largo da diferença abismal entre os rendimentos dos mais ricos e os dos mais pobres, na RMSP; na verdade, é esse aspecto que nos interessa ressaltar: “Em 1990, 39% das famílias encontravam-se abaixo da linha de pobreza e, em 1994, 48% delas²⁸ eram consideradas pobres, ou seja, não dispunham de rendimentos suficientes para suprir sua necessidade de bens e serviços” (MONTALI, 2000, p. 56).

²⁸ Montali (2000, p. 56) esclarece que utilizou “a linha de pobreza adotada pela PCV/Fundação Seade, base de dados empíricos deste estudo. A linha de pobreza ‘equivale ao montante necessário para atender a estrutura de despesas de famílias com rendimento entre um e três salários mínimos, calculada pela Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego (PPVE) na RMSP, realizada pelo DIEESE, entre 1982 e 1983’. Cf. Brandão e Jannuzzi (1995).

Nesse sentido, a questão da pobreza e da desigualdade deve comparecer, neste debate. E quando comparece, a estabilidade do quadro de extrema injustiça e desigualdade na história de nosso país é o grande diferencial. A inércia e a resistência da desigualdade extrema às mudanças estruturais e às conjunturais são reveladoras de uma lógica e de um mecanismo (a desigualdade inerente ao sistema capitalista e a sua reprodução ampliada) que não podem ser ignorados.

O diagnóstico básico referente à estrutura da pobreza é o de que o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo.[...] Enfim, a sociedade brasileira não enfrenta problemas de escassez, absoluta ou relativa, de recursos para erradicar o seu atual nível de pobreza.[...] Desigualdade que surpreende tanto por sua intensidade como, sobretudo, por sua estabilidade. Desigualdade extrema que se mantém inerte, resistindo às mudanças estruturais e conjunturais das últimas décadas. Desigualdade que atravessou impassível o regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais. (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p. 141).

1.2.2.3 Quem são os desempregados de hoje?

A condição de desemprego e precarização das condições e relações de trabalho, observadas no decorrer da década de 1990, tem sido um fenômeno nacional “de extraordinária intensidade e jamais ocorrido na história do país” (MATTOSO, 1999, p. 9).

Mattoso aponta igualmente que as opções políticas e econômicas feitas pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso levaram à destruição de mais de três milhões de empregos no país, nos anos 1990. São os maiores índices de desemprego da história do país, que também nunca havia convivido com “um grau crescente de deterioração das condições de trabalho, com o crescimento vertiginoso do trabalho temporário, por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, os milhares de *bicos* que se espalharam pelo país” (MATTOSO, 1999, p. 9). Na opinião do autor, a década de 1990 é o oposto do que tivemos, “sobretudo no período após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945”, quando vivenciamos um período de “elevada geração de empregos formais, capaz de incorporar ao mercado de trabalho urbano parcelas significativas de uma população com elevado crescimento demográfico e com um extraordinário contingente de pessoas expulsas

do campo” (MATTOSO, 1999, p. 9). Cabe reapresentar a fala de uma de nossas entrevistadas, a qual expressa esse contexto:

Eu vim pra São Paulo [...] em [19]77. [...] eu lembro que eu cheguei aqui no ano... quando inaugurou o Shopping Ibirapuera, um dos maiores shoppings [...]. E naquela época o emprego era muito fácil. Por isso o pessoal falava ‘Eu vou pra São Paulo construir a minha vida’, porque o pessoal chegava e tinha muito emprego. Então eu me lembro que eu cheguei no dia 27 de março, quando foi dia 5 de abril eu já tava trabalhando de balconista no shopping, nas Lojas Americanas [...] no Shopping Ibirapuera... (Entrevistado E, entrevista à autora, 2006).

No item 1.2. *A precariedade estrutural do trabalho: onde ficou a concha do caracol?*, quando estávamos discutindo as crises de emprego na cidade de São Paulo e seu entorno, já expusemos, com base nas idéias de Francesconi (2004, p. 117), que a década de 1980 sentiu os primeiros sinais (intensos) de uma crise de emprego (e isso em todo o país). “No entanto, como nesse período foram preservadas as estruturas industrial e produtiva, o desemprego e a precarização ainda foram relativamente baixos e, sobretudo, vinculados às intensas oscilações do ciclo econômico na década e ao processo inflacionário” (MATTOSO, 1999, p. 9-11).

Porém, na década de 1990 o quadro de desemprego foi alterado profundamente. Segundo Mattoso (1999, p. 14), “[...] em maio de 1999, a Folha de S. Paulo indicava em manchete que o desemprego havia alcançado mais de 10 milhões de brasileiros pelo país afora”. Refletindo as modificações na dinâmica de crescimento ocupacional, verificaram-se, no período de 1989 a 2001, as maiores taxas de desemprego desde 1985, ano inicial da série histórica da PED, e o aumento do desemprego de longa duração. Vale destacar que os indicadores do PED compreendem não só o desemprego aberto (pessoa sem algum trabalho e com procura de trabalho, nos últimos trinta dias), mas também o desemprego oculto (pelo exercício de trabalho precário e pelo desalento da procura). “A geração de emprego sofreu as conseqüências profundamente desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenha colocado no lugar outras capazes de substituí-las” (MATTOSO, 1999, p. 14).

Pochmann (2006, p. 60-61) corrobora os dados que apontam o desemprego em massa no Brasil, desde os anos 1990, como uma realidade “sem paralelo com qualquer período de tempo anterior”. O autor afirma que, no ano de 2002, “o país registrou a quarta

posição no *ranking* mundial do desemprego. No total de desempregados, o país perdeu apenas para a Índia, Indonésia e Rússia”. Para Pochmann, é fundamental a questão de o desemprego ser desigualmente repartido no país: entre 1992 e 2002, constatou-se que as taxas de desemprego também “cresceram mais rapidamente para os indivíduos com rendimentos mais elevados”, mas os dados ainda “deixam bem claro que, nas faixas mais baixas de renda, o desemprego é mais elevado que a média para todas as classes” (POCHMANN, 2006, p. 72-73).

O mais importante a ser destacado é que o desemprego, agora, ganha outra dimensão. Há uma generalização do desemprego, que não deixa de fora os trabalhadores na faixa etária de 25 a 39 anos, os chefes de domicílio/família e os trabalhadores do sexo masculino, ou seja, os segmentos da força de trabalho, geralmente menos vulneráveis. Intensificou-se igualmente o número de desempregados em busca de uma nova inserção e diminuiu a proporção daqueles anteriormente assalariados e aqueles cujo último trabalho foi no setor industrial (HOFFMANN; MENDONÇA, 2003).

Os indicadores para 2002 da PED mostram a continuidade desse quadro de intensificação do desemprego. A taxa de desemprego eleva-se para 19% (segunda maior taxa da série histórica da pesquisa). O resultado desse desemprego estrutural é um cotidiano com condições pioradas para os trabalhadores.

Pensando os papéis da cidade de São Paulo, dentro da dinâmica do território brasileiro, Silveira (2004, p. 65) explica a produção do desemprego, salientando que

[a] aplicação de receitas de cunho macroeconômico, nas quais o capital é sempre mais abundante que o trabalho para aqueles atores hegemônicos, em detrimento da economia real do país e da Cidade [de São Paulo], na qual o trabalho é sempre mais abundante que o capital. Estado e empresas, tantas vezes, em cooperação ou em conflito, tem tido um papel determinante na produção do desemprego.

Na verdade, para a autora, a tentativa de viabilização das “condições para a reprodução das novas manifestações do modo de produção” não pode “manter as mínimas condições de vida para a grande massa trabalhadora” (p. 63).

Essas novas manifestações somente se realizam com o trabalhador cada vez mais precarizado, mais sujeito à informalidade, à baixa remuneração e ao desemprego,

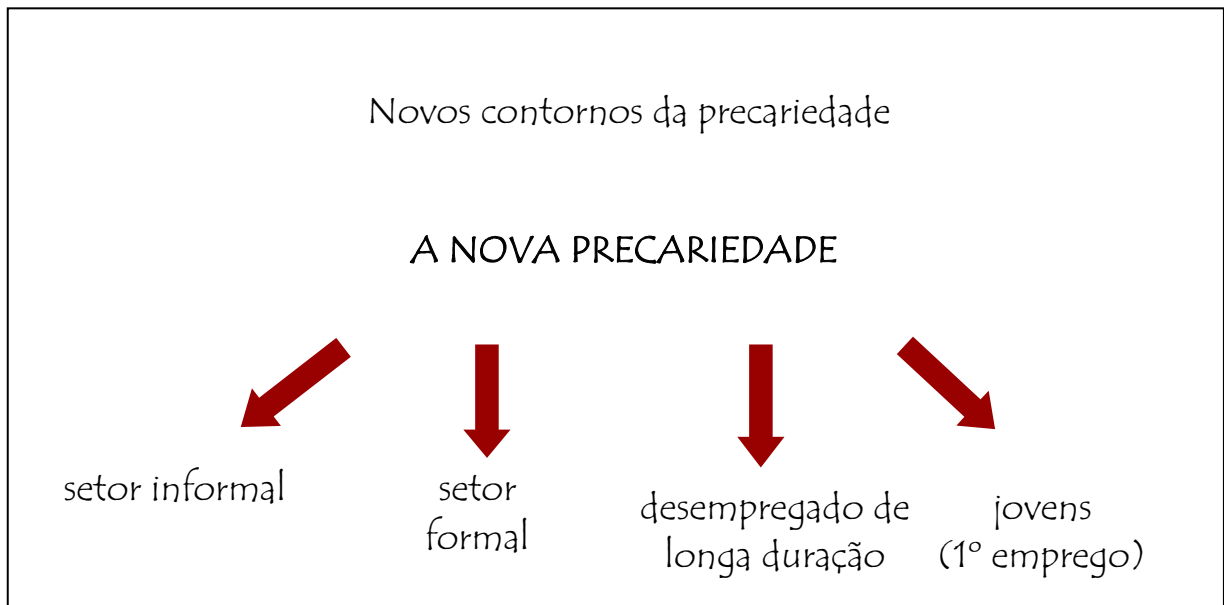
consequentemente todo o conjunto das suas condições de vida também piora: moradia, alimentação, acesso à saúde, educação etc.

Nesse processo, “a Cidade de São Paulo, chamada a ser moderna a cada momento histórico, entra em crise”:

A cada substituição de uma divisão territorial do trabalho hegemônica há uma mudança na cidade, evidenciada não apenas nos papéis econômicos, mas também na *incapacidade de dar respostas às necessidades de moradia, circulação, ensino e saúde, entre outras*. (SILVEIRA, 2004, p. 63, grifo nosso).

O desemprego e a precarização do conjunto das condições de existência dos trabalhadores é também explicada pelo receituário imposto pelas agências multilaterais aos países do chamado Terceiro Mundo. As agências internacionais de desenvolvimento, por exemplo, como o Fundo Monetário Internacional, ao impor os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs) aos países do Terceiro Mundo, o que inclui o Brasil e, particularmente, a metrópole de São Paulo, foram responsáveis por uma explosão da pobreza, provocada pelo desemprego de um bilhão de pessoas (o que representa um terço da mão-de-obra dos países do Sul, no final da década de 1990) (DAVIS, 2006).

Em síntese, ao nos perguntarmos sobre quem são os desempregados, hoje, colocamo-nos diante de dinâmicas do trabalho, no contexto urbano, que nos demonstram que vem ocorrendo uma intensificação da precarização do trabalho e uma complexificação da classe trabalhadora, na atualidade. Podemos substanciar o entendimento desses processos a partir das idéias de Alves (2006a, p. 1), que destaca que a precariedade estrutural de trabalhadores assalariados empregados e desempregados “tendeu a assumir novos contornos”, configurando o que o autor concebe como a *nova precariedade*, a qual tentamos sintetizar no Quadro 1.

Quadro 1. A nova precariedade do trabalho

Fonte das idéias: Alves (2006a).
Org.: Fernanda Keiko Ikuta.

O que se constata, em nossos dias, é que a nova precariedade não atinge apenas o setor informal do mercado de trabalho, embora nele seja mais visível, mas está presente também nos estratos formais,

seja através das perdas de direitos e benefícios trabalhistas, muitos deles por conta das novas formas de flexibilização do estatuto salarial; ou ainda da intensificação e extensão da jornada de trabalho, com as horas-extras não pagas; seja através da insegurança no emprego e da carreira, como demonstram as reedições constantes dos programas de Demissão Voluntária ou insegurança da representação sindical, abatida pela queda do poder de barganha da categoria assalariada, etc. (ALVES, 2006a, p. 1).

Intensificando ainda mais essa situação, segundo o mesmo autor, o trabalhador desempregado de longa duração é igualmente atingido pela nova precariedade, sobretudo os jovens trabalhadores, os quais estão pressionando o mercado em busca do primeiro emprego. Já vimos anteriormente que um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho é constituído dos jovens oriundos das famílias mais pobres, em idade de trabalhar. É para tal geração mais nova de trabalhadores pobres que o problema do desemprego e da precariedade do trabalho é mais latente.

Telles (2006b) faz uma importante discussão sobre essas gerações mais jovens (trabalhadores de 20 ou 30 anos, aproximadamente) como a expressão das mutações

atuais do trabalho. Para a autora, são eles que nos permitem perceber as novas mediações do trabalho, que não é mais aquele dos tempos do “trabalho fordista” da primeira geração. As experiências dessas gerações mais jovens com o trabalho precário e o desemprego não são provindas de uma degradação de condições melhores em outros tempos. Para Telles, seguir as trilhas desses jovens permite delinear “os perfis ambivalentes da modernidade globalizada”. Segundo ela, essas gerações têm

[...] uma experiência social que se configura nos limiares e nas passagens entre mundos distintos, entre o universo empobrecido da periferia e os shoppings centers, os lugares prestigiosos de consumo e lazer (referências urbanas inescapáveis para essa geração), os baixos empregos do terciário moderno e os circuitos do trabalho precário que tangenciam os fluxos da riqueza plasmados nos espaços urbanos. São esses limiares e essas passagens (e seus bloqueios) que precisam ser bem compreendidos e bem situados, pois é aqui que se arma uma teia de relações (e tensões) que via de regra escapa às definições modelares de exclusão social ou segregação urbana. (TELLES, 2006b, p. 180).

Resumindo o discutido neste subitem, vimos que, nos últimos anos, a precariedade estrutural assumiu novos contornos, de sorte que essa nova precariedade atinge o setor informal e o setor formal, os desempregados de longa duração e os jovens à procura do primeiro emprego. Se a conjuntura e as políticas públicas locais/nacionais têm responsabilidade nesse quadro de desemprego e precarização, o receituário imposto pelas agências internacionais é o responsável de maior peso pela explosão da pobreza que esse quadro desencadeia, numa total contradição com um dos seus lemas, que é o combate à pobreza.

Compreendemos esse processo de precarização da vida e a criação de novas precariedades, para a classe trabalhadora, como um processo de desterritorialização, intenso e remoto, ao qual grande parte dos trabalhadores vem sendo submetida. É o que discutiremos a seguir.

1.3. As des-territorialidades do trabalho: processo de desterritorialização intenso e de longa data

As circunstâncias do trabalho precário e intermitente alteram tempos e espaços da experiência social, bem como a própria experiência urbana nos circuitos descentrados dos “territórios da precariedade” (TELLES, 2006b, p. 194.)

O capital, ao criar novas territorialidades na cidade, submetendo-a a seu controle e a sua lógica seletiva e excludente, para garantir a materialização de um projeto urbano que esteja em acordo com seus imperativos, intensifica a precarização estrutural e cria novas precariedades para os trabalhadores, aprofundando o desenvolvimento geográfico desigual na cidade. A expressão material de toda essa precarização dos trabalhadores é o processo de desterritorialização, intenso e remoto, sofrido por eles.

Consideramos, desde uma interpretação das formulações teóricas de Haesbaert (2004, 2007), que os trabalhadores foram desterritorializados, porque associamos o processo de desterritorialização aos “processos de expropriação, precarização e/ou exclusão inseridos na lógica de acumulação capitalista” (2004, p. 193 – 194): a intensificação das desigualdades, as precariedades, a segregação sócio-espacial e o aprofundamento da exploração (aumento do contingente do mercado de trabalho urbano, que é obrigado a viver à margem dos direitos trabalhistas, sem capacidade de luta e organização), representam a desterritorialização de uma grande massa de trabalhadores desempregados ou subordinados a condições de trabalho cada vez mais degradantes e, conseqüentemente, precarizados no conjunto de suas condições de vida; ou, em última instância, revelam a desterritorialização de uma massa de trabalhadores que está frente à incapacidade de ser explorada pelo capital ou mesmo de pertencer à ordem do mundo produtivo.

Nesse sentido, os trabalhadores marginalizados são os verdadeiros “desterritorializados” de hoje.

[...] se existe uma desterritorialização do ponto de vista econômico, ela está muito mais ligada aos processos de expropriação, precarização e/ou exclusão inseridos na lógica de acumulação capitalista do que nas simples esferas do capital “fictício”, da deslocalização das empresas ou da flexibilização das atividades produtivas. [...] Geralmente estes discursos da desterritorialização – seja da globalização do capitalismo (de acumulação flexível), da fluidez do capital financeiro ou da “deslocalização” das grandes empresas – servem apenas para ocultar a real desterritorialização, daqueles que, submetidos a essa “liberdade improdutiva” e à flexibilidade das relações de trabalho, acabam não tendo emprego ou sendo obrigados a subordinar-se a condições de trabalho cada vez mais degradantes. (HAESBAERT, 2004, p. 193-194).

Em *Concepções de território para entender a desterritorialização*, o geógrafo Rogério Haesbaert (2007, p. 66-68) aborda especificamente a desterritorialização como precarização territorial. Haesbaert explica que, numa primeira perspectiva, no caso do

movimento dos sem teto (assim como dos sem terra, que é o exemplo trabalhado por ele), “desterritorialização aparece associada à exclusão do acesso à terra e adquire um sentido, sobretudo, econômico” (p. 67). Todavia,

[...] é dentro de uma condição de classe e/ou grupo cultural [fala do indígena como exemplo] e num determinado contexto histórico (e de releitura do passado) que ela se processa. O que os une [indígena e sem terra] é a dinâmica de precarização socioespacial dominante na sociedade capitalista, que dá forma àquilo que denominamos “aglomerados humanos de exclusão” [...], o exemplo mais estrito de desterritorialização. (HAESBAERT, 2007, p. 67-68).

Assim, para Haesbaert (2007, p. 68), a desterritorialização “antes de significar desmaterialização”, tendo em vista o atual momento histórico, é um processo de precarização territorial, em outras palavras, o processo de “precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização”.

A partir desses pressupostos, fica claro que a desterritorialização não corresponde, apenas e necessariamente, a deslocamentos físicos, a desmaterialização.

Para dar um exemplo de desterritorialização como desmaterialização na experiência dos sem teto, apontamos que, nos últimos anos, parte dos trabalhadores da metrópole de São Paulo foi desterritorializada pelo processo de *gentrificação*, o qual expulsou, ou ainda está expulsando, a população pobre do Centro, como já ressaltamos, no item 1.1. “*O caracol sem concha...*”. Essa expulsão gera um crescente empobrecimento econômico de imensas parcelas da população urbana, que autores como Boaventura de Souza Santos chamam de *apartheid* urbano. Jorge Luiz Barbosa faz sua interpretação da questão:

Esta cartografia urbana é permanentemente alimentada por intermédio dos apelos à normatização da cidade diante da desordem e resulta na produção/organização de estratégias locais de afastamento dos indesejáveis – migrantes pobres, população de rua, deserdados do mundo do trabalho –, como também de estratégias de isolamento e de contenção de territórios considerados perigosos; constitui-se, sobretudo, como negação às reivindicações e exigências sociais dos pobres em relação aos seus direitos à cidade (BARBOSA, 2007, p. 132).

A “gentrificação”²⁹ é um processo de definição de fronteiras de classe por meio da intervenção espacial; ela é parte da agenda social de reestruturação do espaço, de reestruturação da economia, que, juntas, vêm sendo um processo sistemático do desenvolvimento urbano do capitalismo tardio. Sánchez (2003, p. 516) sublinha que essa reconversão de espaços antes pertencentes à classe trabalhadora, que é a “gentrificação”, se soma aos cortes nos serviços públicos, ao desemprego e ao desmonte do Estado de bem-estar (considerando a particularidade do desmonte do Estado, aqui no Brasil), como parte dos processos de reestruturação econômica dessa fase do capitalismo.

Efetivamente, a “gentrificação” de algumas áreas da cidade é parte de processos mais abrangentes de reestruturação espacial e de reorganização das classes rentistas que reorientam suas estratégias para as áreas centrais “degradadas”. Nesse processo, muitos espaços vêm sendo transformados em “playgrounds da burguesia” onde convivem elegantes mercados, *shopping centers*, edifícios reciclados, boutiques, marinas, cafês, restaurantes de *griffe* e hotéis. Essas significativas mudanças de uso em antigas áreas de habitação de baixa renda e pequeno comércio não são acidentes ou efeitos colaterais de um período de transição econômica, mas estão enraizadas na reestruturação da sociedade capitalista. (SÁNCHEZ, 2003, p. 515-516).

Embora esse processo de “gentrificação” seja efetivado sempre em detrimento da classe trabalhadora, a publicidade oficial o vende como um benefício para todos os habitantes da cidade, despindo-o do seu caráter classista. Por esse ponto de vista, a gentrificação traz benefícios para uma determinada área da cidade, antes degradada, tornando-a habitável e viável (não para a classe trabalhadora!), ou seja, é vendida “como meio para aumentar o retorno de investimentos públicos e também como garantia para a diminuição do desemprego, mas há pouca evidência de que esses benefícios venham, de fato, ocorrendo” (SÁNCHEZ, 2003, p. 517).

Para o engenheiro Marco Antônio Almeida, presidente executivo da Associação Viva o Centro (AVC)³⁰, não há esse caráter excludente, na revitalização do

²⁹ Entre os autores que abordam com profundidade esse tema, sugerimos: Smith (2001, 1996), Zukin (2000), Sánchez (2003) e D’Arc (2004).

³⁰ É relevante atentarmos para a diferente composição e objetivos da Associação Viva o Centro (AVC) e do Fórum Centro Vivo (FCV), citado anteriormente. O FCV é composto por movimentos sociais, universidades e outros grupos que discutem o Centro de São Paulo, a partir da perspectiva do Direito à Cidade e da Reforma Urbana, enquanto a AVC – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo, surgida em 1991, congrega principalmente empresários interessados nas modificações, leia-se valorização imobiliária, da região central.

centro. “Não se trata de obrigar ninguém a sair do centro, mas também não se deve incentivar a vinda deles (população pobre)”, defende o engenheiro (MATTOS, 2005).

Porém, a maior parte dos trabalhadores, ao longo da história, foi desterritorializada sem ser, necessariamente, deslocada.

A particularidade histórica do capitalismo no Brasil e em São Paulo, tratada no item anterior, forneceu-nos elementos para compreender, por meio do trajeto dos trabalhadores, que o processo de precarização/desterritorialização sofrido por eles é intenso e de longa data, ocorrendo, deslocando-os fisicamente ou não:

- 1) Se nos remetermos ao início da trajetória realizada por grande parte dos trabalhadores em questão, nós os reconhecemos como “desterritorializados”, porque vindos do campo para trabalhar como operários na indústria ou porque são imigrantes, vindos de outros Estados brasileiros ou mesmo de outros países;
- 2) “Desterritorializados” hoje pela precarização mais aguda das suas condições de vida, especialmente no caso dos trabalhadores que anteriormente desfrutaram de trabalho formal regulado, estável, com carteira assinada e que hoje são trabalhadores precários. De fato, podemos dizer que os percursos ocupacionais feitos pelo trabalhador, do “período fordista” para os dias atuais, revelam “*desterritorializações*”, para nós, e *deslocamentos*, para Telles (2006a), consideráveis: “o trabalhador foi da indústria para os serviços, do assalariamento para a informalidade, do emprego para o desemprego, do mercado para uma nebulosa de situações em que transitam os sobrantes entre as atividades domésticas e a chamada economia de sobrevivência, mas sempre com o selo de uma pauperização crescente” (TELLES, 2006a). Se, de certa forma, generalizarmos e metaforizarmos, podemos dizer que este é o trabalhador “desterritorializado” da fábrica fordista para a informalidade ou o desemprego estrutural;
- 3) Mas os trabalhadores mais jovens, os da segunda e terceira geração de trabalhadores (comparando-os com os trabalhadores citados acima), que ainda não conseguiram entrar no mercado de trabalho ou que estão sob as formas variadas de trabalho precário e subcontratação, estão igualmente “desterritorializados”, ou seja, precarizados territorialmente. Eles não estão necessariamente submetidos a um deslocamento físico, pois não são migrantes natos, todavia, esses trabalhadores que sofrem a nova precariedade estão “desterritorializados”, porque não foram sujeitos na

definição dos territórios que ocupam. Os lugares e condições de onde vivem, trabalham e circulam, quer dizer, as condições materiais do universo empobrecido desses jovens e a subjetividade apropriada que impera em suas mentes (não esqueçamos que o capital também vende bens simbólicos) revelam que esses trabalhadores e seus territórios precários estão sob o controle do capital, sob a regência de sua lógica seletiva e excludente (HAESBAERT, 2004, p. 237);

- 4) Outro aspecto que também desterritorializa os trabalhadores, uma vez que estes perderam, ou tiveram o controle de seu(s) território(s) debilitado (HAESBAERT, op. cit., p. 237), é o fato de que os elementos com potencialidade de agregar aos trabalhadores foram sendo cada vez mais dissolvidos e hoje impera entre eles a debilidade da identidade de classe e suas formas associativas: ideologias *neocorporativas* da colaboração de classe foram sendo disseminadas por um ambiente ideológico impregnado de valores individualistas de mercado, necessários ao capitalismo flexível, o que invadiu os espaços do cotidiano, forjando mentalidades. Assim, essa perda de controle ou de comando do território, por parte dos trabalhadores, é um processo de desterritorialização.

Além de todo o exposto, podemos afirmar que o capital desterritorializa a classe trabalhadora como resposta às suas crises e à sua necessidade de gerir os conflitos sociais, para garantir a manutenção de sua hegemonia reorganizando-se e reestruturando-se territorialmente (num processo de des-re-territorialização) e, da mesma maneira, reorganizando e reestruturando territorialmente os processos produtivos, as relações de trabalho e as relações da esfera da reprodução. Podemos, inclusive, afirmar que os territórios do capital se alimentam dos “territórios da precariedade”.

Os exemplos que expusemos ainda nos permitem perceber que esses processos de des-re-territorialização, sobre o comando do capital, têm implicações objetivas (ou materiais) e subjetivas sobre os trabalhadores. O deslocamento físico dos trabalhadores é uma implicação objetiva da configuração de novos territórios pelo capital, que também tem implicações subjetivas, com o intento constante de gerenciar focos de resistência e de apropriar-se da práxis dos trabalhadores com sua sociabilidade individualista, mercadológica e auto-afirmativa, utilizando-se de lemas como “a ocupação de prédios é crime”, “a informalidade é ilegal”, “as renovações urbanas beneficiam a todos”, “juntos na democratização da cidade e de sua gestão”. São discursos generalizantes, produzidos pelas

políticas de *marketing*, que legitimam as intervenções urbanas e escamoteiam a diferenciação de classes desses processos.

A opção por um projeto urbano voltado ao mercado (global) livre e para a consolidação de uma cidade-empresa, como veremos no Capítulo 2, acentua a precarização de boa parte da classe trabalhadora, tanto no que respeita a suas relações de trabalho quanto a seu cotidiano, inclusive porque, para a realização do capital (como relação social hegemônica), não há uma dicotomia entre a esfera da produção e a esfera da reprodução. “A desregulamentação do trabalho e a desregulamentação dos lugares fazem parte do mesmo movimento de afirmação das corporações empresariais” (BARBOSA, 2007, p. 140).

As mudanças no processo produtivo e nas relações de produção, assim como a reestruturação do metabolismo societal (isto é, a reestruturação do modo de vida e da socialização), reduzem extremamente a porcentagem dos postos de trabalho e afetam a um imenso contingente de trabalhadores que jamais entrarão no mercado de trabalho (como os jovens que estão buscando seu primeiro emprego). Em acréscimo, flexibilizam e desregulam as relações de trabalho, reduzem a renda dos trabalhadores, expulsam os moradores (muitas vezes sem teto) e trabalhadores pobres do centro da cidade, intensificando as diferenças socioculturais na cidade de São Paulo.

A habilitação para o mercado global significa a negação dos direitos sociais e econômicos conquistados arduamente pelos trabalhadores, conduzindo a uma explosão do espaço urbano como estilhaçamento da vida em sociedade. (BARBOSA, 2007, p. 140).

Em síntese, o debate levantado no presente Capítulo focalizou algumas das reconfigurações territoriais do trabalho, na luta pela moradia, demonstrando que a histórica situação de despossessão da classe trabalhadora (a separação do caracol e sua concha), sua precarização estrutural, junto às novas precariedades causadas pelas reconfigurações do capital, submetem os trabalhadores a uma desterritorialização (precarização territorial) intensa e de longa data: favelização, expulsão do centro e de outras áreas ocupadas, carência dos serviços e infra-estruturas urbanas, desemprego, informalização, aumento da pobreza, debilidade organizativa etc.

Todas essas reconfigurações do trabalho acontecem numa dialeticidade com as reconfigurações do capital, que iremos abordar no Capítulo 2. Na seqüência, tendo em vista que as reconfigurações do trabalho e do capital têm implicações subjetivas na organização

social dos trabalhadores sem teto, no Capítulo 3, discutiremos os projetos urbanos do trabalho, a partir da práxis exercida pelos movimentos de moradia da metrópole de São Paulo.

CAPÍTULO 2

AS NOVAS TERRITORIALIDADES DO CAPITAL E O SEU PROJETO URBANO

City-marketing ou cidade mais democrática? Competitividade ou solidariedade e participação? Esses termos, hoje tão em voga, sugerem uma disputa entre projetos e modelos urbanos. Que cidade (leia-se sociedade) disputam? Ao olharmos para o que os últimos governos municipais, sobretudo se compararmos o governo de Marta Suplicy e o de Serra/Kassab, têm implementado, na cidade de São Paulo, o cenário parece apontar a existência de dois principais projetos urbanos: o mais atual projeto, do governo Serra/Kassab, mais próximo aos ideais neoliberais de competitividade, produtividade e consenso, comprometido com a promoção do *city-marketing* e da “cidade-global”; enquanto o projeto do governo Marta se identificaria com uma política social mais democrática, voltada aos pobres, aberta para a *participação* da dita sociedade civil. Porém, antes de assumirmos essa perspectiva, e conscientes de que esses projetos urbanos não são os únicos existentes, já que pensadores e movimentos sociais vão formulando outros projetos, nos perguntamos se essas duas propostas, que são as que hoje de fato vêm sendo implementadas, são efetivamente antagônicas. Serão elas reveladoras da existência de um enfrentamento entre reafirmações ou resistências à dinâmica capitalista?

Nosso ponto de partida para essa reflexão é a cidade de São Paulo, nos últimos anos, cujas gestões públicas têm tomado um rumo que canaliza recursos públicos para a valorização fundiária e imobiliária em áreas ultraprivilegiadas, em contrapartida, com a privação não apenas de moradia digna, mas do conjunto das condições básicas de vida de quase metade dos paulistanos sujeitos à intensificação da precarização estrutural do trabalho, da criação de novas precariedades e, portanto, o aprofundamento do desenvolvimento geográfico desigual. Há uma combinação de mecanismos clássicos de precarização, de expulsão da classe trabalhadora, que são potencializados e redefinidos por novas reconfigurações econômicas e políticas. Anteriormente, no Capítulo 1, analisamos os

processos precarizantes que reconfiguram territorialmente os trabalhadores urbanos, sobretudo des-territorializando-os (precarizando-os territorialmente), e agora nos debruçamos sobre os novos mecanismos, objetivos e subjetivos (ideológicos) do capital para garantir sua expansão, por meio da análise de suas novas territorialidades, sobretudo de algumas das atuais re-territorializações do capital, que desencadeiam essas des-territorializações do trabalho.

Já se entreviu, no capítulo anterior, mas não é demais reforçar que a formação social capitalista brasileira é marcada pelo caráter dependente e subalterno da economia produtora de mercadorias, revelando nossa subsunção aos interesses imperialistas. Hoje, ao tentar adequar-se ao mito das cidades globais (num contexto que amarga as conseqüências do neoliberalismo e da reestruturação produtiva da era da acumulação flexível implantadas aqui no Brasil, guardadas as devidas particularidades), nossa subsunção aos países centrais e a distância entre os que detêm o poder e os que a ele se subordinam aprofundam-se.

Nesse sentido, há interesses que apregoam a não existência de alternativa para São Paulo que não seja a produção de “vantagens comparativas” para que a cidade possa competir no mercado mundial de cidades. Mas, nessa disputa há os que defendem a necessidade de mitigar os efeitos perversos dessa primeira opção (mais próxima aos ideais neoliberais), apontando como saída uma suposta humanização do capital e democratização do Estado para que se possa alcançar uma distribuição menos injusta da riqueza. Dentro desse fogo cruzado também estão algumas iniciativas, sobretudo de determinados movimentos sociais, que buscam introduzir uma fissura na ordem, na lógica do Estado e do capital, e que, quiçá, possam construir um potencial de resistência à dinâmica capitalista.

Todavia, ao olhar para a materialização espacial desses projetos urbanos vemos que eles se complexificam, que os ideários se mesclam e esse antagonismo se dissipa. Mais do que uma alternância de administrações que adotam um projeto “puro”, isto é, administrações em que imperam ideais mais próximos aos neoliberais ou aos ideais da gestão democrática da cidade; diríamos que, desde o governo petista de Marta Suplicy, a gestão da cidade de São Paulo amalgama instrumentos, discursos e ações que têm como fundamentação ambos os projetos urbanos. Isto quer dizer que há projetos diferenciados e em disputa, não obstante o alicerce da gestão pública tem sido o mesmo: o estreito mundo do “possível” no âmbito do capital. Assim, para que possamos visualizar as nuances desses projetos urbanos em pauta, como recurso didático analítico, apresentamos, ainda neste Capítulo, uma caracterização dos mesmos.

Partindo de questões como essas, neste Capítulo, nosso objetivo maior é expor a “fortaleza” do discurso do capital sobre os problemas urbanos, em especial sobre a luta pela moradia, e sua materialização em políticas públicas e projetos urbanos, criadores de transformações e constâncias dos territórios do capital ou, em outras palavras, de des-territorialidades.

As atuais dinâmicas territoriais do capital e do trabalho, num contexto em que os ditames do mercado ganham status de projeto hegemônico, reconfiguram as cidades/sociedades. As intervenções urbanas na cidade de São Paulo seguem o estreito âmbito do capital. A materialização dessa opção por um projeto urbano voltado ao mercado reorganiza constantemente as formas espaciais e cria novas territorialidades, intensificando a precarização de boa parte da classe trabalhadora (tanto no que respeita às suas relações de trabalho quanto ao seu cotidiano) e aprofundando o desenvolvimento geográfico desigual. Quais são os novos mecanismos do capital que, cada vez com mais sutileza, escamoteiam a ampliação e a maior complexidade das diferenças entre as classes e que querem nos fazer crer que não há alternativas para sua ordem urbana e territorial?

Num primeiro momento, iremos refletir sobre a nova ofensiva do capital no espaço urbano. Iremos indicar as reconfigurações territoriais urbanas que a reestruturação produtiva do capital e os impactos engendrados no metabolismo social geram, e que servem de justificativa para alimentar projetos urbanos.

Num segundo momento, a título de contextualização, fazemos alguns apontamentos sobre determinados aspectos/momentos das políticas públicas habitacionais nacionais e paulistanas.

Num terceiro momento, sem deixar de demonstrar que a cidade de São Paulo tem se deparado, nos últimos anos, com gestões híbridas que não escapam ao âmbito do capital, apresentamos os dois principais projetos urbanos em disputa hoje: 1) um projeto muito mais próximo aos ideais neoliberais e; 2) um projeto que defende a “gestão democrática da cidade”.

2.1. A nova ofensiva do capital no espaço urbano: reconfigurações territoriais da hegemonia social urbana

A nova agenda do capitalismo também se reflete e produz uma nova agenda urbana. Todo o discurso sobre a “modernização globalizadora” da cidade elaborado hoje pelos

consultores urbanos e pelo poder público da metrópole de São Paulo é também fruto do ideário construído no contexto das novas estratégias para a realização da acumulação. Já apontamos que há uma produção de novos mecanismos que o capital tem desenvolvido para expandir a sua sociabilidade para além da esfera da produção, atingindo com mais força a esfera da re-produção. Esse processo faz parte da reorganização do sistema ideológico e político de dominação do capital. Esses novos mecanismos e estratégias provocam conseqüências/decorrências no mundo do trabalho, por exemplo, impondo a ele a situação de precário, que, concomitantemente, altera o modo de pensar, planejar e viver a cidade e seus problemas urbanos. Nesse sentido, a relação entre as transformações no mundo do trabalho e as transformações no urbano é estreita e merece ser enfatizada.

As modificações no processo produtivo que a cidade de São Paulo, por exemplo, experienciou, estão ligadas às orientações para a consolidação do patamar de “metrópole informacional-financeira global”, medidas que atendem às imposições atuais da reprodução do capital. A cidade de São Paulo se reorganiza sem deixar de ser o centro de decisões, de poder, ao menos para o capital. Como as mudanças no processo produtivo causaram um altíssimo índice de desemprego, de precarização do trabalho e achatamento total da renda dos trabalhadores, São Paulo cada vez mais deixa de ser o centro que absorve o trabalhador tradicional, fabril, jogado para fora do mercado de trabalho, e passa a ser cada vez mais a cidade do trabalhador precarizado, a cidade da informalidade. Ao mesmo tempo, ainda que numa parcela incomparavelmente menor, se converte na cidade dos trabalhadores de ponta, os super qualificados que gerenciam o sistema econômico nacional e consolidam seus laços com o sistema internacional.

As transformações no trabalho e no urbano são também explicitadas quando nos centramos na cidade que se planeja hoje. A opção por seguir os projetos urbanos voltados para o mercado livre, para a consolidação de uma cidade-mercadoria, de uma “cidade-global”, ou, em outras palavras, a opção pela modernização globalizadora da cidade (onde, não esqueçamos, a diminuição dos postos de trabalho, a precarização do trabalho e o achatamento da renda são as principais conseqüências para a grande massa trabalhadora) é uma opção segregadora, excludente, todavia uma opção hegemônica.

Telles e Cabanes (2006a) nos advertem que parece estéril a clivagem que coloca a economia urbana e os artefatos da “cidade-global” de um lado e a “exclusão social” e os territórios da pobreza de outro. Essa “leitura” despolitiza o debate e acaba por sugerir o “princípio gestor que trata das ‘pontas’, da dita governança econômica e, de outro lado,

da gestão do social e administração de suas urgências” (TELLES; CABANES, 2006a, p. 17). Para além dessa clivagem, a partir das reconfigurações territoriais do capital para expandir seu projeto hegemônico, estamos propondo perguntar-nos sobre as redefinições nas relações entre trabalho e cidade que apreendam os entrecruzamentos, a conflituosidade e a complexidade das relações e questões para além das clivagens e dicotomias que tentam nos impor para dividir-nos ainda mais.

Como vimos no Capítulo anterior, as transformações no mundo do trabalho o tornam cada vez mais complexo. Por exemplo, o trabalho regulado, com direitos trabalhistas, com o trabalhador em sua maior parte sindicalizado, convivendo com o trabalho precário (vivenciado, em grande parte, pelas gerações atuais e que se constroem sob outros referenciais). Essas transformações fazem com que o trabalhador vivencie uma outra experiência de trabalho e, concomitantemente, com as redefinições da produção do espaço urbano, igualmente complexificada, vivencie também uma outra experiência urbana.

A base disso, que é a re-estruturação do processo produtivo e suas repercussões no mundo do trabalho, nada mais é que uma “ofensiva do capital” para recuperar a sua hegemonia e/ou gerenciar as lutas sociais. As respostas do capital para suas crises e sua necessidade de gerenciar os conflitos sociais, para garantir a manutenção da sua hegemonia econômica, política e cultural, faz com que ele se reorganize e se reestruture territorialmente (num processo dialético de des-re-territorialização) e, da mesma maneira, reorganize e reestruture territorialmente os processos produtivos, as relações de trabalho e as relações da esfera da re-produção.

No contexto dos países de capitalismo avançado, a expressão material da reconfiguração territorial do capital para responder à sua crise é a flexibilização da produção e os novos padrões de busca de produtividade, ou seja, a introdução da automação, da robótica, da flexibilização e um complexo de mudanças no processo de produção e de trabalho. Segundo Antunes (2002, p. 73), como resultado dessas transformações, iniciadas desde o final dos anos 70, e particularmente na década de 1980, “verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado”, isto é, “houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional”, que ocorreu paralelamente a um processo de terceirização (expansão do setor de serviços), heterogeneização e subproletarização (presentes nas formas de trabalho precário, parcial etc.) do trabalho.

É importante ressaltar que, com esses processos, “não se constata o fim do trabalho como medida de valor, mas uma mudança qualitativa, dada pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho” (ANTUNES, 2002, p. 76). O que de fato se constata é um processo contraditório, em que, “de um lado, [temos] um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual [e], de outro, e em sentido inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização, expressa no trabalho precário, informal, temporário etc.” (ANTUNES, 2002, p. 78). Como já apontamos no Capítulo anterior, o trabalho não perde sua dimensão estruturante, mas se complexifica, e passa a ter um caráter mais multifacetado (ANTUNES, 2005b; THOMAZ JÚNIOR, 2006a).

Ao refletir sobre a reestruturação produtiva do capital e as profundas transformações no mundo do trabalho, é preciso fazer as mediações entre os processos ocorridos nos países centrais e as singularidades e particularidades desses processos no Brasil.

Participamos de um contexto econômico, social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado e mundializado, mas [...] [vivenciamos] uma *globalidade desigualmente combinada*, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados. (ANTUNES, 2002, p. 79).

No Brasil dos anos 1980, pudemos presenciar algumas mutações tecnológicas e no processo produtivo. Antunes esclarece que nada é comparado ao ritmo acelerado com que esses processos se deram nos países de capitalismo avançado. Mas, foi na década de 1990 que esse processo se intensificou (e o governo do presidente Fernando Collor de Melo teve papel fundamental nisso). Assim, aqui, em nosso país, vivenciamos a combinação de uma brutal eliminação de postos de trabalho, com mutações no processo produtivo: “a flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão da força de trabalho estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo *ainda dominante* também aqui mescla-se com novos processos produtivos” (ANTUNES, 2002, p. 79). Sobre a relação da nossa baixa remuneração como elemento de atração de capital externo e obstáculo ao avanço tecnológico capitalista, Antunes ainda ressalta:

Se é verdade que a baixa remuneração da força de trabalho – que sempre se caracterizou como elemento de atração para o fluxo de capital externo produtivo em nosso país – pode se constituir, em alguns ramos produtivos, como elemento com potencial para obstaculizar em parte o avanço tecnológico capitalista, do mesmo modo a combinação obtida da

superexploração da força de trabalho, com alguns padrões produtivos mais avançados, constitui-se em elemento central para essa inversão de capitais. Em verdade, para os capitais produtivos interessa a *confluência de força de trabalho ‘qualificada’ e preparada para operar com os equipamentos microeletrônicos, sub-remuneração intensificada, e condições plenas de precarização da força de trabalho.* (ANTUNES, 2002, p. 79 - 80, grifo do autor).

É dessa maneira que os circuitos “globais” cruzam-se com os circuitos “periféricos”. As reconfigurações territoriais atuais se expressam nesses entrecruzamentos de circuitos vivenciados pelo trabalhador urbano, que circula por esses “dois mundos”, que articulam trabalho, moradia e serviços urbanos, não sem sentir as conseqüências, objetivas e subjetivas, dessa reconfiguração territorial do capital no espaço urbano.

As conseqüências objetivas, ou materiais, mais evidentes que as modificações no processo produtivo, no metabolismo social, e seus processos de des-re-territorializações do capital produzem na vida dos trabalhadores urbanos são: o aumento do número de trabalhadores em condições cada vez mais precarizadas, com a ampliação do trabalho parcial, temporário e sem direitos trabalhistas; o incremento do desemprego; a queda da renda; a periferização dos trabalhadores em áreas urbanas completamente precárias de infra-estrutura e serviços urbanos, com o “enobrecimento” de determinadas áreas da cidade que deverão atender aos “circuitos dos modernos serviços da ‘cidade-global’”¹ e que, ao mesmo tempo, desterritorializam, banem os moradores de rua, as prostitutas, os ambulantes, que até então circulavam ou moravam nessas áreas centrais; e a intensificação da degradação da relação homem-natureza resultante da lógica que prioriza a produção de mercadorias e a valorização do capital.

Com tudo isso, vemos que, em seu processo de reterritorialização, o capital, ao colocar o território sob a regência de sua lógica seletiva e excludente, “desterritorializa” parte da classe trabalhadora.

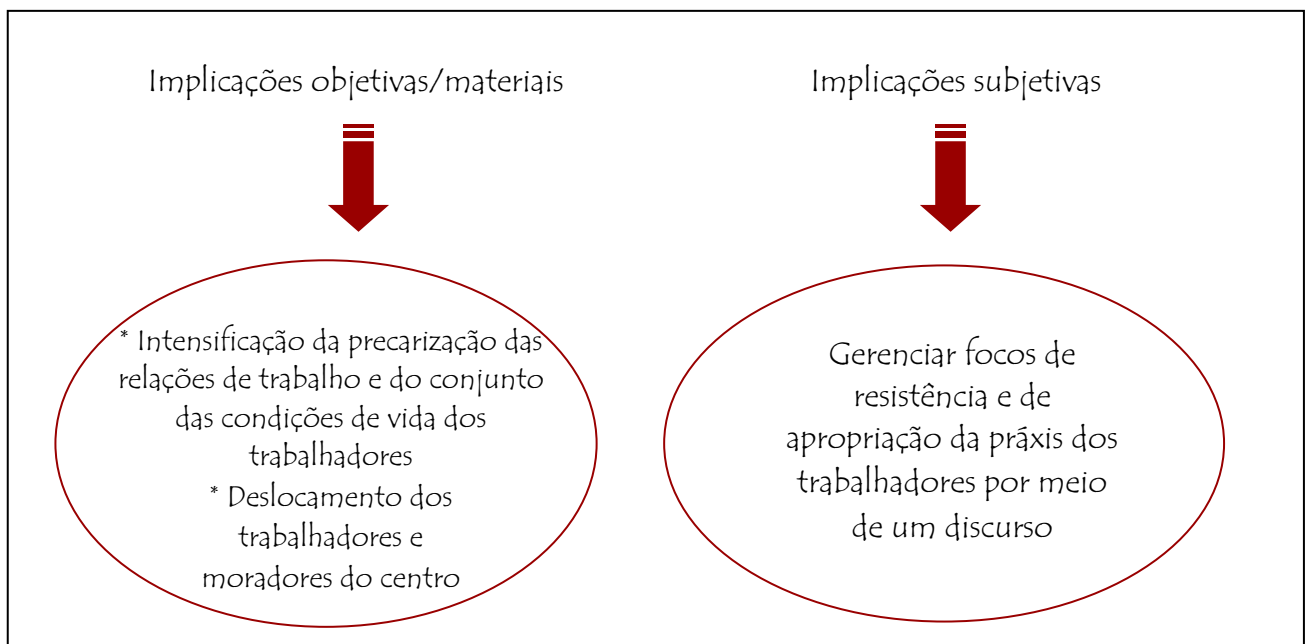
As implicações subjetivas das modificações no processo produtivo, no metabolismo social e dos seus processos de des-re-territorializações do capital sobre o trabalhador são intensas. Se, na década de 1980, sobretudo na primeira metade dela, o sindicalismo brasileiro viveu “um momento particularmente positivo” (ANTUNES, 2002, p.

¹ Trata-se de um processo de reterritorialização das classes rentistas e outros capitalistas envolvidos na produção do espaço urbano que se reorganizam e reorientam suas estratégias para as áreas centrais “degradadas”, transformando esses espaços com a implantação de centros de convenção, mercados, butiques, cafés, restaurantes e hotéis luxuosos.

80), assim como os movimentos populares urbanos, o final dessa década e a década de 1990, como resultado das mutações já descritas, foram de regressão para ambos. Não se conseguiu resistir à nova ofensiva do capital e passou a adotar-se uma postura, se não de preservação, de acomodação dentro da ordem.

A negociação e o gerenciamento dos conflitos fazem parte do arsenal subjetivo do capital para a construção de um ambiente ideológico a seu favor. E se a apropriação da subjetividade dos trabalhadores parece ser mais visível no mundo do trabalho, é preciso desvelar que as experiências urbanas também estão recheadas dessas tentativas de captura da subjetividade e de paralisação ou escamoteação dos conflitos, como sintetizado no Quadro 2: a tentativa constante de gerenciar focos de resistência –“ocupação de prédios é crime”, “a informalidade é ilegal”- e de apropriação da práxis dos trabalhadores ao inculcar máximas como “as renovações urbanas irão beneficiar a todos indistintamente”, “juntos na democratização da cidade e da sua gestão”, ou seja, um discurso generalizante que escamoteie a diferenciação de classes desses processos. Uma das bases desse processo está nas políticas de *marketing* que constroem um ambiente ideológico impregnado de valores individualistas de mercado, necessários ao capitalismo flexível, que legitimam as intervenções urbanas e gerenciam os conflitos e tensões.

Quadro 2 . Implicações das modificações no processo produtivo, no metabolismo social e dos seus processos de des-re-territorializações do capital



Hoje, o discurso das empresas é também o discurso da vida fora do trabalho, pois há uma transferência do espírito empresarial para a gestão urbana, além de uma alteração/adequação da linguagem à modernização neoliberal-globalizadora que incorpora subjetividades novas “capturadas” pelo novo metabolismo social do capital. A linguagem serve de dispositivo discursivo que deverá gerir as contradições atuais e, assim, novas palavras são incorporadas para legitimar as ações das forças hegemônicas: no vocabulário empresarial, o operário ou empregado agora é o *colaborador* ou parceiro, no vocabulário do planejamento e gestão urbana, “re-qualificação do urbano [aparece] como *re-vitalização* (insuflar vida onde há morte), como *re-habilitação* (fazer/tornar habitável o inabitável), como *re-novação* (atualizar o que é antigo)” (LÓPEZ SÁNCHEZ, 2000, tradução nossa).

Desse modo, ações e discursos do capital, isto é, a práxis capitalista como um todo, reiteram a ordem do capital. Por que afirmamos que a práxis do capital é reiterativa? Porque, segundo Sánchez Vázquez, a práxis reiterativa “não produz uma nova realidade; não provoca uma mudança qualitativa na realidade presente, não transforma criadoramente, ainda que contribua para estender a área do já criado, e, portanto, a multiplicar quantitativamente uma mudança qualitativa já produzida” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 330, tradução nossa). A principal novidade da atual agenda urbana, baseada na nova agenda do capitalismo, é exatamente a reiteração da hegemonia social urbana, quer dizer, a sociedade, a cidade regida pelos interesses do capital. As redefinições do espaço urbano são efetuadas para repetir, para reiterar a ordem da valorização capitalista da cidade-mercadoria.

Adiantando uma síntese das idéias deste Capítulo, podemos apontar que a reestruturação produtiva acompanhada da reestruturação do metabolismo social, isto é, a nova ofensiva do capital, transforma, redefine, reconfigura o espaço urbano por meio de um urbanismo que também é fundamentado nos princípios neoliberais de uma globalização e uma integração impostas pela lógica do capital, integradora para fora e desintegradora para dentro. O desafio é perceber que essa “utopia da cidade-mercadoria” (HARVEY, 2006) está disseminada em projetos híbridos que, sob diferentes nomenclaturas, mascaram seu propósito de atender as imposições atuais do capital.

Nesse sentido, a hegemonia social urbana se efetiva na práxis capitalista que reitera a “utopia da cidade-mercadoria”. Esse quadro vai demarcar a luta pela moradia: na cidade-mercadoria qual é o “lugar” dos inúmeros sem tetos? Como vemos, a posição da práxis capitalista no urbano é de reiteração da ordem do capital, o que é o mesmo que dizer, que,

para o trabalhador organizado na luta pela moradia, isso significa a reiteração da subsunção, da superexploração e da crescente precarização das suas relações de trabalho e das suas condições gerais de vida, assim como a reiteração do desenvolvimento geográfico desigual na cidade.

2.2. Políticas públicas habitacionais

Vários trabalhos resgatam o histórico das políticas habitacionais, no Brasil e na cidade de São Paulo. Aqui objetivamos apenas, a título de contextualização, fazer alguns apontamentos sobre os direcionamentos das políticas públicas habitacionais nacionais e paulistanas recentes, para que, posteriormente, possamos discutir os projetos urbanos em pauta hoje e a expressão deles, na práxis dos trabalhadores urbanos. Ou seja, nosso interesse é apreender os paradigmas, as formulações ideológicas, os projetos políticos que regem as ações e os discursos do capital e do Estado, no contexto urbano e na luta pela moradia, em particular.

Marques e Saraiva (2005) estão de acordo que, desde a metade do século XX, o modelo das políticas habitacionais brasileiras foi “a construção de unidades habitacionais novas em conjuntos verticais ou horizontais erguidos por empreiteiras, localizados na franja urbana e orientados para a venda financiada aos beneficiários” (MARQUES; SARAIVA, 2005, p. 270)². Outros programas voltados para a população de mais baixa renda, como a urbanização de favelas e a autoconstrução assistida “permaneceram marginais em relação à totalidade das operações do BNH e do SFH [...] e até mesmo em relação às atividades das Cohabs” (SACHS, 1999, p. 143). Na verdade, “as áreas de favela e os cortiços foram, tradicionalmente, objeto de estratégias de remoção, ou mais raramente de políticas assistenciais marcadas por um caráter pontual e pouco integrador em termos urbanos” (MARQUES; SARAIVA, 2005, p. 270).

É sabido que a produção pública de moradia massificada, no país, se deu a partir de 1964, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Até então, a provisão era via institutos de pensão. Todavia, essa “solução” habitacional e esse modelo financeiro, que se anunciavam com a função de financiar as habitações sociais, mas tinha o “papel de instrumento de retomada econômica”, “favorecia os segmentos superiores do mercado imobiliário e [...] não se inscrevia de forma

² Sobre esse assunto, ver também Bonduki (2004).

alguma numa política de apoio à produção de habitações sociais” (SACHS, 1999, p. 138), ou, em outras palavras, excluía “a população em piores condições socioeconômicas, que não se configurava como demanda solvável” (MARQUES; SARAIVA, 2005, p. 270).

Segundo o arquiteto Pedro Fiori Arantes, membro do USINA – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, um grupo multidisciplinar de assessoria técnica a movimentos populares e a administrações públicas –, o esquema de produção do BNH conseguiu

[...] extrair muita mais-valia da construção civil, que é um campo de extração gigantesco de mais-valia [...], mas ele estabeleceu um modelo de construção de grandes conjuntos habitacionais que são feitos nas médias e grandes cidades do Brasil, como bairros-dormitórios na periferia, envolvendo empreiteiras, desastres ecológicos, especulação imobiliária e situações, hoje, de segregação tão similares a guetos. (ARANTES, arquiteto do USINA, entrevista à autora, 2006).

No início dos anos 1980, esse modelo entra em crise junto com a crise da dívida externa, que faz com que todos os sistemas financeiros do país experimentem um colapso. Como começam a ser necessários ajustes fiscais e o BNH era um dos grandes provedores de dinheiro, ele foi sendo estancado até ser de fato encerrado, em 1986³.

Segundo Marques e Saraiva (2005, p. 271), o declínio financeiro e operacional do BNH e a pressão dos movimentos sociais levaram ao desenvolvimento e à consolidação de outros tipos de políticas habitacionais, que não essa hegemônica das unidades novas em grandes conjuntos para venda financiada sem subsídios. As novas políticas, que os autores denominam de *alternativa* e que foram implementadas, sobretudo, por governos municipais, são: a urbanização de favelas, a regularização de loteamentos, a intervenção em cortiços, a recuperação de conjuntos habitacionais e a locação social⁴.

Dentro desse contexto nacional e o caso da cidade de São Paulo, o que as análises apontam sobre as políticas habitacionais adotadas?

2.2.1. Políticas municipais

³ Para maiores informações sobre as políticas federais de habitação, no período 1964/1998, pode-se consultar Santos (1999).

⁴ Para detalhes sobre essas políticas alternativas, consultar Marques e Saraiva (2005, p. 269-273).

Um primeiro aspecto a ser observado é que a demanda por moradia, na cidade de São Paulo, se acentua muito desde a década de 1970. As favelas, por exemplo, até o início daquela década, não se faziam muito presentes (alojavam cerca de 1% da população do município, em 1973). É ao longo das décadas de 1970 e 1980 que a população favelada aumenta muito. Como a intervenção municipal se posicionou, diante dessa realidade?

Marques e Saraiva (2005, p. 273-291), preocupados com as conseqüências das políticas habitacionais dos últimos anos, sobre a segregação e as desigualdades sociais, na cidade de São Paulo, fazem um levantamento da intervenção pública municipal, que apenas enumeramos, no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3. Políticas habitacionais por administração (cidade de São Paulo)

Administração	Características
Reynaldo de Barros (1979-1982)	Primeiras políticas para favela, caráter muito fragmentado e pontual, com efeito limitado tanto sobre a segregação quanto sobre as desigualdades sociais*.
Mário Covas (1983-1985)	Construção dos grandes conjuntos de periferia pela Cohab, com alguma iniciativa em favelas.
Jânio Quadros (1986-1988)	Manteve timidamente a construção de conjuntos, mas atuou intensamente em uma política de remoção forçada de favelas, que termina com um saldo amplamente negativo quanto à segregação e às desigualdades socioespaciais.
Luiza Erundina (1989-1992)	Fugiu da produção tradicional de unidades novas para venda em grandes conjuntos, ampliando o leque de políticas por meio da: construção de unidades novas (em conjuntos pequenos) através de mutirões em co-gestão com os movimentos de moradia**; regularização de loteamentos e urbanização de favelas (com programa de saneamento ambiental envolvendo a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP - e o Banco Mundial). Elaborou e aprovou a lei municipal de habitação de interesse social (HIS). Não chegou a fazer frente à demanda existente, mas representou um dos momentos de maior produção das políticas habitacionais na cidade e, sendo coerente com suas intervenções, criou as estruturas gerenciais necessárias para a implementação das políticas.
Paulo Maluf (1993-1996)	Desarticulou as estruturas administrativas (Superintendência de Habitação Popular) e os procedimentos relacionados com as políticas no governo anterior; paralisou os empreendimentos por mutirão; deu continuidade às obras por empreiteira, fortalecendo a terceirização dos serviços técnicos (que se tornou amplamente predominante, a partir de então). Priorizou o Projeto de Urbanização de Favelas com Verticalização (Prover), conhecido como Cingapura, que foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. As principais críticas ao Prover são: a urbanização não alcançava a totalidade das favelas (a preocupação maior era garantir a visibilidade); a situação fundiária irregular, em sua maioria não resolvida até hoje; a baixa qualidade do projeto e da construção; a venda não-subsidiada para uma população de situação econômica muito precária. O todo da política urbana dessa gestão contribuiu para aumentar a segregação.
Celso Pitta (1997-2000)	Caracterizou-se principalmente pela continuidade da construção de unidades do Projeto Cingapura, em um ritmo mais intenso que no governo Maluf. Aponta-se que aparentemente alguns dos problemas do programa foram minorados, mas as principais críticas que recebera continuaram. Implantou o programa de recuperação de loteamentos, o Lote Legal, considerado como representação da conclusão de um processo cumulativo e constituição de política pública, iniciado em 1990.
Marta Suplicy (2001-2004)***	Centrou-se nos aspectos legais (aprovou o Plano Diretor) e institucionais, assim como na regularização, tanto de loteamentos (com maior ênfase) quanto de favelas. Em termos institucionais, flexibilizou as regras do Fundo Municipal de Habitação e criou o Conselho Municipal de Habitação****. Todavia, podemos concluir que a participação que deveria ser garantida com o Conselho não se efetivou, até mesmo porque a maior parte dos recursos disponíveis e as ações de maior visibilidade ficaram fora do controle deste. Os mutirões e a urbanização de favelas foram retomados muito timidamente. A integração das iniciativas, defendida durante a eleição, não se concretizou.
José Serra (2005-2006) / Gilberto Kassab (2006-)	Mudança de foco no que respeita à moradia nas áreas centrais: diminuição dos programas, financiamentos e instrumentos urbanísticos; e política de expulsão dos trabalhadores e marginalizados do Centro de São Paulo. Continuidade razoável dos projetos de urbanização de favelas e de regularização fundiária, com aumento no número de intervenções e na previsão orçamentária para tais projetos.

* Não há apontamentos sobre as curtas administrações de Antonio Salim Curiati (abr. 1982- mar. 1983) e de Francisco Altino Lima (mar. 1983- abr. 1983).

** “O Programa de Construção de Habitações por Mutirão e Auto-gestão, promovido pela Prefeitura de São Paulo, na gestão Erundina, foi considerado modelo exemplar de prática bem-sucedida em política habitacional pela Secretaria de Política Urbana do Governo Federal, que decidiu incluí-lo no relatório a ser encaminhado à II Conferência das Nações Unidas sobre o Habitat” (BONDUKI, 2000, p. 123).

*** Para mais informações sobre a administração Marta Suplicy, conferir a obra organizada por Gaspar; Akerman e Garibe (2006), que apresentam as políticas sociais desse governo; para as políticas habitacionais, especificamente, consultar o capítulo “A política habitacional urbana”, de Paulo Teixeira.

**** Para uma discussão aprofundada sobre política habitacional, em São Paulo, inclusive sobre a tentativa de criação do Conselho de Habitação, cf. Maricato (1997), que faz uma análise da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São Paulo, no período entre 1989 e 1992. Cardoso (2004) também faz um balanço da política municipal de habitação, de 2001 a 2003. Sobre o Conselho, em específico, ver: Cymbalista e Moreira (2002), que, em uma publicação do Instituto Polis, fazem uma análise sobre o Conselho Municipal de Habitação em São Paulo.

Fonte: Marques e Saraiva (2005); Santoro e Cymbalista (2007), FÓRUM Centro Vivo (2006); entrevistas junto aos movimentos sociais.

Org.: Fernanda Keiko Ikuta

Santoro e Cymbalista (2007, p. 1), examinando a política habitacional no município de São Paulo e tendo em vista que “a situação habitacional não deixou de agravar-se” nos últimos anos, enfatizam que, “[...] pelo menos nas duas últimas décadas, independente da posição político-partidária do prefeito ou prefeita, os diferentes mandatos não têm sido capazes de enfrentar o problema da habitação na escala necessária”.

É interessante sinalizar ainda as críticas sobre as políticas de habitação elaboradas pelos próprios funcionários públicos da COHAB/SP por nós entrevistados (Pesquisa de Campo, outubro de 2006), que destacaram:

- A descontinuidade das políticas habitacionais, que, segundo os entrevistados, ocorre devido ao personalismo que cada governo embute em sua gestão. O esquema de construção habitacional via mutirão foi citado como um exemplo típico de descontinuidade. Para os entrevistados, é uma experiência positiva, bem vista, e que somente não é otimizada, porque não é levada em frente: cessam os recursos, cessam os mutirões.
- O teor privatista das políticas públicas.
- A inexistência de uma diretriz para a habitação, na atual administração municipal, e a eliminação do vínculo com a autogestão dos mutirões, que agora se dá via empreitada e com menor qualidade infra-estrutural das unidades habitacionais. Isto é, na verdade, não há uma falta de diretriz, a diretriz é o mercado: aí está um exemplo do teor privatista da política pública, que foi citada pelos entrevistados, mas sem o estabelecimento dessa relação.
- E o processo participativo não efetivo e direcionado (limites do poder público).

Há um aspecto que não é valorizado nas análises descritas acima que é a influência das agências multilaterais, não só nas políticas habitacionais, mas nas políticas urbanas em geral, por isso, em um subitem mais a frente, iremos tratar especificamente da relação dessas agências com as políticas públicas. Mas, antes, ainda focados nas políticas municipais, queremos nos deter na questão dos mutirões, que se constituem um dos instrumentos de política habitacional adotado bastante polêmico.

Nabil Bonduki (ex-coordenador de políticas com auto-gestão da administração Erundina, em São Paulo) e Ermínia Maricato (que foi a secretária da habitação) comparam essa experiência de produção de moradias via mutirões, via autogestão popular com a experiência da Viena Vermelha, na época dos anos 20 do entreguerra⁵. De acordo com o que Pedro Arantes nos declarou em entrevista, essa experiência que ocupava o papel de substituta do modelo do BNH, num período que se pretendia de transição, no Brasil, para uma sociedade mais democrática no seu todo, deu-se com muito mais destaque em São Paulo, embora tenha se disseminado para alguns outros lugares (como em Belo Horizonte/MG, que também estava sob gestão petista):

80% das experiências foi de financiamento através de organizações populares com auto-gestão e apoio de assessorias e o que sobrou não foi um modelo convencional [...] eles fizeram uma parte de financiamento convencional ainda na [Cidade] Tiradentes, terminaram alguns grandes conjuntos que a gestão do Jânio, anteriormente, tinha deixado em andamento. Mas eles começaram a investir também em arquitetura, a chamar grandes arquitetos a fazer propostas, e tentar inovar e tentar criar um campo mais criativo que não fosse da produção de empreiteira daquela produção que só visava o lucro. (ARANTES, arquiteto do USINA, entrevista à autora, 2006).

O entrevistado ainda aponta que, no âmbito estadual, esse modelo foi assumido inclusive por governos que não eram “nem de longe” de esquerda, como o governo Fleury⁶ e o governo Covas (que manteve o programa em sua primeira gestão). Nessa perspectiva, de certa maneira, nesse processo, os movimentos de moradia estavam se fortalecendo, na medida em que mostravam que um novo paradigma de produção habitacional era possível. Nesse aspecto do significado político dos mutirões há toda uma polêmica.

⁵ Experiência socialista do governo austríaco naquele período.

⁶ Que, como lembra o entrevistado, “foi o governo do massacre do Carandiru” e que, ironicamente, “empresta” o nome da *União dos Movimentos de Moradia* ao seu programa público.

Para Gohn (1991), o mutirão faz com que o trabalhador esteja acumulando algo para si, procurando que seja menos explorado, é uma frente de resistência contra a especulação, um instrumento para que se conheça as tramitações burocráticas e que se pressione para a democratização do aparelho estatal. A autora identifica, na crise habitacional dos anos 80, um processo contraditório, que gera, por um lado, maior mobilização e consciência da realidade e, por outro, retrocesso nos direitos de cidadania, dado pela extração das mínimas reservas da miséria.

Já Francisco de Oliveira (2006) defende que o processo de autoconstrução não deve ser estimulado ou transformado em política pública, porque depende de trabalhadores desempregados e não contribui para a criação de um mercado imobiliário. Para ele, o mutirão praticado nos últimos anos como resultado de uma investida das Organizações Não Governamentais (ONGs) e da economia solidária em retomar uma tradição popular não é um sistema alternativo ao sistema de construção civil capitalista. Ao contrário, para o autor, “o mutirão rebaixa o nível da contradição porque ataca o problema da moradia por meio dos pobres trabalhadores” (p. 72), funcionalizando a pobreza, tornando-a plástica e capaz de ser adaptada e cooptada.

Francisco de Oliveira assinala que a maior parte dos mutuários desses mutirões está abaixo da linha de pobreza, ganha menos de um real por dia e está desempregada, e é aí que está o paradoxo. O autor adverte: “para o mutirão transformar-se em solução universal de política pública, supõe que todos estejam desempregados” (p. 72). O autor não considera o mutirão uma forma de redistribuição de renda, no interior do capitalismo, e argumenta que, com o mutirão, o operário não vai recuperar o controle dos meios técnicos da produção autoproduzindo esses meios técnicos: “isso é o oposto do socialismo”, enfatiza ele, “se vocês quiserem descartar as utopias, façam mutirão!” (p.85)⁷.

Pensamos que o mutirão pode chegar a ter uma função pedagógica, se é levado com autonomia pelos movimentos sociais, mas, de fato, concordamos com Francisco

⁷ Francisco de Oliveira apresentou suas idéias sobre o mutirão, que apenas enumeramos rapidamente, em uma conferência que foi publicada na edição de março de 2006 da revista *Novos Estudos*. Como resposta às idéias de Oliveira, outros dois artigos são publicados na edição de novembro de 2006 da mesma revista, são eles: *O anão caolho*, de João Marcos Lopes (2006), contra-argumenta que “o trabalhador que autoconstrói é o proprietário de um imóvel disposto, se necessário, à circulação mercantil”; e *Nota sobre “O vício da virtude”*, de Sérgio Ferro (2006), sustenta que “a disponibilidade crescente de um exército de reserva de força de trabalho e a baixa substancial do salário justificam a realização dos mutirões”.

de Oliveira, quando este afirma que ele não se constitui enquanto um sistema alternativo ao sistema da construção civil capitalista. Assim, não nos parece uma experiência emancipatória.

Segundo o arquiteto Pedro Arantes (entrevista à autora, 2006), esse tipo de experiência de mutirão progressivamente vai sendo destruído por meio de processos judiciais, de ameaças a lideranças, de várias ações que tentavam desmoralizar os movimentos. Na cidade de São Paulo, como vimos anteriormente, no governo Maluf, os recursos são cortados; no governo Marta, os mutirões passam a ter um uso pragmático, demonstrando claramente que o problema habitacional já não era mais prioridade da gestão petista; e no governo Serra/Kassab a política de mutirão é completamente “enterrada”.

Enfim, a despreocupação com o problema habitacional enfrentado por uma grande parte dos trabalhadores urbanos, da metrópole paulista, que cada vez mais se avolumam nas favelas, nos cortiços, nas ruas, e nos movimentos de luta pela moradia, é um fato. Vamos compreender melhor o descaso com essa e com outras questões sociais quando analisamos mais a fundo os rumos políticos tomados pelos atores hegemônicos, suas alianças, os jogos de poder, seus discursos legitimadores, ou seja, o que e quais interesses são privilegiados na produção do espaço urbano. As políticas nacionais e a influência das agências multilaterais vão ser importantes na compreensão desse quadro.

2.2.2. Políticas nacionais e agências multilaterais

A partir dos anos de 1990, impera o avanço do projeto neoliberal e, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), é patente a redução dos gastos sociais em detrimento da destinação de grandes somas ao sistema financeiro e bancário. A postergação do Estatuto da Cidade, como um instrumento jurídico-institucional à regulação da política urbana, é uma das acusações de certos estudiosos de que FHC teria reeditado o regime de “não-política” no que respeita à política urbana e, em particular, à política habitacional. Prevaleceu a defesa de um Estado mínimo, que viabilizou a privatização dos serviços relacionados à infra-estrutura, isto é:

O Estado é mínimo em relação às despesas para atendimento das necessidades de grandes parcelas de trabalhadores e, ao mesmo tempo, é forte para anuir as propostas dos grupos internacionais, cujos representantes nacionais hegemonomizam a vida econômica do país. (RAMOS; SÁ, 2002, p. 159).

No governo de Luis Inácio Lula da Silva, enuncia-se a constituição de uma política de desenvolvimento urbano e de políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito que, segundo o discurso governamental, são políticas baseadas em novos paradigmas e que resultam de antigas reivindicações dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana. Comemora-se ainda a gestão de coalizões de forças políticas consideradas progressistas em algumas prefeituras brasileiras que, por meio das lutas populares, estariam inserindo na agenda política propostas de política urbana e novas experiências de gestão.

Mas, o que o governo Lula tem feito de substancial? Quais são os seus programas, com quem fez/faz alianças/parcerias? Quais são as bases, as orientações da política urbana hoje? Quem são seus grandes agentes produtores? Onde o teor privatista e a participação direcionada (de fachada, diríamos!) se expressam?

De saída, as pesquisas do DIEESE apontam um dos problemas da política de habitação do governo federal: a desvinculação das políticas setoriais de contrapartidas sociais.

O governo anunciou, no dia 12/09/2006, um conjunto de medidas destinado, de um lado, a incentivar a construção civil e, de outro, buscar a redução dos custos de financiamento imobiliário com vistas a facilitar a aquisição da casa própria. É importante destacar que tais incentivos vêm desvinculados de contrapartidas sociais. O setor da construção civil é, sabidamente, marcado pela informalidade que, segundo estimativas, chega ultrapassar 70% da mão-de-obra empregada, além de registrar precárias condições de trabalho. Assim, seria oportuno o condicionamento de benefícios a metas de formalização de empregos e melhoria de condições de trabalho no setor. (DIEESE, 2006).

O carro-chefe da política urbana do governo Lula é a criação do Ministério das Cidades (MCidades), em 1º de janeiro de 2003. O MCidades declara ter por objetivo “combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte”. O MCidades declara ainda que a ele compete

tratar da política de desenvolvimento urbano e das políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, transporte urbano e trânsito. Através da Caixa Econômica Federal, operadora dos recursos, o Ministério trabalha de forma articulada e solidária com os estados e municípios, além dos movimentos sociais, organizações não governamentais, setores privados e

demais segmentos da sociedade. (Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: out. 2006).

Como vemos no Quadro 4 abaixo, vários programas urbanos são criados pelo Ministério das Cidades, no sentido de atender demandas habitacionais e de elaborar uma política nacional.

Quadro 4. Programas Urbanos (classificados de acordo com as Secretarias responsáveis)

<p>Programas da Secretaria Nacional de Habitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa Habitar-Brasil/BID (HBB) - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) - Programa de Apoio à Produção de Habitações - Programa Pró-Moradia - Programa Crédito Solidário <p>Programas da Secretaria Nacional de Programas Urbanos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana - Programa Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais <p>Programas da Secretaria Executiva:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudos e Pesquisas Para Formulação de Modelos de Regularização e Regulação dos Serviços Urbanos - Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Formulação e Acompanhamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Seleção e Difusão das Experiências Bem Sucedidas em Desenvolvimento Urbano - Programa Nacional de Capacitação das Cidades-PNCC - Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento Urbano - Sistema Nacional de Informações das Cidades - SNIC/SMAPP Implantação de Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos – SMAPP - Sistema de Nacional Informações das Cidades – SNIC
--

Fonte: Ministério das Cidades. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: out. 2006.

Por meio do MCidades, duas iniciativas são destacadas, o Conselho das Cidades e a Conferência Nacional das Cidades, ambas premiadas pelo Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UM-Habitat) da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o comitê de jurados, as iniciativas foram premiadas por “construir uma

cultura de participação popular e um processo democrático na elaboração de políticas públicas urbanas”⁸.

Quais as questões/temas que norteiam discursivamente a política urbana do governo Lula? Analisando os programas urbanos, destacamos as seguintes questões/temas: cidades sustentáveis ou sustentabilidade; planejamento estratégico; participação; direito à cidade; cidadania; parceria público-privado; desenvolvimento local.

Como veremos no item “*Cidade-Empresa*”, “*Cidadão-Cliente*”, a seguir, esses temas que comparecem nos programas urbanos do MCidades são temas que compõem a agenda das agências multilaterais para as cidades. Desenvolver *cidades sustentáveis* por meio do *planejamento estratégico* e da *participação* da sociedade civil etc. são temas que fazem parte do arsenal discursivo que “lê” as cidades a partir do âmbito do capital (global) ou que, sem sair desse âmbito, busca amenizar seus malefícios. Em outras palavras, algumas das bases que fundamentam essas questões são encontradas nas relações, parcerias ou ainda, as chamadas cooperações com organismos internacionais, com as agências multilaterais (Banco Mundial BIRD, BID), ou melhor, com a assimilação das preconizações dessas agências/organismos.

No *site* do MCidades encontramos, no *link* “relações internacionais”⁹, a declaração das principais áreas de atuação da Assessoria de Relações Internacionais do Ministério das Cidades, que nos revelam que quanto à cooperação bilateral, “o Ministério vem desenvolvendo propostas de cooperação com diversos países, dentre os quais Itália, Espanha, França, entre outros” e, no âmbito multilateral, se relaciona com:

- a Organização das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN HABITAT);
- o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA);
- o Banco Mundial (BIRD);
- o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS);

⁸ Maiores detalhes sobre essas iniciativas e premiação, consultar <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=1501&Itemid=421>>. Acesso em 13 set. 2006. Para uma análise profunda sobre o significado e as implicações da Conferência da ONU para os Assentamentos Humanos – o Habitat II, cf. Maricato (2001).

⁹ Consultar <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=category§ionid=13&id=217&menufid=332&menupid=180&menuip=executiva>>. Acesso em: 14 jun. 2006.

- o Programa Cities Alliance, entre outros.

Queremos destacar aqui o relacionamento com o Banco Mundial e com o BID, centrais nesse processo¹⁰. Esse é um aspecto extremamente relevante, na medida em que o Banco Mundial e/ou outras agências multilaterais não exercem apenas o papel de financiadoras de programas urbanos, mas determinam os parâmetros e direcionam a política urbana. Quais são esses parâmetros e direcionamentos?

Mike Davis (2006, p. 79) aponta que “os empréstimos do Banco Mundial para desenvolvimento urbano aumentaram de meros 10 milhões de dólares em 1972 para mais de 2 bilhões de dólares em 1988. E, entre 1972 e 1990, o Banco ajudou a financiar um total de 116 programas de oferta de lotes urbanizados e/ou de urbanização de favelas em 55 países”. Davis esclarece que, em termos da necessidade desses países, esses empréstimos foram irrisórios, mas deram poder político e legitimidade ao Banco, que passou a exercer “enorme influência nas políticas urbanas nacionais, além de uma relação de patrocínio direto com as ONGs e comunidades faveladas locais; também permitiu ao Banco impor as suas próprias teorias como ortodoxia mundial da política urbana” (DAVIS, 2006, p. 79).

Davis ainda faz uma crítica severa e muito pertinente sobre as primeiras abordagens do Banco Mundial para “solucionar” a crise urbana e a vida dos pobres, que vale a pena reproduzir:

Melhorar as favelas em vez de substituí-las tornou-se a meta menos ambiciosa da intervenção pública e privada. [...] a nova sabedoria do final da década de 1970 e início da de 1980 exigia que o Estado se aliasse a doadores internacionais e, depois, a ONGs para tornar-se um ‘capacitador’ dos pobres. Em sua primeira iteração, a nova filosofia do Banco Mundial, influenciada pelas idéias do arquiteto inglês John Turner, insistia numa abordagem de oferta de “lotes urbanizados” (fornecimento de infra-estrutura básica de água e esgoto e obras de engenharia civil) a fim de racionalizar e melhorar as habitações construídas pelos próprios moradores. Entretanto, no final da década de 1980, o Banco Mundial defendia a privatização da oferta de habitações já prontas, e logo tornou-se o megafone institucional mais poderoso dos programas de Hernando de Soto, economista peruano que advoga soluções microempresariais para a pobreza urbana. (DAVIS, 2006, p.79-80).

Segundo Arantes (2004), já de longa data um grande volume de projetos urbanos é financiado por essas instituições financeiras. em todo o Terceiro Mundo.

¹⁰ Arantes (2004) faz uma avaliação da atuação do Banco Mundial e do BID com suas políticas urbanas para a América Latina e o “ajuste urbano” que pretendiam implementar.

Assim, ao contrário do que se quer fazer imaginar, a intervenção dessas instituições não é apenas financeira e técnica. Embora as instituições financeiras tentem encobrirem-se num discurso de racionalidade puramente técnica, os empréstimos dessas instituições vêm carregados de imposições, de modelos de gestão pública terceirizada etc. Há todo um gigantesco esforço programático anterior: pesquisas, documentos setoriais, publicações são desenvolvidas para definir quais políticas irão difundir e apoiar (medidas tomadas, sobretudo, pelo Banco Mundial). Isto é, essas agências multilaterais não cumprem apenas o papel de financiadoras, elas funcionam também como centros de decisão e comunicação, articulados escalarmente. As estratégias dessas instituições são amplas e, por isso, valem os “parênteses”:

Na América Latina, tanto o Banco Mundial como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) engajaram-se na sustentação do modelo econômico e dos regimes políticos que colaboraram para a contenção de uma suposta expansão soviética durante a Guerra Fria e, no período subsequente, comprometeram-se ativamente com a chamada transição para uma economia liberal de mercado e para os rituais da democracia representativa. Nesse contexto, as políticas para as cidades defendidas por estes dois bancos não apenas representam uma dimensão relevante das iniciativas estratégicas do Norte em relação ao Sul, e as correspondentes respostas contraditórias deste último quando confrontado com o novo ambiente de constrangimentos sistêmicos, mas também ilustram, com excepcional clareza e contundência, o real significado das políticas preconizadas por tais instituições. *É na organização social do espaço urbano que se submetem as abstrações econômicas que inspiram esses programas a um teste decisivo de realidade.* A própria consagração oficial do novo protagonismo da cidade já é em si mesma reveladora das escolhas públicas em jogo. O Brasil continua se ajustando e sendo ajustado – por definição, políticas de ajuste são intermináveis. Em nenhuma instância a materialidade bruta desse ajuste permanente é mais concretamente tangível do que na “cidade imaginada” pelos bancos multilaterais para o terceiro mundo. (ARANTES, 2004, p. 10, grifos nossos).

Dois exemplos de projetos em tramitação que contam com o “apoio institucional” do Banco Mundial e, no caso do primeiro projeto, também da ONU HABITAT, são o *Projeto “Brasil – Apoio à política nacional de desenvolvimento urbano - Desenvolvimento dos programas nacionais de regularização fundiária e prevenção de riscos sócio-ambientais em assentamentos precários”*, que está solicitando à Cities Alliance¹¹ o valor

¹¹ A Cities Alliance é “um programa internacional de fomento ao desenvolvimento urbano em países em desenvolvimento, utilizando recursos a fundo perdido, originados por recursos provenientes das contribuições estatutárias de seus membros. A Cities Alliance tem sede em Washington, foi criada em 1999 pelo Programa ONU HABITAT e Banco Mundial, e tem entre seus membros os países do G7 e vários organismos internacionais”.
 Maiores detalhes, consultar: <

de US\$ 500 mil e o “*Empréstimo de Ajuste Estrutural para a sustentabilidade com o Banco Mundial*”, que é uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e outros Ministérios, “na construção de empréstimo de reforma programática para a sustentabilidade ambiental com o Banco Mundial”¹².

Para que tenhamos uma dimensão do tamanho e da diversificação da agenda política do Banco Mundial e do BID, no Brasil, reproduzimos nos Quadros 5 e 6 os projetos urbanos dessas duas instituições, que Arantes (2004) apresenta em seu estudo.

<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=category§ionid=13&id=217&menufid=332&menupid=180&menutp=executiva>>.

¹² As ações transversais do MCidades com o MMA definidas na matriz de Reforma e Desenvolvimento Urbano selecionaram as seguintes ações para serem apoiadas nesta modalidade: 1) desenvolvimento das ações do Grupo de Trabalho Interministerial para o Meio Ambiente e Saneamento; 2) criação do sistema de certificação do PRODES; e 3) convênio MMA e MCidades para desenvolvimento de nova metodologia para definição de Planos Diretores com inserção de variáveis ambientais. Maiores detalhes, consultar: <<http://www.cidades.gov.br/index.php?option=content&task=category§ionid=13&id=217&menufid=332&menupid=180&menutp=executiva>>.

Quadro 5. Projetos urbanos do Banco Mundial no Brasil

N	PROJETO	LOCAL	ID	INICIO	ENCER.	TOMADOR	EMPR.	US\$ 2004	contrap.
1	Abastecimento de água e controle de poluição	São Paulo	P006246	1971	1977	Estado	37,00	171,05	73,8%
2	Abastecimento de água e esgoto (01)	Minas Gerais	P006262	1974	1980	Federal	36,00	143,46	n/d
3	Abastecimento de água e esgoto (02)	Minas Gerais	P006284	1976	1982	Federal	40,00	132,72	n/d
4	Coleta e tratamento de esgoto	São Paulo	P006293	1978	1984	Estado	110,00	326,40	n/d
5	Transporte urbano	Nacional	P006292	1978	1984	Federal	88,00	261,12	n/d
6	Cidades de porte médio	Nacional	P006301	1979	1986	Federal	70,00	190,65	n/d
7	Abastecimento de água e esgoto	Nordeste	P006302	1979	1985	Federal	100,00	272,36	n/d
8	Lotes urbanizados e habitação de baixa renda	Nacional	P006300	1979	1984	Federal	93,00	253,29	n/d
9	Controle da poluição industrial	São Paulo	P006304	1980	1986	n/d	58,00	139,50	n/d
10	Abastecimento de água e esgoto (03)	Minas Gerais	P006309	1980	1986	Federal	139,00	334,31	n/d
11	Transporte urbano	Porto Alegre	P006307	1980	1986	n/d	159,00	382,42	n/d
12	Abastecimento de água e esgoto	Sul	P006308	1980	1985	Federal	130,00	312,67	n/d
13	Projeto multi-estados de água e esgoto	Nacional	P006317	1981	1987	Federal	180,00	385,37	n/d
14	Transportes urbanos (03)	Nacional	P006316	1981	1986	Federal	90,00	192,68	n/d
15	Preparação dos programas de desenvolvimento urbano	Salvador e Fortaleza	P006331	1982	1985	Federal	8,90	17,49	n/d
16	Desenvolvimento metropolitano	Recife	P006325	1982	1989	n/d	123,90	243,49	n/d
17	Melhoria de cidades (market towns)	Paraná	P006343	1983	1988	n/d	52,70	99,92	n/d
18	Abastecimento de água e esgoto (Planasa)	Nacional	P006332	1983	1989	Federal	302,30	573,15	65,0%
19	Reconstrução urbana de enchentes	Nordeste	P006417	1985	1988	Federal	100,00	175,40	n/d
20	Melhoria de pequenas cidades	Sta Catarina	P006398	1985	1993	n/d	24,50	42,97	n/d
21	Desenvolvimento metropolitano	Salvador	P006367	1986	1997	Federal	55,00	92,69	n/d
22	Transportes urbanos (04)	Nacional	P006366	1987	1992	Federal	200,00	332,40	n/d
23	Abastecimento de água e esgoto para áreas de baixa renda e municípios (Prosaneer)	Nacional	P006437	1988	1996	Federal	80,00	127,50	n/d
24	Reconstrução e prevenção de enchentes	Rio de Janeiro	P006491	1988	1995	Estado	175,00	278,91	n/d
25	Desenvolvimento municipal	Rio Gr. do Sul	P006501	1989	1995	Federal	100,00	152,83	n/d
26	Desenvolvimento municipal	Paraná	P006435	1989	1995	Federal	100,00	152,83	n/d
27	Distribuição de gás natural	São Paulo	P006414	1989	1999	Estado	94,00	143,66	99,6%
28	Descentralização dos transportes metropolitanos	São Paulo	P006379	1992	1998	Federal	126,00	168,31	55,2%
29	Qualidade da água e controle da poluição (Guarapiranga e Iguaçú)	São Paulo e Curitiba	P006541	1992	2002	n/d	245,00	327,27	59,6%
30	Modernização do setor de água (01)	Nacional	P006368	1992	2000	Federal	250,00	333,94	50,0%

Continua na próxima página

Continuação - Projetos urbanos do Banco Mundial no Brasil

N	PROJETO	LOCAL	ID	INICIO	ENCER.	TOMADOR	EMPR.	US\$ 2004	contrap.
31	Gestão municipal ambiental e infraestrutura	Minas Gerais	P006524	1993	2001	Estado	150,00	194,65	55,0%
32	Descentralização dos transportes metropolitanos	Rio de Janeiro	P006547	1993	2000	Federal	128,50	166,75	52,8%
33	Qualidade da água e controle da poluição (Bacias Arruda e Onça)	Belo Horizonte	P006540	1993	1999	Estado	145,00	188,16	52,9%
34	Desenvolvimento urbano e gestão da água	Ceará	P006436	1994	2003	Estado	140,00	176,84	n/d
35	Descentralização do transporte metropolitano (trens urbanos)	Belo Horizonte	P006564	1995	aberto	Federal	99,00	121,72	49,8%
36	Descentralização do transporte metropolitano (trens urbanos)	Recife	P038882	1995	aberto	Federal	102,00	125,41	50,0%
37	Infra-estrutura e gestão municipal (Produr)	Bahia	P006562	1997	aberto	Estado	100,00	116,03	55,0%
38	Projeto integrado de transportes urbanos (PITU)	São Paulo	P006559	1998	aberto	n/d	45,00	51,34	52,6%
39	Melhoria do trânsito	Rio de Janeiro	P043421	1998	aberto	Estado	183,00	208,77	50,9%
40	Modernização do setor de água (02)	Nacional	P043420	1998	aberto	Federal	150,00	171,12	50,0%
41	Transporte urbano	Salvador	P048869	1999	aberto	Federal	150,00	168,74	51,3%
42	Transporte metropolitano	Fortaleza	P060221	2001	aberto	Federal	85,00	89,97	56,1%
43	Linha 4 do Metro e Privatização	São Paulo	P051696	2002	aberto	n/d	209,00	217,95	77,6%
44	Caixa Federal - Água (Prosanear 2)	Nacional	P078310	2002	aberto	Federal	75,00	78,21	40,0%
45	Programa de melhoria urbana (Prometropole)	Recife	P049625	2003	aberto	Estado	46,00	46,79	45,2%
TOTAL							5.081	8.883	9%

Fonte: Banco Mundial. Org.: Arantes (2004).

Quadro 6. Projetos urbanos do BID no Brasil

N	PROJETO	LOCAL	ID	INICIO	ENCER.	TOMADOR	EMPR.	US\$ 2004	contrap.
1	Água potável	Salvador	BR0121	1961	1965	Estado	4,12	25,34	n/d
2	Água potável	Guanabara	BR0122	1962	1965	Estado	23,50	143,52	n/d
3	Água potável	Guanabara	BR0104	1962	1967	Estado	11,50	70,23	n/d
4	Água potável	Várias cidades	BR0124	1962	1969	Regional	12,99	79,33	n/d
5	Habitação de baixo custo	Pernambuco	BR0125	1962	1969	Regional	3,85	23,51	n/d
6	Água potável	Belém	BR0127	1963	1969	Estado	2,50	15,09	n/d
7	Água potável	Porto Alegre	BR0105	1963	1970	Município	3,15	19,01	n/d
8	Água potável	Guanabara	BR0106	1964	1970	Estado	12,00	71,26	59,5%
9	Água potável	n/d	BR0046	1965	1971	Federal	15,00	88,11	n/d
10	Habitação de baixo custo	Nacional	BR0112	1966	1970	Federal	20,00	115,38	n/d
11	Água potável	Várias cidades	BR0113	1966	1974	Regional	14,45	83,36	n/d
12	Água potável	Belo Horizonte	BR0051	1966	1973	Estado	12,00	69,23	n/d
13	Água potável	Gd São Paulo	BR0037	1968	1975	Estado	5,00	27,06	n/d
14	Água potável	Gd São Paulo	BR0011	1968	1975	Estado	11,50	62,24	n/d
15	Água e Esgoto	Nacional	BR0030	1971	1977	Federal	30,00	138,69	n/d
16	Água potável	Rio de Janeiro	BR0021	1972	1976	Estado	10,00	44,82	n/d
17	Programa de desenvolvimento urbano de cidades médias	Nacional	BR0161	1982	1990	Federal	60,00	117,91	57,4%
18	Água potável	Bahia	BR0147	1983	1989	Estado	149,00	282,50	n/d
19	Esgotos	Gd. São Paulo	BR0074	1986	1993	Estado	163,00	274,71	73,2%
20	Programa de microdrenagem municipal (Procav 1)	São Paulo	BR0077	1986	1994	Município	77,50	130,61	74,4%
21	Água e Esgoto	Brasília	BR0071	1987	1997	Estado	100,00	166,20	64,3%
22	Programa de Ação Social em Saneamento	Nacional	BR0067	1991	2000	Federal	350,00	481,26	46,2%
23	Drenagem e saneamento	Belém	BR0055	1991	aberto	Estado	145,00	199,38	38,2%
24	Saneamento	Fortaleza	BR0186	1992	1998	Estado	199,20	266,09	25,7%
25	Descontaminação do Rio Tietê (1)	São Paulo	BR0190	1992	1998	Estado	450,00	601,10	48,7%
26	Saneamento da Baía da Guanabara	Rio de Janeiro	BR0072	1993	aberto	Estado	350,00	454,18	40,5%
27	Manejo ambiental do Rio Guaíba	Porto Alegre	BR0073	1993	2002	Estado	132,30	171,68	40,0%
28	Sistema de trens urbanos (Projeto Sul, Linha 5 do metrô)	São Paulo	BR0163	1994	2003	Estado	420,00	530,51	59,6%
29	Programa de microdrenagem municipal (Procav 2)	São Paulo	BR0159	1994	aberto	Município	302,00	381,47	51,4%
30	Drenagem urbana	Rio de Janeiro	BR0183	1995	2001	Município	30,00	36,89	47,2%

Continua na próxima página

Continuação – Projetos urbanos do BID no Brasil

N	PROJETO	LOCAL	ID	INICIO	ENCER.	TOMADOR	EMPR.	US\$ 2004	contrap.
31	Transporte Urbano	Curitiba	BR0209	1995	2000	Município	120,00	147,54	48,2%
32	Saneamento Ambiental Baía de Todos os Santos	Salvador	BR0203	1995	Aberto	Estado	264,00	324,60	26,5%
33	Programa de urbanização de favelas 1 (Favela Bairro)	Rio de Janeiro	BR0182	1995	2000	Município	180,00	221,32	43,1%
34	Concessão da Linha Amarela	Rio de Janeiro	BR0235	1996	1997	Privado	25,00	29,98	n/d
35	Paraná Urbano (1)	Paraná	BR0212	1996	2001	Estado	249,00	298,60	42,1%
36	Programa de melhoria em favelas (Cingapura)	São Paulo	BR0210	1996	Aberto	Município	150,00	179,88	40,0%
37	Programa de controle de inundações	Campinas	BR0234	1996	2003	Município	19,80	23,74	40,0%
38	Baixada Viva	Rio de Janeiro	BR0242	1997	Aberto	Estado	180,00	208,86	40,0%
39	Desenvolvimento Municipal	Porto Alegre	BR0256	1998	Aberto	Município	76,50	87,27	50,0%
40	Habitar-Brasil	Nacional	BR0273	1998	Aberto	Federal	250,00	285,20	40,0%
41	Modernização da gestão municipal e fiscal (Pmat e Pnafm)	Nacional	BR0286	1999	Aberto	Federal	300,00	337,49	50,0%
42	Recuperação do patrimônio cultural (Monumenta)	Várias cidades	BR0261	1999	Aberto	Federal	62,50	70,31	50,0%
43	Linha Amarela	Rio de Janeiro	BR0307	1999	2000	Privado	10,00	11,25	75,0%
44	Descontaminação do Rio Tietê (2)	São Paulo	BR0265	1999	Aberto	Estado	200,00	224,99	50,0%
45	Programa de urbanização de favelas 2 (Favela Bairro)	Rio de Janeiro	BR0250	2000	Aberto	Município	180,00	197,11	40,0%
46	Saneamento	D.Federal	BR0345	2000	Aberto	Estado	130,00	142,36	50,0%
47	Programa de Ação em Cortiços	São Paulo	BR0298	2001	aberto	Estado	34,00	35,99	51,4%
48	Ação social de saneamento básico	Pequenos municípios	BR0269	2001	aberto	Federal	100,00	105,85	50,0%
49	Desenvolvimento Urbano	Pará	BR0357	2002	aberto	Estado	48,00	50,05	40,0%
50	Paraná Urbano (2)	Paraná	BR0374	2002	aberto	Estado	100,00	104,28	40,0%
51	Água e esgoto	Goiânia	BR0351	2002	aberto	Privado	47,60	49,64	50,0%
52	Rehabilitação do Centro	São Paulo	BR0391	2003	aberto	Município	100,40	102,12	50,1%
53	Saneamento	Ceará	BR0324	2003	aberto	Estado	100,00	101,71	40,1%
TOTAL							6.046	8.511	48,1%

Fonte: BID. Org.: Arantes (2004).

Observando os quadros acima, nosso destaque será para os empréstimos que o Banco Mundial e o BID fizeram, na década de 1990. Arantes (2004, p.113) nos adverte que todos os empréstimos a partir dessa década “passam a ter componentes de fortalecimento e modernização institucional”, isto é, o objetivo maior é lograr influência política e institucional. Os empréstimos dessa década são empréstimos que misturam e combinam “o tradicional investimento direto (em obras e equipamentos), com investimentos em reestruturação gerencial do tomador – município ou empresa pública, na maioria das vezes”: o que quer dizer que todos os empréstimos, incluindo os realizados nos setores de saneamento,

habitação e transportes, “têm componentes de reforma institucional”. Arantes é bastante claro ao sintetizar os objetivos dessa investida do Banco Mundial e do BID, nos projetos urbanos, no Brasil:

A questão é qualitativa: não é necessário empregar grande soma de recursos para contratar consultores, planos de reestruturação administrativa (incluindo estudos para eventual privatização), cursos de capacitação, e mesmo para implementar sistemas informatizados de gestão – ainda mais em comparação com os custos elevados de obras civis, estações de tratamento, compra de trens, reassentamento de populações, etc. O objetivo é produzir, com baixo custo e grande impacto, uma inflexão no modo de operação das instituições e na forma de pensar de seus técnicos, com resultados para além do empréstimo contraído. (ARANTES, 2004, p.113).

Na avaliação do arquiteto, os empréstimos do Banco Mundial e do BID carregam consigo uma agenda afirmativa:

[...] pretendem modelar um determinado padrão de uso do recurso público e de organização do Estado, a rigor, um decalque dos métodos gerenciais da iniciativa privada – recuperação plena de custos, taxas de retorno, cidade administrada *like business* e *for business*. Na prática, tem sido difundido por meio dos projetos urbanos com financiamento externo um modelo de gestão pública terceirizada, à mercê de um corpo técnico privado, e que tem entre seus principais objetivos estabelecer parcerias com a iniciativa privada, agências autônomas de investimento, e formas mais eficientes de cobrança e arrecadação. A pretensão é, possivelmente, transformar uma parcela dos governos locais, especialmente os que administram os territórios que dão suporte aos negócios transnacionais, em estruturas administrativas cada vez mais treinadas para dar resposta aos grandes interesses privados e desembaraçar-se de qualquer compromisso com a democracia real – como prega a doutrina da boa governança. Ao mesmo tempo que isso amplia a dívida externa, está produzindo não apenas “práticas bem-sucedidas”, mas desastres sociais e ambientais comandados pela mais absoluta indiferença, envolta numa aparência de racionalidade puramente técnica. (ARANTES, 2004, p. 8).

O balanço que já podemos fazer diante de tudo isso nos leva a inferir que, ao tomar como referência a postura do governo Lula diante dos conflitos sociais, vemos que suas políticas urbanas não têm conseguido distar das diretrizes gerais do seu governo, que vêm levando a cabo uma política econômica em continuidade com a de FHC e que também tem assimilado as políticas sociais preconizadas pelo Banco Mundial e BID¹³.

¹³ Para um debate mais profundo sobre o governo Lula diante dos conflitos sociais, no Brasil, cf. Leher (2003).

Mas, e São Paulo: também está recebendo os investimentos dos bancos multilaterais?

2.2.3. As agências multilaterais em São Paulo

Gestão pública terceirizada e governos locais voltados para os grandes interesses privados: serão também essas as diretrizes para a cidade de São Paulo?

São Paulo é a cidade latino-americana que mais recebeu empréstimos externos (por meio do governo do Estado, do município e de empresas públicas) – entre 1968 e 2003, 4,1 bilhões de dólares, em valores totais (atualizados para janeiro de 2004), referentes a 21 projetos. Destes, 2,8 bilhões, para desenvolver doze deles, foram contratados de 1992 para cá – na impressionante média de 700 milhões de reais por ano. Se incluirmos uma contrapartida local média de 40%, isso significa que os projetos internacionais movimentam 1,12 bilhão de reais por ano em São Paulo. (ARANTES, 2004, p.131, grifos nossos).

Pedro Arantes também demonstrou esse ponto de vista, em entrevista, afirmando que “há um discurso de que o Banco Mundial diz que investe nas áreas pobres. [Mas], então, como é que vai investir na cidade mais rica da América do Sul? Por que a cidade mais rica da América do Sul é a grande tomadora de dinheiro? O interesse do Banco Mundial é *emprestar* e não investir nos lugares mais pobres” (entrevista à autora, 2006). É o discurso do “combate à pobreza”, que sempre acompanhou essas instituições, e que convive ambigualmente com a busca de mecanismos para ampliar a reprodução do capital.

Outros dois conjuntos de depoimentos por nós recolhidos em trabalho de campo são claros contrapontos ao discurso de combate à pobreza, que acompanha as justificativas das operações urbanas financiadas por esses bancos (um dos projetos financiados pelo BID é a “reabilitação do centro”). Os moradores da Ocupação Prestes Maia, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), expressaram toda a dificuldade e tensão que é estar sob constata ameaça de despejo. As 468 famílias ocupam prédio no centro da cidade de São Paulo. E um dos coordenadores do Movimento de Moradia do Centro (MMC) também enfatizou a luta do Movimento por permanecer no centro. Sem a disputa travada por esses movimentos, a reabilitação do centro (cuja tentativa é de que edifícios ou eixos de cultura alavanquem o mercado imobiliário de revitalização por meio da cultura) é sinônimo de expulsão, garantida e sem qualquer oposição, desses trabalhadores precarizados e de baixa ou nenhuma renda.

“Combate à pobreza” com despejo em massa: uma amostra das artimanhas de uma práxis reiterativa desses organismos que, de longa data, são hegemônicos na geopolítica mundial, justamente porque sempre exerceram seu domínio por meio do poder do dinheiro, da grande habilidade discursiva e da capacidade de impor referências de sociabilidade e construir hegemonias e pactos de classe – e mesmo destruí-los - em torno dos projetos que deseja implementar. Um pouco mais sobre essa fortaleza do discurso do capital será abordado nos tópicos abaixo, nos quais estaremos discutindo os projetos urbanos em pauta hoje.

Não há dúvida de que São Paulo também está sendo pensada dentro das novas formatações urbanas do capitalismo contemporâneo: gestão empresarial, numa radicalização da cidade como mercadoria, da cidade voltada aos negócios, aos interesses do grande capital. É a produção do espaço como condição de realização do capital (CARLOS, 2004, p. 58). Transforma-se o modo como o capital financeiro se realiza na metrópole atual: é “a passagem da aplicação do dinheiro acumulado do setor produtivo industrial ao setor imobiliário” (CARLOS, 2004, p. 53).

Iremos ilustrar o processo descrito com dois exemplos: as duas conhecidas operações urbanas, coordenadas pelo poder público em parceria com o setor privado – os megaprojetos imobiliários da Avenida Faria Lima e da Avenida Água Espraiada. A realização dessas operações significou a desapropriação de área ocupada (a desterritorialização dos trabalhadores/moradores do local) para construção dos escritórios “inteligentes”, de modo a consolidar o “eixo empresarial-comercial”, o eixo sudoeste da cidade (extensão da Avenida Faria Lima, no caso da primeira operação, ligando duas áreas de escritórios antes separadas por bairros residenciais), articulado com o restante¹⁴.

Já há autores que estão fazendo uma análise da convergência dos preceitos da política urbana e do mercado de trabalho no binômio *empreendedorismo/projetos estratégicos*, visto que um dos argumentos é que operações urbanas, como as citadas acima, dinamizam a economia e, portanto, geram empregos. Alberto de Oliveira (2005) explica e desmitifica esse argumento:

A análise da convergência das idéias presentes no planejamento urbano e nas políticas voltadas para o mercado de trabalho ressaltou que a inevitabilidade da globalização e a necessidade de inserção do país nesse novo contexto

¹⁴ Maiores detalhes sobre essas operações urbanas, consultar Carlos (2004a) e Fix (2001).

econômico são colocados, pelos liberais, como causas da premência da requalificação das pessoas e dos lugares e que isso abriria caminho para o aumento da atividade econômica e do nível de emprego. Na medida que o gestor urbano direciona esforços (e, sobretudo, recursos) para os sítios com maior potencial econômico seriam criadas as condições básicas de atração ao capital produtivo. Os investimentos decorrentes espalhariam seus efeitos multiplicadores para o restante da cidade beneficiando não apenas os trabalhadores (e investidores) da área alvo, mas, também, o conjunto da população. (OLIVEIRA, 2005, p. 62).

O mesmo autor, que estudou a operação no eixo Berrini/Águas Espraiadas, onde ocorreu um rearranjo da ocupação, pondera:

As críticas a esse raciocínio partem de diferentes frentes. Em primeiro lugar, os ganhos oferecidos pelo mercado financeiro tornaram o capital produtivo uma *mercadoria* rara. Isso significa que nem todos os lugares habilitados a receber investimentos (produtivos) serão premiados por seus esforços. O *leilão* de lugares cria oportunidades de redução dos custos do capital através do oferecimento de benefícios fiscais e financeiros, pois, em muitos casos, as decisões sobre a localização estão previamente condicionadas por imperativos logísticos e de mercado.

Do lado do mercado de trabalho, os investimentos em requalificação levados a cabo pelo setor público apenas minimizam os gastos já realizados pelas famílias para esse fim. Ainda que tal prática possa contribuir para a elevação da produtividade do trabalho (sem ônus para o capital), a experiência recente tem reafirmado a tendência histórica de subaproveitamento da mão-de-obra. Mesmo num contexto de crescimento sistemático da economia, que não tem sido a realidade brasileira dos últimos 20 anos, não se pode esperar das políticas de requalificação mais do que um rearranjo da composição do contingente de ocupados. (OLIVEIRA, 2005, p. 63, grifos do autor).

O que se quer ressaltar aqui é a desmistificação da relação “operações urbanas igual a geração de empregos”. O que de fato está em jogo nas operações urbanas é o atendimento dos interesses dos grandes capitais, tanto na destinação de áreas “enobrecidas” a eles (o processo de gentrificação¹⁵ e suas conseqüências para os moradores/trabalhadores locais já foi discutido anteriormente¹⁶), quanto no grande negócio que as parcerias público-privadas, utilizadas nessas operações, oferecem. O discurso da inserção das cidades em redes internacionais de cidades numa efetivação da cidade-mercadoria é um dos trunfos do capital.

¹⁵ Na área comum da ocupação Prestes Maia há um cartaz fixado com um organograma sobre as operações urbanas e o processo de gentrificação que é bastante ilustrativo, vide Figura 2.

¹⁶ Para uma leitura paralela sobre a temática, consultar <http://reabilita.pcc.usp.br/Textos_técnicos/QUADRO_SINTESE_EQUIPE_REABILITA.pdf>, que se propõe apresentar um quadro síntese dos problemas, entraves e avanços em relação à reabilitação de edifícios nas áreas centrais de três cidades brasileiras, indicando, também, os pontos comuns e adversos.

A definição das principais áreas de atuação da Secretaria Municipal de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo é exemplar, segundo aparece no seu site:

- Projetar a imagem da cidade de São Paulo no cenário internacional;
- Atrair investimentos e negócios para a cidade;
- Captar recursos para a cidade e capacitar seu quadro técnico-administrativo;
- Conduzir a diplomacia institucional da cidade¹⁷.

A construção de uma imagem de cidade a ser projetada no cenário internacional (leia-se mercado internacional/mundial) ocorre através da divulgação de outras cidades-modelos que teriam exemplos de práticas “bem-sucedidas” a oferecer. Isso pode ser verificado no projeto *Aula São Paulo*, que oferece seminários de “boas idéias e experiências urbanísticas pelo mundo”, inspirado no projeto espanhol *Aula Barcelona*, “que, nos anos 80, inovou a urbanização da cidade por meio de parcerias público-privadas”:

Da revitalização do Centro Histórico da Cidade do México às políticas de educação no trânsito, ciclovias e responsabilidade cidadã de Bogotá; da transformação arquitetônica e econômica de Barcelona à recuperação dos conjuntos habitacionais comunistas da antiga Berlim Oriental, várias experiências inspiradoras serão discutidas no Projeto. *A Aula São Paulo* tem o apoio da Telefônica, do BID, da Cities Alliance e do Centro Maria Antônia da Universidade de São Paulo¹⁸.

Visto o direcionamento da política habitacional, setorial, e da política urbana em seu todo, nacional e paulistana, nos debruçamos, a seguir, sobre os seus parâmetros mais gerais, que podem ser caracterizados pelos projetos urbanos em pauta.

¹⁷ Cf. <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/relacoes_internacionais/areasdeatuacao/0001>. Acesso em: out. 2006.

¹⁸ Cf. <<http://www.aulasp.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: out. 2006.

Figura 2. Cartaz sobre o processo de *gentrificação* fixado na área comum da Ocupação Prestes Maia (MSTC).

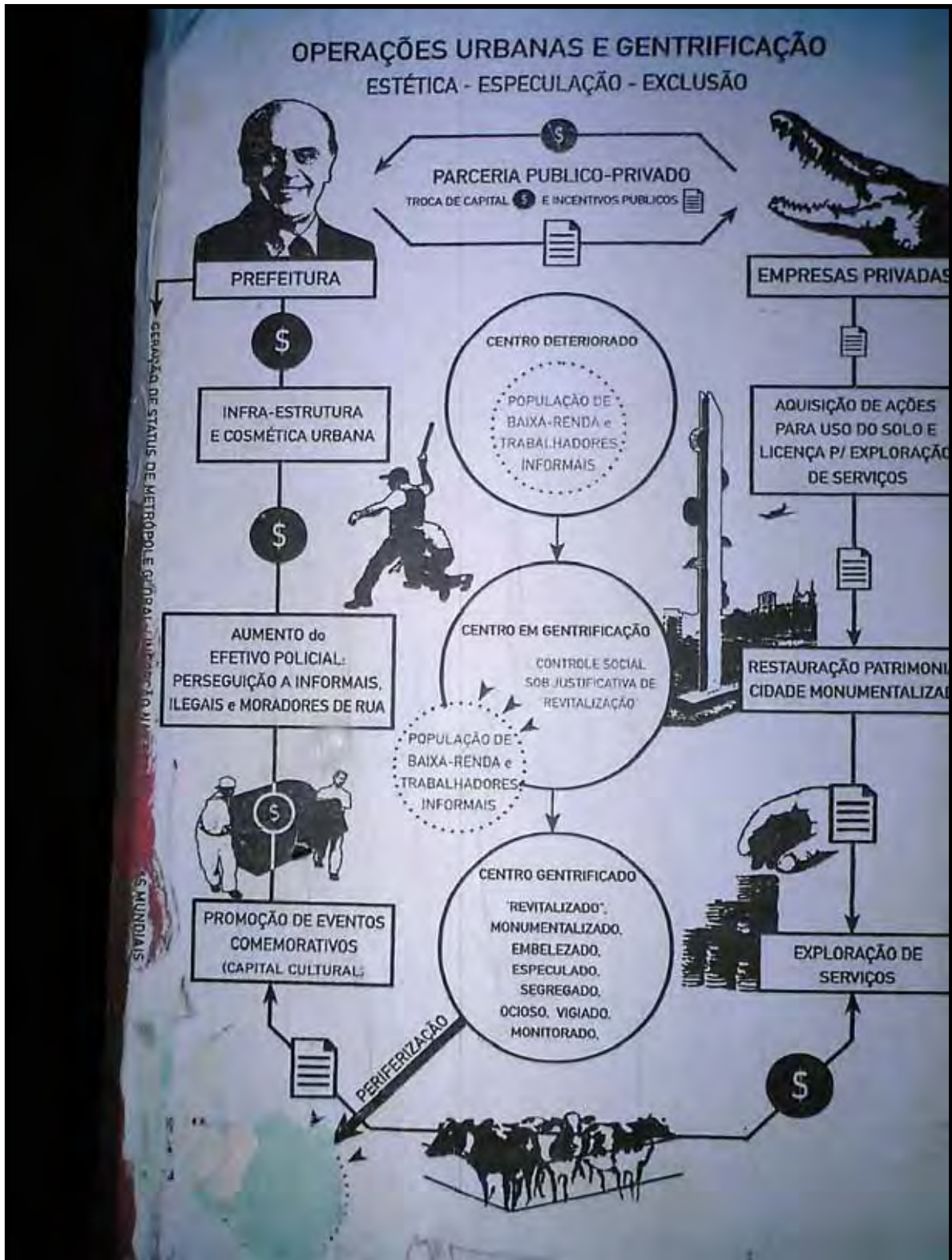


Foto: Fernanda Keiko Ikuta

2.3. Projetos urbanos em disputa: incorporações ou resistências à dinâmica capitalista?

São Paulo: *city-marketing* ou cidade mais democrática? Que cidade (sociedade) queremos? Há, de fato, um antagonismo claro entre essas duas propostas?

O projeto de modernização neoliberal-globalizadora da cidade enfatiza a incorporação da “cidade-empresa” e do “cidadão-cliente” ao mercado global. Para tanto, as cidades devem se constituir territórios de produtividade, competitividade e consenso, a serem alcançados com o *planejamento estratégico urbano*, por exemplo.

Por sua vez, supostamente mais preocupada com as questões sociais, a ênfase do projeto de “gestão democrática da cidade” aponta para a redução dos efeitos negativos da globalização neoliberal capitalista, por meio de uma suposta humanização do capital, uma distribuição da riqueza menos injusta e uma democratização do Estado, obtidos com a participação social e princípios de cidadania e solidariedade.

Para visualizar as nuances desses projetos urbanos em pauta é que, como recurso didático-analítico, apresentamos, a seguir, uma caracterização separada dos mesmos, que ofereça um panorama de suas práticas e de seus discursos.

2.3.1. “Cidade-Empresa”, “Cidadão-Cliente”: o projeto de modernização neoliberal-globalizadora da cidade

São Paulo (Brasil) deve converter-se em uma “*cidade-global*”: assim desejam os atores hegemônicos que, para tanto, transformam a própria cidade na principal mercadoria a ser vendida, reestruturam sua base material e reformam o âmbito institucional (sobretudo fiscal e trabalhista), para atender ao novo modelo de acumulação do capital e para produzir novas formas de hegemonia social. Harvey (2006, p. 228 - 235) chamaria essa formulação de utopismo do livre mercado. Dessa forma, a configuração territorial da cidade vai mudando, para adaptar-se à mercantilização generalizada da vida e ao controle social exercido pelo capital.

No esforço por identificar uma tendência, caracterizá-la e, com um fim didático, denominá-la, podemos afirmar que o capital hoje tem um projeto de modernização neoliberal-globalizadora para a cidade. Esse projeto se espelha no mito do crescimento nacional, sustentado na suposta capacidade de promover a modernização do país e o crescimento econômico. O mito da “cidade-global”, tal como o mito do crescimento nacional,

“combina o atraso com o moderno e uma abissal diferença entre os patamares externos de renda”. Como Ferreira (2007, p. 219) nos explica, “sob uma matriz arcaica de sociedade aplicaram-se modelos de ‘modernização’ (exacerbar desequilíbrios socialmente internos)”. Soma-se ainda, a esse projeto urbano, a difusão da gestão empresarial das cidades e um urbanismo baseado no *marketing*. Esses são os caminhos adotados para articular o projeto urbano e então, consolidar os *territórios do capital* e, nesse sentido, garantir o novo padrão de acumulação do capital.

É destacadamente na atual administração pública do governo Serra/Kassab que percebemos um fortalecimento desse ideário na práxis governamental, ainda que implementações de administrações anteriores também tenham mostrado alguns dos traços desse modelo urbano.

Essa tentativa de introduzir a cidade de São Paulo (na verdade, apenas uma parte dela) ao circuito global¹⁹, num processo de mimetização dos pólos de negócios dos países centrais (FIX, 2007, p. 161), é efetivada com a criação de novas paisagens e novas territorialidades.

Grandiosos e luxuosos edifícios de escritórios, hotéis, cafés e restaurantes de “marca”, casas de espetáculo, *shopping’s centers* e centros culturais são alguns dos resultados paisagísticos da redefinição do urbano (o novo *monumentalismo* arquitetônico) de uma parte da cidade de São Paulo, realizado a partir da década de 1990. Há dois grandes eixos. Um deles se refere ao processo de “gentrificação”²⁰ no *Centro* de São Paulo, e suas promessas são “a alta cultura, o *glamour* dos velhos tempos, uma cidade civilizada e

¹⁹ Há análises que apontam São Paulo como “metrópole global” e destacam sua posição na escala nacional como importante centro de articulação internacional: em São Paulo (que alguns autores consideram como “centro global periférico”), assim como no Rio de Janeiro (considerado como “centro global periférico de segunda ordem”), “são geradas e transitam as decisões financeiras mercadológicas e tecnológicas que moldam a economia nacional” (MOURA, 2004, p. 282). Ver também o texto de Glória da A. Alves (2005). Há ainda quem a mencione como *mega”cidade-global”*: “São Paulo é uma megacidade, participante das relações econômicas globalizadas, desempenhando funções de produção e serviços internacionais, em conexão com a vasta rede de cidades e regiões conectadas à economia global. É uma megametrópole dispersa, que possui fragmentos de cidades mundiais e globais, localizados principalmente no vetor centro-sudoeste. Fazem parte de uma rede urbana planetária, atravessada por fluxos informacionais do mercado financeiro e da rede mundializada de serviços e distribuição de mercadorias” (ROLNIK, 2003, p. 74-75).

²⁰ Como o processo de “gentrificação” é bastante polêmico, cabe aqui apenas duas observações: 1) alguns autores o apontam como um processo de “higienização social”; 2) no caso de São Paulo, Neil Smith (2005, p. 74) destaca que “o processo é espacialmente isolado e se encontra praticamente no início”, mas que, com todas as diferenciações, a partir dos anos oitenta, esse processo passou a atingir todo o planeta, como uma estratégia urbana global. Sobre a “gentrificação” e demais dinâmicas no Centro de São Paulo, também nos pautamos nas diferentes abordagens de: D’Arc (2006), Lemos (2005), Yázigi (2005). Para mais informações sobre o processo de “gentrificação”, consultar: Smith (2001, 1996), Bidou-Zachariasen (2006), Martinez i Rigol (2005), Sánchez (2003) e Zukin (2000).

democrática, pois é ‘acessível a todos’²¹. O outro eixo privilegia a construção de novas centralidades na *marginal do Rio Pinheiros*, que está se transformando em um grande eixo de negócios e consumo, onde “[se] promove novos arranha-céus, casas de *show* e bingos, um *sky-line* americanizado, com vias expressas e túneis, (WISNIK et al., 2001, p. 21)²². Muitos dos edifícios da marginal Pinheiros são “construídos como um investimento, para ser alugados” (FIX, 2007, p. 23).

[...] no embate entre as “duas cabeças” da cidade, Centro e Marginal Pinheiros, há uma aparente disputa de “identidades” para a cidade de São Paulo: enquanto a primeira promete a alta cultura (modelo europeu), o *glamour* dos velhos tempos, uma cidade civilizada e democrática, pois é “acessível a todos”, a segunda promove novos arranha-céus, casas de *show* e bingos, um *sky-line* americanizado, com vias expressas e túneis. Diante das “duas cabeças”, a resposta de qualquer pessoa com tino empresarial é evidente: por que escolher uma? Fiquemos com as duas! Combinação, aliás, que faz parte dos negócios em toda grande cidade no mundo. Enquanto o embelezamento e a cultura acenam como se fosse possível uma convivência harmoniosa dos contrários, está sendo travada uma luta feroz pela retomada do controle do espaço, até então perdido para os setores marginalizados e populares. (WISNIK et al., 2001, p. 21).

Quem são esses grandes produtores do *sky-line* americanizado? Como atuam? Com base em Fix (2007), iremos listando caso a caso:

- Há um alto volume de investimentos privados para a implementação, por exemplo, das “avenidas imobiliárias”, sobretudo de capital nacional (especialmente dos fundos de pensão). “As ‘avenidas imobiliárias’ não são importantes para o sistema viário, elas são áreas de expansão do capital imobiliário, áreas que deverão constituir ou consolidar novos centros de negócios ou em regiões consideradas ‘deterioradas’ como o Centro”. Mas ocorre também a entrada de empresas estrangeiras: “a incorporadora brasileira Birmann, por exemplo, tentou reproduzir aqui o ciclo de

²¹ Nesse eixo, pode ser dado como exemplo a *Sala São Paulo*: “Sede da nova *Orquestra do Estado*, modernizada pelo maestro Neschling, a Sala São Paulo é atualmente o maior símbolo das novas intervenções em cultura na cidade. Rodeada por uma zona urbana degradada, a chamada ‘*cracolândia*’, a Sala São Paulo nasce como aparente sinal de civilização em meio à barbárie e pretende transformar todo seu entorno. Mais que isso, a Sala é anunciada como o ponto de inflexão de uma ‘grande virada’ na área central: desencadeando, juntamente com outros investimentos culturais, um ‘efeito dominó’ de revalorização e retomada dos negócios imobiliários” (WISNIK et al., 2001, p. 1).

²² Os empreendimentos mais emblemáticos entre os anos 1977 e 2003 são: “a) o Centro Empresarial São Paulo (Cenesp) e a chamada ‘Bratkelândia’, na avenida Berrini; b) o São Paulo Office Park, o Centro de Administração Philips (PSS), o World Trade Center e o Birmann 21; c) o Centro Empresarial Nações Unidas (Cenu) e o Birmann 29; d) o Birmann 31” (FIX, 2007, p. 32).

produção norte-americano, trabalhando em conjunto com várias empresas estrangeiras” (p. 16);

- “Um dos principais megaprojetos imobiliários da cidade: o Centro Empresarial Nações Unidas (Cenu), anunciado como o maior centro empresarial da América Latina, composto de três torres interligadas por um shopping center subterrâneo [foi] desenvolvido pela incorporadora brasileira Bolsa de Imóveis” (p.17);
- As empresas que ocupam os prédios da Marginal Pinheiros “são, na maior parte dos casos, inquilinas de proprietários como o fundo de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, seguradoras, *holdings* de grandes fortunas etc., que detêm os edifícios como um grande investimento. Entre as ocupantes estrangeiras estão multinacionais que ingressaram no país com a abertura econômica, a desregulamentação e as privatizações, como a Duke Energy, de origem norte-americana, que assumiu parte do sistema privatizado de geração e distribuição de energia do Estado de São Paulo, e empresas há mais tempo localizadas em São Paulo, mas que estavam em outras regiões da cidade, como o BankBoston [...], ou o JPMorgan [...]. Entre as empresas nacionais estão, por exemplo, a Abril [...], o Birmann 21, e o Bradesco” (p.23-24);

Fix (2007) reconhece um sistema de agentes econômicos que ela denomina de *city builders* ou “promotores imobiliários”. A autora frisa que esses

promotores imobiliários e seus parceiros institucionais, financeiros e do setor público [fazem] da cidade uma espécie de ‘máquina do crescimento’, uma organização de tipo empresarial voltada a aumentar o volume de renda agregada por meio da intensificação da utilização da terra. Esses promotores imobiliários procuram influir sobre o mercado, a valorização imobiliária e os investimentos públicos. (FIX, 2007, p. 24).

Cabe ainda apresentar a trajetória desses principais agentes econômicos, que pode ser percebida em quatro períodos sintetizados no Quadro 7:

Quadro 7. Trajetória das estratégias imobiliárias na Marginal Pinheiros

<p><i>1º período (1977 a 1985)</i> - “no fim dos anos 1970, com os primeiros grandes empreendimentos, que iniciam o movimento de deslocamento do eixo de negócios para a Marginal Pinheiros” (p. 32). São três os casos mais emblemáticos: a) construção do Centro Empresarial São Paulo (Cenesp) – mais de 400 mil metros quadrados de área construída na marginal Pinheiros pela Lubeca Empreendimentos Imobiliários; incorporação: empresa criada pelo grupo Bunge y Born - proprietário, de origem argentina; construção: Alfredo Mathias; empresas que ocuparam os edifícios em 1977: empresas do grupo Bunge y Born, como Santista Trigo, Santista Têxtil, Serrana, Quimbrasil, Sanbra e Tintas Coral, e a multinacional Rhodia; empresas que ocuparam os edifícios em 1980: Gessy Lever, Mercedes-Bens e Alcoa); b) mais de 50 torres de escritórios construídas, na avenida Berrini* no fim dos anos 1970 pelo grupo de empresas da Bratke-Collet (incorporação e construção); uma produção monopolista (segundo Nelson Fujimoto) “Bratkelândia”; empresas que se instalaram: Braco S/C Ltda, Bratke-Collet, F. Collet S/C Ltda e escritório de arquitetura dos empreendimentos; c) construção do edifício Wilson Mendes Caldeira, em 1973, na marginal (sem maiores informações sobre a construtora, os proprietários e as empresas ocupantes).</p>	<p><i>2º período (1986 a 1993)</i> - fundos de pensão entram em cena; nova estratégia com articulação de incorporadora, empresa de consultoria estrangeira e fundos de pensão. Com contrato de locação assinado, os fundos entravam com os recursos que viabilizavam o empreendimento e, como são grandes investidores e compram prédios inteiros, sua participação eliminava o problema do fracionamento da propriedade (uma característica do mercado imobiliário), que ocorre quando o incorporador precisa reunir muitos investidores para viabilizar um empreendimento. Avalia-se que os fundos detenham entre 60% e 80% da propriedade dos edifícios de escritórios na região da Avenida Berrini. Empreendimentos desse período: a) São Paulo Office Park, conjunto de 14 edifícios na Granja Julieta (Av. Berrini); incorporação de Birmann e outros; proprietários: Fundação Previdenciária IBM, entre outros; empresas: Arthur Andersen, Pfizer, Deutsche Bank, entre outras; b) Edifício Philips, 1990, proprietário: PPS (Fundo Philips), construção: Método; inquilino: Nestlé; c) World Trade Center, 1995, proprietário: vários fundos, incorporação: Servlease Construção: OAS.</p>
--	--

* Sobre o caso da região da Berrini, Frúgoli Júnior (2006, p. 221) comenta que o arquiteto Carlos Bratke, responsável pelo projeto de mais de 50 edifícios comerciais da Avenida, foi “identificado como forte representante da vertente pós-moderna no Brasil, ainda que ele próprio rejeite tal visão”. Essa identificação seria dada por sua posição norteada pelo mercado, para atender as demandas dos clientes e sem as amarras representadas pelo poder público. O arquiteto acusa o poder público de incompetência administrativa por não atender as necessidades infra-estruturais dessa região que se configurou de uma razoável centralidade do ponto de vista econômico, todavia, aponta Frúgoli, a região “tem recebido altíssimas parcelas do orçamento municipal em termos de infra-estrutura, especialmente a viária” (p. 221).

Continua na próxima página

Continuação - **Quadro 7** - Trajetória das estratégias imobiliárias na Marginal Pinheiros

<p><i>3º período</i> (1994-2000) - “de meados dos anos 1990, no período pós-Plano Real, com a euforia do setor, o ingresso de grandes empresas estrangeiras nas áreas de consultoria e incorporação, as promessas de investimentos estrangeiros e a abertura da Nova Faria Lima, até o fim da década” (p. 32). Os empreendimentos em destaque nesse momento são: a) Centro Empresarial Nações Unidas, maior empreendimento da Marginal Pinheiros, teve a participação de uma construtora nacional e outra estrangeira; construção: Método e Hochtief, uma tradicional incorporadora brasileira e uma das maiores incorporadoras norte-americanas; incorporação: Bolsa de Imóveis do Estado de São Paulo e Tishman Speyer Método; principal proprietário: o fundo de pensão dos funcionários de um banco estatal brasileiro, a Caixa Econômica Federal (Funcef e outros); b) o edifício Faria Lima Financial Center, um “edifício especulativo”; incorporação: Brazil Realty; construção Cyrela e consultoria Richard Ellis; c) BankBoston; proprietário: BankBoston (sede própria); construção: Hochtief; consultoria: US Equities; d) Birmann 29, incorporação e construção: Birmann; proprietário: JPMorgan e outros. No projeto do BankBoston e do Birmann estava um dos maiores escritórios de arquitetura, o Skidmore, Owings e Merrill (SOM).</p>	<p><i>4º período</i> (2000 em diante) - quando algumas das expectativas da fase anterior não se confirmam e inicia-se uma crise do setor. Em meados da década de 1990 os fundos de pensão (que tiveram mais de 20% de seu patrimônio investido em imóveis) começam a se retirar do setor imobiliário com a alegação de que muitos investimentos imobiliários não foram bem-sucedidos, e hoje “os fundos estão mais propensos a desmobilizar seus ativos do que a entrar em novos investimentos” (p. 69). Exemplos de empreendimentos desse período, quando inúmeros prédios são lançados simultaneamente na região da Avenida Faria Lima que atingiu uma taxa de espaços vagos da ordem de 70%: a) Birmann 31, de 2003; projeto: SOM; incorporação e construção: Birmann; proprietários: privados/fundos de pensão; comercialização: Richard Ellis; b) Internacional Plaza e o Maria Cecília Lara Campos (sem maiores informações sobre a construtora, os proprietários e as empresas ocupantes).</p>
---	---

Fonte: (FIX, 2007, p. 32-74).

O Quadro 7 demonstra que os grandes empreendimentos que deslocaram o eixo de negócios para a Marginal Pinheiros já se iniciam no final da década de 1970, demarcando o primeiro período desses grandes agendas econômicos. O segundo período, meados da década de 1980 até primeiros anos da década de 1990, registra uma mudança na estratégia imobiliária com a entrada representativa dos fundos de pensão, que são proprietários de 60 a 80% dos edifícios de escritórios na região da Avenida Berrini. No terceiro período que ocorre pós-Plano Real, a partir de meados dos anos 1990, grandes empresas estrangeiras ingressam nas áreas de consultoria e incorporação e, ao final da década, acontece a abertura da Nova Faria Lima. Uma crise no setor imobiliário, com a retirada dos fundos de pensão, inicia-se, em 2000, demarcando um quarto período em que 70% dos prédios lançados na região da Avenida Faria Lima ficam vagos.

Em todo esse processo, a “revalorização” do Centro de São Paulo passa a ter relevância para parte desses agentes econômicos. Então, cabe indagar quem são os “atores” que querem levar “vida, ordem, cultura e democracia” para o centro paulistano “degradado, deteriorado, perigoso e caótico”? Em 1991 “diversos setores da economia, serviços, comércio, instituições privadas e mesmo públicas” se associaram para “a realização de projetos de revalorização” do Centro de São Paulo (MEYER apud FRÚGOLI JÚNIOR, 2006, p. 69)²³, formando a Associação Viva o Centro (AVC) – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo. Os associados estão listados no Quadro 8:

²³ Frúgoli Júnior (2006) identifica os grupos e instituições que estão redefinindo e negociando a centralidade de São Paulo, ao comparar as trajetórias do Centro, da Avenida Paulista e da Avenida Berrini.

Quadro 8. Lista dos associados da Associação Viva o Centro – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Administração e Representação Telles • Agromont Administração de Bens e Participações • Agropecuária Juruá • Associação Brasileira de Bancos Internacionais – ABBI • Associação Brasileira de Designers de Interiores – ABDI • Associação Brasileira de Empresas de Serviços Especiais de Engenharia • Associação Brasileira de Gastronomia, Hospitalidade e Turismo – ABRESI • Associação Brasileira de Pedestres – ABRASPE • Associação Brasileira dos Fotógrafos de Publicidade – ABRAFOTO • Associação Comercial de São Paulo – ACSP • Associação Cristã de Moços de São Paulo – ACM/CENTRO • Associação das Empresas Distribuidoras de Valores – ADEVAL • Associação dos Advogados de São Paulo – AASP • Associação dos Bancos no Estado de São Paulo – ASSOBESE • Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil – ADVB • Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo • Associação dos Lojistas da Florência de Abreu – ALFA • Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo – AOJESP • Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias – ANCOR • Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento – ACREFI • Associação Paulista do Ministério Público – APMP • Bairro Vivo – Agência de Preservação Urbana • Banco ABN AMRO Real • Banco Itaú • Banco Nossa Caixa • Banco Safra • Banco Santander | <ul style="list-style-type: none"> • Bar Brahma • Biblioteca Mário de Andrade • Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F • Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA • Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo – CAASP • Caixa Econômica Federal • Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP • Cartório Medeiros • Casa da Bóia • Casas Bahia • Celso Figueiredo Filho • Centro Acadêmico "XI de Agosto" • Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA • Centro Universitário Belas Artes • Cia Brasileira de Alumínio - CBA • Cia Central de Importação e Exportação – CONCENTRAL • Cia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ • Cia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM • Círculo Italiano – San Paolo • Colégio de São Bento de São Paulo • Condomínio Edifício Mercantil Finasa • Congregação Israelita de São Paulo/Templo Beth-El • Construtora Miguel Curi • Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo • CVC Turismo • Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo – EMPLASA • Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU • Escola Estadual de São Paulo • Escritório Fralino Sica |
|---|--|

Continua na próxima página...

Continuação da lista dos associados da Associação Viva o Centro

- Estapar Estacionamentos
- Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
- Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP
- Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de São Paulo – FHORESP
- Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO
- Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento – FENACREFI
- Fundação Escola de Comércio "Álvares Penteado" - FECAP
- Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – FESPSP
- Granadeiro Guimarães Advogados
- Grupo Lund de Editoras Associadas
- Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP
- Instituto Paulista de Ensino e Pesquisa - IPEP
- International Police Association – IPA
- Ituana Agropecuária
- José Antonio Mangini Jr.
- José Eduardo Loureiro
- José Rodolpho Perazzolo
- Klabin
- Lencioni Advogados Associados
- Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo - LAO
- Logos Engenharia
- Machado, Meyer, Sendacz e Ópice – Advogados
- Messina, Martins e Lencioni Advogados Associados
- Mosteiro de São Bento de São Paulo
- Museu da Cidade de São Paulo
- Museu Pe. Anchieta
- Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/SP
- Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Santa Ifigênia
- Paróquia Nossa Senhora da Consolação
- Pellegrino e Associados Engenharia
- Pinheiro Neto – Advogados
- Pioneer Corretora de Câmbio
- Polícia Civil do Estado de São Paulo - DEATUR
- Polícia Militar do Estado de São Paulo - 7º BPM-M
- PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
- Rotary Club de São Paulo – República
- São Paulo Convention & Visitors Bureau- SPC&VB
- Savoy Imobiliária e Construtora
- Secretaria de Estado da Educação
- Secretaria de Estado da Justiça e Defesa da Cidadania
- Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos
- Serasa
- Serviço Social do Comércio - SESC CARMO
- Sindicato das Sociedades de Advogados dos Estados de SP e RJ
- Sind. de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de SP – SINHORES
- Sindicato dos Empregados em Edifícios de São Paulo – SINDIFÍCIOS
- Sindicato dos Comerciantes de São Paulo
- Sindicato dos Bancários e Financeiros de SP, Osasco e Região
- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP
- Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva – SINAENCO
- Sonia Marques Dobler – Advogados
- Superintendência do Trabalho Artesanal nas Comunidades de São Paulo – SUTACO
- Teatro Municipal de São Paulo
- Terraço Itália Restaurant
- Tozzini Freire Advogados
- Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
- Trides Cia. Imobiliária Administradora
- Universidade Anhembi Morumbi

Fonte: Associação Viva o Centro. Disponível em <<http://www.vivaocentro.org.br>>. Acesso em: 30 nov. 2007.

É curioso notar a pluralidade dos participantes da AVC reunidos em torno da idéia de revalorização do Centro. Entre os associados, as instituições financeiras têm um papel importante; no conjunto delas, o Banco de Boston tem papel hegemônico fundamental (FRÚGOLI JÚNIOR, 2006, p. 71-72).

E o “resgate” do centro tradicional como espaço estratégico da vida metropolitana²⁴ de fato se articula com a idéia da necessidade da transformação de São Paulo numa “cidade-global”. É o matrimônio da alta cultura européia com o *sky-line* americanizado; pequenas diferenças “comportamentais” não impedem a união das “duas cabeças” em torno da idéia de modernização global da cidade. Os entusiastas da revalorização do Centro argumentam o seguinte:

Num momento em que é decisória a transformação de São Paulo numa “cidade mundial”, um dos imperativos seria a existência de um centro decisório forte e articulado, capaz de agilizar o processo de tomada de decisões, além de criar uma imagem positiva da metrópole, sobretudo ao empresariado estrangeiro, que se dirige à cidade para a realização de negócios, sem falar na presença crescente de turistas etc. (FRÚGOLI JÚNIOR, 2006, p. 76).

O selo da união é, como já foi exposto, “a luta feroz pela retomada do controle do espaço, até então perdido para os setores marginalizados e populares”.

Acontece que ele [o Centro] está apropriado por uma classe social diferente, e essa nova classe social que está aí não se apropriou por escolha, ela se apropriou porque aquele espaço se tornou um espaço residual dentro da cidade, e, como diz o Raymond Williams, os pobres ocupam as brechas deixadas, e aquilo foi uma brecha. [...] antes da segunda metade dos anos 80, e basicamente nos anos 90, não existia nessa escala, essa vinda para o Centro da população de rua e do camelô, e da criança delinqüente e tudo mais, ela veio com a saída brutal [das empresas] da área central. (Entrevista com Regina Meyer, apud FRÚGOLI JÚNIOR, 2006, p. 85).

Frúgoli Júnior (2006) explica que esse “argumento discutível de que os pobres tendem a fazer uma ocupação apenas dos espaços urbanos residuais” (p.86) é o fundamento da posição de que o planejamento poderia solucionar essa questão, reorganizando os fluxos e a circulação de tráfego na área central e “designando os lugares

²⁴ Além dos apontamentos de Frúgoli Júnior (2006) sobre. No site da Associação, <<http://www.vivaocentro.org.br>>, encontram-se os objetivos, princípios, propostas e ações da Associação para o Centro.

mais apropriados para o uso e permanência desses grupos sociais” (p.86). Essa racionalização dos transportes “tenderia a diminuir a presença maciça de pessoas em trânsito no Centro, o que obviamente traria impactos sobre sua ocupação popular, tendo como conseqüências indiretas diminuição da atividade informal, mendicância e outros aspectos correlatos à mesma” (p. 85-86).

Faz parte ainda dessa visão, a idéia de que, com a redistribuição desses pobres que se dirigem ao Centro, poderiam ser atendidos os interesses do seu “verdadeiro” perfil: os bancários, comerciários, funcionários públicos, empregados das empresas etc., esses sim entendidos como o interesse popular. Frúgoli (2006) é preciso sobre esse assunto:

Como se vê, são posições que amparam intervenções urbanas em que o Centro permaneceria utilizado por classes populares hipotéticas, já que são caracterizadas por representações particulares em que não cabem a pobreza, o desemprego e a inserção no mercado informal, além de não aceitar sua presença social em massa nos espaços públicos, destituindo-lhes ainda de qualquer projeto ou possibilidade de escolha e, por conseguinte, de sua própria concretude. (FRÚGOLI JÚNIOR, 2006, p. 86-87).

E, assim, vamos apreendendo as contradições da retórica da “cidade-global” que tenta ocultar que apenas uma parcela restrita da cidade se efetivará como paisagens supostamente globalizadas, é a “produção da face ‘globalizada’ da cidade”, a projeção de uma “nova centralidade em São Paulo [...] que é, em verdade, não um fato, mas um processo social, uma imposição espacial de poder econômico e político” (FIX, 2007, p. 14).

Essas novas paisagens são, acima de tudo, a materialização e a expressão simbólica de determinadas relações sociais e, portanto, a expressão de determinadas relações de poder. Dessa maneira, se configuram também como novas territorialidades e como novos territórios²⁵ do capital, porque demarcam lugares chamativos e adequados à (re)apropriação do capital, tornando-os mais adaptáveis ao movimento de circulação do

²⁵ A idéia de território é aqui compreendida, ao mesmo tempo, como processo de domínio (político-econômico) e apropriação (simbólica) do espaço (HAESBAERT, 2004). As territorialidades são compreendidas como formas tridimensionais que promovem o processo de autonomia no espaço: “[...] a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (RAFFESTIN, 1993, p.160).

capital multifuncional. Ou seja, porque atendem à nova lógica de reprodução do capital por meio de alimentar o vigor das forças de dominação social, na cidade.

Empiricamente, isso pode ser visualizado na disputa territorial entre as elites que tentam retomar o controle de determinadas áreas da cidade para implantar seu projeto de modernização neoliberal-global e os setores populares marginalizados que sofrem uma intensificação da precarização do conjunto de suas condições de vida, assim como a criação de novas precariedades, tanto no que diz respeito à expulsão das áreas requeridas pelo capital para a periferia, onde há menos infra-estrutura e onde suas condições de vida se tornam ainda mais deterioradas, quanto no que respeita às relações e condições de trabalho cada vez mais degradantes. Nesses novos territórios, o controle é da classe rentista, que os reorganiza e os adapta para ver seus interesses contemplados.

Santos (1990) compreende que a criação de uma nova densidade técnica, informacional e institucional para a resolução dos problemas das grandes empresas é a corporativização da metrópole. Assim, essa redefinição urbana que se concentra em algumas áreas da cidade “é parte de processos mais abrangentes de reestruturação espacial e de reorganização das classes rentistas” (SÁNCHEZ, 2003, p. 515), para garantir a reprodução ampliada do capital que se encontra em processo territorial de globalização.

O que garante a reestruturação espacial e territorial para a realização da mercadoria cidade? O que garante esse processo é a presença do Estado e sua parceria com o setor privado, por meio de uma postura de submissão às propostas dos grupos internacionais, cujos representantes nacionais têm a hegemonia da vida econômica do país.

O Estado se faz presente, ainda que a cartilha do projeto urbano neoliberal diz que o Estado deve ser mínimo. O “Estado mínimo da falsa utopia neoliberal” (OLIVEIRA, 2007a, p. 286) somente é mínimo no que concerne a deixar de lado as necessidades de grande parte dos trabalhadores e a viabilizar a privatização dos serviços relacionados à infra-estrutura, e à flexibilização e terceirização das relações de trabalho. Sem embargo, se é verdade que o Estado se ausenta do social, também é que ele se faz muito presente para que haja mais e mais mercado.

Para permitir que o mercado se realize integralmente, o Estado faz suas parcerias com o setor privado e estreita suas relações com as agências multilaterais (Banco Mundial, BID) que, como vimos anteriormente, não exercem apenas um papel de financiadoras, mas funcionam também como centros de decisões (impondo regras, formas,

rotinas) e comunicação articulados escalarmente. Já expusemos, mais acima, que, em São Paulo, temos uma gestão pública terceirizada, quer dizer, governos locais atentos aos grandes interesses privados. A informação de que São Paulo é a cidade latino-americana que mais recebe empréstimos externos é bastante ilustradora do peso dessas parcerias. Para justificar e legitimar o império do mercado, o Estado cria e recria virtudes supostamente democráticas e assim justifica e legitima, por exemplo, sua parceira com o Banco Mundial e o seu interesse no “combate à pobreza”.

Fix (2001) expõe vários projetos da Prefeitura de São Paulo que são parcerias entre o poder público e a iniciativa privada para dismantelar as favelas e liberar essas áreas, que é o mesmo que dizer, criar novos territórios de interesse do mercado imobiliário. Tudo isso com aparência de projeto social. Na verdade, esses projetos sociais democráticos servem aos processos de especulação imobiliários subsidiados pelos recursos e obras públicas. Assim, conforme explica Harvey, as novas relações de parceria entre o Estado e o capital imobiliário e financeiro nunca podem estancar-se.

Para tornar compensadora cada leva de investimentos públicos, faz-se necessária mais uma leva. A parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros. Os cidadãos ficam à espera de benefícios que nunca chegam. (HARVEY, 2006, p. 190).

Ainda que o Estado esteja sempre garantindo os lucros da iniciativa privada em detrimento das necessidades da maior parte da população, em uma cidade-empresa, o urbanismo de *marketing* encarrega-se de vender aos cidadãos-clientes a idéia de que se está preparando uma cidade para todos. Mas é necessário que esses cidadãos-clientes comprem essa idéia, comportando-se consensualmente e colocando-se todos de acordo e envolvidos num espírito empreendedor para construir a cidade “de todos”, com uma produtividade singular e capaz de competir no mercado global de cidades.

Essas são as perspectivas da gestão empresarial das cidades, desenvolver o *planejamento estratégico*²⁶ urbano, seguindo as orientações do Banco

²⁶ Segundo Fernández Güel (2006, p. 280), nos últimos vinte e cinco anos, o planejamento estratégico se difundiu, com maior ou menor intensidade, pela Espanha (com aproximadamente 100 planos estratégicos urbanos e territoriais), resto da Europa (ao menos 30 cidades), América Latina (cerca de 70 cidades) e Estados Unidos (onde o planejamento estratégico é uma prática muito habitual para cidades grandes ou medianas). Pagnoncelli e Aumond (2004), a partir do caso de Joinville, defendem o planejamento estratégico de cidades como um instrumento capaz de elevar as comunidades de objeto a sujeito, porque as assume como sujeito-âncora que garantirá a continuidade das ações estratégicas e sua sustentabilidade.

Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que a “cidade-global” seja um território de competitividade, produtividade e consenso.

É a “cidade-empresa” - onde se implementa o planejamento estratégico, um modelo de planejamento e gestão que transplanta conceitos e técnicas empresariais para o urbano e que prioriza as inversões vinculadas ao mercado global - feita para um “cidadão-cliente”, pois se trata de “converter em *empreendedores* muitos mais dos que já são e, a todos, em co-partícipes de uma empresa cada vez mais integrada, da qual simplesmente seja pouco recomendável ficar à margem” (TRAFUL, 2002, p. 12, tradução nossa). O Quadro 9 apresenta como é feito esse paralelo entre a empresa e a cidade: os aspectos que direcionam as ações das empresas são transplantados para as cidades que deverão seguir essa racionalidade empresarial. Diante da *propriedade*, estão os cidadãos, as empresas e as instituições que são comparados aos *acionistas* das empresas. Na *alta direção* da “cidade-empresa”, a corporação municipal cumpre o papel do *conselho de administração* empresarial. O emprego, os serviços, a qualidade de vida, a espetacularização/mercantilização da cultura e do lazer são os *produtos* a serem comprados pelos *clientes* citadinos, os cidadãos, investidores e visitantes que irão consumir os bens e os serviços disputados pelos *competidores/colaboradores* que são as outras cidades-empresas.

Quadro 9. Paralelismo entre empresa e cidade

Aspectos	Empresa	Cidade
Propriedade	Acionistas	Cidadãos, empresas e instituições
Alta direção	Conselho de administração	Corporação municipal
Produtos	Bens ou serviços	Emprego, serviços e qualidade de vida
Clientes	Consumidores de bens e serviços	Cidadãos, investidores e visitantes
Competidores Colaboradores	Outras empresas	Outras cidades

Fonte: FERNÁNDEZ GÜEL: 2006, p. 54, tradução nossa.

O Quadro 10 demonstra a diferenciação que FERNÁNDEZ GÜEL (2006) faz entre o planejamento estratégico empresarial e o de cidades. O autor adverte sobre os perigos do transplante mecânico dos instrumentos de gestão do setor público ao

setor privado, mas as particularidades observadas pelo autor são praticamente questões de escala, do “tamanho” do desafio de um e de outro setor. A lógica proposta no instrumento *planejamento estratégico* não é colocada em questão. O ambiente de concorrência urbana é uma necessidade inquestionável.

Quadro 10. Diferenciação entre o planejamento estratégico de cidades e empresas

Os instrumentos de gestão do setor privado não podem ser transplantados mecanicamente para o setor público, já que este apresenta particularidades notáveis tal como é exposto a seguir.

- a. *Definição da missão:* As grandes companhias podem descrever sua missão em uma ou duas frases, enquanto a complexidade e heterogeneidade de muitas cidades dificultam essa breve definição.
- b. *Nível de consenso:* O plano de uma empresa está fortemente controlado por um grupo reduzido de pessoas, enquanto na elaboração do plano da comunidade intervêm centenas de pessoas.
- c. *Nível de exposição pública:* No âmbito empresarial, os meios de comunicação não estão presentes nas tomadas de decisões, enquanto no setor público estão desde o princípio.
- d. *Alcance do plano:* Em uma empresa, o alcance do plano é relativamente fácil de estabelecer; em uma cidade, os limites geográficos do plano estão sujeitos a múltiplas considerações.
- e. *Avaliação de alternativas:* No setor privado utilizam-se indicadores puramente objetivos e quantitativos, enquanto nas cidades os indicadores costumam ser subjetivos e qualitativos.
- f. *Grau de complexidade:* Uma cidade é um organismo muito complexo, com um componente inercial muito forte, razão pela qual necessita de muito tempo para mudar seu rumo.
- g. *Disponibilidade de recursos:* Diante da flexibilidade existente na empresa privada para destinar seus recursos, o setor público observa uma grande rigidez.

Fonte: FERNÁNDEZ GÜEL: 2006, p. 55, tradução nossa

Reproduzimos, de Vainer (2000), as explicações do Congresso de Desenvolvimento Econômico Mundial e do Banco Mundial sobre a “necessidade” da competitividade urbana:

Quando a liberalização do mercado preside o desenvolvimento da economia global e a privatização, e os mercados financeiros se tornam rotina, as cidades necessitam:

- *Competir* pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial;

- *Competir* na atração de novas indústrias e negócios;
- *Ser competitivas* no preço e na qualidade dos serviços;
- *Competir* na atração de força de trabalho adequadamente qualificada (World Economic Development Congress & The World Bank *apud* VAINER, 2000, p. 76 - 77).

Isso quer dizer que, para se fazer frente às novas condições impostas pela globalização às cidades e aos poderes locais, a única saída é imbuir-se do ambiente de concorrência²⁷.

Todo esse processo descrito até agora nos demonstra que o capital modifica sua configuração territorial para consolidar seus territórios. Em outras palavras, trata-se de um processo de definição de fronteiras de classe por meio da intervenção espacial, e é parte dos processos de reestruturação econômica estratégica dessa fase do capitalismo (SÁNCHEZ, 2003, p. 516).

2.3.2. “Gestão democrática das cidades”

O governo municipal de São Paulo, entre os anos 2001 e 2004, sob responsabilidade da prefeita Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), pode ser entendido, segundo alguns autores, como um governo que deu mais ênfase a uma política social mais humana e mais justa, voltada aos pobres. Defende-se que nesse governo foi criada uma nova geração de políticas sociais e do trabalho, cuja estratégia seria alcançar o desenvolvimento com inclusão social (POCHMANN, 2002; GASPAR et al., 2006).

A estratégia de inclusão social, avaliada como um diferencial do governo Marta Suplicy, foi fundamentada, via Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, por três grandes blocos programáticos de ações, integrados e articulados, direcionados para os excluídos (especialmente pobres e desempregados, no entendimento dos programas) (POCHMANN, 2002).

O primeiro bloco programático implementou quatro programas entendidos como redistributivos, a saber: *Bolsa Trabalho*, *Começar de Novo*, *Garantia de Renda Familiar Mínima* e o *Programa Ação Coletiva de Trabalho* (ou *Operação Trabalho*). A intenção dos programas era romper com a lógica assistencialista (da pobreza

²⁷ No texto *Pátria, empresa e mercadoria...*, Vainer (2000) trata da estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.

assistida) e operar com uma lógica institucional redistributiva, reconhecendo que há formas de pobreza tradicional, mas também de pobreza nova e futura (considerando os desempregados de longa duração e os jovens) (SOUZA et al., 2002, p. 73-137).

O segundo bloco era composto pelos chamados programas emancipatórios, que visavam criar as condições de autonomização dos pobres e desempregados, por meio de capacitação ocupacional e geração de ocupação e renda para acesso ao crédito. Destacam-se os programas: *Capacitação Ocupacional e Aprendizagem em Atividades de Utilidade Coletiva, Oportunidade Solidária* e o *Programa Central de Crédito Popular – São Paulo Confia* (SCHWENGBER et al., 2002, p.139-191).

No terceiro bloco, focalizaram-se programas de apoio ao desenvolvimento local e à reorganização do mercado de trabalho. O *Programa de Reestruturação Produtiva e Relações do Trabalho* “trata tanto de apoiar a reconfiguração de parte de elos das cadeias produtivas afetadas negativamente pela política neoliberal desde 1990 como de estimular novas oportunidades de atividades econômicas, com especial atenção às relações de trabalho” (ZEURI et al., 2002, p. 196-197). E o *Sistema de Alocação Pública de Trabalho*, que se propunha “contribuir na intermediação de negócios e com dispositivos novos de alocação de trabalhadores e ocupações autônomas, [...] favorece[ndo] a geração de renda e novas vagas no entorno do desenvolvimento local” (ZEURI et al., 2002, p. 197).

Foi também desenvolvido um *Sistema de Comunicação e Gerenciamento de Informações*, destinado a armazenar, processar, disponibilizar as informações, selecionar, convocar e manter a comunicação com os cadastrados. Dentro desse sistema, criou-se o *Banco de Dados do Cidadão*, implantado como uma ferramenta para o gerenciamento das informações tomadas como necessárias para o planejamento, implementação e acompanhamento das políticas públicas municipais. Ele é avaliado como “a principal aposta no futuro”, porque, “em seu limite, ele poderá vir a contemplar toda espécie de relacionamento entre o cidadão e o poder público local” (GUERRA et al., 2002, p. 228). Ou seja, era uma ferramenta que, além do armazenamento das informações, poderia contribuir para o estreitamento da relação da sociedade civil com o poder local.

Além dessas inovações programáticas, outro aspecto da gestão Marta Suplicy é ressaltado por Garibe (2006): a *descentralização*, como parte do seu projeto de governo. A criação das *Subprefeituras* é tomada como um sistema de democratização do

Estado, como uma reforma administrativa necessária para “descentralizar atribuições, reduzir a burocracia, organizar os serviços ao cidadão, valorizar e requalificar o servidor, possibilitar a formulação de políticas integradas e colocar o território como elemento de gestão e de planejamento” (GARIBE, 2006, p. 27). A descentralização se concebia como uma proposta democrática: o *Orçamento Participativo* se integrava às Subprefeituras. Criou-se, dentro dessa estrutura, o conselho de representantes que deveria acompanhar as ações nas Subprefeituras, isto é, “[...] possibilitava aos cidadãos eleitos participar, em todas as Subprefeituras, de um novo espaço para a política e de uma nova arena de disputa” (GARIBE, 2006, p. 27). Segundo esse mesmo autor, o projeto das Subprefeituras propunha rever a estrutura do executivo municipal e pressionar uma transformação da organização da máquina administrativa. A transformação da máquina ocorreria sob quatro dimensões: “autonomia orçamentária e transparência; participação popular; informações sobre o território e, por último e mais importante, a integração de políticas” (GARIBE, 2006, p. 27).

Desse projeto de *descentralização*, destacamos a *participação*, considerada um elemento fundamental para a implantação de uma “gestão democrática da cidade”. Quer dizer, entendia-se que o governo Marta estava iniciando uma abertura do poder público para a *participação* da denominada sociedade civil: era mais um diferencial de peso desse governo.

Todavia, não houve uma participação social efetiva, conforme se propôs. O que houve, sim, foi uma convivência pacífica entre a ação participativa e reivindicativa dentro dos canais de participação, por exemplo, nos Orçamentos Participativos, e a percepção de que os movimentos sociais permaneceram atados à mobilização das redes pessoais, como maneira de acesso ao Estado (TEIXEIRA; TATAGIBA, 2005, p. 73). O ambiente era favorável a dois processos: crer na neutralidade do Estado e a despolitização dos movimentos sociais, já que a participação atendeu à legitimação das políticas públicas.

Em geral, as políticas urbanas pautadas em projetos que pretendem promover a “gestão democrática das cidades” não deixam de ser “[...] respeitosas com as regras do jogo que regulam a esfera macro e micro-econômica e cujo denominador comum firma-se no propósito de atenuar as conseqüências geradas pela dualização social produto da mudança tecnológica-política” (TRAFUL, 2002, p. 103, tradução nossa). Assim, o projeto de “gestão democrática da cidade” tem uma visão possibilista da distribuição da riqueza produzida, apontando para a redução dos efeitos negativos da globalização

neoliberal capitalista, por meio de uma suposta humanização do capital e democratização do Estado, obtidas com a participação social, e princípios de cidadania e solidariedade. A simples redução dos efeitos negativos do neoliberalismo é um aspecto que chega a comparecer até mesmo em uma das vertentes dos que defendem a “cidade-empresa”, a “cidade-global” (o projeto urbano destacado anteriormente). Políticas paliativas, com um discurso de incorporação (ou inclusão) do cidadão somam positivamente para a legitimação de gestões públicas que não escapam ao âmbito do capital.

A visão possibilista da distribuição da riqueza produzida, encontrada nas propostas desta vertente, faz com que elas fiquem “a meio caminho entre o ‘direito à existência’ e a reivindicação de uma justiça social que o cidadão comum deve propor dentro do estado de direito” (TRAFUL, 2002, p. 104, tradução nossa).

A promoção da “gestão democrática da cidade” estaria também fundada na visão de um “capital suicida”.

[...] todas estas alternativas globais, que se oferecem como solução (ou pelo menos que pretendem ter uma orientação progressista); descansam sobre a hipótese de que a sociedade capitalista será superada quando as relações sociais de cooperação e de intercâmbio não mercantis predominem sobre as relações de produção capitalista. Mas este cenário em que o capital se suicida é difícil de acreditar quando se sabe que o limite do capital, ao ser imanente a ele mesmo, pode ser sempre deslocado para frente. (TRAFUL, 2001, p. 104, tradução nossa).

Carlos (2005) questiona até que ponto o projeto de “gestão democrática da cidade” contempla a potencialidade da noção de “direito à cidade”, capaz de fundamentar um pensamento utópico. E, com muita propriedade, aponta que a produção de uma política urbana, mesmo que construída em fóruns de debates com participação popular, como o caso da aprovação do Estatuto da Cidade²⁸ e dos documentos produzidos nas Conferências da Cidade no Brasil,

[...] não se libera da racionalidade do Estado capitalista em suas alianças representadas na democracia representativa. Um exemplo claro desta racionalidade é que no Estatuto da Cidade e nos textos da Conferência da

²⁸ Sobre o Estatuto da Cidade, consultar a obra *Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade*, organizada por Ribeiro e Cardoso (2003). Para uma relação direta sobre a gestão democrática, entendida como cultura política, e o Estatuto da Cidade ver, na mesma obra citada, o texto de Correia (2003).

Cidade, o direito à cidade aparece através da realização da “função social da propriedade” e não da sua negação como fundamento da cidade segregada. (CARLOS, 2005, p. 3, tradução nossa).

A autora advoga ainda que a noção de cidadania, que fundamenta a proposta de “gestão democrática da cidade”, é uma cidadania que “só pode ser realizada dentro do Estado capitalista” (p. 4). Para Carlos, essa proposta tem em suas raízes o objetivo da reprodução da lógica neoliberal. Salienta, então, que esse projeto de uma “gestão democrática da cidade”

[...] surge na atualidade como condição da reprodução capitalista em sua nova etapa de desenvolvimento. É o que mostram, por exemplo, as análises de Annick Osmont [1998] indicando que o conceito de *governancia* – que fundamenta a “gestão democrática” – foi retomado pelo Banco Mundial, no final dos anos 1980, para operacionalizar a construção de um modelo de ação cujo objetivo é permitir o “ajuste” das economias dos países em vias de desenvolvimento às necessidades de expansão do neoliberalismo. Neste sentido, a nova gestão urbana produziria um ambiente propício para a reprodução da lógica neoliberal comandada pelo Banco Mundial. (CARLOS, 2005, p. 4, tradução nossa).

Enfim, acreditamos que, no limite, esse projeto sugere ser possível pensar numa missão civilizadora do capital. Enquanto o projeto da “cidade-global” é um projeto de submissão absoluta ao mercado, aquele que defende uma gestão democrática para a cidade se sustenta na idéia da humanização do mercado, já que ele, segundo essa perspectiva, é inexorável. Na verdade, não se vislumbram mudanças sociais efetivas; ao contrário, corrobora-se a racionalidade do mercado, por meio da propagação de um discurso falacioso de ação radical e, até mesmo, revolucionária, justificada na gestão democrática.

Essa perspectiva tem o potencial de fortalecer a crença na neutralidade do Estado e, ainda, de favorecer a despolitização dos movimentos sociais, pois um dos pontos-chave dessa visão é a aliança/cooperação, a todo custo, entre a sociedade civil e o Estado, por meio da participação social nas gestões do poder público, ou das parcerias com as organizações não-governamentais.

Por fim, podemos concluir que a caracterização que fizemos dos projetos urbanos em disputa pode ser acusada de ter exagerado as diferenças, estabelecido dualismos, desconsiderando continuidades, subestimado contingências e exagerado a

coerência interna de formas sociais; entretanto, ela também ofereceu “uma linha-mestra para a identificação de variações significativas e suas possíveis causas” (WACQUANT, 2005, p. 170).

2.3.3. Nem cidade-global, nem cidade democrática... São Paulo dos últimos anos, uma gestão híbrida reiterando o capital

Os empreendedores urbanos procuram universalizar a idéia da “cidade-global” para garantirem sua hegemonia e sua busca por lucros provindos da produção do espaço urbano, como vimos no item 2.3.1 “*Cidade-empresa*”... A concorrência, fundamentada nos ideais do absolutismo do mercado, é um elemento central para a promoção da “cidade-global”. Todavia, o discurso dos empreendedores da modernização neoliberal-globalizada da cidade é capaz de alterar-se, de incluir novos elementos ou de apropriar-se de discursos e de práticas outras, a fim de que seus interesses sejam logrados e legitimados. A “cidadania”, a participação da sociedade civil na gestão pública e a busca do consenso (paz social) são questões aparentemente opostas aos ideais do novo modelo modernizador, que é completamente descompromissado com as iniquidades que causa. Contudo, por vezes, são problemas que acabam sendo incorporados ao discurso e, em determinadas ações dos que ostentam o mito da “cidade-global”.

Concorrência, empreendedorismo, mas com “cidadania” [sic], como nos ensina o “modelo Barcelona”, expressão maior do projeto urbano da cidade-global, hoje, cuja orientação empresarial do seu planejamento “ganha” um tom de orientação ao cidadão: é o discurso da cidadania²⁹.

O planejamento estratégico aplicado em Barcelona pela primeira vez em 1988, procede, curiosamente, dos EUA, e na Europa, tinha sido testado previamente na Grã Bretanha. Naqueles anos de febre olímpica, Barcelona que buscava um modelo, encontra na costa oeste norte-americana sua inspiração. Em São Francisco, e por iniciativa empresarial, encomendou-se à consultora Andersen Consulting a elaboração de um plano estratégico para relançar a economia. Tenta-se importar aquele êxito, mas para não fracassar no lançamento da consigna “Barcelona, a Califórnia do norte do sul da Europa”, além de sol e bom clima precisa-se de consenso e de paz social, o que requer que diferentemente do modelo

²⁹ Alvarez Leguizamón (2005) examina com profundidade o sistema de discursos sobre as necessidades básicas e a cidadania que, para a autora, “não só reproduz a desigualdade, mas a polariza e estratifica ainda mais” (p. 239).

inicial norte-americano, que poderia ser rotulado como “*business oriented*” [orientado à empresa], o modelo Barcelona de planejamento estratégico se situaria mais próximo de um enfoque “*citizen oriented*” [orientado ao cidadão]. (A-TRES, 2004, p. 4, tradução nossa).

As necessidades do “cidadão-cliente” serão então atendidas com o desenvolvimento da “participação cidadã”, que “se converte em puro gregarismo mercantilista com pretensões de solidariedade sujeitada a partir das distintas redes humanas (como ocorre, por exemplo, com as ONGs que recebem subvenções estatais)” (TRAFUL, 2002, p. 66, tradução nossa).

É a criação de um meio de vida adequado aos imperativos do capital, a socialização capitalista da qual fala Bihr (1998), ou seja, a apropriação da subjetividade social na mercantilização de tudo e de todos. Trafal também comenta sobre o que a mercantilização total tende a fazer com nossa subjetividade:

[...] nossa vida monetarizada se confunde inteiramente com as formas de valorização do capital. Nesse lugar onde nossa vida não nos pertence, o poder nos deixa viver *uma vida*. Uma vida que se sustenta no discurso do óbvio e que transcorre no espaço da cidade-empresa: viva sua vida, seja criativo e faça da sua cidade um modelo sustentável, onde reina a paz, a tolerância e a diversidade. (TRAFUL, 2002, p.101, tradução nossa).

A cidade deve passar por toda uma adaptação técnica, com renovação de infra-estrutura de mobilidade e de telecomunicações, com a construção de espaços seletivos e um conjunto de representações que a converta num espaço atrativo e seguro para os negócios e o consumo.

E como a segurança, para o negócio e o consumo, será garantida? Por meio do consenso social. O consenso, no modelo “neoliberal-global”, surge como princípio e fim. Para que o planejamento estratégico se cumpra, por exemplo, a cidade tem que estar unificada ao redor de um só projeto. É através do consenso, que elimina os conflitos entre as classes sociais, num processo de universalização das idéias da classe hegemônica como “idéias dominantes” transformadas em “interesse geral ilusório” (HARVEY, 2005, p. 81), que se cria o “cidadão-cliente”: empreendedor e co-partícipe³⁰. Dessa forma, o consenso,

³⁰ Rezende e Castor (2006) defendem a idéia do *empreendedorismo participativo* como pressuposto para que cidadãos ou munícipes, prefeitos, secretários e gestores possam, juntos, enfrentar as “mudanças que a sociedade moderna e globalizada exige”.

imposto por meio da idéia de crise social urbana (BORJA; CASTELLS, 2001, p. 166), possibilitará as condições para a interrupção dos conflitos internos, despolitizando os atores sociais urbanos de maneira planejada (VAINER, 2000, p. 91). É a necessidade da paz social para contrapor-se à imagem da *cidade desordenada* que Barbosa (2007, p. 126) compreende como representações banalizadas da “*cidade sem ordem e sem lei*”. Tais representações servem de argumento pseudo-legitimador para as atuais práticas sociais de intervenção e gestão das cidades, que, para atender ao clamor expressado “com maior veemência pelas classes médias urbanas” em prol da lei, ordem e segurança, “recorrem, com insistência, à recuperação dos laços sociais/culturais partidos pela anomia resultante da crise do urbano” (BARBOSA, 2007, p. 126).

Assim, para desconstruir a *cidade desordenada*, impõe-se a paz social (despolitização planejada). Além disso, para, de fato, projetar a cidade de São Paulo, no cenário (mercado) internacional, é necessário construir outra imagem de cidade, de sorte que os expertos já produziram vários outros rótulos supostamente carregados de sentidos positivos, hoje expostos na vitrine mundial: “cidade-global”, *city beautiful*, cidade da inovação, cidade da informação, cidade do empreendimento. Já apontamos anteriormente que a referência dos gestores urbanos brasileiros são as outras cidades-modelos³¹ que teriam exemplos de práticas “bem sucedidas” a oferecer, como a experiência do projeto *Aula São Paulo*, inspirado no projeto espanhol *Aula Barcelona*. Não menos importante é a difusão das agências de cooperação e instituições multilaterais (no caso, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o programa Cities Alliance) e de seus conceitos básicos.

A construção da falaciosa imagem da “cidade-global” fica ainda mais evidente na leitura de Ferreira (2007), que é integralmente incisivo, ao considerar que a metrópole de São Paulo não apresenta nenhum dos atributos típicos listados pelos defensores da teoria para definir a “cidade-global”. Como o autor questiona os próprios argumentos caracterizadores das “cidades-globais”, que se centram nos fluxos econômicos e nas sedes de empresa, faz uma revisão desses atributos e, com base neles, delinea a perspectiva de que não há elementos que indiquem uma “modernização” ou uma

³¹ O “modelo Barcelona”, cujo planejamento de forte orientação empresarial “ganha” um sentido de orientação ao cidadão (o discurso da cidadania), é a grande referência dos últimos anos. Para maiores detalhes sobre o tema, consultar: Capel (2005) e Unió Temporal D’Escribes (2004).

“internacionalização” mais significativa da produção do espaço urbano paulista. Vamos à revisão dos atributos da “cidade-global” de Ferreira:

- a) *Fluxos econômicos e sedes de empresas*: São Paulo não tem um papel minimamente destacado como “nó” articulador dos fluxos globais, porque não aparece entre as 25 cidades com maiores aeroportos do mundo, nem entre as cidades-destino das maiores rotas internacionais de fluxo de telecomunicações; o porto de Santos também não é um dos 25 maiores em volume de *containers*; e não abriga nenhuma sede mundial dentre as maiores empresas do mundo (as 500 maiores empresas “transnacionais” nas 17 maiores cidades mundiais) (FERREIRA, 2007, p. 52-53);
- b) *Declínio do emprego industrial e fortalecimento dos empregos nos serviços*: o aumento do setor informal e a precarização do trabalho é muito mais significativo do que o fenômeno da “substituição” de empregos industriais pelos de serviços, “o que relativiza o argumento da terceirização generalizada do emprego na economia global” (FERREIRA, 2007, p. 56). Ferreira argumenta que, na verdade, “[...] a cidade, como qualquer grande centro urbano, *sempre* teve um perfil majoritariamente terciário e não industrial [...]” (FERREIRA, 2007, p. 56-57);
- c) *Desindustrialização*: o que de fato vem ocorrendo é uma realocização das indústrias na chamada “macrometrópole” paulista, “uma região incluída num raio de 150Km da capital e que engloba os pólos industriais de Campinas, São José dos Campos, Santos e Sorocaba [...] que vêm vivenciando um crescimento industrial com um grau significativo de inovação” (FERREIRA, 2007, p. 62). Ou seja, a cidade não deixou de ser “um grande e dinâmico centro industrial” (FERREIRA, 2007, p. 66);
- d) *Novo “terciário avançado”*: o setor de comércio e serviços mantém uma participação majoritária na economia da metrópole (FERREIRA, 2007, p.66), todavia, a participação das atividades terciárias “de comando”, ou “terciário avançado”, em que pese as dificuldades metodológicas para essa definição, “ainda era, no início do século XXI, também no caso da cidade de São Paulo, relativamente tímida, tanto no que diz respeito ao total de empresas quanto ao volume de emprego que elas geram” (FERREIRA, 2007, p. 71);

- e) *Concentração do “terciário avançado” na região da Marginal Pinheiros*: a pretexto da concentração do “terciário avançado” em uma determinada área da cidade (“nova centralidade”), como um dos “atributos” das cidades-globais, Ferreira destaca que “[...] as atividades do ‘terciário avançado’ *não* se concentram majoritariamente ali. Do total de atividades do ‘terciário avançado’ computadas na cidade, a região específica da Marginal Pinheiros, aquela aclamada pelo mercado, só concentra 1,19% das empresas do setor!” (FERREIRA, 2007, p. 78). “[...] a Avenida Paulista se mantém como grande pólo de atividades do terciário de ponta da cidade, o que ela sempre foi desde muito antes da chamada ‘globalização’ e, [...] mesmo assim nem a Paulista, nem a região da Marginal Pinheiros apresentam uma concentração significativa dessas atividades, cuja característica principal talvez seja uma intensa dispersão por toda a cidade” (FERREIRA, 2007, p. 80).

Em síntese, o autor advoga que a existência de “uma demanda baseada nas ‘novas exigências de espaço e tecnologia por parte de empresas ligas à economia global’ serve como legitimadora dos esforços para se canalizar recursos públicos” (FERREIRA, 2007, p. 221) para a construção de “ilhas globalizadas”, ou seja, “para prover de infra-estrutura os tais terrenos grandes e baratos situados em ‘novas centralidades’; às vezes remotas, porém de enorme potencial de crescimento” (p. 221). O argumento é de que esse processo seria a porta de entrada para o Primeiro Mundo, contudo, ele não passa de um trampolim para uma acelerada valorização fundiária e imobiliária, interessante apenas para esses setores que obterão lucros extraordinários e farão o desenvolvimento geográfico desigual se exacerbar.

Posto isso, ainda cabe considerar que, por outro lado, o projeto de gestão democrática, aqui identificado no governo Marta Suplicy, não foi capaz de promover a inclusão social nem uma efetiva democratização do Estado, por meio da participação. Os Conselhos Municipais e do Orçamento Participativo, que se propunham como canais de abertura do poder público, na verdade funcionaram mais como um ambiente favorável à crença na neutralidade do Estado e à despolitização dos movimentos sociais, pois, como vimos no item anterior, a participação atendeu à legitimação das políticas públicas. Em última instância, esse projeto, ao sugerir a realização de uma missão civilizadora do

capital, de uma humanização do mercado, expõe suas amarras com a produção de um ambiente propício para a reprodução capitalista, em sua nova etapa de desenvolvimento.

Nesse sentido, esse panorama didático nos permite perceber que a gestão de São Paulo, nos últimos anos, apresenta várias facetas que mesclam instrumentos, discursos e ações do projeto de modernização neoliberal-globalizadora e do projeto de “gestão democrática da cidade”, conformando-se em uma gestão que, na verdade, é híbrida. Essa gestão híbrida – com graduações entre ser mais ou menos humanizada, ou social, como preferem outros, mais ou menos democrática, mas cujo cerne não deixa de ser a “utopia da cidade-mercadoria” (HARVEY, 2006) – se dissemina sob diferentes nomenclaturas, que mascaram seu ideal de atender às imposições atuais do capital. Isto é, mais que um antagonismo puro entre a opção por uma cidade-global-neoliberal e uma cidade regida pela gestão democrática, poderíamos delatar a tendência a uma gestão híbrida, cuja base não consegue ir além do estreito âmbito do capital.

É a lógica seletiva e excludente do capital que rege a “utopia da cidade-mercadoria”, fazendo com que as condições e perspectivas de vida dos trabalhadores sejam cada vez mais desiguais, embora o discurso utilizado escamoteie a ampliação das diferenças entre as classes, mediante um uso marqueteiro da participação social no planejamento e gestão urbana.

A gestão híbrida tem, ainda, o efeito de debilitar as múltiplas resistências que surgem como respostas a modelos que mantêm o *status quo* e não permitem realizar transformações sociais capazes de garantir uma sociedade efetivamente mais justa. Esse hibridismo, na gestão urbana, também pode ser “lido” como retrato da indeterminação política de que fala Oliveira (2007b): uma práxis que reitera a ordem do capital, disseminando a fragmentação e a contra-insurgência.

No entanto, há ainda as utopias dos trabalhadores que foram ex-lideranças sindicais, trabalhadoras que foram domésticas a vida inteira, trabalhadores da construção civil, jovens que nunca tiveram um emprego formal nem um passado de militância política. São esses trabalhadores organizados nos movimentos sociais que, em meio à fragmentação, à cooptação, aos diversos conflitos internos, à persistência da luta, revelam a existência de uma complexidade que ainda requer ganhar voz e que, talvez, mais que nos convidar ao pretensioso exercício de seu desvelamento, cumpra o papel de nos colocar a reimaginar o urbano atual. Alguns movimentos sociais assumem iniciativas

conflituosas e até de resistência, as quais podem se configurar como práxis de outros projetos urbanos, os projetos do trabalho, para colocar-se contra os territórios do capital, ou seja, que se confrontem à lógica urbana/social em vigor.

Capítulo 3

OS PROJETOS URBANOS DO TRABALHO A PARTIR DA PRÁXIS DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO

No Capítulo 1, abordamos a luta pela moradia, centrando-nos nas reconfigurações territoriais do trabalho, em São Paulo. Nossa preocupação era explicitar a situação dos trabalhadores organizados nos movimentos de luta pela moradia, demonstrando o processo atual de intensificação da precarização do trabalho e da vida dessas pessoas.

No Capítulo 2, focalizamos as dinâmicas territoriais do capital para implantar o seu projeto de modernização neoliberal-globalizadora da cidade. Pudemos, assim, apontar o “outro lado da moeda”, ou seja, que o rumo que as gestões públicas na cidade de São Paulo têm tomado, nos últimos anos (num contexto nacional cujo governo é reiterativo com a política neoliberal), também contribui para intensificar a precarização estrutural do trabalho e aprofundar o desenvolvimento geográfico desigual. Demonstramos a força do Estado (por meio das ações do poder público) e do capital em direcionar um modelo de cidade/sociedade.

Assim, se, no Capítulo 1, apresentamos as territorialidades da luta pela moradia sob o ponto de vista do trabalho, enquanto, no Capítulo 2, a partir da perspectiva do capital, no presente Capítulo, voltamos a enfatizar o trabalho, agora dando voz aos trabalhadores envolvidos na luta pela moradia.

O objetivo é mergulhar nos discursos dos movimentos populares, atentos tanto para os aspectos objetivos da luta, isto é, suas ações, suas práticas, como para os aspectos subjetivos da luta pela moradia, buscando levantar evidências de como a subjetividade dos trabalhadores sem teto é afetada, seja em seu cotidiano, seja na dimensão da luta. Nesse sentido, um dos nossos instrumentos analíticos centrais, a categoria práxis, concebida ao mesmo tempo como atividade subjetiva e objetiva, nos auxilia nesse caminho.

Nossa problemática então se recoloca com as seguintes questões: Qual é a práxis existente na luta pela moradia popular na metrópole de São Paulo hoje? Atualmente, há em São Paulo um projeto urbano do trabalho contra o capital?

Tendo em conta a complexidade da realidade, mas generalizando na formulação das perguntas, por uma questão didática, nós nos indagamos: a práxis dos movimentos sociais populares de moradia é de confronto e resistência aos projetos do capital? Ela é capaz de, articulando-se com os demais movimentos sociais, contribuir para manter vivo o conflito capital x trabalho, atuando como força de ruptura dessa relação social que submete o trabalhador urbano ao capital, à sua lógica? Em outras palavras, a luta pela moradia representa hoje uma das frentes de oposição ao desenvolvimento desigual do capitalismo?

Ou a práxis dos movimentos populares de moradia está mais próxima da reiteração da hegemonia do capital, a qual degrada as condições gerais de vida (e não apenas do morar) dos trabalhadores? Aprofundando esse debate, perguntamo-nos ainda: há na luta pela moradia uma consciência da própria práxis? Há consciência de classe?

Nessa perspectiva, como ponto de partida deste Capítulo, para debater as experiências de luta dos trabalhadores organizados, apresentaremos o item “*Implicações na organização social: trabalho fragmentado e práxis*”. Na seqüência, no item intitulado “*Iniciativas de resistência: construindo territórios de debates e/ou de combates*”, o objetivo é focar os projetos urbanos do trabalho representativos de experiências que buscam se constituir como iniciativas de resistência, ou seja, que se confrontam à lógica urbana/social em vigor.

3.1. Os movimentos de luta pela moradia na metrópole de São Paulo: a construção dos seus projetos políticos

Há uma efervescência de ações, sobretudo de ocupações de moradias urbanas pelos movimentos sociais nos últimos anos, em São Paulo. E, hoje, são vários os movimentos que reivindicam moradia, nessa metrópole. Citamos alguns dos movimentos sociais, centrais e fóruns envolvidos na luta pela moradia em São Paulo (as centrais e os fóruns quase sempre são estaduais ou nacionais, mas com freqüência promovem ações voltadas para a problemática habitacional da cidade de São Paulo): Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento de Defesa dos Favelados, Movimento de Moradia do Centro, Movimento dos Sem Teto do Centro, Movimento de Moradia da Região Centro, Unificação das Lutas de Cortiços, Fórum dos Cortiços, Fórum Centro Vivo, Fórum de

Moradia e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Movimento Habitacional e Ação Social, Movimento de Moradia da Zona Norte, Movimento Sem Teto do Ipiranga, Movimento e Moradia Terra de Nossa Gente, Movimento Sem Teto pela Reforma Urbana, Movimento de Moradia do Lajeado e Região, Movimento de Moradia Itaquera/ Bonifácio, Frente de Luta por Moradia, Movimento Nacional de Luta em Defesa dos Direitos da População de Rua, Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Estado de São Paulo, Fórum Nacional de Reforma Urbana, União Nacional por Moradia Popular, União dos Movimentos de Moradia do Estado de São Paulo, União dos Movimentos Pró-Moradia do Estado de São Paulo.

Há também várias outras entidades, movimentos sociais de outros setores, centrais de movimentos sociais, associações comunitárias, organizações não governamentais etc., que integram ou apóiam a luta pela moradia em São Paulo, como, por exemplo: as associações de moradores e suas entidades articuladoras (a Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo e a Confederação Nacional das Associações de Moradores), a Central dos Movimentos Populares, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, o Fórum Metropolitano de Educação Social na Rua, a Integração Sem Posse, a Coordenação Nacional de Lutas, o Movimento dos Ambulantes de São Paulo, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, a Associação Rede Rua, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, o Polis – Instituto de Estudos, a Formação e Assessoria em Políticas Sociais, a Pastoral da Moradia, o Centro de Mídia Independente – Coletivo São Paulo, o Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos, o Fórum Metropolitano de Educação Social na Rua, a Extensão Universitária com Movimentos Sociais, o Fórum da Esquerda – Grupo Estudantes de Direito da Universidade de São Paulo, o Habitat International Coalition – HIC, o Habitat para a Humanidade, o Movimento Comunas Urbanas, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Central Única dos Trabalhadores, a Força Sindical, a CGT, além de partidos de esquerda.

É importante enfatizar que não é apenas o setor popular o que se organiza em movimentos sociais; há outros setores bastante plurais, os quais também se mobilizam em torno de seus interesses. Podemos citar, como exemplo, a Associação Viva o Centro – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo, o Movimento Nossa São Paulo.

Não é nosso objetivo fazer aqui uma caracterização e uma diferenciação dos projetos de cada um desses grupos; o que queremos é destacar uma determinada tendência, a qual é completamente oposta à dos movimentos ditos populares, objetos de nossa atenção, neste capítulo. Referimo-nos a grupos como os promotores imobiliários, as instituições

financeiras, os empresários de vários setores (comércio ou serviço), que se articulam com os bancários, os comerciários, os funcionários públicos e os empregados das empresas, organizando-se na tentativa de influir sobre o mercado, a valorização imobiliária e os investimentos públicos de tal maneira que possam impor-se espacialmente. A pluralidade dos participantes com uma proposta também dita plural é o grande trunfo para defender interesses que se autodenominam gerais, mas que são específicos. É o caso da defesa de intervenções urbanas no centro, a qual gira em torno da idéia da produção da face “globalizada” da cidade, da projeção de uma “nova centralidade em São Paulo”, transformando-a em um forte centro econômico e de decisões, além de difusor de uma imagem positiva da metrópole ao empresariado estrangeiro e aos turistas. Como já apontado no Capítulo 2, esse projeto de revalorização do centro não aceita a presença em massa da pobreza (desempregados, ambulantes que congestionam os espaços públicos) e os destitui de qualquer projeto ou possibilidade de escolha.

Voltemos ao nosso foco. Dentre os movimentos de moradia ditos populares da região metropolitana de São Paulo, nosso estudo se centra em três deles:

- Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST);
- Movimento de Moradia do Centro (MMC);
- Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC).

Nossa opção por trabalhar com esses movimentos foi guiada por três motivos: porque eles são representativos na luta pela moradia, com interessantes ações de luta; porque nosso contato com esses movimentos foi muito positivo e nos permitiu uma maior proximidade com os seus militantes, aliás, aspecto fundamental para a pesquisa de campo e para a realização das entrevistas; e porque eles nos ajudaram a perceber diferentes formas de entender e realizar a luta. São movimentos que estão organizando e mobilizando um número crescente de trabalhadores sem teto e efetivando ações com certo impacto no poder público e na mídia. Essas ações tendem a aumentar a visibilidade desses movimentos, justamente porque desafiam e inquietam a ordem posta:

- Com as ocupações, desafiam a lógica perversa de uma propriedade privada fortemente excludente, entrando na disputa por territórios, muitas vezes territórios estratégicos para o poder, pressionando o poder público com suas reivindicações. Nessa direção, podemos citar: 1) a decisão do MTST de ocupar terrenos urbanos (Figura 3) e construir acampamentos bem posicionados estrategicamente: em Guarulhos, perto da Rodovia

Dutra, que liga dois grandes centros econômicos da América Latina (Rio de Janeiro e São Paulo); na região do ABC, onde há uma concentração de trabalhadores fabris e um eixo de circulação de mercadorias da capital para o Porto de Santos e também para importação; na região do corredor oeste, que liga a capital ao interior e aos países do MERCOSUL, com a Rodovia Regis Bittencourt; 2) a ocupação de edifícios na região central da cidade de São Paulo, como, apenas, para citar um exemplo de cada movimento, a ocupação do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado, situado na Rua do Carmo (esquina com a Rua das Flores), por 1.200 pessoas pertencentes à Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) da qual o MMC¹ fazia parte, na oportunidade; e a ocupação de um prédio privado situado na Avenida Prestes Maia, nº 911, por 1.630 pessoas, 468 famílias do MSTC. Esses prédios ocupados estão localizados na região central, área onde o poder público municipal e os grandes empreendedores imobiliários têm outros projetos urbanos reservados à requalificação, à *gentrificação*;

Figura 3 – Acampamento Carlos Lamarca (MTST)



Foto: Fernanda Keiko Ikuta

¹ Sobre a ULC, a qual congregava vários grupos que reivindicavam moradia, tanto na região central como fora dela, e o rompimento do MMC com essa associação, consultar Viégas et al. (2007).

- Com os atos de manifestação pública (Figura 4), os movimentos denunciam e dão visibilidade à situação de precariedade na moradia, a outras condições de existência dos sem teto e muitas vezes, às situações de repressão estatal sofrida, como a violência policial e o despejo determinado por ações judiciais de reintegração de posse;

Figura 4 – Pessoas observando acampamento do MSTC em frente à Prefeitura (2007)



Foto: Fernanda Keiko Ikuta

- Com a formação política, os movimentos avançam na possibilidade da construção de uma identidade coletiva entre seus militantes, na autonomia e no fortalecimento dos seus projetos políticos (Figura 5 e Figura 6).

Figura 5 – Escola Popular Prestes Maia (MSTC)



Foto: Fernanda Keiko Ikuta

Figura 6 – Biblioteca Prestes Maia (MSTC)



Foto: Fernanda Keiko Ikuta

Além desses movimentos de moradia, também iremos fazer alguns apontamentos sobre a Associação Rede Rua, que não é um movimento social, mas uma organização sem fins lucrativos, atuante na área de comunicação alternativa, educacional e da

promoção social para a denominada *população em situação de rua* de São Paulo (moradores de rua ou albergados). A entrevista que realizamos com um dos fundadores da Associação nos possibilita dar algumas “pinceladas” nesse tema, examinando o projeto que essa organização tem direcionado a essa população.

Da mesma maneira, considerando que estudamos a luta pela moradia a partir da perspectiva do conflito capital x trabalho optamos por focar, ainda, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD/SP). Nesse sentido, o MTD, como traz o debate do trabalho de modo direto e central, vem a somar em uma análise que articula a situação dos trabalhadores (empregados, desempregados, parciais, temporários, por conta própria, informais, domiciliares) ao problema da moradia, na metrópole de São Paulo.

A escolha desses movimentos, o trabalho de campo e as entrevistas foram feitas de forma qualitativa; porém, nosso “olhar” para eles também será qualitativo, em busca de apreender quem são, de onde vêm e para onde vão (pensando aqui no direcionamento político) os trabalhadores organizados nesses movimentos.

3.1.1 Caracterização dos movimentos de luta pela moradia

Iniciamos, por conseguinte, fazendo um breve panorama para caracterizar, em linhas gerais, os movimentos de moradia estudados.

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST):

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST, surge em 1997, articulado com (ou por iniciativa) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A atuação do MTST se caracteriza pela ocupação de terrenos urbanos e organização comunitária. O Movimento faz um paralelo da questão urbana com a questão agrária e se organiza contra a especulação imobiliária, tratando de ocupar os “latifúndios” urbanos ociosos e montando seus barracos de lona preta.

O MTST integra a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e a Secretaria Latino-Americana para la Vivienda Popular (SELVIP), além de ser filiado ao Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU).

Esse movimento, que se autodeclara autônomo e sem vínculos partidários – aspecto muito enfatizado nas entrevistas, como veremos a seguir – tem como objetivo central “combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos”².

Sua primeira ação foi a ocupação, por meio de 5.200 famílias, de um terreno urbano em Campinas, denominado Parque Oziel, em homenagem a uma das vítimas do MST na chacina de Eldorado de Carajás (PA): uma clara demonstração pública de sua articulação com o MST ou com as questões por ele reivindicadas. O MTST conseguiu a desapropriação do terreno e as famílias puderam construir suas casas no local. A partir dessa ação, o Movimento começa a atuar em favelas da Região Metropolitana de São Paulo, tais como Guarulhos e Diadema. O Movimento faz outra ocupação em Itapevi e expande sua atuação para o Rio de Janeiro e Nordeste brasileiro. No Nordeste, a presença do MTST é hoje bastante representativa: há vinte e sete comunidades em Recife (PE), duas em Natal (RN) e uma em Aracaju (SE).

Em 2001, uma grande ocupação, de 10 mil pessoas, em Guarulhos (próximo à Rodovia Dutra) – a conhecida ocupação Anita Garibaldi – desencadeia uma expansão da atuação do Movimento para as cidades do entorno metropolitano de São Paulo. Em 2002, ocuparam uma área em Osasco (ocupação Carlos Lamarca) onde atuou uma instituição de atendimento a crianças, fechada após denúncias ao Ministério Público. O imóvel acumulava inadimplência em relação aos impostos pagos desde 1997. Em 2003, o MTST ocupou, com 300 famílias, um terreno da Volkswagen, em São Bernardo do Campo. Tal ação teve uma forte repercussão, pois, em menos de uma semana, mais de quatro mil famílias da região se juntaram às 300 famílias do MTST, que haviam chegado ao local, inicialmente. A repressão e expulsão dos sem teto, na área, foram violentas.

Já em 2005, o Movimento cria a Associação Periferia Ativa, para expandir sua atuação dentro das favelas na região metropolitana de São Paulo.

Hoje, o Movimento incluiu em suas reivindicações a implantação de uma política de desapropriação de terrenos urbanos ociosos, além de mais verbas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) destinadas a uma política de habitação que priorize as famílias de baixa renda.

Movimento de Moradia do Centro (MMC)³:

² Cf. <<http://www.mtst.info>>.

O Movimento de Moradia do Centro surge por volta de 1984, como fruto da mobilização de moradores de cortiços, os quais se engajaram no combate à elevação dos aluguéis, taxas de água, de luz e do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O Movimento nasce de um processo de cisão no interior de outro movimento, a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC). Sua atuação se dá em torno da ocupação de edifícios públicos e privados ociosos, no centro da cidade de São Paulo.

O MMC é filiado à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM), que, por sua vez, integra a União Nacional dos Movimentos de Moradia. O MMC também é um dos movimentos que compõem a Central dos Movimentos Populares (CMP).

O objetivo principal do movimento é “a conquista da cidadania”. Contudo, garantir a moradia nas áreas centrais, usufruindo das características oferecidas por essa centralidade (maior oferta de empregos e acessibilidade aos serviços e infra-estrutura urbana), é a primeira reivindicação, a qual potencia a mobilização popular, como primeira conquista em direção à cidadania e à dignidade. Para o movimento, a luta pela moradia extrapola o sonho da casa própria e requer a continuidade da mobilização, a fim de que as necessidades de emprego, salário digno, saúde, educação, alimentação, transporte e lazer sejam alcançadas.

A primeira ação concreta ocorreu ainda no interior da ULC, em 1997, quando 1.500 famílias ocuparam, por 51 dias, um prédio da Secretaria da Fazenda do Estado, na Rua do Carmo. Hoje, o MMC mudou sua tática de luta e já não faz ocupações de imóveis vazios para fins de moradia dos seus militantes, porém como instrumento de pressão junto ao poder público, para a formulação e cumprimento de políticas públicas habitacionais. Os mutirões para a construção das unidades habitacionais foram igualmente utilizados na origem do Movimento e, na atualidade, são preteridos em relação a outras formas de luta e de programas habitacionais.

Entre as principais ações, citamos:

A ocupação do prédio da Secretaria da Fazenda do Estado, na Rua do Carmo. O prédio estava abandonado há doze anos. Com o despejo da Rua do Carmo, as famílias foram levadas para uma moradia provisória, uma escola na Vila Talarico. Todavia, com o descaso do governo e seu descumprimento às promessas de implantação de projetos habitacionais, as famílias realizaram nova ocupação: de um prédio da Secretaria de Cultura do Estado, situado na Rua do Ouvidor, Centro de São Paulo. Nas duas primeiras ocupações, o

³ Além das informações coletadas em nossas entrevistas, as seguintes fontes também foram empregadas para essa breve caracterização do MMC: Viégas et al. (2007); Benoit (2000); Bloch (2007).

MMC ainda fazia parte da ULC, mas é exatamente nessa segunda ocupação que ocorre a cisão.

Em 1998, os militantes do MMC ocuparam um prédio abandonado pertencente à Caixa Econômica Federal (CEF), na Rua Floriano Peixoto, esquina da Roberto Simonsen. A ocupação durou mais de dois anos e meio, até que sua reivindicação – a inclusão de famílias no Plano de Arrendamento Residencial (PAR) – foi atendida, com a compra e reforma de um prédio na Fernão Sales (com 54 unidades habitacionais) e do edifício Rizkallah Jorge (167 unidades), tradicional construção no Centro de São Paulo.

Em 1999, ocuparam outro prédio ocioso pertencente ao Banco Nacional, localizado na rua Líbero Badaró. As 128 famílias foram despejadas e transferidas para um terreno que pertenceu a uma antiga fábrica, na Avenida Presidente Wilson. As famílias acamparam nesse local, que estava sob posse do poder público, como pagamento de dívidas que o proprietário tinha com o município e com o Estado.

Com o passar do tempo, o movimento foi perdendo o controle daquela moradia. Pelo gigantismo [eram 5 mil metros quadrados de terreno baldio] e pela falta de infra-estrutura, o acampamento começou a ser tomado especialmente por traficantes de droga e de armas, que passaram a acuar cada vez mais os colaboradores que ali moravam e o próprio Movimento. (VIÉGAS et al., 2007, p. 120).

O movimento saiu do acampamento, mas logo o re-ocupou: os traficantes tinham organizado outro movimento, no acampamento, e uma briga entre eles e pessoas que foram visitar seus familiares que ali moravam resultou em um assassinato, o qual tornou insustentável a presença do MMC nesse local. Cabe registrar que o fato levou o principal coordenador do movimento à prisão, “acusado, sem quaisquer evidências consistentes, de ser o mandante do assassinato no acampamento” (VIÉGAS et al., 2007, p. p. 125). Tal coordenador foi solto por um *habeas corpus*, depois de muitas manifestações populares e intervenções de advogados, apesar de ainda se encontrar sob processo e ameaças de nova prisão (VIÉGAS et al., 2007, p. 125).

No final de 1999, pela primeira vez, o movimento ocupa um prédio particular, situado na Rua São Francisco, travessa da Rua Líbero Badaró, centro de São Paulo. A ocupação dura aproximadamente seis meses, até o despejo.

Luiza [militante do MMC] destaca um aspecto perverso da história desse despejo, bastante significativo se pensado em termos do lugar que a população pobre ocupa na perspectiva do poder público e da especulação imobiliária: *“O prédio ficou um tempo fechado, igual ao da Líbero Badaró. E acho que não tem nada ainda funcionando lá, só um guardinha tomando conta. E na parte de baixo, eles puseram um salão de cabeleireiros”* (VIÉGAS et al., 2007, p. 126-127).

Com o intuito de pressionar o governo do Estado, em particular a CDHU, a construir habitações populares, o MMC, junto à ULC e ao MSTC, ocuparam, em 2001, prédios no terreno da FEPASA, no bairro Pari, Centro de São Paulo. As negociações foram conflituosas e boa parte das reivindicações não foi atendida. Ainda em 2001, numa ação também articulada com outros movimentos, o MMC ocupou por um dia um prédio abandonado pertencente ao INSS, na Baixada do Glicério (Vale do Tamanduateí, Centro de São Paulo).

Diversos movimentos de luta pela moradia organizaram para 10 de abril de 2002 uma noite de ocupações pela cidade de São Paulo, na qual o MMC estava incluído. De fato, várias ações foram realizadas por oito movimentos, *na Zona Sul, na Zona Leste, na Zona Oeste e Centro*, sendo o MMC impedido de ocupar. Nos dois locais de concentração, a polícia cercou seus integrantes e impediu, assim, a saída para a ocupação.

O movimento comemorou, igualmente, a construção e inauguração da Vilha 25 de Janeiro; ocupou um terreno do INSS, junto com a ULC, em 2005; vivenciou a reintegração de posse e retirada dos moradores da Rua do Ouvidor, sem o cumprimento da promessa do governo estadual de inclusão das famílias em programas estaduais de habitação. Outras ações do MMC continuam ocorrendo desde aquela época.

Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC):

O Movimento dos Sem Teto do Centro atribui seu surgimento à ocupação de um prédio do INSS, localizado na Avenida Nove de Julho, em 1997. Contudo, sua oficialização ocorre de uma cisão do Fórum de Cortiços, em 2000. O MSTC era filiado à UMM, a qual abandonou, para participar da criação da Frente de Luta por Moradia (FLM). O Movimento articula grupos de base e de associações de moradores, para suas ocupações e seus projetos já conquistados.

A atuação do movimento é voltada para a ocupação de prédios ociosos, públicos ou privados, localizados em bairros centrais ou nas imediações, ou seja, que possuam infra-estrutura e serviços urbanos. As ocupações têm o objetivo de pressionar o poder público, municipal, estadual ou federal, a implementar projetos habitacionais para famílias de baixa renda, em bairros centrais. A obtenção de empréstimos, a compra de edifícios para reforma e transformação em habitação popular são também defendidas pelo movimento. O movimento aponta, em acréscimo, ter como objetivo a formulação de propostas para a moradia popular e, em entrevista, uma coordenadora frisou que, para tanto, conta com a assessoria técnica do Grupo de Assessoria para Ações Sustentáveis de São Paulo (GRÃO).

O engajamento dos militantes em conjunturas eleitorais para apoiar candidatos que avaliam que sejam “efetivamente comprometidos com as causas populares” é incentivado pelo movimento. O MSTC declara que a relação com os partidos políticos é de negociação, quando isso se faz preciso, mas que não há atrelamento a nenhum deles.

Em 2001, o MSTC ocupa as instalações de um hospital na Vila Formosa (zona leste de São Paulo), que estava desativado há dez anos. Várias outras ocupações se seguiram a essa, algumas das quais foram ocupações simultâneas e articuladas com outros movimentos. Dentre elas: a) a ocupação dos antigos Hotéis Danúbio (na Avenida Brigadeiro Luiz Antonio) e Terminus (na Avenida Ipiranga), em 2003; b) também em 2003, o prédio Santa Ignez; c) a ocupação na Avenida Casa Verde; d) o prédio da Caixa Econômica Federal, localizado na Praça Roosevelt, centro de São Paulo, em novembro de 2004, abandonado há dez anos⁴.

É igualmente uma prática do Movimento realizar acampamentos, no centro de São Paulo, para dar visibilidade às suas reivindicações. Como exemplo, podemos citar as duas noites que passaram acampados na Praça da República, antes de ocuparem o edifício Santa Ignez, em 2003; e o acampamento, em 2007, no Viaduto do Chá, quando reivindicavam a desapropriação do edifício ocupado na Avenida Prestes Maia, a transformação de imóveis ocupados em moradias populares e a renovação dos contratos do programa Bolsa Aluguel, que estava suspenso.

O movimento já realizou várias ocupações, mas a do edifício de nº 911 na Avenida Prestes Maia, em frente à Estação da Luz do Metrô, em 2002, é a ação que mais teve

⁴ Há outras ocupações, na Avenida Nove de Julho, na Rua Ana Cintra, na Santa Rosa e em Nova Conquista, sobre as quais não temos informações precisas.

visibilidade. A Ocupação Prestes Maia⁵, como ficou conhecida, obteve repercussão internacional⁶, por parte de pesquisadores, artistas e da mídia, em determinados momentos, sobretudo pela existência de uma biblioteca e um espaço cultural⁷, no local. O prédio, avaliado em R\$ 7 milhões, pela Caixa Econômica Federal, havia ficado ocioso por vinte anos e acumulava dívida de R\$ 5,8 milhões de IPTU⁸. A Prestes Maia foi considerada a maior ocupação da América Latina e a maior ocupação vertical do Brasil, pois foram acomodadas cerca de 2000 pessoas, ou 468 famílias, em 20 andares (de 22) de uma antiga tecelagem. Além da biblioteca, que chamou a atenção pelo número de exemplares – pelo menos 3.500 volumes – e por sua brinquedoteca, os militantes tentaram manter, na ocupação, programas de reciclagem, de educação e de intervenções culturais, como o encontro Arte Contemporânea no MSTC, o qual conquistou o apoio de artistas que, desde então, ficaram conectados ao Movimento.

Ao longo de sua trajetória de ações e lutas, a ocupação Prestes Maia enfrentou várias ordens de despejo: foram pelo menos 29 disputas judiciais e ameaças de reintegração de posse⁹, até que, no dia 15 de junho de 2007, por ordem judicial, o edifício foi desocupado e lacrado, após acordo com o governo municipal.

Existe um projeto de reforma deste prédio, encomendado pela Cohab na Prefeitura anterior, pago com dinheiro público, mas este projeto não é colocado em prática. Este projeto prevê a recuperação estrutural do edifício, a construção de 226 unidades de Habitação Popular e de uma área comunitária que abrigaria atividades culturais e uma Unidade Básica de Saúde (UBS). (A ÚLTIMA assembléia..., 2007).

Quando a desocupação do Prestes Maia ocorreu, eis a promessa para as famílias que ali ocupavam:

Das famílias, 150 serão encaminhadas para apartamentos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) em Itaquera, na Zona Leste. As demais receberão uma ajuda de custo mensal de R\$ 300 para alugar por

⁵ Para imagens sobre a Ocupação Prestes Maia, consultar o *site* <http://www.neoarte.net/saopaulo/prestesmaiainfo.htm>, onde se encontra um significativo ensaio fotográfico. Acesso em: 21 mai. 2008.

⁶ “Nós recebemos muitas visitas aqui, do Canadá, Alemanha, Inglaterra. E trabalhamos com ONGs ligadas a parceiros internacionais”, revela uma militante do movimento, em entrevista, cf.: Breda (2006, p.1).

⁷ Em 2006, na Ocupação Prestes Maia, funcionou uma Sala Especial da 9ª Bienal de Artes Plásticas de Havana, que, nessa edição, abordou as “dinâmicas da cultura urbana”. A ocupação “foi escolhida como espaço expositivo por sua potência política e simbólica”. Fórum Centro Vivo (2006).

⁸ “A Prefeitura, na administração de Martha Suplicy, propôs o pagamento da diferença para desapropriar o edifício. A negociação não foi pra frente porque a Justiça exigiu o depósito do valor integral do prédio: inviável, alegou o poder público” (ZIBORDI, 2007, p. 1).

⁹ Santini, 2007, p. 1.

seis meses um imóvel na região até que a Prefeitura compre, com dinheiro da Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades, um dos prédios indicados pelo MSTC para abrigar os remanescentes. Entre as opções estão edifícios em avenidas como a 9 de Julho, a Duque de Caxias e a Alameda Eduardo Prado, entre outras. Se demorar mais que seis meses, o pagamento do benefício é renovado. (SANTINI, 2007, p. 1).

Associação Rede Rua:

A Associação Rede Rua é uma organização sem fins lucrativos, conveniada com a Prefeitura de São Paulo. A Rede Rua, desde 1980, atua na área da comunicação alternativa, educacional e da promoção social para a denominada *população em situação de rua* de São Paulo (moradores de rua ou albergados). A organização conta hoje com pelo menos cinco projetos:

- o *Rede Rua Comunicação*, que documenta e assessora a comunicação de movimentos, entidades e grupos sociais e populares;
- a *Pousada da Esperança*, que é um albergue, localizado na região de Santo Amaro, o qual oferece abrigo, alimentação e condições de higiene para 120 homens;
- o *Núcleo Santo Dias*, que promove a integração das pessoas encaminhadas pelo serviço social dos albergues, em uma rede projetos sociais para a saída das ruas. O Núcleo, que atende a 80 homens por dia, oferece oficinas e encaminha para cursos de profissionalização;
- o *Refeitório Comunitário* oferece cerca de 500 refeições diárias (entre café da manhã, almoço e jantar). A alimentação é preparada por organizações parceiras e servida no refeitório. Também são desenvolvidas atividades sócio-educativas, como oficinas de artesanato, de comunicação (rádio, cinema, teatro, leitura, filmes), palestras, entre outras. As atividades são acompanhadas por educadores e voluntários;
- e o projeto *Moradia Provisória*, que são duas casas que atendem a 30 homens, em regime de co-gestão. É uma iniciativa para incentivar a autonomia e o protagonismo de pessoas que estão saindo da situação de rua e em condições de trabalhar.

Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD):

O MTD surgiu em 2000, na Grande Porto Alegre, e sua atuação em São Paulo se iniciou em 2001. O Movimento também tem representações na Bahia, no Rio de Janeiro, no Distrito Federal, no Paraná e em Santa Catarina.

Organizar os trabalhadores desempregados, acreditando no seu potencial revolucionário, é o grande objetivo do movimento:

O MTD acredita no potencial revolucionário do trabalhador desempregado, tão negligenciado pela esquerda. O capital precisa dele justamente para pressionar aqueles que estão trabalhando, para dizer: 'se você não quiser este trabalho, existem milhões ali fora querendo'. Quando esses milhões que estão fora negarem esse processo de exploração é que a gente vai fazer diferença", avalia Diva Braga, da coordenação do MTD em Minas Gerais. (BRASIL DE FATO, 2007).

Ao entender o desemprego como uma questão estrutural do capitalismo, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados não é voltado para a busca de emprego, mas para sua produção, à base da auto-gestão e de acordo com suas necessidades.

O Movimento atua realizando ocupações e, a partir delas, organizando acampamentos e assentamentos. O trabalho de base, os chamados núcleos de base nos bairros é outra das metodologias do MTD, no sentido de organizar o trabalho coletivo. A formação política é, ainda, um elemento importante na atuação do Movimento que, por sua vez, se vincula à formação profissional, pois a qualidade e a capacitação técnica possibilitam a aprendizagem da função correspondente ao grupo de trabalho que queiram formar; por exemplo, padeiro, para o grupo de trabalho da padaria, costureira, para o grupo de trabalho da confecção.

Impulsionado pela *Marcha dos Sem*¹⁰, o Movimento surge, ocupando um terreno ao lado da fábrica da GM, em Gravataí/RS. Eram 220 famílias, numa área de 22 hectares, com a proposta de organizar um assentamento urbano de desempregados, numa luta por trabalho e moradia. A localização da ocupação, próxima à GM, assim como a *Marcha dos Sem*, era mais uma forma de protesto contra a proposta do governo estadual de financiar a vinda da Ford para a região metropolitana de Porto Alegre, nos moldes do ocorrido com a da GM, com um financiamento de quase R\$ 300 milhões e a promessa de criação de 3 mil empregos diretos e 10 mil indiretos, o que não se efetivou.

¹⁰ Neste ano, acontece a 13ª edição da *Marcha dos Sem*, que, pela primeira vez, ocorrerá em conjunto com o *Grito dos Excluídos* (DALLE, 2008).

Uma das conquistas do MTD foi a posse e assentamento em quatrocentos hectares de terra, no município de Eldorado do Sul (situado a doze quilômetros de Porto Alegre).

3.1.2. A trajetória dos trabalhadores organizados na luta pela moradia

Depois dessa apresentação, queremos saber quem são os trabalhadores organizados na luta pela moradia, aqui representados pelos militantes entrevistados, ou seja: suas origens, a trajetória ocupacional e de militância. Suas histórias individuais nos permitirão apreender uma parte da dinâmica que corresponde a processos coletivos e suas implicações na formação política dos trabalhadores organizados na luta pela moradia.

Quando perguntamos sobre a origem dos trabalhadores organizados nos movimentos populares de luta pela moradia, um dos nossos entrevistados, um trabalhador que faz parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), afirma que “os que não são do campo, têm parentes que são do campo, ou seja, é filho de quem é do campo” (Entrevistado I – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006). De fato, a maioria dos nossos entrevistados declarou ter origem no campo: quase sempre, se o entrevistado não nasceu, viveu e trabalhou no campo, seus pais o fizeram.

A construção civil foi bastante enfatizada pelos entrevistados como a atividade ocupacional representativa da base dos movimentos de moradia, quer dizer, dos trabalhadores sem teto. Foi predominante a declaração de que grande parte dos trabalhadores sem teto, que compõem a base dos movimentos, trabalha, já trabalhou ou voltará a trabalhar de pedreiro, ajudante de pedreiro ou mestre-de-obras.

Eles são trabalhadores da construção civil. A construção civil é a realidade dos grandes centros urbanos, a maioria da população que se envolve com os movimentos sociais, e mesmo as que não se envolvem, que ocupam os espaços do que a gente chama de periferia urbana, é povo dessa área da construção civil. E muitos dos que são metalúrgicos, [...] sabem trabalhar na construção civil. (Entrevistado I – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Se esses trabalhadores não têm na construção civil sua atividade ocupacional principal, sempre que o desemprego se apresentar (e ele é cada vez mais um “estágio” permanente, na vida do trabalhador), ela será, então, uma das principais “saídas” para a sobrevivência da família. A *camelotagem*, as atividades por conta própria (os “bicos”), também foram muito citadas, e as declarações nos permitem confirmar o que os dados oficiais

apontam (como vimos no Capítulo 1). Isto é, há um aumento vertiginoso dessas atividades, que cada vez mais deixam de ser um “bico” e passam a ser uma ocupação permanente, diante da crescente degradação social que intensifica o desemprego.

Em geral, os entrevistados revelaram não possuir uma sistematização, um registro dos dados dos trabalhadores pertencentes aos respectivos movimentos; somente um deles nos disponibilizou um cadastro dos trabalhadores de uma de suas comunidades. Porém, mesmo sem esses dados registrados, os militantes entrevistados não hesitavam em enfatizar a crescente representatividade da camelotagem e do trabalho informal em geral, no perfil de sua base. Os movimentos que reivindicam moradia no centro indicavam esse fator como justificativa de sua principal luta: a moradia no centro de São Paulo.

Aqui tem gente de todo o país, além dos bolivianos. [...] que trabalham aqui no entorno, no Pari, no Brás. [...] uns 80% trabalham na economia informal, de camelô. E tem bastante desempregado também. Faz um bico aqui, cata uma latinha, tem catador de latinha, catador de papelão... pessoas que sobrevivem de todo o jeito. [...]. As pessoas, quando chegam aqui no Movimento, já estão desempregados [...] já está naquela fase do despejo, já foi despejado, está morando de favor, [ou são] moradores de cortiço. (Entrevistada E – Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

Como frisamos, não temos um levantamento quantitativo dos trabalhadores que compõem a base, a massa dos movimentos que lutam e reivindicam a moradia, ou seja, o universo total do nosso objeto de estudo. O que temos são as declarações dos entrevistados sobre essa base, que segue a tendência apontada pelos dados sobre os trabalhadores em geral, na capital e/ou na Região Metropolitana de São Paulo: desemprego, informalidade, precariedade das relações de trabalho.

De qualquer forma, o que mais nos interessa neste momento é explorar analiticamente a identidade política dos trabalhadores organizados nos movimentos de moradia. Por isso, iremos nos deter na trajetória dos trabalhadores que entrevistamos, procurando perceber a influência que a origem e o percurso ocupacional têm, na formação e militância política deles, e, por sua vez, na práxis dos movimentos a que pertencem.

O Quadro 11 contém informações sobre o percurso ocupacional dos nossos entrevistados e dos seus pais, ou a geração anterior a essa que está na militância, hoje. Podemos apreender que, em geral, temos duas gerações de trabalhadores com percurso ocupacional vinculado às atividades econômicas rurais e urbanas periféricas e menos

dinâmicas, frequentemente sem carteira de trabalho assinada, mesmo que em alguns casos sejam assalariados. Da mesma maneira que lhes faltam outros direitos trabalhistas, muitos também não têm representação sindical e, na maior parte das vezes, não têm militância anterior à do movimento de moradia. São eles: trabalhadores rurais, da construção civil, operários fabris, domésticos, motoristas, balconistas, seguranças, caixas de supermercado, borracheiros, serralheiros, costureiras etc. Vejamos o Quadro abaixo, o qual sintetiza o percurso ocupacional dos nossos entrevistados.

P	Associação Rede Rua	*	Jornalista	Licenciado em filosofia					
Pai P			*						
Mãe P			*						
G	MTD	Movimento estudantil, Pastoral da Juventude, movimento sindical, Partido dos Trabalhadores	Artesã (I)	Recepcionista	Garçonete	Operária fabril			
Pai G			Trabalhador rural						
Mãe G			Trabalhadora rural						
F	MSTC	Sem militância anterior	Costureira (I)						
Pai F			*						
Mãe F			*						

*sem declarações do entrevistado

Obs. Quando os entrevistados iam declarar seu percurso ocupacional, muitas vezes, não incluíam, nessa descrição, os períodos de desemprego dentro da ordem cronológica do seu percurso; por isso optamos por não incluir essa informação no Quadro acima. Mas é válido apontar que a situação de desemprego foi várias vezes citada e é um problema reconhecidamente presente, na vida desses trabalhadores.

O primeiro entrevistado do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Entrevistado I, saiu ainda criança do Nordeste, interior da Paraíba, junto com sua família, todos trabalhadores rurais, na década de 1960. Em São Paulo, seu percurso ocupacional se inicia como ajudante na construção civil, que foi também a atividade exercida pelo pai, ao chegar com a família a São Paulo: “Comecei a trabalhar com 13 anos ajudando meu pai numa construtora; sem receber, porque não podia trabalhar registrado”. Depois trabalhou como entregador de jornal, como operário fabril de uma indústria têxtil e como motorista de caminhão, numa empresa de distribuição de laticínios, mas entre uma atividade e outra, intercaladas pelo desemprego, sempre esteve vinculado à construção civil.

Declarou ter sido sempre um empregado combativo, estando à frente de greves nas empresas em que trabalhou, e que a participação na Igreja Católica e a militância dos seus familiares exerceram influência sobre ele, porém que sua militância e formação política mais intensa se deram, primeiramente, no interior de um grupo de estudos vinculado ao Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (NEP) e, depois, no interior do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Posteriormente, ele passa a atuar no movimento de moradia, o MTST, que nasce vinculado ao MST. Atualmente, ele faz parte da coordenação geral do MTST. É interessante verificar, no seu depoimento, como o debate e a atuação política foram sendo introduzidas na sua vida, em que contexto, tanto individual como coletivo, e quais eram as questões políticas que estavam sendo colocadas, nesse âmbito, e que foram as suas formadoras.

Minha trajetória se diferencia um pouquinho dos demais dos movimentos urbanos, porque antes de eu atuar mais efetivamente com movimento social urbano, passei pelo MST. Participei da direção estadual do MST, participei de grupos de estudo do MST. [...] Isso foi na década de 90.

[...] [Antes] trabalhei entregando jornal, [...] nesse jornal me lembro de ter feito uma greve [...] por causa do atraso do salário [...] isso parece uma coisa simples, mas também contribui para a formação da consciência. E me lembro que também a Igreja [católica], pelo menos o setor progressista da Igreja me ajudou muito. Não só eu, mas também aos meus irmãos. [...]. Mas me lembro que nós, como família, precisávamos pensar em coisas que fossem iniciativas, que se contrapusessem a toda a situação de exploração que estava colocada. Nós passamos por um período, que foi o período do João Batista de Figueiredo, que foi o último presidente da ditadura militar, onde você não tinha nem a carne e a salada pra comer, tinha que comer arroz puro [...] e aí, imagine, sete pessoas [os componentes da família então], [...] sentados na mesa com o pai e a mãe, só arroz no prato de cada um e do lado uma TV ligada e o Batista Figueiredo dando

entrevista para um jornalista, e o jornalista perguntou “O que você faria se você fosse pobre?”, e o Figueiredo respondeu “Ah, eu me enforcava”, com aquela cara de sádico dele. Isso é horrível! [...] então alguma coisa a gente tem que fazer [...], tem que organizar os pobres e esse era um debate que a gente já fazia lá na mesa da casa! Então eu tive esse privilégio [...] de ter aparecido [nessa] família. [...] Eu estudei depois, na família a gente não tinha essa noção de que pra organizar as pessoas, pra fazer luta era preciso dominar alguns conceitos. Inicialmente, construímos um grupo de estudos vinculado ao *13 de Maio*, que é um grupo que dá formação política aqui em São Paulo [...]. Esse grupo de estudos tinha gente de vários segmentos [...]. [E no interior da própria família] um era sindicalista, outro trabalhava na associação de moradores, outro era do movimento estudantil secundarista [e] eu trabalhava com o movimento sem terra. [...] a gente construía um grupo de estudos, mas [...] ao mesmo tempo a gente socializava as experiências, trocava, levantava preocupações diárias que a gente não acompanhava. De tal modo que as nossas preocupações no interior do grupo eram muito mais amplas do que as preocupações categorizadas da moradia, do sindicato ou do movimento secundarista. Era um grupo de estudos que, já pela própria formação, determinava a pauta que fosse mais vinculada ao conceito de classe, ao conceito classista, de luta de classes, de luta mais ampla. O grupo de estudos foi um processo muito importante na minha formação [...] e depois a participação no movimento social. [...] E aí o grupo se torna um grupo de ação também [...]. Então, fomos [ele e o irmão] organizar uma primeira ocupação. Não tinha contato com o MST ainda. [...] [Depois veio a participação no MST] fui “liberado” do MST, eles me mandaram para a cidade. (Entrevistado I – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Na formação política do Entrevistado I, destacamos o debate, travado pelo grupo de estudos de que fez parte, sobre a necessidade de superar a atomização das lutas, direcionando o foco das atenções para a questão de classe e a militância no MST, que é um movimento social cuja práxis política é bastante ampla e combativa. Será que esses princípios políticos percebidos na formação desse militante encontram alguns rebatimentos na práxis do MTST? Essa é uma questão que queremos ter presente, ainda que sem a intenção de transplantar completamente a formação política do militante entrevistado para a práxis do movimento em que atua, pois sabemos que ele não é o movimento em si, mas, ao mesmo tempo, considerando que a práxis do movimento é também formada pela consciência dos que o compõem.

Nosso entrevistado D, pertencente à Comunidade Carlos Lamarca, do mesmo movimento do Entrevistado I, o MTST, é jovem, nasceu e foi criado na zona oeste da capital paulista. De “família pobre, como todo mundo aqui, como a grande maioria da sociedade”, seu pai era da região do Embu e trabalhou como cozinheiro e

técnico de futebol local; hoje faz “bicos” com familiares em loja de bijuteria e bares. Sua mãe veio da Bahia “muito pequena”, é dona de casa e eventualmente faxineira. Esse entrevistado se ocupou em várias atividades, antes de começar a militância no movimento de moradia. Trabalhou como borracheiro, serralheiro, segurança, vendedor numa agência de turismo, operador de *telemarketing*, na distribuição de água mineral, em lava-rápido, em decorações de festas. Fez vários cursos profissionalizantes e vivenciou o desemprego, várias vezes.

Não teve prévia militância política e sua formação se deu já no interior do MTST, sendo que faz questão de enfatizar que sua visão de mundo anterior foi fortemente influenciada pela vivência coletiva com os demais companheiros:

Não [tive militância política anterior], muito pelo contrário, antes de eu entrar no movimento, eu tinha a visão de muitos, que não conhecem nenhum movimento, têm até hoje: que é a visão que a mídia passa. [...] a minha opinião na época, inclusive do MST [...], é que era um bando de vagabundos [...] visão totalmente capitalista, totalmente burguesa. [...] vim quebrar isso através de conscientização política [...] pude mostrar para a minha família que sou mais feliz agora, não sou mais um número na sociedade. (Entrevistado D – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Ele diferencia a militância no movimento social e sua relação mais estreita com a base, com respeito a outros tipos de militância, e a valoriza por isso:

A melhor militância para uma pessoa aprender socialmente, aprender a luta digna, a verdadeira luta social, não é a militância partidária, militância sindical; dependendo da militância, é muito limitada, então a melhor militância mesmo é dentro do movimento social, você tendo o contato com as favelas, com as famílias que sofrem na pele, no seu dia-a-dia, preconceito, privações de muitas coisas, de alimentação, de ensino, das estruturas que o governo tem obrigação de oferecer e não cumpre o seu papel. (Entrevistado D – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Já a entrevistada B, do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), foi trabalhadora rural, doméstica, diarista, trabalhou em um supermercado (serviços gerais). Ela não teve militância política anterior à do MSTC, no qual se iniciou, organizando grupo de mulheres e do qual faz parte, hoje, na coordenação geral. Envolveu-se com o Movimento egressa de uma situação de rua, de cortiço, de fome, ou seja, vinda de uma situação-limite.

A entrevistada E, também do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), originária do Maranhão, onde trabalhava no campo, como toda a família. Veio para a cidade de São Paulo, em 1977, com 19 anos, seguindo as irmãs, prima e outros parentes, para “construir a [...] vida” na capital do emprego. Chegando lá, foi trabalhar de balconista, depois de caixa de supermercado, em seguida de doméstica. Ela não militou antes de entrar no MSTC, onde é coordenadora de um grupo de base, isto é, coordenadora de um dos grupos de uma ocupação de um prédio no Centro.

O entrevistado A é filho de trabalhadores rurais nordestinos. Começou sua militância no movimento estudantil e no sindicato dos trabalhadores rurais, junto com o pai. Algum tempo depois de ser preso devido à militância política no Nordeste (que, segundo o entrevistado, pressupõe também certa experiência na resistência contra a Ditadura), mudou-se para a cidade de São Paulo, em 1974. Na metrópole, inicia um percurso ocupacional bastante diverso e intercalado com momentos de desemprego. A militância se amplia e começa a atuar no movimento sindical: “Eu fui dirigente sindical, dirigente da CUT... eu fui dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Curtimento de Couro e Pele de São Paulo” e dirigente partidário. Em síntese, começa seu percurso ocupacional na construção civil, trabalha de ajudante geral em uma editora, depois vai trabalhar em uma fábrica de vidros, onde principia sua militância sindical e, em seguida, partidária (no Partido dos Trabalhadores). Mais uma vez, muda-se, agora para o Rio de Janeiro, onde segue a militância partidária. De volta a São Paulo, ocupa-se novamente na construção civil e inicia sua militância no movimento de moradia. Hoje, além de atuar no Movimento de Moradia do Centro (MMC), faz parte da Central dos Movimentos Populares (CMP), do Fórum Centro Vivo e do Partido dos Trabalhadores. Sua militância no MMC nasce de sua própria vivência em cortiços, no centro.

A entrevistada G, do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), é natural de Canela (RS), filha de pequenos produtores rurais. Aos treze anos, saiu de casa e foi morar em Gramado, porque queria estudar. Durante todo o período em que esteve estudando, militou nos grêmios estudantis. Estudou até o segundo grau e fez também um curso de técnico em contabilidade: “Nunca fui [contabilista], fui estudar lá porque lá eles empregavam melhor e eu ficava desempregada de tempo em tempo: uma parte por causa da militância e outra parte porque eu era muito desbocada, não dava bola para os patrões”.

Estudava à noite e vendia artesanato, durante o dia. Dedicou-se ao artesanato por muito tempo, mesmo intercalando depois com outras atividades.

Daí peguei gosto pelo artesanato, fui artesã, fui recepcionista [...] aprendi a fazer escultura em madeira, fiz um curso da falecida Elizabete Rosenfield, criadora do Kikito de Gramado [...] e aí eu aprendi a criar pequenas peças de escultura, quadros. Aprendi a fazer macramê, pintura [...] aprendi a fazer cerâmica [...]. Trabalhei um tempão com artesanato. Eu trabalhava de recepcionista em um turno e no outro turno eu fazia peças no artesanato. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Passou a trabalhar em período integral numa malharia, posteriormente num hotel, como garçomete e, depois de fazer curso, como recepcionista.

Do movimento estudantil foi participar na Pastoral da Juventude. Em seguida, como operária numa fábrica de calçados, milita na CUT e no sindicato da categoria. Em um momento posterior, deixa o sindicato e passa a militar no Partido dos Trabalhadores e em um movimento de moradia local. Deixa a militância no movimento de moradia, quando se começa a organizar o MTD. A entrevistada nos conta, em detalhes, essa trajetória:

Lá no Vale dos Sinos, no primeiro momento, eu fiquei grávida, aí não trabalhei, um ano e pouco, [...] aí fui pedir trabalho e só consegui em fábrica [...] de calçados. [...] empresa grande, 1.500 funcionários. Nessa fábrica, quando estava lá há um ano, eu fui procurada pela organização da CUT pra eu ajudar numa posição sindical. [...] Quando eu entrei nessa fábrica, eu parei um pouco essa militância, parei também porque me pararam [...] a gente tinha todo um trabalho de base e estava avançando muito no Vale dos Sinos e eles trocaram o bispo e demitiram todos os coordenadores regionais e abafaram o trabalho da Pastoral, porque nós tínhamos nos declarado politicamente a favor do Partido dos Trabalhadores. Então, eu comecei a ajudar a organizar [...] e no fim eu acabei ajudando a organizar toda a chapa [...]. Fiz parte do sindicato, Sindicato dos Trabalhadores em Calçados. [...] Tive mais um dos meus filhos [o terceiro]. [...] Nós tivemos um problema na nossa direção sindical, ela se *pelegou*, se vendeu [...] eu não entrei na nova diretoria [sindical], porque eu estava sendo reprimida pelos patrões, eu não tinha muita alternativa, era muita pressão, acabei ficando doente, porque a quantidade de carga era muito forte, eu tinha 29, 30 anos. [...] Eu saí e passei a militar só no PT e no movimento de moradia [...]. [...] Ajudei a criar o PT no município e fui secretária-geral em dois mandatos e secretária de formação [...]. Também meu ex-marido militava no movimento de moradia; todo esse tempo que eu militei no movimento sindical, ele era do movimento de moradia, participou de várias ocupações... começamos a ser assentados. Essa participação no movimento de moradia foi até quando começamos a criar o MTD. (Entrevistada G,

Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Desempregada devido à militância sindical, ocupa-se em atividade informal, como vendedora ambulante, sem deixar de se envolver com a militância partidária e no movimento de moradia. Uma marcha organizada por vários movimentos sociais e outras entidades, denominada *Marcha dos Sem* (sem terra, sem moradia, sem trabalho etc.), impulsiona a criação do MTD, da qual a entrevistada faz parte:

Dentro do MTD, eu organizava o setor de educação, do início, porque ele era separado do setor de formação. Eu comecei ajudando na própria formação da coordenação. [...] Eu vim da direção do Rio Grande do Sul, aqui eu sou coordenadora nacional e aqui eu desenvolvo um papel político de coordenação. Eu tenho o núcleo do Robru, que é um [...] de minha organicidade e outro núcleo do Rio Pequeno é o que eu acompanho. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Com o MTD já atuando, ela é assentada. Com a consolidação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados é que assume, junto a outros militantes, a organização do MTD, em São Paulo.

Daí quando fui pra rua, da fábrica, comecei a vender na rua, porque meu ex-marido não conseguia mais trabalho também. Ele também era militante, ele foi trabalhador de fábrica e também foi despedido por causa das greves. E nós podíamos pedir trabalho onde nós quiséssemos, a fábrica era maior e nós não conseguíamos trabalho. Aí a gente começou a vender produto na rua e continuamos militando [...] no movimento de moradia até criar o MTD, nesse processo que eu te falei, teve a Marcha dos Sem... Daí fui morar em Gravataí, assentada no Assentamento Bel Monte, assentamento do MTD. [...] foi feita uma discussão [sobre a ida da entrevistada para SP] e eu aceitei [...] (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Ela nos conta como a história da sua militância está imbricada com a história de formação do MTD. O desemprego, a iniciativa de construção de uma cooperativa de trabalho, as idéias vindas da Consulta Popular fazem parte desse contexto; e nos informa sobre o processo de formação do Movimento dos Desempregados: as questões que moveram a sua formação, as primeiras propostas que giraram em torno do acampamento urbano e do trabalho de base, nos bairros.

Eu entrei no MTD a partir de uma experiência que nós estávamos tendo, de discutir a questão do desemprego. Na minha vida pessoal, a gente estava tentando montar uma cooperativa de trabalho, que seria onde tem a agroindústria, onde o meu ex-marido trabalha hoje. Eu, já no início dos anos 80, nós tivemos a experiência de um ano de cooperativa, ficamos um ano construindo a cooperativa só de trabalhadores, 24 trabalhadores [...]. Essa cooperativa surgiu de uma discussão da Cáritas, de grupos alternativos [...]. A idéia que nós tínhamos dela era organizar trabalhadores militantes, daí nós tivemos essa experiência nessa época e depois voltamos a tentar ela de novo. Aquela luta dos “sem” [...], passou um povo a fazer reuniões no sindicato. Teve uma reunião ampla, que discutia sobre a questão do projeto popular para o Brasil [...] aquela conjuntura que a Consulta Popular colocava. Foi em [19]98: o Brasil estava em crise [...]. A partir dali, como encaminhamento, saiu para organizar grupo de trabalhadores nos bairros e fazer uma pesquisa, que é a tal de Consulta Popular.

Aí eu comecei a organizar um grupo de trabalhadores e fazer essa discussão e perguntar “Que Brasil queremos?. O Brasil está ruim! Por quê? Porque nós não trabalhamos? Nós não trabalhamos porque não queremos ou é alguém que não nos dá trabalho?” E, diante desses núcleos todos, de tempo em tempo nós nos reuníamos, e em setembro nós tivemos uma reunião mais ampla sobre a formação e sobre esse processo dos trabalhadores: por que desemprego? [...] Por que as organizações urbanas não são revolucionárias? Por que a gente não avança muito? Por que o sindicato não consegue organizar os desempregados e por que não avançamos nisso? E por que a Pastoral não está conseguindo também? Então, fizemos toda uma reflexão: e por que isso, e por que aquilo? E decidimos organizar desempregados, formar núcleos de desempregados, nas vilas. Com toda essa discussão, nós voltamos a conversar com os desempregados de novo e querendo criar proposta, como é que a gente faria para avançar na luta [...]. Daí nós decidimos denunciar o desemprego e fizemos uma vigília [...]. No final do ano, saiu essa proposta do acampamento urbano e minimamente já alguma coisa das frentes emergenciais. [...] e fomos pensar como seria o acampamento [...] a nucleação era voltada para as experiências do movimento camponês. [...] Daí começamos a fazer os trabalhos de base nos bairros [...] (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Se fizermos uma síntese sobre a militância anterior dos nossos entrevistados, percebemos, em primeiro lugar, que, dentre os trabalhadores organizados na luta pela moradia, há pelo menos duas gerações. Há militantes e lideranças de uma primeira geração, que viveram a experiência da organização estudantil (em seu auge), sindical e, em alguns casos, também partidária.

Há, entre nossos entrevistados, alguns trabalhadores que foram operários da construção civil, operários fabris, e experienciaram a luta sindical com intensidade. Nesses casos, a militância estudantil, partidária e o chão da fábrica foram seus formadores, propiciando alguma herança do sindicalismo dos anos 1980 na

formação política deles. Foram nesses espaços que esses trabalhadores construíram sua identidade classista. Essa experiência e formação foram trazidas para a luta pela moradia e se mesclam com a vivência da geração mais jovem, que, em geral, não teve uma militância anterior e, portanto, está se formando politicamente, no interior do movimento de luta pela moradia.

Nesse sentido, concluímos que os movimentos de luta pela moradia de hoje, incluindo esses por nós estudados, resultam dessa mistura de gerações e formação política e, por isso, estão se constituindo como uma experiência política completamente nova, com novos parâmetros, merecedora de novos olhares baseados, de modo semelhante, em novos parâmetros de análise, capazes de apreender toda a complexidade que as envolve.

3.1.3. O problema e a luta pela moradia sob o ponto de vista dos militantes

Como os militantes entrevistados pensam a questão da moradia, como caracterizam os movimentos a que pertencem e quais aspectos políticos mais valorizam, nos projetos dos movimentos? Essas são as questões centrais sobre as quais queremos refletir, neste subitem. Ao mesmo tempo em que a intenção de pensar sobre essas indagações nos permitirá adentrar na subjetividade desses trabalhadores organizados na luta pela moradia, poderemos ainda aprofundar nossa apreensão sobre a objetividade de cada movimento social em apreço, já que os entrevistados vão nos relatando tanto os projetos dos movimentos, como também as experiências e ações concretas das entidades a que pertencem.

Assim, no presente subitem, iremos expor a leitura dos militantes entrevistados sobre as linhas gerais que caracterizam os movimentos, enquanto, no subitem posterior, aprofundaremos as questões sobre classe, articulação/fragmentação das lutas, relação com o Estado e as políticas públicas, dificuldades, contradições, perspectivas e desafios da luta, na atualidade.

O Entrevistado I sintetiza o projeto político do MTST, argumentando que: 1) os movimentos sociais precisam ter autonomia; ele ressalta a relação com o Estado: “Eu acho que o MTST tende a uma relação de pressão [...] sobre o Estado e não integração nos moldes como as integrações que foram feitas pelos Movimentos anteriores”, questionando os dados oficiais, a importância de se ter dados confiáveis

para a formulação de suas propostas. “Não vou submeter meus dados a uma pesquisa eleitoral de amostra de domicílios. Eu vou pegar os dados de que eu necessito para pensar junto com a categoria que faz luta junto comigo, pra construir algo novo, para analisar o problema do jeito que ele é, realmente”; 2) a produção de unidades habitacionais via mercado, com seus altos preços e a predominância da utilização das empreiteiras pelas políticas públicas habitacionais, não é capaz de solucionar a questão da moradia, portanto, é importante pressionar o Estado e incomodar o capital:

[...] porque aqui [na cidade] é que está toda a estrutura de produção, estão os bancos, estão os burgueses, é daqui que sai a maior massa de recursos que sustenta os grandes capitalistas. Se a gente conseguisse atingir com precisão essa burguesia, esse capital urbano, a gente estaria acertando o coração do capitalismo. (Entrevistado I – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

O MTST se propõe ainda atuar junto à comunidade, “organizar o povo, produzir consciência, [...] fazer a luta”. Como? Segundo nosso entrevistado, “[construindo] formas de relações para que a gente possa produzir identidades coletivas e projetos políticos. [...]. O Movimento está criando núcleos nos bairros”. Esse trabalho do MTST está sendo chamado por eles de *Periferia Ativa*. Os núcleos foram criados para realizar: *pesquisa comunitária*, que é um levantamento das necessidades das comunidades; atendimento das necessidades levantadas (creches, unidades de saúde, impedimento de despejos, criação de hortas etc.), até que possam solucionar a questão da unidade habitacional reivindicada; e formação política das comunidades. No entendimento do entrevistado, com essa pretendida formação política nos bairros periféricos, o Movimento está partindo “de [uma] estratégia de construção do poder popular através do território”.

O que está por trás do conflito é uma luta de classes, brutal. Não tem casa, não tem terra na cidade; e a concentração, o interesse em concentrar, em acumular capital no território urbano? É que o Estado vai cumprir o papel dele de empurrar os lutadores sociais. Pra incomodar o capital [...] é preciso partir do território. Por quê? Porque a fábrica já não está mais conseguindo incomodar o capital. [...]. [Em] 2001, a gente já estava com essa consciência [...]. Quando você parte da estratégia de construção do poder popular através do território, você pode ser parte fundamental da estratégia política. Você pode travar a circulação! [...]. Chegamos à conclusão de que tínhamos que fazer ocupações bem posicionadas estrategicamente: uma em Guarulhos, perto da Rodovia Dutra, que liga os dois maiores centros econômicos da América Latina – Rio de Janeiro e São Paulo; uma outra na região do ABC, que é ali onde tem uma classe operária e tem um eixo de circulação de mercadoria que sai da capital e vai para o

Porto de Santos [...] e de importação também [...]; e outro na região do corredor oeste, que liga a capital ao interior e ao MERCOSUL também, que é a [Rodovia] Regis Bittencourt. Então, entramos nessa lógica: isso vai fazer a gente incomodar! [...] E foi isso que nós fizemos. (Entrevistado I – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

O entrevistado D faz parte da coordenação regional do MTST do oeste de São Paulo e, ao expor o projeto político do Movimento, destacou elementos comuns aos apresentados por seu companheiro, o Entrevistado I, que é coordenador geral. Ambos apontaram a importância da autonomia do Movimento, afirmando que “o MTST é um Movimento autônomo, não tem vínculo com nenhuma empresa, com nenhum partido, com nenhuma instituição governamental”; criticaram as políticas públicas de produção de moradias, dizendo que “grande parte das pessoas aqui do acampamento são provas de que o processo do CDHU é um processo bem excludente [...] a gente vê que é um processo totalmente equivocado, que não atende as necessidades do trabalhador, das famílias de baixa renda”; e ressaltaram a atuação do movimento junto à comunidade, via criação de núcleos nos bairros:

O MTST não atua só com ocupação de terras. Tem um grupo de pessoas que também fazem parte da coordenação regional do Movimento, e alguns da coordenação estadual do Movimento e fazem parte da Periferia Ativa, que é um grupo que foi montado pelo Movimento pra estar atuando já nas favelas, nas comunidades já construídas. É para estar levando a possibilidade, uma alternativa de luta para essas famílias. Porque eles já têm a casa, mas não têm saneamento básico, muitos não têm pavimentação, não têm luz elétrica, água regularizada. (Entrevistado D – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

O destaque dos mesmos elementos pelos entrevistados sinaliza uma coerência do projeto político do Movimento.

Há trechos da entrevista com esse coordenador regional que revelam a identidade do Movimento: quem é a sua base (são trabalhadores desempregados), o seu vínculo com as questões do mundo do trabalho e a relação dessa identidade (ser trabalhador excluído e, por isso, organizado no Movimento) com a reafirmação da importância da organização social, da necessidade de consciência da mobilização dos trabalhadores em geral:

Conseguimos provar que *o MTST é um Movimento organizado, de trabalhadores* que são excluídos da sociedade, que não têm a oportunidade de exercer a sua profissão, porque (eu mesmo tenho cinco profissões comprovadas com certificado e não consigo emprego) [...] é um jogo de interesses tão grande no meio do mercado de trabalho, de um modo geral, que, se você tem o tempo de experiência necessária, você não tem o grau de escolaridade exigida, e se você tem o grau de escolaridade exigido pelas empresas, você não tem o tempo de experiência que eles querem. [...] não dá pra entender o que eles querem [...] É onde entra o mercado informal, que o governo quer acabar [...] mas também não dá subsídios para que esse mercado informal se torne formal. [...] então temos conseguido mostrar para a sociedade o que realmente é o Movimento, através de atos pacíficos, através de atividades, de ações concretas do Movimento [...] e também mostrar para a sociedade que, *se a própria sociedade não se organizar, não se mobilizar, não descruzar os braços, nada vai mudar!* (Entrevistado D – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Passemos para outro contexto da luta pela moradia: o que agrega a disputa territorial pelo Centro como mais um elemento a ser reivindicado. A questão é abordada pelo entrevistado A, do Movimento de Moradia do Centro (MMC). Este defende que os trabalhadores devem morar no Centro, porque acredita em custos-benefícios favoráveis a todos.

O surgimento do Movimento explica como a reivindicação da moradia no centro foi sendo formulada.

Quando a Erundina assumiu a Prefeitura de São Paulo, essa luta de combate contra as altas taxas... a gente teve algumas conquistas. Com essas conquistas que a gente teve, os caras começaram a aumentar os aluguéis. Os aluguéis não eram altos, mas também não eram baixos. [...]. A gente começou a perceber que tinha que travar uma luta pela casa, na região central. Tivemos algumas dificuldades, mesmo no governo da Luiza Erundina. Porque a percepção dos arquitetos desse país é que pobre tem que morar na periferia. O centro é filé-mignon para quem tem poder aquisitivo. E nós dizíamos que não, que não queríamos morar na periferia, não! Fizemos a ocupação [...] da Secretaria da Habitação, no governo da Erundina. Com essa ocupação, saíram “x” unidades.

[...] [a partir de experiências vistas na Argentina] por aí, vimos que é possível morar no centro, com dignidade, sem pagar altas taxas e é possível reformar prédios velhos para morar. (Entrevistado A – Movimento de Moradia do Centro, entrevista à autora, 2007).

O entrevistado enfatiza, então, como entende a disputa territorial pelo centro:

São dois projetos [...]: o projeto da burguesia é de limpar o centro da cidade, de deixar uma cidade bonita pra supervalorizar os imóveis ociosos. E nós, proletariado, o nosso projeto é permanecer no centro, morando com dignidade.

[...] tem gente dos governos, mesmo de esquerda, que acha que esse projeto de morar no centro é abuso dos encortiçados [...] que o centro tem que ser reservado para altos negócios. Mas para nós não tem problema, podem fazer altos negócios, mas nós vamos continuar morando no centro! (Entrevistado A – Movimento de Moradia do Centro, entrevista à autora, 2007).

E explica por que defende a permanência no centro. Trata-se de uma defesa sustentada nas *vantagens comparativas* entre o morar no centro e na periferia, que, segundo o militante, abrangem a todos. Para o entrevistado, morar no centro é bom, para melhorar e aumentar a produtividade do trabalhador; morar no centro é bom, para a qualidade de vida (proximidade com os serviços de saúde); morar no centro é bom, porque se pode aproveitar a infra-estrutura e os serviços urbanos já existentes ali e não existentes na periferia. Em suas palavras:

O centro da cidade tem que ser realmente um ponto de encontro de moradores, moradoras que ali já moram. Aí a contradição está em que, ao longo da construção dos centros urbanos, ninguém fez esse investimento já contando que quem mora no centro ou quem deva morar no centro sejam as pessoas com dinheiro. *Tem que morar todas as classes; tanto a dominante quanto a proletária!* Porque ela, enquanto classe, produz as riquezas e as belezas [...] então por que você, ao invés de pôr essa pessoa para morar no centro, para que ela chegue no trabalho todo dia bem mais descansada do que aquela que mora lá no fundão da zona sul, de Capão Redondo [exemplo]: você vem e volta todos os dias lá de Capão Redondo, eu venho de cinco minutos de distância... quem dos dois tem *mais condições de produzir*, quem dos dois está mais propício a *produzir com maior qualidade e até mesmo, se for discutir a questão da quantidade, produzir maior quantidade?* Logicamente, quem está morando no centro! [...] *morar no centro é qualidade de vida!* Se você mora no centro e trabalha fora, você ainda ganha, porque os ganhos que você tem... adoce um parente seu ou você mesmo, se você precisa sair de casa para um posto médico, a vantagem é bem maior do que quem está lá no Capão Redondo [...] os médicos dizem “Se você tivesse chegado cinco minutos antes, não tinha morrido!” [...] outra coisa, *o centro à noite é um total deserto, e aí tem um total deserto com água, luz e as condições mínimas para uma pessoa viver está lá abandonada.* Por que eu defendo que se reformem os prédios do centro para a população morar? Porque se vai ter uma série de economias [...], porque você, indo morar na periferia, você vai ter gastos. Imagina você indo morar lá no fundo do Capão Redondo, lá não tem água, não tem esgoto, não tem escola, não tem luz. Pra levar tudo isso pra lá,

quanto você vai gastar? Aí você pega um prédio aqui no centro e reforma ou derruba e constrói, num primeiro momento, aparentemente, ele vai ficar mais caro, mas ao longo de dez ou quinze anos, esse prédio vai ficar bem mais barato do que a moradia que você colocou lá na periferia da periferia [...] o que eu não entendo é que, quando você discute isso, uma gama de técnicos diz que a cidade já não tem mais condições... não é verdade! Na verdade, logo na construção, sai mais caro construir na periferia. Porque para construir na periferia você vai ter que levar todo o material para lá. E o custo desse transporte está embutido nos preços. (Entrevistado A – Movimento de Moradia do Centro, entrevista à autora, 2007).

Ao se abordar o problema da moradia como um todo, vários aspectos são considerados: a idéia da compra da casa, referendada pelo Entrevistado à base do pagamento proporcional ao salário; a reivindicação do conjunto das condições de existência e não apenas da casa em si; e o discurso estatal sobre o gasto público para atender a todas essas demandas.

Se eu posso pagar altas taxas de aluguel e outras coisas mais, porque eu não posso pagar uma prestação da casa? Eu posso pagar uma prestação da casa. Agora, você não pode ter prestações fora do controle dos trabalhadores. Você tem que ter prestações dentro das condições de cada um [...] se você ganha 10 e eu ganho 15, você vai pagar sobre 10, eu vou pagar sobre 15.

Agora, pra mim, a casa não são quatro paredes [...] eu reivindico a casa além das quatro paredes: a casa tem que ter saúde, educação, creche, áreas livres para lazer, mas, antes de tudo isso, tem que ter um homem e uma mulher com trabalho digno. Se você não tiver salário digno, você não tem como ter uma casa. E as pessoas ficam brigando por casa, por casa, pensando na casa [...]. Se você não tem trabalho com um salário digno, vai chegar uma hora que você não pode pagar sua casa, e aí? O que você vai fazer? Você vai vender essa casinha?

[...] E quando você faz o debate da casa além das quatro paredes, aí você encontra mil barreiras. As maiores dificuldades dos governos de investir estão exatamente aí, porque vai ficar mais caro, aparentemente vai ficar mais caro. (Entrevistado A – Movimento de Moradia do Centro, entrevista à autora, 2007).

O militante delata o “descaso” da atual administração pública em “sentar-se” com o movimento, enfatizando seu direcionamento para a expulsão dos trabalhadores sem teto do centro: “A gente tentou no governo Serra, mas não fomos recebidos por ele. Fomos recebidos uma vez pelo Secretário da Habitação do governo Serra. Hoje, o projeto da Prefeitura é jogar o encortiçado, o favelado, o mendigo, os camelôs na periferia da periferia”.

Como o militante do MMC entrevistado sempre teve também uma militância partidária, isso lhe trouxe certa facilidade de acesso ao poder público, quando este esteve sob governos provindos de partidos de esquerda: o governo de Luiza Erundina (1989-1992) e o governo de Marta Suplicy (2001-2004). Ele próprio avalia essa facilidade criticamente, porque mostra sua faceta restrita a uma relação personalizada e “direcionada por questões pontuais”, ou seja, atomizadas, mesmo quando se trata de governos de esquerda.

Como o MMC é um movimento pequeno e do centro da cidade de São Paulo, a relação dele mais direta é com o município e o Estado. Então é uma relação muito ambígua, porque tem se dado de forma muito pontual, mesmo dentro do governo do Partido dos Trabalhadores, quando Marta Suplicy e Erundina estavam governando [...] essa relação tem se dado mais direcionada por questões pontuais e não uma política global, principalmente no governo da Erundina e no governo da Marta, não só por conta da relação nossa com o governo e o Secretário da Habitação, Paulo Teixeira, ter certa proximidade ao movimento, aí a gente tinha uma proximidade, um debate mais profundo sobre a questão urbana, da política direcionada para o município.

O Movimento, enquanto Movimento de moradia do centro, tem dificuldade de ter relação com os governos, porque, mesmo com os governos do Partido dos Trabalhadores, tem tido uma relação de pessoas e não de instituição: “Fulano é meu amigo”, aí se torna mais fácil você se aproximar. E isso é ruim, porque é preciso ter uma política direcionada para a sociedade e não para as pessoas [...] Isso não contribui muito para a construção de uma política global, onde todos os setores da sociedade estejam contemplados.

[...] Falando do Estado de São Paulo, nós estamos tendo um momento longo muito ruim para São Paulo, nós estamos há seis anos de Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), que tem se oposto às propostas dos movimentos da região central. Além de não querer fazer o debate, não tem aceitado os movimentos como setores propositivos da sociedade [...] os movimentos fazem as mais diversas contribuições para a construção de um Estado democrático. E aí como se opõem [governo PSDB] à proposta de Estado democrático, nosso tem uma contradição muito forte, porque o Estado democrático burguês, ele se propõe a atender aos que ao longo dos anos já vêm sendo atendidos e bem servidos e quando a gente fala de um estado democrático proletário, aí você percebe que esse partido nem sequer dentro da postura burguesa tem procurado responder as necessidades do povo. (Entrevistado A – Movimento de Moradia do Centro, entrevista à autora, 2007).

É interessante observar como o entrevistado A concilia sua militância no partido e no movimento. Ele afirma que sabe separar um do outro, contudo o que pensa sobre os papéis de cada um não comparece de maneira muito clara, em sua fala. O

entrevistado entende que o papel do movimento é o de subsidiar o partido; é um papel que, ao que parece, pode se modificar, dependendo do partido que esteja no governo:

Eu sei separar muito bem a questão do partido e do movimento. *O movimento será sempre o subsidiador do partido* no fortalecimento das suas lutas. O problema vem [da relação] do movimento, Governo, Partido. Aí nós temos questões que são difíceis de ser separadas [...] governo é governo, movimento é movimento, partido é partido. O movimento tem que saber quando avançar, quando recuar. *O movimento tem que ter clareza de qual é o [seu] papel na atual conjuntura.* A conjuntura que nós vivemos no Brasil, na América Latina, não é uma conjuntura fácil [...]. Muita gente criou muita expectativa com o governo Lula, eu não criei [...] Lula não é o governo que eu quero, mas nem os trabalhadores, nem a sociedade como um todo está preparada para ter um governo mais arrojado. [...] Uma eleição você ganha, mas você não tem o poder de comando político do país.

[...] Lula é acusado de corrupto, de ladrão, e não pode fazer nada, porque o judiciário não dá direito de resposta, não dá nada. [...]

Eu vejo que os movimentos têm um papel agora, que é o de dar sustentação política ao governo. Os movimentos têm esse papel nessa conjuntura. Assim como há dois anos atrás os movimentos tiveram um papel político: o governo Lula esteve na berlinda de cair e não caiu, porque os movimentos sociais foram pra rua. Então esse é o papel dos movimentos, votar no cara, eleger, mas fiscalizar e cobrar. (Entrevistado A – Movimento de Moradia do Centro, entrevista à autora, 2007).

Na seqüência, fica claro que o militante acredita que o movimento pode subsidiar o partido, mas sem ser sua “correia de transmissão”:

Não podemos fazer do movimento uma correia de transmissão do partido. Não é o partido que diz pra nós o que nós temos que fazer, é ao contrário, nós é que dizemos para o partido o que o partido tem que fazer. Essa é que é a grande diferença de alguns movimentos.

[...] então, não tenho nenhuma dificuldade [em transitar tanto pelo movimento como pelo partido]! Se amanhã precisar organizar os movimentos pra fazer luta contra o governo ou no governo Lula, vamos fazer! Não tem nenhum problema! [...] eu critico os movimentos que estiveram quatro anos de lua-de-mel [com o governo Lula]. Todo esse alvoroço que você está vendo da direita é exatamente porque os movimentos ficaram de lua-de-mel sem fazer luta. Se, durante esses quatro anos que passaram do governo Lula, tivesse tido luta, ocupação de terra, ocupação de prédio, ocupação das ruas... esse povo que hoje está aí todo alvoroçado [...] eles estavam na posição de defensiva e não de ofensiva. (Entrevistado A – Movimento de Moradia do Centro, entrevista à autora, 2007).

Quanto à articulação e à emancipação dos trabalhadores, o entrevistado A pensa que eles não estão preparados para tanto.

As articulações só se dariam mesmo se nós, os proletários, estivéssemos preparados para tomar o poder. O proletariado está mais para fazer a disputa interna do que a disputa externa. É muito mais fácil eu brigar com um parceiro meu, do dia-a-dia, do que brigar com a burguesia [...] e no meio dos movimentos está cheio de oportunistas [...] a fim de tirar lucro, só tem atrapalhado [...] em todos os setores. (Entrevistado A – Movimento de Moradia do Centro, entrevista à autora, 2007).

E o que pensam os militantes do MSTC? Para a entrevistada B, o objetivo maior do MSTC é que se implante uma política habitacional para as famílias de baixa renda. Ela afirmou que o entrave está na não implantação dos programas habitacionais já existentes, e chamou a atenção para o grande número de imóveis abandonados, no “centro expandido” de São Paulo. Deu o exemplo de dois programas governamentais: o Programa de Atuação em Cortiço (PAC), como “um bom programa para famílias que moram em cortiço, mas essas famílias não são atendidas”; e o Crédito Solidário do governo federal, reiterando que “existem outros programas, o problema é a não implantação! Não adianta inventar outros programas!”

Quando questionada sobre as políticas habitacionais, a entrevistada não formulou uma crítica sobre a orientação política, mas censurou um programa governamental específico: “O Programa de Arrendamento Residencial (PAR) do governo federal é excludente!”, advertiu. E sobre a relação do Movimento com o poder público, comentou sobre a negociação de reivindicações pontuais, como a inserção das famílias em situação de ocupação em algum dos programas habitacionais existentes e a garantia do não despejo. A entrevistada B pronunciou-se a respeito da relação com o poder público, citando os nomes de determinados *membros* do governo ou de repartições públicas com os quais, segundo ela, é possível, ou não, “conversar”. Isso pode sugerir um caráter personalizado, nas negociações.

Nesse sentido, ao citar Orlando de Almeida Filho, Secretário da Habitação Municipal e lembrar o fato de ele ser também o Presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (SCIESP), nós perguntamos sobre o papel das imobiliárias, das empreendedoras e construtoras, nas reivindicações do

MSTC, tendo ela nos respondido que elas “não são o alvo principal, o enfrentamento é com o órgão público”.

Essa postura de negociação personalizada com o poder público, e de não identificação do capital como uma força conflituosa, na questão da moradia, pode ser sinalizadora de uma perspectiva mais atomizada desse Movimento.

A entrevistada E, militante do MSTC, exhibe seus argumentos particulares, os quais a fazem defender o morar no centro e a reivindicação do conjunto das condições de vida:

Aqui fica mais fácil, por exemplo: meu filho tem um problema sério de saúde, é mais aqui no centro que funcionam esses hospitais municipais, estaduais, que dão assistência pra essas doenças graves. Daqui dá pra eu sair 10 horas da noite e ir dormir na fila pra eu conseguir. Então, a gente sempre conscientiza as pessoas de que a gente tem que lutar não só por uma moradia, não só por uma cesta básica, mas com tudo em geral que o pobre tem aquele difícil acesso. (Entrevistada E – Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

Sobre a atuação do poder público municipal no centro, a entrevistada aponta a disputa existente entre o que a Prefeitura planeja e o que o Movimento reivindica, fazendo menção à vitalidade econômica que a própria ocupação do edifício Prestes Maia traz versus a “revitalização” proposta pelo poder público.

A revitalização: isso aí perturba muito a gente. Porque aqui no centro, o que preocupa mais ele [prefeito] é aqui a ocupação, porque nós estamos bem aqui no centro da revitalização dele. Mas a revitalização aqui do entorno, de comércio, foi nós [que fizemos]. Porque aqui, 468 famílias aqui no entorno comprando todo dia no supermercado, farmácia... somos nós que revitalizamos aqui o comércio! Mas isso eles não entendem, eles acham que a revitalização tem que ser a deles, a higienização do centro, tirando o pessoal do centro. (Entrevistada E – Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

Abordemos agora o problema dos trabalhadores que vivem na máxima condição de precariedade habitacional, ou seja, a situação de rua, vista por nosso entrevistado, o coordenador da Associação Rede Rua.

Já que, diferentemente dos aspectos que concernem à luta pela moradia, desenvolvida pelos movimentos sociais estudados, não explicitamos ainda nenhuma reflexão acerca da população em situação de rua, é interessante começar

sublinhando a relação entre as transformações do capitalismo, na sociedade brasileira, e o significativo aumento dessa população.

O acréscimo que o exército industrial de reserva típico de um país periférico como o nosso teve, com a implantação das novas tecnologias produtivas, avoluma imensamente esse contingente, que passa a ser estrutural. Juntando-se aos mais recentes desapropriados do campo pela agroindústria, essas massas “sobrantes” multiplicam o número de trabalhadores que passam a ser desempregados estruturais e, como conseqüência, a viver em situação de rua. A migração, que é intensificada como mais uma das conseqüências da modernização tecnológica e das novas formas de organização do processo produtivo, no Brasil, também é um dos fatores que contribui para o crescimento da população em situação de rua. A última pesquisa, encomendada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SAS) à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) da Universidade de São Paulo, mostra que, em 2003, existiam 10.399 pessoas em situação de rua, em 29 Distritos Municipais da cidade de São Paulo, isto é, 6.186 (59,5%) viviam em albergues e 4.213 (40,5%) pernoitavam nas ruas. Esse contexto é corroborado pelo nosso entrevistado P, da Associação Rede Rua:

A população de rua, ela foi se constituindo... se você fizer um parâmetro entre o aumento da população de rua e a questão econômica do país, você vai perceber que existe uma conexão. A partir da era Collor, começa a ter um crescente aumento da população: que há uma abertura para a tecnologia, há uma questão do fechamento financeiro, poucos investimentos... bom, enfim, você vai perceber que há um aumento do desemprego. Havendo um aumento do desemprego, vai haver um aumento da população de rua: isso coexiste. E você tem ainda outros fatores, que é o fator da migração que ainda persiste. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

O entrevistado faz a leitura da explicação que a própria população em situação de rua dá, para os fatores que a levaram à rua. E também aponta outros fatores, como as doenças mentais e a dependência química, que, em seu entender, devem ser considerados na elaboração de políticas públicas para essa população:

Tem o fator, que a gente, na verdade chama “as causas imediatas”: você chega para o morador de rua e pergunta “Por que você foi pra rua?” e ele responde “Ah, eu briguei, eu separei da minha mulher”. Essa é a causa, para ele, é a causa imediata, ou “Eu fiquei doente” ou “Eu perdi o emprego”... não consegue fazer uma análise maior. Que também é objetiva essa análise que ele faz: ele sai [para a rua] por

conta de quebra de vínculos. A maioria dos casos que estão na rua é por causa disso.

Muitos têm ainda a questão do álcool, ou da droga: que ela é causa e é efeito também. Se não caiu na rua por causa do álcool e da droga, quando chega na rua é obrigado a adquirir esses vícios. Isso é muito importante, porque depois, quando “você” vai criar uma política pública, tem que ter em vista isso. Hoje não basta criar emprego para a população de rua, não basta, tem que ter outros suportes: o suporte da moradia, o suporte da saúde... tudo isso precisaria para montar uma política eficaz.

Esse é um pouco o quadro de quem está morando na rua. Tem muitas pessoas com problema mental. Ou é efeito ou é causa: quer dizer, ou ele foi pra rua por alguma questão da saúde mental, que é precária no nosso país. Depois que se fecharam os manicômios, e tem toda essa política antimanicomial, então além de ter jogado muita gente com problema mental na rua e não ter feito nada, hoje não tem nenhum serviço que substituiu. Existe inclusive na lei da população de rua, vamos dizer assim, a obrigatoriedade do município criar repúblicas terapêuticas, que são casas pequenas que acolhem essas pessoas, não como manicômios fechados, mas como uma casa normal, aberta e que tem uma assistência médica por trás. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

Nosso entrevistado comenta sobre o preconceito social contra a população em situação de rua:

Chegando na rua, tem todo um preconceito da sociedade brasileira. Um preconceito que não é só da Prefeitura, mas um preconceito social, ele é muito forte. Isso está comprovado em várias teses [...] uma das últimas teses que foram feitas, por exemplo, foi feita uma comparação entre o preconceito francês e o preconceito brasileiro: se estudou qual a relação de um policial francês com um morador de rua e um policial brasileiro com um morador de rua e ficou constatado que realmente há um preconceito muito forte dos brasileiros em relação às pessoas pobres, em particular ao morador de rua. Com isso, você tem toda uma política também [...] e essa política é baseada numa coisa bem simples, que é: o cara está na frente da sua casa, você liga para o poder público e o poder público tem que tirar ele da frente da sua casa, nem que seja para colocar ele em frente da casa do vizinho, mas tem que tirar. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

E o que P pensa, a respeito das ações do poder público para a população em situação de rua? O entrevistado avalia que houve avanços na qualidade dos albergues existentes (que é para onde o poder público direciona suas ações), mas aponta ainda que o teor das políticas seja equivocado, porque a tendência é tratarem a questão como um problema assistencial, o que agrava a situação dessa população.

Cabe ressaltar aqui outra avaliação que não é a do nosso entrevistado, mas que nos oferece outros subsídios, para compreender essa questão. Rosa (2005, p. 166), em sua obra *Vidas de rua*, salienta que, nos últimos dez anos, pode-se observar uma “tendência de institucionalização do trabalho com a população de rua num padrão convencional de atendimento, os conhecidos albergues”, pois houve um acentuado aumento do número de convênios e vagas nos albergues. Rosa remete a informações da Secretaria Municipal, em 1998, relativas apenas à rede municipal: “No início de 1993, na então Secretaria Municipal do Bem-Estar Social da região Sé-Lapa, havia 250 vagas (dois albergues) e em 1998, 1.610 vagas (seis albergues) para toda a cidade – um aumento de 544%” (ROSA, 2005, p. 166). A autora chama a atenção para as condições de atendimento dos albergues e para “a tendência de estes e dos demais serviços existentes circunscreverem-se basicamente ao atendimento de pernoite, higiene e alimentação”.

Ao mesmo tempo, Rosa levanta, nos depoimentos coletados em sua investigação, a preocupação com “o preconceito, o descaso dos governantes e a ausência de políticas públicas” (p. 173). O problema, abordado por nosso entrevistado (e que será retomado mais à frente), do assistencialismo e da *docilização* das pessoas em situação de rua, quando submetidas às instituições, é sintetizado por Rosa:

As relações institucionais reforçam a subordinação e a dependência, por meio da submissão às normas e regras muitas vezes abusivas, impondo comportamentos obedientes cujos programas reiteravam ações conservadoras e preconceituosas de caráter emergencial e assistencialista, conduzidas de forma autoritária e infantilizadora da população. (ROSA, 2005, p. 173).

P cita algumas políticas preventivas que poderiam influenciar na diminuição da população de rua:

A gente tem também participado de discussões com a Prefeitura, com essa postura [...] [apontar que] não há nenhuma política preventiva hoje. Não existe, por exemplo, nenhum trabalho preventivo para a pessoa que sai da cadeia pra ela não ir pra rua. E uma das fontes hoje do aumento da população de rua é o aumento da população carcerária, está intimamente ligado. A questão da migração, a questão da falta de investimento nas pequenas cidades. São tudo políticas preventivas, políticas que podiam ser implementadas. Com certeza, ia diminuir muito esse número da população de rua. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

O investimento feito em uma política que dociliza a pessoa em situação de rua, segundo a perspectiva do entrevistado, é mais uma crítica ao assistencialismo:

*E o impulso que se investe hoje nessa política ultrapassada, que é a assistência social, é muito dinheiro. O per capita hoje, eu calculo que deve chegar a uns R\$400,00 por baixo, sem contar a estrutura, por pessoa [é o que] se gasta. Pensando bem, R\$400,00 não é muito, né?! Mas “você” poderia investir isso numa política mais eficiente! *Você está investindo R\$400,00 para tornar a pessoa dócil, a pessoa dependente da Prefeitura [...] sem autonomia, doente, porque os R\$400,00 que você investe hoje não é suficiente para uma política de qualidade!* [...] Não existe nenhuma política para a população de rua visando à moradia, à saúde, que são coisas muito importantes. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).*

E, entre a população de rua, há os que rejeitam a inserção nessa estrutura de albergue – são quatro mil pessoas, segundo as informações dadas pelo entrevistado: “A questão dos quatro mil é interessante, porque esses quatro mil são revolucionários, porque eles não vão para o albergue e falam que não querem ir para o albergue, que é pior ainda”. O número é bastante significativo, tendo em vista que representa a metade da população hoje albergada, segundo o entrevistado P: “Quando a gente começou, era 1.500 [moradores de rua], depois 3.000, aí veio depois uma pesquisa oficial já dando conta de 8 mil e a segunda que deu conta de 10 mil. E hoje está em torno de 12 mil pessoas, morando em situação de rua, dos quais 8 mil em albergues”.

E qual é o projeto da Associação Rede Rua, para esse quadro? Questionar a política que alimenta a estrutura do albergue como solução para a situação de rua e defender a criação de uma política habitacional para o morador de rua.

Nós, como organização, temos muito claro essa situação e temos tentado fazer alguma intervenção a partir desse projeto, que é a idéia de questionar um pouco a estrutura do albergue. Hoje, pessoalmente, defendo que o município deveria criar uma política de moradia popular [...] com certeza, ia ser muito mais eficaz na população de rua do que os programas de criação de albergue. Criar hoje um incentivo para se ter as antigas pensões, ou criar prédios que as pessoas pudessem ter uma locação social, com certeza essas políticas teriam mais impacto positivo do que os albergues. Porque aí você trabalha a questão da autonomia, a pessoa também se torna, não um peso para o Estado, mas, na verdade, mais um contribuinte para o Estado. Então, teria toda uma mudança de visão. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

Todavia, o fundador da Rede Rua, entrevistado, tem o discernimento de que a política habitacional isolada tampouco resolveria a situação da população de rua:

Para nós, a moradia é chave, só que ela também sozinha não resolve, ela tem que estar atrelada à saúde, à educação, ao trabalho. O grande problema dos projetos de moradia é esse: se faz a moradia, joga a pessoa lá dentro e acabou. Para a população de extrema pobreza, tem que haver um conjunto de ações. Você vai ver um trabalho muito bonito que foi feito na Favela do Gato, perto da Avenida do Estado, quase a área central também. Lá era uma favela, fizeram uns prédios muito bonitos, fizeram todo um trabalho de urbanização, só que chegou uma hora que as pessoas não conseguiam mais pagar, porque a maioria que estava lá é catador, profissional informal, vendedor: então, tudo isso tem que ser pensado. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

Embora a Rede Rua faça a crítica à estrutura do albergue e comece a colocar em andamento algum projeto concreto, que busca fugir dessa estratégia, como os projetos do Núcleo Santo Dias e da Moradia Provisória, descritas abaixo, a maior parte de suas ações ainda está atrelada a essa estrutura. Até mesmo por sua condição de conveniada à Prefeitura, que é quem financia praticamente todos os projetos da Associação. O entrevistado nos explica a estrutura e a atuação da Rede Rua:

Tem uma Diretoria, está muito ligada à Igreja Católica [...], ela [a atuação da Rede Rua] está dividida em projetos. Tem o projeto do refeitório, que é um projeto que atende 300 pessoas: café, almoço e janta. É um projeto interessante, porque, na verdade, a Rede Rua não dá comida, ela administra o espaço, quem dá comida são organizações que davam comida na rua e elas foram convidadas, então, dentro de uma planilha, a servir essa alimentação no refeitório [...] Nos intervalos, tem oficinas [...] funciona ali atrás do *shopping* Frei Caneca [...] centro da cidade.

Temos mais alguns projetos no Santo Amaro, que é *albergue*, que é a solução que a Prefeitura está dando hoje [...]. Um espaço onde as pessoas jantam, dormem, tomam café... e rua! Que tem tido algumas melhorias [...], mas ainda é um problema grave [...]

Nós temos outro [...] projeto que é vinculado a esse albergue, que é um projeto de *reciclagem*. Não é muito grande, atualmente deve ter de 5 a 10 pessoas trabalhando: é mais terapêutico.

Depois tem um núcleo, Santo Dias, que é um *albergue diferenciado*. Nesses albergues [citados anteriormente], as pessoas recebem tudo [...], é o sistema do *albergão*: chega, tem a comida pronta, a casa limpa, a roupa de cama lavada... tudo na mão. Aí a gente começou a discutir a questão da autonomia: que as pessoas deveriam começar a recuperar um pouco a sua dignidade, e a dignidade está muito envolvida com a questão da autonomia. Aí então esse projeto [o Núcleo Santo Dias] é meio diferenciado: são 80 pessoas, cada pessoa

tem uma responsabilidade dentro do albergue – ou ajuda na cozinha, ou faz a limpeza do quarto, sempre tem uma atividade que ela assume dentro do albergue. E tem muito essa visão dela estar caminhando para a sua independência... se desvincular da Prefeitura.

Aí depois tem a *moradia* [outro projeto]: são 26 vagas, onde eles já recebem a chave, eles se organizam, não tem nenhum funcionário ajudando [...] enquanto aqui [no Núcleo Santo Dias, citado anteriormente] ainda têm funcionários.

E tem o projeto de *comunicação*: onde a gente produz vídeos, fotografias, o jornal *O Trecheiro* [...] e tem toda uma documentação.

[...]

Nós somos conveniados com a Prefeitura na maioria dos projetos [...] o único projeto que não está conveniado é o da comunicação. Esses projetos todos são bancados pela Prefeitura, nós fazemos a parte administrativa, mas financeiramente quem mantém boa parte, 80% dos recursos, são da Prefeitura. [...] atualmente, tem-se uma pequena independência, uma autonomia da organização, em pensar a administração, em pensar alguma coisa da política. [Mas] o recurso está carimbado. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

O convênio com a Prefeitura é a opção para poder “pôr a mão na massa, para trabalhar”, aponta o entrevistado, o que requer um investimento alto, mais alto do que o que já existe: “Precisaria de muito mais investimento, principalmente em recurso humano”, até porque, “ao contrário do que muita gente pensa, para trabalhar com a população em situação de rua deveríamos ter bons profissionais, muito bem formados porque é uma área muito complicada, muito difícil de lidar, principalmente quando chega na questão da droga, do álcool”.

O financiamento, explica P, permite à Associação, por exemplo, criar uma rede entre as diversas entidades que trabalham com a população de rua. A existência de diversas entidades, cada uma trabalhando a sua maneira e não articuladamente, gera um gargalo. Pensando na construção de uma política unificada, com um trabalho continuado com essa população, a Associação lança esse projeto de rede entre as entidades.

Aí vem toda uma dificuldade que a gente tem: as pessoas da rua, elas circulam por todas as entidades. Porque há uma regra de que a pessoa só pode ficar até seis meses dentro de um albergue. E não é assim! A reconstrução da vida não se dá em um mês, dois meses! Depende muito de problemas de saúde, da pessoa como é que ela está. Alguns nunca mais vão sair da rua. Falta essa ligação! Então, o que nós pensamos: vamos criar uma rede, já que nós temos a possibilidade de conseguir numa área dois, três projetos, vamos criar uma rede para esses projetos. Lá em Santo Amaro é assim [...] (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

É interessante perceber a iniciativa, financiada pelo poder público, da criação de uma rede para suprir a falta de articulação entre as entidades, em meio à estratégia do próprio poder público de fragmentar para manipular. O nosso entrevistado comenta essa fragmentação das entidades incitada pelo poder público e traz ainda outros elementos que cruzam essas questões da relação da terceirização das responsabilidades do poder público, com garantia de um atrelamento das entidades a ele (por meio do financiamento das entidades), mesmo diante de um provimento financeiro considerado insuficiente.

Essas articulações são muito frágeis. Não existe uma Central dos Movimentos Populares. Existe um Fórum das entidades que trabalham com moradores de rua, que se reúne uma vez por mês. É uma organização ainda meio fraca. Nós temos uma parceria com a organização dos catadores de papelão, para alfabetização, junto com a Petrobrás [...]. Não existe nenhuma articulação objetiva. Ainda é um problema do movimento popular, vamos dizer assim, ele ainda tem esse problema, ele ainda não assumiu essa coisa de que é importante ter essas ligações.

Na verdade, a política pública cada vez incentiva mais esse individualismo, porque fica mais fácil pra ela manipular. E ela precisa manipular. Porque hoje essa terceirização que o poder público faz, de passar o dinheiro para as organizações e as organizações fazerem a parte prática da política, isso é mais barato, é menos dispendioso e todo o ônus das coisas ruins fica para as organizações, e o poder público está isento disso. Então, é uma discussão que também deve ser feita, que é essa terceirização, que é um problema que vai desde a questão financeira, porque hoje a organização, ela é obrigada a pedir dinheiro para a sociedade, para poder complementar o dinheiro que vem do poder público. Então, nós temos que organizar um setor financeiro para pedir dinheiro, enquanto, na verdade, é obrigação do Estado prover todo esse dinheiro para as organizações, mas eles não provêm. Esse dinheiro é complementado com esmolas (para não dar outra palavra chique): e é uma contradição muito grave, porque hoje em São Paulo se faz uma campanha para não dar esmola para as pessoas, mas que a esmola seja dada para as organizações sociais. O que na verdade não deveria ter, o Estado deveria garantir toda a política pública para a população de rua. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

Segundo o entrevistado P, a oposição da Associação à política assistencial é feita, sobretudo, com o trabalho de comunicação por ela empreendido:

Temos todo um trabalho de comunicação, que é o jornal [*O Trecheiro*¹¹], que é feito também um trabalho de crítica, traz

¹¹ As edições anteriores do jornal podem ser acessadas pelo *site* da Associação: <<http://rederua.org>>.

denúncias... o jornal sempre foi pautado nessa linha [...] tem toda uma discussão [...] de uma crítica a essa política assistencial. Tem cinco mil exemplares, é distribuído nas ruas, nos albergues e tem uma mala direta de 600 assinaturas, mais ou menos, 50 são no exterior. E também é distribuído na Praça da Sé, na Praça da República. O alvo é a população de rua e a sociedade. Para a população de rua, o alvo é trazer a consciência [...]: não é só você que está na rua, tem outras pessoas, de outros países... trazer a notícia que dê essa consciência. Para a sociedade, a gente quer trazer essa visibilidade: quem está na rua é gente, não é bicho, não é animal que está na rua que você tira e põe... [é gente que] tem história [...]. E a gente conta para humanizar, porque a rua é desumana e a sociedade desumaniza ainda mais, porque ela olha para aquela pessoa que está na rua, não como pessoa, [mas] como lixo, como um estorvo.

Enfim, o jornal é uma ferramenta política de luta contra essa política assistencial. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

Do assistencialismo implementado pelo poder público, no tratamento da população em situação de rua, concebido como um mecanismo que dociliza e esconde essa população nos albergues, passemos para a questão da expulsão e da repressão, que não se limita aos moradores de rua, mas inclui outros indesejados sociais do centro da cidade de São Paulo. O entrevistado sublinha que o poder público municipal tem historicamente exercido ações de repressão contra a população em situação de rua; essas ações aumentam ou diminuem, mas sempre existiram. Nesse sentido, revela sua discordância com a identificação da atual gestão administrativa (Serra/Kassab) como uma gestão *higienista*, quando se trata de suas intervenções no centro da cidade, como vem sendo focalizada, sobretudo pela imprensa e pelos movimentos sociais. Para ele, essa rotulação tem limites analíticos para a interpretação do problema da população em situação de rua.

O que essa gestão está fazendo, [...], na verdade, ela ampliou o que a outra gestão vinha fazendo. A população de rua é vista por qualquer administração como um problema – e ela é um problema. Essas ações de repressão a essa realidade, elas aumentam ou diminuem. Nós temos, no governo Marta, todo um projeto de repressão a essa realidade, que é um partido de esquerda, avançadíssimo: a rampa, a famosa rampa que foi criada agora pelo Serra, ela foi gestada no governo da Marta, ela que começou. Os engenheiros, que a gente chama de os engenheiros da exclusão, para excluir as pessoas dos buracos da cidade, ela foi gestada na gestão Marta. E eles foram muito mais perversos, na gestão Marta: criaram os paralelepípedos debaixo dos viadutos. [...] Falta uma análise um pouco mais aprofundada. Eu não gostaria de dizer assim: “Olha, essa administração fez isso, fez aquilo”. Há uma progressiva repressão da população de rua. Sem dúvida nenhuma, essa administração ela tem tido uma ação contra

essa população que é muito grave, porque não respeita processo. Porque retirada de população de rua [...] sempre existiu, não é de agora. As pessoas começam a politizar de uma forma que eu acho que é equivocada. [...] dizer assim “Olha, o Serra é higienista”, sinceramente, eu não sou psdebista, mas acho que isso não ajuda muito na reflexão! Você tem que fazer uma análise um pouco mais global, mais geral: qual é a ação dos políticos, das administrações? Se você for analisar, o grande mentor dessa política é o Andrea Matarazzo [subprefeito da Sé], que é o quê? Um conde. Qual é a visão que ele tem? Tem a visão da elite. Qual é a visão que a elite tem da população de rua, dos favelados, ou do pessoal do tráfico?

Então, vamos analisar assim. Porque pichar o cara de higienista pode ser muito comovente politicamente, e é. Eu acho que tem até sentido, as pessoas que fazem isso para a imprensa, porque o outro problema que a gente deveria falar, quando a gente fala de população de rua, é a imprensa. A imprensa também é muito preconceituosa com a população de rua. Então, você precisa criar fatos políticos que enganem também a imprensa, que a imprensa entre também por aí. E, na verdade, essa questão da higienização foi muito boa, porque a imprensa pegou, mordeu a isca! E a partir daí, houve todo um trabalho de crítica ao poder público. Então, por um lado eu vejo que... não estou nem dizendo que não se deva usar o conceito higienista, só que o conceito higienista não resolve, não [oferece] uma visão crítica do problema do morador de rua; ele é muito mais amplo.

Analisando a gestão, por exemplo, Jânio Quadros, que começou a cercar todas as praças. Na gestão Maluf, era repressão mesmo, era paulada mesmo, porrada. Cada administração vai dando ênfase em uma coisa. E a gestão do Serra foi uma política, por conta da recuperação do Centro, uma política de expulsão das pessoas do Centro da cidade; criar dificuldade para essas pessoas ficarem no Centro, para que elas migrem.

Só que é um engano que elas vão migrar. Porque as condições de sobrevivência no Centro ainda são mais amplas do que na periferia, que já tem seus grandes problemas. E eles não percebem isso. Mas de qualquer jeito existe essa política, mas dentro de uma visão maior é uma política que, se fossem outros, também estariam fazendo em função da renovação do Centro, da outra política. Agora há possibilidade de ser diferente? Com certeza. [...] inclusive havia uma discussão de como se poderia fazer uma intervenção no centro sem excluir as pessoas mais pobres, sem excluir os encortçados, sem excluir o morador de rua. Como é que se poderia fazer? Inclusive foi aprovado pelo BIRD dinheiro pra reformar albergue, pra reformar viaduto, porque a idéia inicial dessa recuperação do centro era trazer a inclusão social como característica da renovação do centro. Só que mudou o poder... o poder muda tudo. Então, tem esse problema. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

Dentro de todo esse contexto, o coordenador da Associação Rede Rua encontra dificuldades em visualizar uma mudança da realidade da população em situação de rua, com a possibilidade real de saída das ruas. Primeiro, devido ao direcionamento das políticas públicas:

Nossa experiência tem mostrado que, pelo menos 60% dessa população que está em situação de rua, não têm mais possibilidade de sair da rua, principalmente com a política que nós temos hoje. São pessoas que vão depender eternamente da Prefeitura ou vão ficar na rua. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

Segundo, porque ele parece encontrar dificuldades para crer no protagonismo dessa população. Ele tem dúvidas sobre o alcance que uma organização, uma mobilização dessa própria população, pode ter, uma vez que, em sua opinião, a mobilização pode ser a institucionalização de uma realidade precária e sem perspectiva, e que as próprias necessidades imediatas tão gritantes dessa população constituem um limite para o seu avanço. Abaixo, acompanhamos a descrição que faz da mudança da idéia da politização da população de rua, a partir da década de 1990, até a sua atual organização, no Movimento Nacional da População em Situação de Rua em São Paulo:

Falar em politização da população de rua é muito interessante, porque, na verdade, na década de 90, com a prefeita Erundina, foi a hora que deu um *boom*, não existia nada para a população de rua, e a população de rua passa a existir politicamente, porque a prefeita Erundina assumiu essa política. E um dos lemas que a gente tinha... se criou muitas casas de convivência da população de rua, naquele período, e um dos lemas das casas de convivência era “espaço de organização da população de rua”! Era uma idéia. A gente estava saindo de um período bastante politizado do Brasil. E depois desse período, passamos para um período mais, vamos dizer assim, mais estrutural, de buscar criar estruturas, de organizar acolhimento para essa população, de acolher bem as primeiras necessidades e tal. Então, foi deixada de lado, um pouco, essa idéia da politização, que é geral. O tema da organização está ligado aos movimentos sociais, ao fracasso dos movimentos populares, que depois de 90 a gente percebe que foi ficando em segundo plano. Mas, de qualquer jeito, tem acontecido na população de rua, até por conta do crescimento da organização dos catadores, do movimento dos catadores, a população de rua tem ido a reboque dos catadores, ou os catadores também, devido à forte pressão da questão da rua, também foram se organizando como uma forma de possibilitar a diminuição dessa população de rua [...] logicamente, um bom número de catadores, que já moraram na rua, poderiam estar fazendo parte dessa organização.

Mas eles não se confundem?

Não, não se confundem. Quem está organizado nos catadores, é catador, não tem história de rua, inclusive não mora no albergue. E aí, a reboque dessa organização dos catadores (vou falar a reboque, porque eles foram criados primeiro como movimento), está sendo gestado o movimento da população de rua. Que é uma questão muito complicada, primeiro conceitualmente: pensar um movimento de população de rua, ele é contraditório, contraditório porque você está

institucionalizando uma realidade precária, uma realidade ruim, uma realidade sem perspectiva. Enquanto, quando você organiza um catador de papel, você tem uma perspectiva econômica, de cooperativa e tudo mais. Mas organizar a população em situação de rua é algo que conceitualmente eu ainda não consegui entender como bom para a população. Aí vêm coisas práticas: como é essa história? Quem vai participar desse movimento vai ser eternamente morador de rua? Em que consiste esse movimento? Qual é o objetivo desse movimento? É buscar a saída da rua? É contraditório a ele mesmo? Então, a situação de rua é tão precária que até nisso ela tem problemas, até na questão conceitual da sua organização. Mas, de qualquer jeito, está tendo aí um movimento, são algumas pessoas que moraram na rua, alguns estão em albergue, nenhum deles está na rua mesmo. Mas são pessoas que têm toda a autoridade. [É o] Movimento Nacional da População em Situação de Rua. São pessoas que têm toda a autoridade para participar disso, porque eles foram moradores de rua, conhecem bem como é ser morador de rua, a dificuldade que é morar na rua. Nesse sentido, é um começo. [...] Acho que pode ser um início, apesar de ter esse entrave teórico que, para, mim é um problema.

Tirando isso, você tem uma dificuldade, porque quem está em situação de rua quer primeiro matar a fome, matar o frio, matar a vontade de beber. Então, a dificuldade da gente estar politizando eles é um pouco essa questão. Mas existe todo um processo, por exemplo, quando se fala de criar uma reciclagem, é um processo de você começar a politizar essas pessoas. E, no fundo, no fundo, ao contrário do que a gente queria, na década de 90, que era conscientizar essas pessoas, nós éramos a consciência viva e a gente queria conscientizar os outros; atualmente, você percebe que a população de rua tem uma consciência muito clara da situação, uma visão do problema do país, são pessoas que, ao contrário do que muita gente pensa, está plugada na realidade. (Entrevistado P, Associação Rede Rua, entrevista à autora, 2007).

Diferente da postura mais pessimista do nosso entrevistado, Rosa (2005) aborda a experiência das pessoas em situação de rua de buscar, como uma saída coletiva, o retorno à terra, junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apenas para que tenhamos uma pequena idéia da dimensão numérica dessa experiência, Rosa ressalta que o trabalho desenvolvido pelo Centro de Formação do MST (Região Centro), “Da Rua para a Terra”, “nos seus primeiros quatro anos de existência (1994-1998)”, contou com cerca de 2.000 pessoas em situação de rua:

Dentre essas, foram para os acampamentos em todo o estado, aproximadamente 220 pessoas, das quais 140 estão acampadas ou assentadas no Pontal do Paranapanema, Sarapuí, Itapeva, São José dos Campos, Taubaté e Porto Feliz.

Em dezembro de 2004, havia na Grande São Paulo dois assentamentos, o D. Tomás Balduino [...] em Franco da Rocha e Irmã Alberta [...] em Cajamar e, ainda, mais dois acampamentos em

Cajamar: D. Pedro Casaldália [...] e Camilo Torres [...]. Todas essas ocupações contaram com pessoas que tiveram experiência de vida nas ruas e nos albergues; e o D. Tomás Balduino apresenta índice maior de população de rua. (ROSA, 2005, p. 178-180).

O mais relevante aqui é constatar a mudança de direção que “a entrada em um movimento social, como o MST” tem, na vida dessas pessoas¹². Através das “dimensões coletiva e organizativa dessa proposta de trabalho no movimento social”, essas pessoas passaram a assumir-se como trabalhadores rurais desempregados e, assim, internalizaram a dignidade e o respeito próprio, recuperaram a auto-estima e encontraram a possibilidade real de saída das ruas: conquistas efetivadas “no âmbito de um movimento social organizado que articula integralmente a construção de um projeto pessoal e, ao mesmo tempo, político e coletivo” (ROSA, 2005, p. 188).

E essa não é a única experiência de mobilização entre as pessoas em situação de rua. Já foi destacada, por nosso entrevistado, a atuação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua/Comissão São Paulo (MNPR/SP), que, no decorrer de 2007, organizou várias plenárias, entre as quais a Plenária “Falarua”¹³.

Mais recentemente, surge uma associação formada por população em situação de rua, a Associação “A Luta da Rua”. Um artigo de Rosa (2007), no periódico *O Trecheiro*, anuncia o surgimento dessa associação. Nesse texto, a autora (2007, p. 2) explica que, “segundo [...] o coordenador, a Associação surgiu da necessidade de que pessoas em situação de rua fossem protagonistas nas decisões referentes aos serviços e às lutas”. O que se observa é que a Associação não diverge do trabalho realizado pelas organizações, porém, ao contrário, apenas pretende assumir a gestão dos serviços assistenciais. Rosa reproduz as palavras do coordenador da Associação:

Não desmerecemos as organizações sociais, mas queremos realizar ações de autogestão e procurar unir os três lados: poder público, organizações e movimentos sociais. A Associação não é o movimento, mas pode integrar e apoiar o movimento em suas ações concretas e em suas lutas políticas. (ROSA, 2007, p.2).

A autora do artigo (p. 2) apresenta sua interpretação da proposta da Associação: “Esta Associação anuncia uma novidade na medida em que pretende

¹² Em Rosa (2005, p. 185-188), encontramos depoimentos que demonstram essa mudança e o seu significado para as pessoas que antes estavam em situação de rua.

¹³ Para informações sobre a Plenária “Falarua”, cf. as edições de 2007 do jornal *O Trecheiro* em <<http://rederua.org>>. No site <http://www.centrovivo.org>, há um canal de informações sobre vários movimentos sociais, inclusive o MNPR/SP.

integrar a rede assistencial e assumir um serviço com gestão direta das pessoas que se utilizam dos serviços socioassistenciais”.

Visto como a problemática da população de rua (que são os trabalhadores sem-teto em situação de extrema precariedade) é entendida por um coordenador de uma entidade assistencial, passemos para a leitura que a entrevistada G, pertencente ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados, faz sobre o movimento em que milita e sobre as questões do trabalho.

Ao longo desta pesquisa, estamos notando como os problemas do mundo do trabalho são fundamentais para apreendermos os processos que engendram a luta pela moradia. Na verdade, estamos defendendo a imbricação dessas duas temáticas. Desse modo, o desemprego comparece como um dos grandes enfrentamentos do trabalhador sem-teto, hoje, de sorte que essa problemática também ganha relevância, em nossa análise, convidando-nos a conhecer um movimento que a apresenta como questão central. Vamos, então, ao Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD).

A entrevistada G nos conta que o MTD se iniciou há sete anos, no Sul, na Grande Porto Alegre. “Mas a gente fez uma mobilização em 18 cidades do Rio Grande do Sul e no fim a gente fez um acampamento em Porto Alegre [região metropolitana], atrás da GM [General Motors], na cidade de Gravataí, onde é gestada pelo PT”.

A atuação do MTD em São Paulo, que começou em 2001, em um trabalho conjunto com o MTST, faz parte da estratégia de articulação nacional do Movimento e da escolha em debater a situação dos trabalhadores desempregados junto aos “grandes eixos econômicos, porque é onde têm o desemprego massivo”:

O fato de eu estar aqui [em São Paulo] é porque a gente está, há uns quatro anos, trabalhando a articulação nacional do Movimento. A articulação nacional do Movimento se dá por dentro da organização dos urbanos da Consulta: os urbanos unidos dentro do espaço da Consulta Popular. Então, no ano passado, a gente discutiu sobre a importância de nós estarmos nacionalizando. Uma, para nós ganharmos mais força e outra, porque o desemprego está crescente em todos os Estados. Nós estávamos sendo chamados constantemente para atender outros Estados, nós estávamos indo individualmente atender esses Estados. E nós achamos que era importante sentar e discutir a questão dos desempregos, a questão dos trabalhadores desempregados na área urbana mais profundamente, uma metodologia de organização para esse público. E daí nós tivemos como prioridade,

estarmos organizando nos grandes eixos econômicos, porque é onde tem o desemprego massivo. Por isso, eu vim pra São Paulo, para estar contribuindo na organização dos desempregados aqui. É São Paulo, Minas e Rio. E nós estamos organizando a partir dali em 10 Estados, mas agora já tem iniciativa de organização em 15 Estados. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

A Pastoral Operária (PO) já atuava em São Paulo com os trabalhadores desempregados e, com a chegada do MTD, essas duas entidades passam a atuar articuladamente, a partir da metodologia dos núcleos de base nos bairros, como nos explica a militante do MTD:

Aqui [em SP] a gente pode dizer que já tem organização dos desempregados, fora nós. [...] O desemprego é uma luta na PO, primeiro eles fizeram uma denúncia sobre a questão do desemprego; e é uma bandeira de organização. Só que eles se firmam junto com nós, com a bandeira de luta nossa. Então nós estamos meio articulados, somos parceiros da PO e ela tem uma organização aqui já em oito locais, são núcleos de base. Nós nos organizamos nos núcleos de base e a PO também faz assim. Dentro dos núcleos de base têm os grupos de economia solidária: a PO organiza assim. Nós organizamos os grupos de trabalho e é quase a mesma coisa da economia solidária.

A PO organiza, por exemplo, na zona sul, na região do Santo Amaro, na região do ABC, São Bernardo, Diadema [...] Existe um grupo de desempregados em Campinas, também pela PO. [...]

E nós nos reunimos, temos núcleo, na zona leste e outro na oeste. Tem outro grupo do MTD que veio por orientação nacional, que são mais três pessoas da Bahia: um dirigente e duas militantes, que estão fazendo um trabalho em Campinas.

E no centro tem algum núcleo?

Não, é que o MTD se reúne bem lá no fundão de bairro mesmo. [...] Existe um grupo de desempregados no centro organizado pela PO [...] Então, nós [do MTD] temos aqui um trabalho no Rio Pequeno, na região do Butantã e outro no Robru, que é na região de Guaianazes, zona leste. E em Campinas é no Monte Cristo, Oziel. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

A entrevistada nos explica como é feito o trabalho nos núcleos de base:

[Para] organizar o MTD, a gente tem que estar sujeito a um profundo trabalho de base. Então, tem mais de um jeito da gente chegar no meio dos bairros. Lá no sul, nós saímos mesmo pelos bairros desconhecidos com a proposta de organização do movimento. Primeiro, nós sentamos e tiramos uma proposta em comum [...] no sentido de uma conversa na

questão da denúncia sobre o desemprego estrutural, e daí apresentamos uma proposta de luta [...] Fizemos o trabalho de base sobre isso, sobre a proposta.

Aqui [em São Paulo] [...], a gente foi fazendo contato com os conhecidos e [...] entramos no bairro, aí a gente começa a ter relação com a associação de moradores, com a Igreja e daí a gente vai trabalhando. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

O público que forma a base do Movimento, os desempregados, é amplo e diverso. Há uma diferença muito grande da organização sindical que articula os trabalhadores por categorias. No MTD, não há essa divisão por categorias. Como isso é entendido pelo Movimento? Qual é o elo entre esses trabalhadores desempregados, na visão do MTD?

A constituição dos desempregados é constituída já por diferentes. O desempregado, ele é das diversas categorias e, quando se vai organizar [...] os grupos, isso demora um pouco, mas não se pode dizer que isso dificulta. O que une é a questão da reorganização do trabalho, da necessidade de se ter que trabalhar, da necessidade da luta. Só que a gente nasce de forças políticas diferentes, mas o que nos une é a prática. Nós não nos organizamos só para fazer política, nós nos organizamos para poder trabalhar e sobreviver. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Além da Pastoral Operária, o MTD, em São Paulo, se articula para a troca de experiências, na organização dos desempregados, via Fórum dos Desempregados: “Aqui em São Paulo, a gente fortalece em espaços que chamam Fórum dos Desempregados, que a gente faz parte. É nesse Fórum dos Desempregados que a gente discute as diversas experiências que se está organizando com os desempregados”. No entanto, a formação do MTD está marcadamente vinculada aos movimentos sociais rurais. “Ele é um movimento urbano, mas ele tem uma relação em parceria, companheirismo mais forte com o movimento do campo. Nós fizemos lutas juntos, de massa”, explica a entrevistada. De um modo geral, as articulações do MTD parecem ser amplas:

Tivemos articulação com os movimentos da Via Campesina, em especial o MST, uma forte articulação com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), com o Movimento de Moradia do Centro (MMC), tivemos articulação com os movimentos da moradia, com os sindicatos, em especial com o sindicato dos metalúrgicos

(muito forte), tivemos e temos uma articulação urbana muito forte. E também com o movimento dos catadores e a PO. [...] E tem um monte de gente com quem conversamos muito. [...] O Sindicato dos Advogados é um apoio incondicional! [há uma sala que eles e outros movimentos utilizam, no espaço onde é a sede do sindicato]. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

A entrevistada nos aponta que os princípios, as bandeiras de luta do MTD, resultado das reflexões e discussões que eles fizeram e voltam a fazer, todos os anos, são “trabalho, terra, teto e educação”. E para explicar o porquê e como chegaram a tais eixos, a militante traçou o histórico do Movimento, que é gestado com base na proposta de organização de um assentamento urbano de desempregados, o *rururbano*, com coletivos de trabalho e formação (formação política e para o trabalho), ou seja, uma proposta que se estrutura na articulação entre os eixos “trabalho, terra, teto e educação” e que reivindica políticas públicas que atendam a essas bandeiras.

O Movimento, quando a gente começou, a gente fez esse acampamento lá no Sul, nós fizemos ele com a proposta de organizar um assentamento urbano. E daí nós nos juntamos pra fazer a denúncia “Aqui estão os desempregados!”. Porque, na época, nós ocupamos atrás da GM [General Motors], porque o governo do Estado financiou a GM com R\$287 milhões, para formar a GM, com isenção de impostos e uma grande desapropriação de sítios e cabanhas¹⁴ ao redor, porque era uma zona de produção agrícola em Gravataí. Então [...] prometia criar três mil empregos diretos para os gaúchos e 10 mil indiretos, e isso não aconteceu. E aí eles queriam levar também, logo depois, a Ford lá com uma proposta semelhante. Daí foi feita uma forte manifestação dos “sem”: sem trabalho, sem casa etc. Foi feita uma manifestação enorme, foi feita a Marcha dos Sem, de protesto contra o governo do Estado, na época [...] e ele não aceitou a colocação da Ford no Rio Grande do Sul. Isso no ano de [19]99. E a partir daí que começou o trabalho de base e organização mesmo dos desempregados. E daí, então, denunciando também, nós ocupamos a GM, os movimentos da Via [Campesina] ocuparam a GM, também para denunciar a questão do desemprego, e nós ocupamos juntos [...]. A partir dali, nós fomos convidar os trabalhadores com essa proposta de nós fazermos um grande acampamento, para ter um assentamento de desempregados. Nós começamos a estudar junto com eles essa proposta de assentamento coletivo e desenvolver grupo de trabalho coletivo. Estudamos várias vezes sobre a questão da cooperação, suas várias formações, e também estudamos vários sistemas de trabalho, fizemos pesquisa, olhamos outras experiências, as experiências

¹⁴ *Cabanha* é a denominação, geralmente usada no interior do Rio Grande do Sul, para propriedade rural de médio ou grande porte, destinada à criação de animais (gado, cavalos, cabras, ovelhas). Fonte: <www.brasileirosnoexterior.com>. Acesso em: 07 mar. 2008.

coletivas que o MST desenvolve. E aí formulamos a nossa proposta de *rurubano*.

Outra proposta nossa, aí logo que nós chegamos na ocupação, nós formulamos uma proposta de frentes emergenciais, coletivos de trabalho. Esses coletivos de trabalho, nós fizemos uma proposta para apresentar para o governo, de que nós formássemos os grupos de produção, grupos de trabalho, para produzir. Produção diversa: tanto horta orgânica, como reciclagem, como costura, como construção civil. Fizemos uma proposta dos coletivos de trabalho: de nós estarmos trabalhando a formação, nós estarmos ganhando um salário mínimo, uma cesta básica. Para isso, trabalharíamos três dias, um dia para nós nos reunirmos para trabalhar a cultura e outro dia para nós fazermos estudos (para nós estudarmos até mesmo a escolarização). Mas daí, com essa proposta, nós fizemos uma marcha. Nós fizemos as lutas todas contra os governos. Então, nós lutamos por políticas públicas. Nós fizemos projeto para ONGs, mas nós afirmamos pelo seguinte: quem é que recolhe os impostos dos trabalhadores? É o Estado. É o Estado que tem um fundo de amparo ao trabalhador, é ele que forma esse fundo. É o Estado que tem o superávit, é ele que junta esse dinheiro. E é dele que nós... até agora, é dele que nós temos que cobrar. Até porque os trabalhadores têm que entender, e é importante para eles entender, que essa estrutura política que está aí, ela não está resolvendo a questão do desemprego [...]. Então, cobrar do Estado, cobrar do poder público. E eles não respondendo a isso, se percebe que o poder público, que a política, que a organização institucional não responde mais aos trabalhadores.

[Então], fizemos essa segunda proposta, que foi as frentes emergenciais e para nós estruturarmos essas frentes (que era para seis meses), nós construímos uma proposta de crédito. [...] nós trabalhamos seis meses para o serviço público, para a Prefeitura e para o Estado, fazendo limpeza e tal. Só que aí, quando chegou o final dos seis meses, nós percebemos, fazendo avaliação, que eles [trabalhadores] não se sentiram satisfeitos, os grupos se dispersaram, porque eles não viram resultados dos seus trabalhos. [...] o salário mínimo era baixo, a cesta básica pequena, precária, e a formação não via encontro com a questão da relação do trabalho, ficavam até indignas as relações de trabalho. Então, nós reformulamos ela. No governo seguinte do Estado [...], nós já entramos com a proposta de nós trabalharmos para os grupos de trabalho nosso. Só que nós não conquistamos na íntegra a frente de trabalho, nós conquistamos para nós trabalharmos quatro dias da semana e mais a formação. E nós tivemos muito trabalho para garantir a formação, eles liberavam para o trabalho, mas não liberavam para a formação. Mas, como era uma lei; foi criada a lei do Estado, porque fizemos a marcha [com povo de catadores, de moradia, sindicato], muita pressão, ficamos sete dias na rua [...], daí conquistamos a lei dessa forma e depois avançamos para a forma de trabalhar nos grupos.

E isso foi trazendo resultado e nós começamos a organizar os grupos de trabalho no meio dos bairros e surgiram assim os núcleos de bairro [...]. Que não era uma experiência de quase nenhum dos movimentos camponeses de fazer núcleo na vila, era tudo no acampamento. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Os núcleos são organizados nos bairros onde os trabalhadores desempregados moram. A formação do MTD acontece dentro desses núcleos e o que é bastante valoroso para eles são os chamados *grupos de trabalho*, constituídos de acordo com os interesses e possibilidades do núcleo. O grupo de trabalho é uma experiência de autogestão, organizada para produzir e garantir, sobretudo, algumas necessidades de consumo dos desempregados. A entrevistada nos detalha, abaixo, o funcionamento dos grupos, fala da reivindicação por crédito subsidiado e da política financeira do Movimento, além de diferenciar os grupos de trabalho da experiência conhecida como *economia solidária*.

O núcleo no meio do bairro, a gente não move o povo de lá. Nossos núcleos são de 10 famílias até 50, não pode ter mais de 50 [...] senão, não avança o processo de formação. Dentro desses núcleos em que se discute a questão política e a questão de formação do Movimento, têm os grupos de trabalho. E os grupos de trabalho, às vezes, são diversos dentro de um núcleo, às vezes um núcleo comporta três, quatro grupos de trabalho. Tem grupo que é de padaria, outro grupo é de construção civil, outro grupo é de metalúrgica, de costura. [...] é feita a discussão, as pessoas desejam fazer aquele trabalho, daí a gente começa a trabalhar em busca de material e da formação. [...] o local físico: às vezes funciona em espaço público, às vezes até na garagem de uma família. [...] a padaria vende no bairro. Tudo começa com o processo de autogestão, autoconsumo, até [...] desenvolver a habilidade, toda nossa produção é voltada para o consumo do desempregado... começa a ter a venda entre os próprios grupos, mas também em feira e nos bairros.

[...] existem muitas economias solidárias por aí, mas a nossa tem um princípio de a gente estar produzindo produtos com qualidade diferenciada, mas para o consumo dos próprios desempregados. Então, tem que ter baixo custo, para que o próprio trabalhador consiga consumir, ou até mesmo o trabalhador assalariado, que tem o salário muito baixo, consumir. Então, esse é o princípio de economia solidária que a gente tem. Por isso que a gente chama de grupo de trabalho e a gente não diz direto grupo de “economia solidária”, porque a gente acha que isso é muito o nome do governo. E também a gente avança, em [relação à] economia solidária, quando a gente se organiza e faz a luta e a cobrança. Então, tem que ter luta, não basta tu organizar um grupo autogestionário e se vende ali, arrecada e fica bonito... até porque poucos funcionam assim, eles funcionam precariamente pelo seguinte: porque eles não têm autofinanciamento para avançar. Então, por isso a gente faz a luta pela questão do crédito. A gente luta por um crédito subsidiado. Um crédito onde a gente venha a pagar pouco sobre ele, ou talvez que a gente nem precise pagar. É um crédito que a gente vai adquirir também com mais facilidade, porque o trabalhador desempregado às vezes não tem a documentação pra entrar na Caixa Econômica e fazer crédito, existe crédito na Caixa e no Banco do Brasil e tal, mas o trabalhador desempregado não tem a contrapartida e não tem às vezes a

documentação, daí o movimento luta para agilizar isso. [...] o governo repassar o crédito.

O Movimento tem uma política de finanças [...] a política própria dele de autogestão [...]. O Movimento não trabalha com a visão de que todo o dinheiro a gente tem que pegar da política pública. A gente pega dali, porque a gente não tem como sair trabalhando. Então, a gente faz essa luta, porque não tem como tu pegar e cobrar uma cota dos desempregados sem antes ele conseguir adquirir um fundo, uma renda, porque ele não tem nada. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

E como o MTD está atuando hoje, em São Paulo? A militante, por nós entrevistada externa seu ponto de vista:

Aqui em São Paulo, estamos em processo de formação dos grupos e estamos numa discussão de ocupação das fábricas junto com os meninos que estão ocupando fábrica [...] aqui estamos formulando uma proposta unitária, não está fechada e não perdemos de vista a importância de termos ainda assentamentos de trabalhadores desempregados aqui. Mas isso é uma discussão que as pessoas têm que compreender a importância desses assentamentos e também a forma de fazer. [...] tem que ser a partir dos núcleos de base. [...] e pensamos e conversamos com os trabalhadores de não fazer barracos de lona, porque tem construções alternativas [...] como na Bahia, de barro, teto de capim... para que as pessoas não passem calorão lá dentro. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

É muito relevante perceber como o MTD entende o desemprego e qual o significado de trabalho, para o Movimento. Tal constatação permite situar o MTD nesse debate e apreender um pouco mais da sua postura política:

O desemprego tem vários níveis. Os níveis do desemprego são assim: tem gente que nunca foi empregado, é um desempregado; mas tem gente que foi empregado poucos anos, mas já teve experiência com o trabalho estrutural, sabe como é que funciona uma empresa e conhece o comando do patrão, o sistema de exploração pelo trabalho; e também tem aquele que trabalhou bem mais tempo e fica desempregado; e por aí vai; tem a mulher dona de casa, que trabalha e faz o serviço doméstico. E para nós, do Movimento dos Desempregados, tudo isso é trabalho, nós temos outro conceito de trabalho. Mas é outro nível de desempregado [dona de casa], porque de repente ela precisa trabalhar para viver, pra levar alimento pra casa e ela não consegue um emprego, e daí ela tem que participar do grupo de trabalho, para estar conseguindo uma renda pra casa.

O nosso conceito de trabalho é tudo aquilo que se faz ou que se produz para construção da vida, para organização da sobrevivência, das necessidades básicas para a vida: tudo isso é trabalho. Trabalho com cultura, teatro é trabalho, a pessoa trabalha, desenvolve uma

atividade, faz uma produção. Conceito de trabalho, para nós, ele é muito mais amplo que emprego.

Nós não temos tanta preocupação com a inserção do trabalhador no mercado. A nossa preocupação é criar uma nova relação de trabalho e um outro jeito do trabalhador se organizar. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Apesar desse entendimento amplo sobre quem são os desempregados e sobre o que é o trabalho, a relação com os trabalhadores informais ainda encontra limites porque, pelo que nos conta a entrevistada, eles não estão inseridos diretamente no Movimento.

Nós temos uma relação muito forte com os trabalhadores informais, até chega ser assim uma relação de respeito, porque é um grupo que a gente não consegue organizar, só que a gente faz toda uma discussão [entre o Movimento] da exploração no trabalho informal também. Mas a gente não tem uma discussão muito ampla com eles [...].

E eles não se sentem desempregados?

Muitos deles não. Até porque a questão dos camelôs é uma coisa histórica também [...] (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

As dificuldades do MTD estão vinculadas ao desafio contido na diferença entre a perspectiva que o Movimento tem com a questão do desemprego, hoje, e a sua proposta de autogestão, para enfrentar essa conjuntura, e as expectativas com as quais os trabalhadores desempregados chegam ao Movimento. Nesse sentido, o debate dentro do Movimento é sobre a tomada de consciência do desemprego estrutural e a necessidade da autogestão versus a culpabilidade pelo desemprego e a expectativa de volta ao mercado de trabalho:

Como o Movimento é uma proposta nova de organizar, então, nas nossas relações com os sindicatos e com os desempregados, eles têm dificuldade, no primeiro momento, de entender o processo autogestionário. [Por exemplo], essa loucura de se reunir durante a semana e não fim de semana, porque o trabalhador empregado, ele se obriga a militar fim de semana, senão ele não milita, ele não avança. Nós vemos assim, ou nós lutamos e organizamos o trabalhador desempregado e nós temos esse compromisso, nós, desempregados, nós temos que nos auto-organizar e adquirir essa consciência, senão nós engrossamos aí a fila da barbárie e da miséria. Porque o trabalhador empregado, no primeiro momento, por mais que ele descreva, ele quer uma organização de desempregado e de trabalho perfeita. É difícil de pensar e repensar o trabalho fora da fábrica! Então, o trabalhador desempregado quando ele chega pra se organizar

com a gente, ele chega ainda pensando em voltar para a empresa, para seus empregos. Não que a gente é contra! A gente não é contra, mas a gente tem a consciência de que nem todo mundo voltará para os empregos e nós somos obrigados a discutir essa situação! Porque historicamente a realidade está dizendo que não e também a conjuntura política está dizendo que não! Não há emprego para todo mundo! As empresas não quebram porque elas não têm dinheiro, elas quebram porque os donos das empresas não querem mais investir na produção, eles acharam outras coisas para investir, eles acharam a especulação sobre o lucro! O trabalhador desempregado, ele não tem muita dificuldade de entender isso, porque ele sente muito isso na vida deles. Só que antes do desempregado chegar nos núcleos para gente trabalhar, ele vem pra se organizar com a gente, mas pensando muito ainda que ele está desempregado porque ele não tem formação, ou porque ele [ainda] não tem a idade, ou porque ele passou da idade. Ele acha que a culpa de estar desempregado é dele! Ele não compreende que é um sistema estrutural. E daí então a gente vai conversando, e compreendendo e também questionando as situações. [...] aqui em São Paulo, o maior número de desemprego é de jovem. E a maioria desses jovens tem formação, tem escolaridade. Quem é que disse que tendo escolaridade garante emprego! E por que não empregam os jovens, então? É uma loucura, a juventude não tem emprego! Uma juventude [...] bem sadia, sem trabalho, com toda aquela energia, vai sofrer diversas frustrações: termina o segundo grau e não consegue emprego e muitas passam a fazer algum trabalho que as deforme, que leve para o mundo do crime! (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

E a disputa dessas idéias é uma disputa territorial. São diferentes interesses e forças atuando, e as ações e idéias do Movimento se somam a esse jogo de forças em disputa. Isso parece estar claro para a militante entrevistada:

[...] dentro da sociedade, no meio do bairro, não existe nenhum espaço livre, não existe nenhum metro quadrado que não esteja sob o poder de alguma organização: ou é do vereador, ou é da associação, ou é do tráfico, ou é do crime organizado, porque crime organizado não é só o tráfico. Então, não tem nenhum metro quadrado que não tenha uma força atuando! Quando o desempregado chega no meio de um bairro desses, ele é mais uma força que está ali dentro. E também tem o movimento da moradia que, determinado [...] a gente se relaciona com vários, mas na hora da prática, nem tudo é a “mil maravilha”, a hora que está chegando é um movimento a mais, e dependendo de como está chegando quebra os pratos [...]. Nada é assim fácil. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

A entrevistada aponta a importância da formação política:

A formação política a partir da organicidade da estrutura: daí vem toda a discussão das relações humanas, acompanhada com os estudos de organizações históricas; a formação política em relação à questão do trabalho que não é uma formação qualquer, se discute, pra gente ter esse novo pensamento do trabalho, se discute muitas vezes as relações do trabalho e os conceitos de trabalho. Essa discussão do trabalho do Ricardo Antunes [estava com o livro *O avesso do trabalho*, do autor] eu acho que até a gente tem ela bastante dentro do Movimento [...] alguns colegas nossos da direção que já têm estudado o Ricardo Antunes.

Quem são os educadores?

Aí nós temos os cursos, temos os cursos da Via Campesina que nós fizemos parte, nós fomos convidados a participar dos cursos; tanto os cursos de formação política, quanto os cursos de formação mesmo técnica. [Comenta que fez o curso de Pedagogia da Terra, que estudou sobre território, campo e cidade]. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Para que possamos entender os desafios e as perspectivas do MTD, vistos pela militante G, cabe-nos antes apresentar seus argumentos que relacionam a questão do desemprego com a exploração no chão da fábrica e a fragmentação dos trabalhadores por categorias, estabelecida pela própria organização sindical: processos que são entendidos como resultado do “pensamento do sistema”, o qual se reproduz na classe trabalhadora e no sindicalismo:

Quando eu fui ser operária, porque eu já discutia antes e tal, eu coloquei que “Olha, não sei se [ser operário] não é, em determinadas situações, mais difícil do que ser preso”. Porque tu trabalha, tu é completamente controlado, tu é maltratado às vezes, é xingado, tu não pode pensar sobre a produção que tu faz, tu trabalha só com tuas mãos, porque tu não pode utilizar a criatividade, então tu é explorado física e psicologicamente. Então, se a gente tiver mesmo uma compreensão do que são os níveis de exploração, a gente não condena a situação em que está o sindicato. Tudo foi construído para o sindicato ser do jeito que é. Claro que também não são uns anjos, porque eles também poderiam avançar em algumas coisas, mas muitos também não avançam por causa do nível de exploração, do individualismo que se trata, tudo é voltado para o individualismo.

Os sindicatos que estudamos durante o mestrado não abarcavam os desempregados. Isso não é um pensamento sindicalista?

Esse é um pensamento do sistema! O sistema criou um pensamento na formação da classe trabalhadora no Brasil e o movimento sindical reproduz. Reproduz porque, se o trabalhador é desempregado, “é desempregado porque ele quer, trabalho tem pra todo mundo”. Porque o trabalhador está por fora da atual conjuntura, da questão do [...] trabalho e da sua própria classe. [...] Por que não pode ser um

sindicato só para todas as categorias? Porque todos são trabalhadores e todos são explorados! Cada categoria se formou em um sindicato: já foi criado, pensado, para dividir os trabalhadores. Além de cada categoria ter seu sindicato, eles ainda não conseguem ter uma reflexão: sua estruturação de trabalho e sua longa jornada, a hora que o trabalhador para, ele vai querer ter uma relação com a família dele e ainda muito mal. O dinheiro também que ele ganha é muito pouco. E qual é o tempo que ele tem para a formação política dele e pra ele compreender a conjuntura dele, contra o outro? Então, o trabalhador empregado, quando ele se sobressai dentro dessa conjuntura é porque ele tem muita força de vontade, e outra porque às vezes o sindicato consegue despertar ele e faz alguns eventos que consegue avançar um pouco mais. (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

A entrevistada igualmente enfatiza a existência de uma submissão dos sindicatos em relação ao Estado, como mais um limitante do sistema sindical. Outra observação feita por ela refere-se ao ambiente individualista que invade a tudo e a todos, prevalecendo sobre o coletivo, o que pode ser entendido como a cooptação da subjetividade dos trabalhadores pelo capital. Assim, a entrevistada concebe essas questões como uma crise presente nas organizações sociais: “É uma crise da esquerda”, ela afirma, como podemos conferir abaixo:

E também a relação que se complica um pouco é a forte relação que o sindicato tem com o Estado. O Estado acaba dizendo as políticas para o sindicato. Como a Central Única dos Trabalhadores: ela passa a fazer muito o que o Estado está dizendo e não ouvindo o trabalhador [...] O sindicato não tem mais as comissões de fábrica, porque isso dá muito trabalho. Porque aí os trabalhadores vão decidir sobre as questões dos trabalhadores, sobre a fábrica e também sobre a diretoria. Então o sistema sindical, quando os sindicalistas não se dão conta disso, não avança! E também tem aquela questão, né?, que nós somos todos capitalistas! A maioria de nós, os interesses pessoais, individuais, por muitos momentos, se sobressaem aos coletivos... até grandes lideranças, até mesmo na esquerda, quanto mais importante é a liderança, menos solidário ele é! isso em toda a esquerda! E isso leva a uma certa preocupação. [...] é uma crise da esquerda! E é uma contradição que também, quem percebe, volta, para refletir a postura. Então, tem que perguntar: que organização estamos querendo criar? Que ser humano queremos formar? [...] aquela história de que os dirigentes não tiram tempo para cuidar dos próprios filhos: como é que ele vai pensar no colega? (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Qual seria o desafio do MTD, hoje? “É construir todo ele nessa imensidão toda com principio de transformação [...] e não perder de vista a estratégia de

formação da classe trabalhadora, esse é o grande desafio. Se nós não organizarmos os trabalhadores para isso, nós teremos vida curta!”, afirma a entrevistada G.

E quais as perspectivas para os problemas do mundo do trabalho, na atualidade? A resposta é: avançar nas conquistas econômicas, que a entrevistada aponta como sinônimo de luta de classes, e acreditar na revolução, enquanto um processo de que todos podem participar, até mesmo o mendigo. Nas palavras da entrevistada:

O que a gente vê é [...] temos que avançar nas conquistas econômicas. Nós não podemos mais fazer uma luta para transformar a sociedade só no campo da política, tem que ser no campo da política e da economia: luta de classes é o que a gente vê, no caminho. E a gente sabe que o capital hoje não tem concessão. A gente sabe que não é fácil, mas tem que construir o dia-a-dia. Mas a gente não sabe, assim no dia-a-dia, até que ponto a gente alcança [...] tudo isso é um processo, se constrói muito na metodologia.

[...] o Movimento constrói muitas lideranças, formação boa, diferente. A gente tem uma postura diferente, mais coletiva.

[...]

Todo o ser humano está aí para contribuir para o projeto: não dá pra gente dizer que o mendigo da rua não vai fazer parte do processo de revolução, porque pode ser!

Você acredita na revolução?

Acredito.

O Movimento acredita?

Acredita. Ao menos a militância que a gente tem dentro do Movimento... porque revolução não é uma idéia dada e nem pronta. Revolução é um processo que se constrói a cada dia... no trabalho, na luta, na resistência. Quem luta por transformação (só se não lutar pela transformação!) acredita na revolução! Mas quem luta por reforma, daí já não está com a estratégia correta. [...] A gente defende o que é possível fazer naquele momento, mas sem perder de vista o que a gente quer alcançar logo depois. Mas para nós, enquanto Estado, reforma não, enquanto política institucional, não! Temos que pensar em outros planos estratégicos. Temos que construir outro projeto, esse projeto que está aí não serve. [...]

Esse é um pensamento da coordenação nacional do MTD! (Entrevistada G, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, entrevista à autora, 2007).

Antes de passarmos para o próximo item, queremos ressaltar que há uma constante tentativa de criminalização e deslegitimação dos movimentos sociais, no Brasil. Da mesma forma, os movimentos de luta pela moradia estão sujeitos a isso. Comentamos sobre a prisão e a acusação do entrevistado A, porque é um caso que teve repercussão e ainda não está resolvido; além desse, outros entrevistados também

declararam já terem sido presos em despejos violentos. O entrevistado D, por exemplo, relata ação policial violenta, em acampamento do movimento:

[Um policial] agrediu uma de nossas companheiras que estava com a filhinha dela, de oito meses, no colo, e ele deu dois tapas no rosto da companheira. Foi onde virou aquele conflito, a rua praticamente virou um campo de batalha. As pessoas foram pra cima da polícia, teve pancadaria [...], os policiais fazendo gestos obscenos [...], agredindo com palavras [...] um preconceito racial e de classe também [...] [eles] são explorados também, são trabalhadores assalariados, mas acham que só porque estão por trás de farda têm o respaldo do governo, têm autorização para matar e agredir trabalhadores, eles acham que são superiores. Eles, dentro da corporação deles mesmo, eles sabem que muitos moram em favelas, moram em áreas de invasão também e que vivem escondidos da própria sociedade, não podem mostrar que são policiais, com medo de represália. Eles não vêem essa parte, esse outro lado da moeda. Então, voltando, uns dos companheiros foram presos, outros hospitalizados porque tinham apanhado da polícia. (Entrevistado D – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Na verdade, esses casos de violência policial e tentativa de criminalização dos movimentos de moradia, para deslegitimá-los publicamente, são bastante comuns. No Dossiê de Denúncia do Fórum Centro Vivo (2006), são citados vários exemplos recorrentes de violações dos direitos humanos. Além da truculência policial e jurídica sobre os trabalhadores sem teto, os meios de comunicação ainda tratam de difundir uma visão pejorativa dos movimentos, contribuindo para criminalizá-los. Isso dá sentido à preocupação revelada pelo entrevistado D, em explicitar socialmente aspectos pontuais e concretos que fazem parte do projeto político do Movimento, por meio de atos práticos e resultados visíveis, os quais contribuam na construção de sua legitimidade.

Uma demonstração de que o discurso construído na mídia é tão denso e formador de opinião é a declaração (já apresentada acima, mas que vale a pena reapresentar, neste novo contexto da análise) do militante do MTST sobre sua visão a respeito dos movimentos sociais, antes de começar a militar:

[...] antes de eu entrar no movimento eu tinha a visão de muitos, que não conhecem nenhum movimento têm até hoje: que é a visão que a mídia passa. [...] a minha opinião na época, inclusive do MST [...], é que era um bando de vagabundos [...] visão totalmente capitalista, totalmente burguesa. [...] vim quebrar isso, através de conscientização

política. (Entrevistado D – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

3.2. Práxis e luta pela moradia

O objetivo deste item é refletir sobre a práxis dos movimentos de luta pela moradia.

Na maior parte das entrevistas, conseguimos levantar algumas pistas a respeito do que esses militantes pensam sobre o pertencimento e a luta de classes; quanto à articulação das lutas, antes buscamos saber se estão realmente articuladas, com quem e/ou se esse é um desafio para o movimento; a fragmentação da luta pela moradia; o Estado e as políticas públicas; dificuldades, contradições, perspectivas e desafios da luta, hoje.

3.2.1. Fragmentação de classe e práxis reiterativa

Vimos, no item “3.1.3. O problema e a luta pela moradia sob o ponto de vista dos seus militantes”, os projetos e as ações de diferentes movimentos de luta pela moradia. Cada um deles tem formas específicas de pensar e atuar e, em seus históricos, foram conseguindo, de maneiras distintas, cumprir com algumas de suas proposições: pressionar o poder público, dar visibilidade às suas reivindicações, conseguir a posse de terrenos ou prédios ocupados e neles construir suas comunidades, organizar e politizar trabalhadores sem-teto, entre outras conquistas. Todavia, os movimentos sociais não estão livres de contradições e fissuras. E, se elas existem, não podemos deixar de reconhecê-las e entendê-las, até mesmo porque o que mais valorizamos, em nossa análise, é a apreensão da complexidade dos processos, das suas contradições e fissuras.

Sendo assim, nos próximos subitens deste capítulo, discutiremos as dificuldades e as contradições dos movimentos de moradia, enfatizando a questão da fragmentação da luta pela moradia. No subitem 3.2.1.1, identificamos algumas fragilidades dos movimentos, provenientes de fragmentações *internas* à organização desses trabalhadores sem teto. Ou seja, fragmentações que são limites internos do pensamento e das ações dos movimentos. Na seqüência, traremos um subitem que irá explicitar as fragmentações *produzidas* pela práxis do capital. No contexto das atuais

transformações do capitalismo, vemos o desenvolvimento de novos instrumentos e mecanismos que produzem sentidos, ideologias, sociabilidades que legitimam e reiteram o sistema hegemônico: são estratégias para o domínio total do capital. O cotidiano e a luta dos trabalhadores são afetados por essas estratégias de cooptação da subjetividade.

Começemos, portanto, pelas fragmentações internas.

3.2.1.1. Fragmentações internas à luta pela moradia

Nossa pesquisa empírica foi mostrando que a luta pela moradia está repleta de nuances, de contradições e fissuras. Não conseguimos entendê-la dicotomicamente: não podemos pensar que a luta pela moradia representa, em sua relação com o Estado e o capital, uma disputa clara e homogênea entre um projeto de emancipação x um projeto fetichizado/reiterativo. E isso não acontece apenas porque, no universo total dos movimentos de luta pela moradia (que é muito maior do que os que estudamos mais de perto), há inúmeros movimentos com diferentes projetos políticos, há movimentos combativos e movimentos extremamente dóceis e cooptados, mas todos apresentam contradições internas. Experiências de insurgência, de unificação, de cooptação e de fragmentação podem ser todas elas vivenciadas por um mesmo movimento, em diferentes momentos de seu histórico. Reconhecer a complexidade dos movimentos de luta pela moradia é reconhecer que, na sua dinâmica, há dificuldades, desafios, contradições, fissuras e potencialidades.

A existência de hierarquia entre as lideranças e a base; a vulnerabilidade da organização de base, quando uma liderança é retirada de cena, como, por exemplo, o fato comum da prisão de lideranças como tentativa de criminalização do movimento, também demonstrando a existência de uma hierarquia dos papéis; a dificuldade de executar, de colocar em prática determinados ideais que é resultante, de alguma maneira, de ausência de consciência da própria práxis; a disputa entre os próprios movimentos por diferentes motivos, como, por exemplo, para que “seu” movimento seja atendido pelos programas habitacionais públicos¹⁵ etc. Esses são alguns

¹⁵ Participamos de uma reunião de articulação dos movimentos do Centro, realizada no Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, em fevereiro de 2007, na qual um militante denunciava nada menos que a saída na frente, ou seja, isolada, de um dos movimentos, num ato público, que havia sido planejado conjuntamente por vários movimentos.

exemplos de experiências que debilitam a luta pela moradia e evidenciam contradições internas aos movimentos.

Além dos exemplos citados, queremos apontar outros, amparados nas falas de alguns dos nossos entrevistados, os quais demarcam uma fissura dos movimentos que nos parece central, nos dias de hoje: a fragmentação dos trabalhadores organizados na luta pela moradia.

Quando ampliamos nosso olhar para além da luta pela moradia, o que nos aparece é um sindicalismo e diferentes movimentos sociais extremamente fragilizados e cooptados. Dentre as várias causas dessa fragilização, a fragmentação é uma das que se mostra de distintas maneiras, como na atitude corporativa, na vinculação subserviente a partidos políticos, na reivindicação que não ultrapassa o imediatismo e se demonstra incapaz de articular lutas verdadeiramente coletivas e mais abrangentes. Debilitar a identidade de classe, que é um fator articulador, foi uma das grandes investidas do capital, nos últimos anos, como iremos discutir mais adiante.

Desse modo, percebe-se que a fragmentação, ainda que em diferentes formas e graus, também está presente nos movimentos de luta pela moradia. Para “visualizarmos” alguns desses elementos fragmentadores no pensamento e na prática dos movimentos, selecionamos algumas falas que nos permitem perceber esses aspectos, de maneira mais direta. Nesse sentido, vale esclarecer que, por isso, nem todos os movimentos estudados comparecem nesta seção, o que não significa que os que estão presentes sejam os únicos que apresentam contradições – ou vice-versa, os movimentos que não comparecem são os que apresentam contradições. Foram selecionados, então, apenas os trechos mais didáticos, para a apreensão do que aqui nos interessa.

Começemos pela relação do MTST com o MST. O Entrevistado I, do MTST, comenta sobre a forte articulação inicial com o MST e posterior distanciamento, em busca de consolidação e autonomia:

A história do MTST mostra essa diferença. O MTST nasceu vinculado ao MST, diferente dos outros movimentos que nasceram vinculados ao projeto do PT. [...] Isso vai influenciar a formação da base do movimento.

[...] [Mas chega um momento em que] formávamos militantes na cidade, para ir para o campo [...] um quarto da liderança do MST hoje veio dos sem teto, se formaram aqui na luta urbana e foram pra lá depois. Então, reavaliamos [...] eles se formavam e acabavam conduzindo a luta pela reforma agrária. [...]. Sempre agimos assim: ser

vinculados ao MST, que era importante, mas, que se não fosse bem refletido, se tornaria um problema.

[...] Nós [estávamos] criando condições para construir um movimento autônomo ao MST, até porque os desafios da cidade eram outros. O vínculo com o MST poderia, nesse sentido, atrapalhar. A gente queria construir o problema de reforma urbana... é diferente do problema de reforma agrária. Nós deveríamos apoiar o MST nas lutas de reforma agrária, mas, se nós não pensássemos com mais seriedade naquilo que nós estávamos fazendo, íamos incorrer no fracasso. Íamos nos frustrar e acabar voltando para o MST, isso se não ficássemos jogados pela cidade aí. Foi então quando nós tivemos uma crise, porque foi uma crise: um filho largar o pai, querendo ir embora e pensando, ao mesmo tempo: “Será que vou conseguir viver sem ele?” Não é fácil, mas era um processo que foi rico e foi muito debatido. Chegamos à conclusão de que nós éramos capazes de alterar a conjuntura, porque nossas ocupações mostraram isso. *Chegamos à conclusão de que, se a gente conseguisse fazer algo muito parecido com o que o MST fez no campo, só que na cidade, incomodaríamos muito mais do que o MST incomoda.* (Entrevistado I – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

A pergunta que nos fazemos é se esse processo de consolidação e autonomia do MTST resultou simplesmente num distanciamento supostamente necessário à afirmação das particularidades do urbano (como um instrumento a mais, na unificação da luta dos trabalhadores sujeitados aos imperativos do capital, tanto no campo como na cidade, na esfera da produção ou da reprodução), ou acabou se perdendo nesse afã pela consolidação/autonomia, permitindo que elementos de cisão das lutas se fizessem presentes. O depoimento parece sugerir mais a segunda opção.

Um aspecto importante para esclarecer melhor essa questão está no discurso do Entrevistado I, quando ele demonstra entender a luta pela moradia no contexto da luta de classes:

Por que o Estado dispõe toda a sua estrutura pra tirar a gente da área? O que está por trás disso? [...] O que é a mercadoria terra, na cidade? Qual é a importância dela? [...] O que está por trás do conflito é uma *luta de classes*, brutal. Não tem casa, não tem terra na cidade? E a concentração, o interesse em concentrar, em acumular capital no território urbano? (Entrevistado I – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Todavia, mesmo com esse esforço em pensar a luta pela moradia, no contexto da questão de classe, não percebemos uma tentativa enfática de colocar em pauta e assumir atos práticos de aprofundamento, na articulação dos movimentos sociais

do campo e da cidade, no sentido de se construir uma unificação das lutas, a qual afirme a identidade e o objetivo geral da classe trabalhadora, acima das demandas particulares.

Ao invés disso, o trecho descrito acima – “chegamos à conclusão de que se a gente conseguisse fazer algo muito parecido com o que o MST fez no campo, só que na cidade, *incomodaríamos muito mais do que o MST incomoda*” – revela outro aspecto presente no pensamento do militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que, em última instância, expressa um processo que tende a uma competição entre os Movimentos: se o que ocorre entre esses dois importantes movimentos ainda não chega a ser uma completa cisão, a relação entre eles foi deixando de ser extremamente articulada, para ir, cada vez mais, se distanciando, e, com isso, fragmentando a luta do trabalhador em reivindicações do rural e do urbano, de maneira a fragilizar a identidade de classe.

O Entrevistado I falou explicitamente de *unificar bandeiras*, apenas, como um desafio que o movimento está enfrentando com uma proposta concreta, quando o tema abordou as demandas comuns (moradia, saúde, educação) que as comunidades dos bairros urbanos têm. Demonstrou uma preocupação com a construção da identidade coletiva dessas comunidades, mas isso não se estendeu como um real desafio para a questão da classe trabalhadora, pois se excluíram da equação os trabalhadores do campo.

Fala-se de luta de classes, há um avanço na identificação do capital no jogo de forças da questão da moradia, o que não compareceu de maneira clara para todos os movimentos entrevistados, como veremos mais à frente, mas a luta de classes parece ainda não ser percebida com clareza na sua totalidade. As ações do Movimento, justificadas como busca de autonomia, terminam por cindir a classe trabalhadora. É como se houvesse uma classe trabalhadora urbana e uma classe trabalhadora rural.

O que queremos ressaltar é que há uma clareza de que o sem teto é também sem trabalho, sem escola, sem lazer, sem alimentação, sem transporte etc. – e de que é preciso aglutinar essas demandas. Porém, esse sentido comum não alcança o panorama da luta do trabalhador contra o capital, já que a noção do trabalhador enquanto classe se desvanece, assim como a totalidade do capital, quando as questões do campo e da cidade são dicotomizadas, sem o rebatimento, na prática do movimento, da idéia de que o conflito capital x trabalho extrapola qualquer fronteira. A unificação orgânica dos trabalhadores encontra seu limite nessa dicotomia.

O Entrevistado D, pertencente ao MTST, assim como o Entrevistado I, apresenta, em acréscimo, argumentos a favor da unificação:

A conscientização da sociedade, do próprio corpo estudantil, que a gente vê que o movimento estudantil está bem defasado, já não tem mais aquela força que tinha... se não se conscientizarem, se os movimentos sociais não se unirem, juntamente com os movimentos sindicais, deixando a militância partidária de lado, que eles não têm interesse nenhum, não têm vínculo nenhum, se a gente não se unir e procurar travar uma batalha só para conquistar todos os direitos que é nosso, que é do cidadão, a gente não vai conseguir nada [...] Vai entrar geração, sair geração e vai continuar da mesma forma. (Entrevistado D – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Entretanto, a seqüência de sua fala também reforça a fragilidade da qualidade da articulação que conseguem pôr em prática: “Nos articulamos com o MMC [Movimento de Moradia do Centro], com os professores, com o MST [...] e estamos acompanhando meio de longe a construção do Conlutas [...] *sem assumir nenhuma postura orgânica*”.

A questão de classe não comparece no discurso da Entrevistada B, do Movimento dos Sem Teto do Centro. Para ela, há uma noção geral da existência de um conflito:

Porque o pobre, não adianta ele dizer, “Oh, eu vou ficar sentadinho ali que eu vou conseguir”, porque ele não consegue! Se a pessoa não for pra uma ação, não for pra luta, não consegue nada. Porque [...] a classe dominante, eles se preocupam muito com a dominada: por exemplo, se ele viu o dominado ali organizado, ele já [pensa]: “O que será que eles estão tramando?”. Eles olham você... (Entrevistada E – Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

E há também certa compreensão da necessidade de organização e articulação dos trabalhadores:

[...] enquanto tem um grupo de pobre aqui dentro [da ocupação] lutando pela moradia, têm os outros que estão lutando por outra coisa: não pela moradia em si. A pessoa chega aqui e fala: “Ah, eu não quero ficar lutando pela moradia, eu vou participar lá naquela igreja que vai dar cesta básica, porque lutando pela moradia eu já tenho aquele grupo”. Ela não lembra que ela também tem que lutar [pela moradia], porque quanto mais o pobre unido, mais faz o rico ficar preocupado. (Entrevistada E – Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

Todavia, é uma noção ainda fragilizada por dois motivos conjugados: primeiro, porque, ao mesmo tempo em que a militante reconhece a importância de certa articulação dos interesses dos trabalhadores, o problema da moradia ainda exerce um papel catalisador:

A moradia é o nosso foco principal, mas, além da moradia, tem tudo, tudo o que vem: o transporte, o emprego, a educação, a saúde. Mas o primeiro, o enfoque é a moradia, porque você, tendo a moradia, mesmo sendo a moradia provisória aqui [a ocupação], você já tem o pé firme. “Eu estou ali, agora eu vou lutar pelo meu emprego, pelas escolas dos meus filhos, vou lutar pela creche, vou lutar pelo emprego do meu filho, porque ele é menor, vou lutar pela saúde”. (Entrevistada E – Movimento dos Sem Teto do Centro, entrevista à autora, 2006).

Se essa catalisação da moradia pode ser relativizada, tendo em vista estarmos tratando de um movimento de luta pela moradia e ser esse o seu foco, há um segundo – e o mais importante – ponto de fragilização da noção de classe, a ser levado em conta: a articulação dos trabalhadores almejada é compreendida enquanto uma forma para conseguir atender as necessidades pontuais e imediatas (moradia, transporte, emprego, educação, saúde), e não como uma articulação necessária e voltada para emancipar o trabalhador, ou seja, para superar a submissão, a alienação e a super-exploração do trabalho pelo capital, os quais são os elementos que engendram a precariedade do conjunto das condições de existência do trabalhador. Não há uma práxis coerente com a compreensão de que, sem a superação do trabalho alienado, não se pode solucionar o problema da precariedade do conjunto das condições de existência.

Ambas as posturas denotam, assim, a dificuldade enfrentada pelos movimentos em direcionar suas propostas e práticas para uma práxis transformadora. É ilustrativo o ponto de vista da Entrevistada B (já descrito anteriormente) de que as imobiliárias, as empreendedoras e as construtoras (o capital “personificado”) não fazem parte do alvo direto da luta pela moradia.

Fazer da luta pela moradia uma luta de classes, isto é, uma luta a mais pela construção de uma nova sociedade, não é a práxis mais comum. As intenções para com a construção de uma sociedade socialista até estão presentes nas declarações, por exemplo, nos discursos do MSTC; de fato, isso não foi verificado na entrevista realizada, mas no material de divulgação do Movimento, quando este está veiculando suas “perspectivas mais amplas” (a articulação com outros movimentos sociais entra na

lista), apesar de o rebatimento dessas intenções, nas ações do MSTC, ser difícil de se concretizar. O imediato acaba ganhando prioridade e orientando um dos princípios do MSTC: “incentivar a população que não tem moradia a pleitear recursos do Estado e/ou dos beneficiários do modelo econômico”¹⁶.

3.2.1.2. Fragmentações (produzidas) externas: a práxis reiterativa do capital gerando a práxis reiterativa dos movimentos de luta pela moradia

Contudo, se os trabalhadores organizados no movimento de moradia se apresentam hoje fragmentados e fragilizados, como destacamos no item acima, isso não decorre apenas de suas contradições internas: há uma série de instrumentos e mecanismos de todos os tipos (econômico-financeiros, culturais) utilizados pelos sujeitos dominantes, para fragmentar e fragilizar os trabalhadores, no cotidiano e na luta. Quer dizer, são fragilidades e fissuras produzidas pela práxis reiterativa do capital, a fim de reiterar sua hegemonia econômica, política, cultural. A reiteração da hegemonia do capital é garantida, porque, na práxis reiterativa, “o projeto, fim ou plano preexiste de um modo acabado à sua realização” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 329, tradução nossa). Assim, o projeto e a ação (práxis) reiterativa do capital sobre os trabalhadores deixam “[...] pouca margem para o improvável e o imprevisível [o exercício da política, do dissenso por parte dos trabalhadores organizados nos movimentos sociais], já que planejamento e realização [a reiteração de sua própria ordem, no caso] se identificam” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 330, tradução nossa).

E, na luta pela moradia, pudemos apreender alguns desses instrumentos e mecanismos do capital atuando para sufocar as resistências dos movimentos sociais.

Vale resgatar o contexto desse movimento contraditório da reestruturação produtiva do capital: nas últimas décadas, o capitalismo entra numa nova fase, em que acelera a reiteração de seu domínio sobre todas as esferas da vida humana e aos “quatro cantos” do mundo. Esse domínio absoluto do capital é a mercantilização de tudo e de todos¹⁷.

¹⁶ Cf. *site* do movimento: <mstc.info.org.>.

¹⁷ Para maiores detalhes sobre esse processo, cf. Mészáros (2002).

Os fundamentos desse processo podem ser encontrados em Harvey (2006, p. 252), que esboça a geografia histórica do capitalismo para apontar como o utopismo de livre mercado (ou processo de globalização centrado nos Estados Unidos) funda-se no presente e no passado: “[...] o utopismo do livre mercado (o processo) foi implantado globalmente (geopoliticamente como forma espacial) depois da Segunda Guerra Mundial”, tendo sido os Estados Unidos “o epicentro a partir do qual foi mobilizada a estratégia geopolítica de dominação global via liberdade de mercado”. Baseado no “cálculo egoísta”, no “consumo crasso” e na “acumulação do capital”, o “libertarismo espacial das forças de mercado” prometeu (sem cumprir) a melhoria do bem-estar material e a “democracia política” (por uma concepção particular, o voto, mas como princípio universal): o quadro atual é de crise (HARVEY, 2006, p. 252).

Ceceña também frisa a presença dos EUA nessa empreitada para, o que chama de, “universalização da guerra”:

O plano sobressalente do momento que se abre com o neoliberalismo é a universalização da guerra sob todas as suas formas: econômicas com a extensão da economia de mercado e a financeirização do campo de definição de normas e políticas; cultural com a ampliação conceitual –e a criminalização– do não civilizado, do não ingovernável, dos velhos e novos bárbaros; disciplinária com a flexibilização do trabalho e o controle do entretenimento; e, sem dúvida, militar. (CECEÑA, 2006, p.15, tradução nossa).

Se o domínio do capital é absoluto e não apenas econômico, ele passa a combinar as formas e os procedimentos do taylorismo-fordismo com as do toyotismo, impactando diretamente o mundo do trabalho, além de refletir, com igual força, no mundo fora do trabalho. Nesse sentido, as conseqüências objetivas (materiais) dessas transformações são sentidas em todas as esferas: aumento explosivo do desemprego e desemprego estrutural; redefinição do mercado de trabalho e das plantas fabris; lógica destrutiva da natureza (com a poluição da indústria pesada, com as monoculturas de *commodities* para a exportação etc.); aceleração e incremento da urbanização da sociedade, com a tendência para um urbanismo neoliberal nas grandes cidades (novas levas de massas expropriadas para as grandes cidades, já superpovoadas, fazem aumentar as taxas de favelização, o número da população em situação de rua, a carência e a precariedade dos serviços e infra-estruturas urbanas e o processo de “gentrificação”).

Porém, a grande novidade do capital, nas últimas décadas, para garantir a sua hegemonia, se efetiva em dois planos conjugados: 1º) o desenvolvimento de novos mecanismos para investir na subjetividade social – tanto na apreensão como na criação de novas subjetividades que o legitimam; 2º) a expansão dessa investida para além do mundo do trabalho.

E qual é a subjetividade que o capital tenta absorver e/ou criar, para sua reiteração? A grande força do capitalismo atual é seu intento de nos convencer de que “não há alternativa” (HARVEY, 2006, p. 205). Esse é um “dos *slogans* políticos mais freqüentemente repetidos pelos que tomam as decisões por nós como justificativa de suas ações: *não há outra alternativa*” (MÉSZÁROS, 2002, p.37). “Não há alternativa” à racionalidade suprema do mercado, “não há alternativa” à competitividade, ao individualismo de mercado, ou seja, “não há alternativa” à ordem posta. E Harvey (2006, p. 205) indaga: “Mas como chegamos a nos convencer de que ‘não há alternativa’?”

O domínio absoluto do capital, ou o rearranjo do metabolismo do capital em nível mundial, impõe-se aos “quatro cantos” do mundo, não apenas mediante a presença física (como a militar), mas também por meio da transmissão de imaginários e a criação de sentidos comuns, em outras palavras, da apropriação da subjetividade. A ação de instituições e políticas internacionais (como o FMI, a OMC, o BM, a ONU) desenvolve um papel mediador, “estruturadas de modo a garantir os interesses particulares dos Estados Unidos, [as instituições mediadoras internacionais] se tornaram a norma universal” (HARVEY, 2006, p. 252). Harvey (2006, p.206) aponta ainda que “[...] a ideologia e as práticas do neoliberalismo competitivo fazem seu trabalho discretamente eficaz e insidioso no âmbito das principais instituições – os meios de comunicação e as universidades – que moldam o contexto imaginativo no qual vivemos”. No mesmo sentido, Ceceña afirma que, através das agências multilaterais,

[...] não só se impuseram normas quase planetárias se não que se induziu a mudança nas legislações particulares de muitos países para destravar proteções no uso dos recursos ou no cuidado da população. Entre outras coisas, as legislações correspondentes à propriedade intelectual com as que se passam por cima dos conhecimentos comunitários e das práticas de vida tradicionais, e as legislações relativas aos meios massivos de comunicação pelos quais se transmitem imaginários e se criam sentidos comuns. (CECEÑA, 2006, p. 33, tradução nossa).

No Capítulo 2, já esboçamos o papel das agências multilaterais na implementação de projetos de urbanismo “do capital” ou de uma “cidade-global”.

A imagem criada é a da impossibilidade, pois “não há alternativa” e o sentido comum é a sensação de impotência (CECEÑA, 2006). Os princípios da competitividade, da concorrência e do consenso dão os limites do campo em que o adversário deve jogar. A pauta e a agenda estão dadas e os produtos são os indivíduos isolados e com a generalizada sensação de impotência: não há “maneira melhor e menos custosa de se prevenir contra a insurgência”, explica Ceceña (2006, p. 34), dando a dimensão dessa tentativa de esvaziar o impulso “sujético”:

[...] é [uma guerra] contra o caos criativo e libertário, contra a ingovernabilidade, contra a indisciplina desses povos despossuídos e avassalados em sua materialidade e em sua história. É uma guerra por destruir sujeitos, por despersonalizar: o outro, o externo ao sujeito dominante, pode ser controlado ou destruído através de sua objetivação: ou bem é incorporado como objeto funcional ao que se atribuem tarefas ou funções, suplantado por ser supérfluo ou por ser rebelde, infrequente, anormal, inadaptado. (CECEÑA, 2006, p.35, tradução nossa).

Essa estratégia, que cria a imagem da impossibilidade e que fragmenta os dominados, é uma das causas de suas dificuldades, ao enfrentarem coletivamente as atuais características do capitalismo. A sociedade capitalista é individualista e competitiva, portanto, fragmentadora e contra-insurgente.

No entanto, já podemos entender que, se o domínio e a “guerra” dos que detêm a hegemonia é total, isto é, se se dá sob todas as formas, conseqüentemente, as dificuldades de os trabalhadores dominados enfrentarem a ordem posta vão derivar de aspectos múltiplos: aspectos objetivos e subjetivos (não é demais enfatizar que a objetividade – as condições materiais – e a subjetividade – ideologia – estão imbricadas), assim como vão encontrar suas raízes em aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais. Podemos observar essa multiplicidade de aspectos atuando como estratégia contra-insurgente, na luta pela moradia. Cabe, então, à medida que vamos apresentando as causas das dificuldades dos trabalhadores organizados na luta pela moradia, ao enfrentarem coletivamente as atuais características do capitalismo, resgatar como esses rearranjos ofensivos do capitalismo ocorrem, aqui no Brasil.

Vimos, no item “3.1.2. A trajetória dos trabalhadores organizados na luta pela moradia”, que, de um modo geral, esses trabalhadores e a geração anterior à deles (seus pais) tiveram uma trajetória de constantes desterritorializações forçadas (migração de uma região do país para outra, sendo que grande parte deles vieram do Nordeste; situações de despejo e outras precariedades, em relação à moradia) e um percurso ocupacional vinculado a atividades econômicas rurais e urbanas periféricas e menos dinâmicas, sem carteira de trabalho e outros direitos trabalhistas, e sem representação sindical.

Na verdade, a trajetória dessa grande massa de trabalhadores expropriados é resultado da história de um país que sempre subsumiu arbitrariamente seus trabalhadores, desde os índios e negros, na colonização, até seus descendentes, migrantes pobres, sem nunca passar por mudanças estruturais protagonizadas por essa classe social.

As particularidades da nossa formação social imprimem suas marcas no modelo econômico (de substituição de importações), que implanta o pleno desenvolvimento do capitalismo, na sociedade brasileira, intensificando a subsunção dos trabalhadores. Os rearranjos do capitalismo, no Brasil, encadeados pelo fim da ditadura militar, em 1980, caracterizaram-se pela combinação do esgotamento do modelo econômico de substituição de importações (já nos anos 1990) com a abertura da economia para a livre concorrência, no mercado mundial.

A partir dessa configuração, vivenciamos a inserção da reestruturação produtiva no país e a difusão das políticas de corte neoliberal. Com o governo de Fernando Collor de Mello, inicia-se um intenso processo de privatização, de desregulamentações e de financeirização, tendo como resultado um ritmo brutal de precarização social: processos explosivos de terceirização, subcontratação, desemprego estrutural e informalização do trabalho afetam de modo intenso a classe trabalhadora¹⁸. A consolidação do neoliberalismo, em nosso país, efetiva-se com o governo de Fernando Henrique Cardoso, o qual ataca o sindicalismo brasileiro. O governo Lula sela o neoliberalismo brasileiro, dando continuidade ao que Ricardo Antunes (2005a) denomina *desertificação social e política neoliberal*.

¹⁸ Para uma análise aprofundada sobre as distintas formas de precarização dos trabalhadores brasileiros, cf. a obra *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, organizada por Antunes (2006).

E qual o significado dessa *desertificação neoliberal*, para os trabalhadores brasileiros, em especial para os trabalhadores sem teto?

O neoliberalismo, no Brasil, essa atual configuração do capitalismo (maturo) em nosso país, implica a geração de uma massa crescente de despossuídos, uma parcela explosiva da população trabalhadora que se torna uma “supérflua” força de trabalho: sem trabalho, tornam-se também sem teto, ou sem terra, sem saúde, sem alimentação etc.

Em outros termos, as reorganizações territoriais resultantes da “crise do capitalismo desenvolvimentista, da onda neoliberal e dos processos de reestruturação capitalista, seja na produção ou nas políticas públicas, impuseram novas determinações à estrutura de classes sociais no capitalismo brasileiro” (ALVES, 2006b, p.2). Como resultado, houve uma tendência de formação de novas cisões, nas várias classes sociais, sobretudo no proletariado, que se ampliou, mas ainda se diferenciou e se fez mais complexo.

No século XX, consolidou-se, deste modo, por um lado, um núcleo dinâmico, que cresce e se diferencia, constituído por corporações salariais organizadas, com direitos trabalhistas, muitos deles concedidos pelo Estado, que encontra em tais corporações base de legitimidade social, e, por outro lado, uma borda de trabalho vivo, heteróclita, de estratos desiguais e de estatuto precário, trabalhadores domésticos, da construção civil, ou de empreendimentos da indústria e serviços, de atividades econômicas urbanas (e rurais) periféricas e menos dinâmicas, que incorporam os supostos excluídos do mundo do trabalho; em geral, sem carteira, negros, mulatos, pobres, homens e mulheres, sem sindicato. Enfim, constituem um outro mundo do trabalho no campo e nas cidades. Esses segmentos amplos, constituídos por milhões e milhões de brasileiros e brasileiras, migrantes, desenraizados, envolvidos em trabalhos assalariados (embora sem carteira), ou ainda, atividades (ou bicos) por conta própria, falsos autônomos, ampla marginalidade social que não oculta seu caráter de subalternidade, constituindo o trabalho vivo, invisível, da exploração capitalista no Brasil. (ALVES, 2006c, p. 1 - 2).

Quer dizer, “com o aumento do fosso entre estáveis e precários, parciais, *reduz-se fortemente o poder dos sindicatos, historicamente vinculados aos primeiros e incapazes, até o presente, de incorporar os segmentos não estáveis da força de trabalho*” (ANTUNES, 2002, p. 79, grifos do autor), de sorte que essas novas cisões do proletariado dificultam ainda mais as possibilidades para que os trabalhadores, organizados nos sindicatos ou nos movimentos sociais, possam construir uma luta

contra os territórios do capital, uma vez que a maturidade do capitalismo também tem implicações subjetivas, efetivando o individualismo de mercado e pulverizando as ações coletivas. A reestruturação produtiva aprofundou a alienação do trabalho, pois debilitou o poder de barganha dos trabalhadores, ou seja, desmontou sua capacidade de resistência, tanto dentro como fora do trabalho.

Toda a borda de trabalhadores envolvidos em atividades econômicas periféricas e menos dinâmicas vê suas lutas serem esvaziadas. A luta sindical perde “seu vínculo com o horizonte de classe” e passa a assumir, cada vez mais, “estratégias sindicais propositivas no interior da ordem do capital”, deixando-se levar “sob a pressão das circunstâncias – pela fragmentação de classe” (ALVES, 2006d, p.465). E a luta dos movimentos urbanos, particularmente os movimentos de luta pela moradia, precisam ainda se enfrentar com a lógica gestonária do empreendedorismo social, hegemônica nas políticas urbanas, hoje, que, amparadas na criação de mitos e imagens legitimadoras do individualismo, da competitividade e da impossibilidade, colaboram para a fragmentação e a contra-insurgência, na práxis desses movimentos.

Telles nos apresenta a complexidade do contexto em que as tramas da cidade e, portanto, a luta pela moradia está inserida:

[...] os programas sociais se multiplicam pelas periferias afora e entorno deles proliferam associações ditas comunitárias que tratam de se converter à lógica gestonária do chamado empreendedorismo social, se credenciar como “parceiras” dos poderes públicos locais e disputar recursos em fundações privadas (e a chamada filantropia empresarial) e agências multilaterais, isso em interação com miríades de práticas associativas e ao lado dos movimentos de moradia e suas articulações políticas, partidos e seus agenciamentos locais, igrejas evangélicas (também proliferantes) e suas comunidades de fiéis e, claro, a quase onipresença de ONGs vinculadas a circuitos e redes de natureza diversa e extensão variada. É aí que se vê delinear um mundo social perpassado por toda sorte de ambivalências, entre formas velhas e novas de clientelismo e reinvenções políticas, convergências e disputas, práticas solidárias e acertos (ou desacertos) com máfias e o tráfico de drogas. (TELLES, 2007, p. 197-198).

A lógica gestonária do empreendedorismo social, ou o planejamento urbano estratégico, são instrumentos e mecanismos pelos quais o utopismo de mercado expõe sua materialização, no contexto urbano, garantindo, ao mesmo tempo, a valorização capitalista do espaço e a despolitização dos conflitos de classe e, portanto, dos movimentos sociais.

Bello nos apresenta, igualmente, indícios da despolitização, tanto nos sindicatos como nos movimentos sociais, que, nos últimos anos, passaram a participar de programas cuja lógica é a do empreendedorismo:

[...] a participação de sindicatos e movimentos sociais nos programas voltados para criação de pequenos negócios, requalificação dos trabalhadores e complementação da renda tem significado um encolhimento da dimensão política, uma vez que tais programas não colocam em debate os processos estruturais que reproduzem o desemprego e a desigualdade, além de revelarem grandes limitações (valor reduzido, pouca abrangência e caráter provisório) que os distanciam da perspectiva de um direito de acesso universal aos fundos públicos que possam mitigar as enormes desigualdades sociais. (BELLO, 2007, p. 106).

As novas territorialidades do capital escamoteiam a ampliação e a maior complexidade das diferenças entre as classes, mas o discurso dos “expertos” produz mais que um pensamento único: produz um pensamento unânime, que busca não mais somente fazer-nos réus e vigias da ordem urbana e territorial que nos domina e controla, mas também determinar como temos que pensar, lutar e quais alternativas dar (GARNIER, 2006). Na obra organizada por Oliveira e Rizek (2007), encontramos reflexões que afirmam que, nas últimas décadas, estamos vivendo um contexto de domesticação das alternativas, de deslocamento e domesticação do campo de conflitos organizado.

A internalização das imagens produzidas pelo poder gera consciências alienadas. São nesses processos alienantes que os movimentos de luta pela moradia esbarram e vêm se conformar uma série de dificuldades para superar suas fragmentações.

Tais processos alienantes da práxis reiterativa do capital, que dissolvem as relações comunitárias, relaxam o vínculo social e fragmentam as negociações coletivas, intensificando as dicotomias que cindem os movimentos sociais: cidade x campo, teoria x prática, esfera da produção (movimento operário) x esfera da reprodução (moradia, gênero, etnia etc.)¹⁹. Essas fragmentações produzidas pela práxis reiterativa do capital ofuscam a consciência que os movimentos poderiam ter de sua própria práxis e, por isso, dificultam sobremaneira a articulação orgânica entre os

¹⁹ Cabe recordar que o domínio do capital é absoluto: para ele não há dicotomia. Ao contrário, para impor seu domínio total, é preciso abranger tanto a esfera da produção como a da reprodução, mas disseminando a fragmentação

movimentos sociais e a ampliação da luta pela moradia “para além das quatro paredes”, num projeto político que, de fato, represente uma contra-insurgência aos territórios do capital, isto é, que seja uma luta a mais pela construção de uma nova sociedade.

As entrelinhas de algumas de nossas entrevistas nos fazem inferir que, em alguns casos, a perspectiva mais ampla da luta pela moradia comparece nos discursos de alguns militantes, porém acaba se perdendo nas ações efetivadas pelo movimento e até mesmo na própria ambivalência dos seus discursos. A luta pela moradia, entendida como uma luta que pode orientar-se contra a ordem sócio-econômica, termina aparecendo como “eco” de um elo perdido. Um ideal em que um dia se acreditou e que serviu, de fato, como base para a prática política (a militância sindical, partidária de então) e que hoje ainda ecoa no discurso, mas que não tem correspondência com as ações, com a prática dos movimentos de moradia. Lutar contra a ordem sócio-econômica do capital, para estes, parece já algo não mais realizável, plausível. Esse objetivo revolucionário é, por conseguinte, diferenciado, separado das ações, passando a ser entendido como algo pertencente ao plano das idéias: a *teoria*, o ideal inalcançável. Uma interpretação, uma postura política que, justificando-se como “pragmática”, dicotomiza a teoria e a prática. A separação da teoria e da prática, essa falta da perspectiva da unicidade da práxis, é decorrente da ausência de autoconsciência, quer dizer, de uma consciência da (própria) práxis.

Em síntese, através de instrumentos e mecanismos culturais utilizados pelo capital, ele, com essa práxis que reitera a sua hegemonia, alimenta a práxis reiterativa dos movimentos sociais. A ausência de uma consciência da própria práxis, por parte dos movimentos, reitera a ordem posta (imposta).

Todavia, todo o processo que vimos estudando está repleto de contradições. O capital e o Estado têm contradições, os movimentos sociais também têm contradições. Dialeticamente, dessas contradições outras práxis, que não reiterativas, podem se constituir. Até mesmo porque os movimentos não são simples respostas à ordem dada. Eles são capazes de provocar o debate, de construir um problema, no sentido de dar visibilidade social para as questões que os mobilizam e, muitas vezes, capazes ainda de uma práxis criativa, ou seja, por meio da crítica radical e da ação conseguem criar conflitos e dissensos, alterar ou destruir componentes da ordem dada. Podemos então afirmar que, no movimento de luta pela moradia, também

há elementos de resistência ao projeto (territorial) do capital? É o que iremos debater, no item a seguir.

3.2.2. Contra os territórios do capital... pela construção de uma práxis criativa

Evidentemente, vivenciamos um contexto no qual predomina a fragmentação, a práxis reiterativa da ordem, provinda da debilidade da identidade de classe, que limita a atuação da maior parte dos movimentos sociais cada vez mais cooptados subjetivamente e que tendem a reafirmar a (re)territorialização do capital, por meio do modelo urbano neoliberal. Contudo, das fissuras dos mecanismos de dominação do capital nascem atos e pensamentos criativos, que reconstróem sociabilidades, que inventam novas politicidades, que resistem. Como bem esclarece Ceceña:

[...] é também por essa obscena concentração de riqueza e poder que os despossuídos do mundo multiplicam suas estratégias de escape e resistência. Isto é, as condições atuais podem ser percebidas como de guerra total contra a totalidade do mundo [...], mas simultaneamente como de insubordinação em vias de generalização, e é a iminência de uma ruptura ou uma rebeldia planetária, de uma desordem universal que coloque em risco o processo de valorização capitalista e o sistema de dominação imperante, o que leva ao sujeito hegemônico [...] a formular uma estratégia universal de contra-insurgência como nunca havia existido. (CECEÑA, 2006, p. 15, tradução nossa).

Para a autora, está claro que, se há uma estratégia universal de contra-insurgência, é porque há, simultaneamente, a “iminência de uma ruptura”. E são os movimentos sociais que mantêm essa iminência de insurgência acesa.

Dentro do contexto urbano, surgem diferentes iniciativas de resistência, mais ou menos organizadas, que se confrontam à lógica urbana/social em vigor, ou seja, que podem ter a potencialidade de se orientar para a construção de alternativas e possibilidades não previstas e ofertadas no interior da lógica/ordem do Estado e do capital. De fato, não estamos generalizando e considerando que todo e qualquer movimento social tenha essa potencialidade intrínseca. Ao contrário, estamos em busca de identificar e dar voz às experiências sociais empenhadas em construir um projeto de apropriação de frações do território do capital, sob formas alternativas, o que

poderíamos compreender como a construção de um projeto urbano emancipador²⁰, por meio de uma práxis criadora, que proporia romper com o urbano instituído.

Algumas das iniciativas de ocupação de prédios na área central de São Paulo, como a Ocupação Prestes Maia, do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), que contesta o Estado (com a posterior continuidade da luta); as ocupações e as ações integradoras do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a exemplo da implantação de experiências como o *rururbano*, que rompem com as divisões administrativas cidade-campo, centro-periferia; a não filiação partidária etc.; podem servir de exemplos de resistência, por meio de intervenção a partir do espaço.

Em entrevista com militante do MTST, observa-se a explicitação do confronto dos movimentos com o Estado, numa demonstração do papel que o aqueles cumprem, de introduzir uma fissura na ordem, na lógica do Estado, de tal maneira que o faz reagir: “Por que o Estado faz tantos despejos?” A forma de o Estado combater o movimento é através do despejo. A lógica do governo do Estado (e também em outros Estados) para o despejo é como uma equação: ameaça da propriedade privada + movimento social com proposta coerente de luta = despejo”.

O entrevistado I, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, ainda nos apresenta uma modificação das táticas do Estado contra os movimentos sociais, no tempo que redimensiona e explicita o conflito entre eles. Ele argumenta que essa prática constante de despejo é clássica, porém era utilizada de forma muito mais espaçada, pois essa lógica do “ocupou, despejou” não era interessante para o capital. O entrevistado explicita seu ponto de vista desse processo de mudança de tática do Estado:

E um processo de crise do capitalismo onde se tem perda salarial no final da década de [19]70 e você tem o trabalhador com menos poder de consumo [...] é interessante (para o capital) que o trabalhador gaste menos com despesa de lares, para legitimar a materialidade do salário. De tal modo que, nessa época, centenas de bairros, favelas, foram construídos. Em Guarulhos, tem mais de 300 áreas de favelas, em São Bernardo do Campo, perdi a conta, Diadema é uma *favelona* só, Osasco também. Todas as favelas cresceram a partir da década de [19]70 [...]. E aí tem os “gatos”, o trabalhador não vai pagar a conta de luz, então o salário está bom... “Não vou pagar conta de luz, então não vou fazer greve”. Que entra em contradição com os seus objetivos, com o que é sagrado para ele, que é a propriedade privada, mas não “solta” o salário. [...] ele tem contradições enormes. *Depois que eles*

²⁰ Não estamos pensando em nada pré-estabelecido, que contenha um receituário, mas em uma experiência aberta aos “mundos urbanos possíveis”, conforme a concepção trabalhada por Harvey (2002).

perceberam que a classe trabalhadora se engessou, que não oferece mais perigo... “Agora vamos resolver a questão da propriedade privada, a partir de agora não pode mais ocupar, se ocupar é pau”. Ainda mais ocupar com projeto de esquerda. (Entrevistado I – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Figura 7 – Cartaz com fachada do prédio ocupado fixado na área comum da Ocupação Prestes Maia (MSTC).

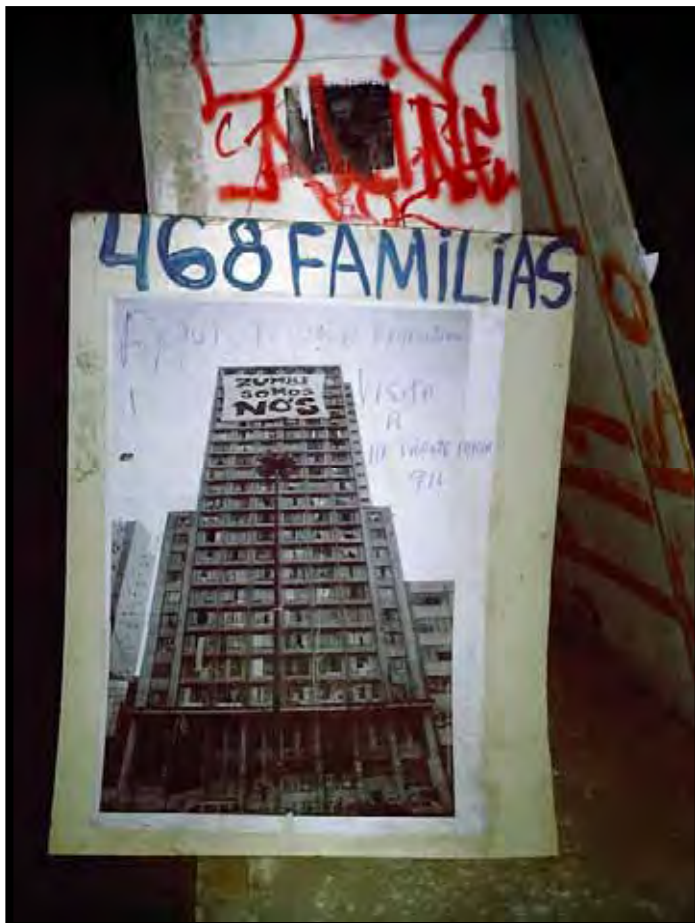


Foto: Fernanda Keiko Ikuta

O coordenador entrevistado ainda aponta outra contradição do Estado:

Em Brasília, quem ocupava terra era o [...], que era governador, um cara de ultra-direita, ele chegou a orientar ocupações. Eu folhiei os livros do IBGE [...] e constatei umas coisas que está claro, está ali [...]: o percentual oscilante entre 54 e 62% de todas as grandes cidades resultou de um processo de ocupação do solo. Então, quem for contra a invasão, é contra mais da metade de tudo o que está aí, no mínimo. Segundo, tem regiões que até pode construir em áreas de invasão. Juiz foi lá e falou “Não, vamos fazer o Fórum ali naquela área”, ele pode... [a exemplo do] Fórum novo de Guarulhos. Qual a legitimidade para questionar a ocupação? É outra contradição do capital, da sociedade do capital, do Estado capitalista de orientar a ocupação [...] E aí nós sofremos com isso. O *Carlos Lamarca* [refere-se a uma das ocupações

do movimento, que recebeu esse nome] é o que mais sofreu despejos. (Entrevistado I – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

O Estado, para defender a propriedade privada (quando lhe convém) e manter a ordem (a sua), emprega também a coerção direta e a violência. O acampamento Carlos Lamarca, do MTST (que, quando da sua constituição, há quase quatro anos, reunia mais de cinco mil famílias), sofre vários despejos, em áreas distintas, sendo muitos deles violentos, resultando em militantes feridos (inclusive crianças e mulheres) e presos, além do “desaparecimento” dos poucos pertences dos moradores.

A permanência de cerca de 200 famílias no Movimento, depois de sucessivos despejos violentos, prisão de pessoas e perda de seus pertences (“Eu tinha fogão, geladeira, mesa, sofá, tudo de pobre, mas tinha e fiquei sem nada, a polícia levou tudo”), foi explicada por alguns de nossos entrevistados como uma mistura de perseverança (“Mas temos que continuar na luta”) e resignação:

[...] meu marido está desempregado há muito tempo, meus filhos estão desempregados, eu estou desempregada, o que me resta? Se eu sair do Movimento, vou ter que ir morar na rua, pra baixo da ponte e agora eles colocaram umas rampas... já nem dá mais pra morar debaixo das pontes. Sair daqui e ir pra onde? No movimento, perdi o que tinha, mas fazer o quê? Esperar que aqui [no movimento] a gente consiga conquistar um teto. (Entrevista à autora, 2006)

Por outro lado, houve depoimentos que, de certa forma, demonstravam ver no movimento a possibilidade de contrariar o que o Estado tenta impor, o que lhes é negado por este e, ainda, o reconhecimento da possibilidade de construção do ser:

Não sou mais um número no meio da sociedade. Aqui, no Movimento, tive a oportunidade de me educar politicamente, de ler e debater com os companheiros coisas que lá fora não teria. Tive a oportunidade de viajar. Sei que podemos mudar as coisas. Sou mais feliz agora, dentro do Movimento. (Entrevistado D, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entrevista à autora, 2006).

Figura 8. Escola Comunitária Carlos Lamarca (MTST)



Foto: Fernanda Keiko Ikuta

Ocupar espaço, construir lugares²¹, ir na contramão da lógica de valorização do capital. Nesse sentido, é pertinente a reflexão de Trafal (2002, p. 106) de que, quando se ocupam espaços, gera-se um tempo situado fora da valorização do capital, ou da valorização capitalista:

O valor desse espaço/tempo é interno aos que estabeleceram outras regras do jogo inesperadas pelo poder. O espaço, neste caso, não é um 'não-lugar' nem um 'espaço-público' senão que é um espaço íntimo. O poder perdeu sua função cognitiva (ainda que seja por momentos, pois só se pode viver contra o poder de forma intermitente). Este espaçamento é um espaço "outro". Não é um espaço que mudou de função. (TRAFUL, 2002, p.106, tradução nossa).

²¹ O acampamento Carlos Lamarca tem uma escola para a comunidade (Figura 8), que funciona como "reforço" escolar às crianças e alfabetiza jovens e adultos, além de oferecer aulas de inglês, ter um projeto para espanhol e uma articulação com o Círculo Bolivariano; está construindo uma biblioteca, que também deverá funcionar como centro de informática; e mantém uma horta de produtos orgânicos (Figura 9). A ocupação Prestes Maia tem uma biblioteca e um grande espaço comum para atividades culturais e para a Escola Popular Prestes Maia.

Figura 9– Horta orgânica – Acampamento Carlos Lamarca (MTST)



Foto: Fernanda Keiko Ikuta

Certamente, os projetos urbanos apresentados no Capítulo 2, o projeto neoliberal e o projeto de “gestão democrática das cidades” têm a força de serem hegemônicos espaço-temporalmente, numa dinâmica de constante re-territorialização do capital. Contudo, há também alguns movimentos sociais que, para além das fragmentações que engessam a grande maioria deles, parecem estar enfrentando o desafio da construção de uma práxis que pode, ao menos em alguns momentos/lugares fugir às regras, às imposições, à lógica hegemônica, isto é, manter viva e evidente a existência do conflito, a luta de classes, que o capital tanto busca escamotear. Se há iniciativas de luta capazes de manter-se no enfrentamento do Estado/capital, buscando lutar contra os “assédios” dos renovados mecanismos do capital para a cooptação/apropriação da práxis desses trabalhadores/moradores, então haverá a possibilidade de construção de práticas empenhadas na conquista da apropriação de *frações* do território do capital, ou na construção, ainda que momentânea, de espaços “outros”.

Do que se trata, em todo caso, é de transformá-lo [o imaginário urbano atual] em práxis libertadora opondo-o à forma concreta que este toma sob o comando do capital – e há exemplos de sobra de que isto é possível: a reinvenção do uso do território ligada às *okupações* de espaços – *desokupações* da ordem, a criação – reapropriação contínua de novos modos de comunicação e de interação politicamente determinados ligados ao desenvolvimento e implementação de *software* livre em permanente inovação, a criação-cancelamento de linguagem a partir da crítica ao poder e às formas de dominação em curso e pela invenção de constelações conceituais promíscuas e em contínua mutação a partir do qual fazer proliferar o pensamento crítico, etc. (TRAFUL, 2002, p. 15 – 16, tradução nossa).

Dessa maneira, é preciso estar atentos e abertos para as iniciativas em construção, as quais podem nos levar a reimaginar o urbano atual.

Capítulo 4

O PAPEL DO ESTADO NA LUTA PELA MORADIA

No capítulo anterior, demos voz aos movimentos de luta pela moradia, com o objetivo de desvelar as práxis neles existentes, sob a perspectiva do conflito capital x trabalho. No presente capítulo, queremos abordar a complexidade com que esse conflito se apresenta, na luta pela moradia, a partir do papel do Estado nesse arranjo. Os capítulos anteriores já foram dando os primeiros sinais do modo em que o Estado comparece na luta pela moradia, tanto no que respeita a sua representação por via de políticas públicas, quanto na sua relação com o setor privado e com as agências multilaterais. Abordar o papel do Estado na luta pela moradia, no atual contexto político e econômico, é o caminho que trilharemos agora. Portanto, não nos cabe desenvolver aqui uma teoria sobre o Estado. O objetivo, neste momento, é aguçar nossos ouvidos para escutar a voz dos funcionários públicos e/ou gestores urbanos, não numa designação pessoal ou do cargo ou atividade exercida, mas como uma das vozes representativas do papel do Estado, na luta pela moradia¹.

Atentar para o papel do Estado é mais um caminho no sentido de desvelar o urbano instituído, aquele que está sob a tutela do Estado e, ao mesmo tempo, sob os imperativos do capital, considerando que o Estado patrimonialista do Brasil se funde com as esferas privadas, numa relação simbiótica entre Estado e capital. Desse modo, “escutar” os gestores urbanos é mais uma tentativa, que se soma às dos capítulos anteriores, de “desembaraçar” os “fios”, os elementos, as tramas e as fissuras (TELLES, 2006a) que compõem os mecanismos de dominação e da estrutura de poder, real e simbólico.

Iniciamos o capítulo expondo o ponto de vista de Nanci Cavallette da Silva, Diretora Social da Superintendência de Habitação Popular de São Paulo (HABI-Centro), a

¹ Claro está que, da mesma forma que não podemos confundir Estado com governo, também não se pode reduzir o discurso e as práticas do Estado ao discurso e às implementações práticas dos seus funcionários e gestores: não se trata de buscar porta-vozes oficiais do Estado, num exercício de personificação deste. Além disso, o discurso e as ações do Estado se reverberaram, são absorvidos e podem ser percebidos em outros domínios e atores da vida social, até mesmo, e aparentemente de maneira contraditória, na práxis dos próprios movimentos sociais.

respeito da luta por moradia e das políticas públicas municipais, com o intuito de apontar o seu entendimento sobre: como o problema da moradia se configura hoje; quais os principais atores que lutam por moradia, atualmente; qual o rumo atual das políticas públicas (habitacionais e urbanas); como avalia a disputa entre os movimentos por moradia e o poder público.

Na seqüência, concentramos nossa atenção em pensar que, entre outras questões do jogo político que envolve a realidade urbana atual, os projetos urbanos vigentes disputam, mas igualmente mesclam, uma determinada construção ideológica sobre o Estado: a defesa do Estado mínimo, pela perspectiva neoliberal; e a defesa da inclusão social e da democratização do Estado, pela perspectiva da cidade democrática. Por meio das falas dos nossos entrevistados, corroboramos o apontado por Oliveira (2003b): o encolhimento do Estado somente ocorre para a política e para o social, mas não para a economia. Além disso, opondo-se à crença popular, os discursos da participação supostamente democrática e do combate à pobreza são nuances presentes, tanto no marco teórico do Estado democrático como no marco teórico do neoliberalismo. Na seqüência, Francisco de Oliveira (2003b) e outros estudiosos de São Paulo, nele inspirados, irão contribuir para que compreendamos que há um “Estado de exceção” na “metrópole-ornitorrinco”. É no mergulhar nessas construções ideológicas e nas práticas por elas refletidas que vamos desvendando a práxis do Estado vigente na luta pela moradia.

4.1. Luta pela moradia e políticas públicas segundo os gestores urbanos

Poderíamos começar nos perguntado sobre a “leitura” que um funcionário público tem a respeito do problema da moradia, na metrópole de São Paulo, e o foco da atual administração pública, em termos de habitação popular. Levantamos essa questão para Nanci Cavallette da Silva, Diretora Social da Superintendência de Habitação Popular (HABI-Centro)². Ela cursou assistência social e é servidora pública há 25 anos, “grande parte deles trabalhando na área de habitação”. Nossa entrevistada nos explicou:

² Vinculada à Secretaria Municipal de Habitação, a Superintendência de Habitação Popular (Habi), segundo descrição do *site* da Secretaria, é “responsável pelo desenvolvimento e implantação dos programas e dos projetos habitacionais, voltados à população moradora em habitação subnormal (favelas e cortiços, por exemplo). Suas ações são elaboradas e executadas em sintonia com a dinâmica social e peculiaridades de cada região. Desenvolve os programas de urbanização e regularização de favelas. Desde o início da atual administração, a Superintendência de Habitação Popular (Habi) foi dividida em cinco regionais: norte, sul, sudeste, leste, centro”. Informação disponível em <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/habitacao/organizacao/0001>>.

A questão da habitação na cidade tem uma história construída junto com as Comunidades Eclesiais de Base dos anos 70 e 80 e hoje com os movimentos de luta pela moradia. [...].

A gente tem vários motivos para dizer que a luta pela moradia cresceu em função da necessidade, da explosão que a gente teve no grande centro, nas regiões metropolitanas da cidade, porque as pessoas vieram pra cá em busca de trabalho [...]. Há um tempo atrás a gente tinha um número pequeno de favelas, número grande de pensões, que hoje não chama mais de pensão, que se transformaram em grandes cortiços na cidade. Mas a base delas são as pensões mesmo, em que os imigrantes se instalavam para poder trabalhar na indústria e tal. E esses mesmos casarões que antigamente eram pensões, hoje são cortiços. A maioria deles são tombados pelo patrimônio histórico, porque são casarões muito antigos, só que eles estão muito degradados, depredados e tal [...]

O crescimento das favelas [...] expulsou as pessoas das áreas mais urbanizadas, com infra-estrutura e as pessoas, em função do desemprego, do salário [...] foram indo para as periferias.

Tanto que, na região central, o que a gente tem é uma grande concentração de cortiços e pouquíssimas favelas. E na periferia a gente tem muito mais favelas do que cortiços. Não quer dizer que a gente não tenha cortiço, mas a gente tem a maioria na região do centro expandido.

A característica das favelas também mudou bastante: hoje a gente tem muito pouca favela com barracos de madeira. Hoje a grande maioria das nossas favelas são em alvenaria, as pessoas investem nas suas casas. (Nanci Cavallete da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

Tendo em vista essa questão de que a característica das favelas se modificou, porque as famílias investem em suas moradias, a Diretora Social apresentou e defendeu a urbanização de favelas, uma das frentes de atuação do atual governo municipal (Kassab), diferenciando déficit habitacional de inadequação habitacional, questionando conceitualmente o primeiro e apontando o segundo como uma justificativa para a urbanização de favelas:

E uma das propostas desta administração [Serra/Kassab] é aproveitar isso, pegar o que as pessoas já investiram nos seus imóveis, as pessoas já têm sua vida, sua rede naquela região. Então, se fala assim, “Ah, mas moram na periferia!”. Moram na periferia, mas lá é a escola do filho, lá é a rede de amigos que ela tem... a rede dela está toda colocada lá.

Então, uma das propostas dessa administração é trabalhar com a urbanização de favela.

Você acha que essa é a melhor opção?

Eu acho que a gente tem que ter as duas coisas. Mas eu acredito muito na urbanização de favela, até porque quando nós começamos a fazer as primeiras urbanizações em São Paulo, eu já trabalhava na prefeitura. E a gente teve um grande avanço na época do prefeito Mário Covas, com a

questão de urbanização de favelas. E eu acredito que seja uma boa alternativa, porque, assim: tem uma grande diferença, e acho que todo mundo tem que pensar um pouco nisso, no que é déficit habitacional e no que é inadequação habitacional. Então, na verdade, eu não acredito muito nesses números de déficit habitacional. Eu acredito mais na inadequação habitacional: famílias morando precariamente, em áreas de risco, apesar de suas casas em alvenaria, mas em áreas de risco, desmoronamento, dessolapamento nas áreas próximas de córrego. E eu acho que, no caso, as casas, os domicílios, as moradias são inadequados, mas as pessoas moram. Então, como que a gente pode pensar no déficit? Ele está muito mais relacionado, por exemplo, às famílias que instalaram suas moradias nas favelas da periferia de São Paulo, tiveram seus filhos, seus filhos cresceram e hoje mora todo mundo junto. Então, acaba verticalizando a favela, fazendo “puxadinho” e tal. Então, se você for ver, cada núcleo desse familiar, você encontra, os pais, com filhos menores ainda, e encontra filhos casados, com neto. Se você for pensar na questão do déficit, você tem que pensar mais em famílias co-habitantes, do que na verdade, pensar em construir unidade habitacional para todas as famílias que moram em favela ou em cortiço. Não, eu não penso assim. Acho que a gente tem essa coisa da inadequação e acho que a gente tem que levar infra-estrutura e as famílias permanecerem onde elas estão. (Nanci Cavallete da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

As pesquisas do Instituto Pólis, realizadas por Santoro e Cymbalista (2007), ressaltam a opção da gestão Serra/Kassab por priorizar os projetos de urbanização de favelas e de regularização fundiária, com aumento de intervenções e financiamento. Nossa entrevistada confirma essa opção da atual gestão:

[...] o orçamento, na verdade, pelo que a gente entende, ele está, a maioria do orçamento, destinado para atender as famílias da periferia para fazer as urbanizações de favela. E uma parte do recurso destinado aos programas da região central, que seriam o Bolsa Aluguel e o Locação Social. (Nanci Cavallete da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

No entanto, Santoro e Cymbalista (2007, p.2) advertem que “essa opção [pelas urbanizações] vem desacompanhada de uma política para o centro”, sendo nítido que, nessa gestão, houve uma diminuição dos programas, do financiamento e dos instrumentos urbanísticos para a realização de novos empreendimentos habitacionais de baixa renda, no centro. E justamente essa priorização da urbanização de favelas em detrimento da promoção da moradia no centro implica o adensamento de outras áreas, muitas vezes áreas de mananciais ou periféricas, e “não trabalha para reverter a contradição urbana que temos: um alto déficit habitacional e um alto número de imóveis vazios ou subutilizados. Continuamos ocupando mal a cidade”, concluem os autores (SANTORO; CYMBALISTA, 2007, p.2).

A mudança de foco do poder público, no que respeita à moradia nas áreas centrais, reflete o peso que a disputa territorial nessas áreas passou a ter, nos últimos anos, mas isso está apenas subentendido na fala da entrevistada, a qual expôs o seu ponto de vista sobre a situação e os conflitos, nessa grande área:

O que eu penso em relação ao centro da cidade: **o nosso centro é um centro que está desvalorizado**, ele está... o *abandonado* que eu vou falar é entre aspas [...] E existe uma movimentação durante o dia, certo, mas ele é vivo. Então eu não falo de revitalização do centro, eu penso mais em requalificação do centro. Porque existe... durante o dia, ele é super movimentado e tal, e à noite não. Porque as pessoas deixaram de morar no centro, por uma série de problemas de segurança e foram morar... foram ampliando as regiões do centro para fora, na verdade. E eu acho que a gente teria que investir também nessa coisa da requalificação do centro. Também **não adianta nada a gente trazer só famílias de uma faixa de renda mais baixa para o centro, porque isso não vai gerar recursos para isso se auto-sustentar**, na verdade. Então, acho que **a gente teria que ter uma... mesclar um pouco**, sabe. **Ter um pouco de comércio, serviços, atrações da cultura, baixa renda**. Aí sim acho que a gente conseguiria dar uma requalificada nesse centro. (Nanci Cavalleto da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

A Diretora Social da Superintendência de Habitação Popular defende o que chama de requalificação do centro e explicita os projetos públicos existentes nesse sentido:

E aí **uma das propostas é revitalizar os cortiços existentes**. Porque assim, o cortiço, no pensamento como uma pensão, ele é histórico, e existem pessoas que trabalham no centro e que se utilizam dos cortiços, porque, primeiro, você não tem um financiamento de 25 anos que você tenha que pagar; ele está próximo do trabalho; ele não tem que dar muita explicação para ninguém. Então, ele tem lá seu quartinho, guarda as coisas dele... ou ele é camelô, ou ele presta serviço aqui no centro e tal. O que eu acho que a prefeitura tem que fazer? Tem que, realmente, preservar e pensar na qualidade de vida desses cortiços. Então não pode ser do jeito que é: não pode ter um banheiro todo estropiado, todo danado, atendendo não sei quantas famílias e tal. Então, também é uma proposta dessa administração requalificar esses cortiços. **Existe uma lei municipal, que se chama Lei Moura, que diz que pode existir o cortiço, porém ele tem que ter condições de habitabilidade**: tem que ter mais um banheiro para atender “x” famílias; tem que ter ventilação, iluminação, tem que ter uma área de serviço que seja comum pra todo mundo e que todo mundo tenha condições de lavar roupa, tem que ter algum espaçozinho de convivência... e isso a gente está buscando.

Então, uma das coisas de morar no centro é a requalificação dos cortiços... eu acho que é uma coisa legal. O Programa de Locação Social, também acho que é uma coisa legal, mas que tem que abarcar outras classes, não só a baixa renda. Acho que tenha que ser um Locação Social altamente subsidiado para as famílias que trabalham aqui no centro... Mas também ele tem que ser um Locação Social que variasse um pouco o valor do aluguel e

que abarcasse, por exemplo, pessoas que trabalham e estudam no centro, que vai ficar próxima da faculdade, do trabalho. Então, ela pagaria um aluguel mais barato que no mercado, mas contribuiria para que o Fundo Municipal de Habitação angariasse mais recursos para subsidiar mais famílias de classe mais baixa (de 1 a 3 salários mínimos, a gente está falando). (Nanci Cavallete da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

Para a Diretora, é preciso melhorar a “qualidade de vida” nos cortiços, enfim, das famílias que moram na região central, mas essa melhoria deve expandir seu público-alvo, não deve abarcar somente os mais pobres. Em suas palavras, a requalificação do centro deve “mesclar” população de diferentes rendas, a pretexto da auto-sustentação dessa requalificação e do subsídio das famílias mais pobres. Citando o caso da construção de um pólo cultural na “Cracolândia”, nossa entrevistada exemplifica como ela enxerga a possibilidade da presença dos setores marginalizados e populares, nessa área:

Eu acredito que é possível. Mas tem que existir um planejamento, porque eu acredito que essas pessoas que morassem próximo desses pólos culturais deveriam ser trabalhadas pela Secretaria do Trabalho ou não sei o que, para [...] trabalharem para aquele empreendimento, para aquele pólo cultural, entendeu? **Se ele se sentir parte daquilo e tiver o retorno financeiro, como um guia, como faxineiro do museu... eu acho que é possível.** (Nanci Cavallete da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

Aqui entendemos o teor da convivência entre os setores marginalizados e populares com o setor que, de fato, é o público-alvo da requalificação do centro, os que podem pagar e usufruir da alta cultura: uma parte do setor popular deve permanecer nessa área, para serem os guias e faxineiros! Em última instância, essa postura nos conduz a pensar a respeito da forte ação de expulsão, muitas vezes violenta, dos trabalhadores e marginalizados, denunciada pelo Dossiê do Fórum Centro Vivo (2006) e nas falas dos militantes dos movimentos sociais que entrevistamos, aspecto que não compareceu na fala da Diretora, até que nós a mencionamos e perguntamos a respeito. Em sua resposta, ela buscou apontar os poucos empreendimentos em execução para atendimento da população de baixa renda, porém a questão do orçamento público é destacada como algo central, fazendo-nos compreender que o poder público não pode arcar sozinho com esses setores – e, enfim, “não cabe todo mundo no centro” e “expulsão sempre vai ter”:

Mas o que eu vejo, **a gente tem que pensar inclusive no investimento público**, você tem que dar conta dele. Nós somos servidores públicos e nós temos que dar conta para a sociedade do que nós estamos fazendo com esse dinheiro, não é? Todo mundo paga imposto e quer saber o que está sendo feito com o imposto que está sendo pago... eu acho que **não dá para concentrar todo mundo no centro, não adianta, não tem como, não cabe, não cabe!** A não ser se fosse um programa, por exemplo, como o Bolsa Aluguel, talvez, para ocupar os prédios ociosos, que não fosse... que a questão da manutenção não ficasse a cargo do poder público, como é o Locação Social; a questão da preservação não ficasse a cargo do poder público; que seria um acordo entre proprietário, poder público paga o aluguel e aí as famílias é que dariam conta da preservação e manutenção daquilo lá, porque é um aluguel que está sendo pago etc.

Mas isso que você fala de ter muito mais imóveis vazios do que gente do déficit habitacional, é verdade, tem muito mais! A gente só teria que encontrar uma forma de utilizar esses imóveis, que poderia ser pelo programa de Bolsa Aluguel, que não precisaria comprar o imóvel, nem desapropriar, nem nada, e utilizar isso de uma forma que fosse num custo compatível com o orçamento feito pelo Fundo Municipal de Habitação. **Agora é difícil! Sempre vai ter a questão da expulsão, sempre vai ter...** melhor, ela não é generalizada, acho que é possível. A gente tem... os dois empreendimentos de Locação que a gente tem, o terceiro que está para ser entregue, três que estão sendo reformados são no centro, para atender demanda de baixa renda. (Nanci Cavallette da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

Para a Diretora, a função social da terra é justificável, mas o custo final da unidade habitacional, com a desapropriação e reforma, esbarra no orçamento público e inviabiliza esse esquema:

Porque se você vai desapropriar a terra ou desapropriar um prédio que está lá desocupado ou que está ocupado por famílias dos movimentos que ocuparam... quando você vai ver o custo do metro quadrado daquela terra, somando a reforma necessária pra que as famílias pudessem voltar pra lá... e isso seria dentro de um outro programa que se chama PAR, é um Programa de Arrendamento Residencial, em convênio com o governo federal e Caixa Econômica... o custo da unidade sairia em torno de R\$70 mil, entre o custo da desapropriação e a reforma pela casa. E aí, não serve para essa demanda. Você concorda?

É uma demanda que tá lá... que ocupou, que acho que tem a função social da terra... tudo isso é justificável, mas quando você vai ver o custo disso, você não vai conseguir repassar essa unidade para aquela família. Ou, dentro daquele grupo de 468 famílias do Prestes Maia, que nós temos cadastro, sabemos renda, composição familiar etc. etc., grande parte não entraria nesse financiamento, primeiro porque a Caixa tem restrição cadastral... aquele monte de coisa que é banco... banco é banco... tá certo? Para você transformar isso num *Locação Social*, por exemplo, o Fundo... isso não é algo sustentável, porque você não consegue pagar a reforma que foi feita... eu acho que tem a função do Estado, mas o Fundo também ele tem que ter recursos pra você continuar fazendo não só o orçamentário, porque

os orçamentários estão estanques, né... esse ano eu tenho “x” milhões pra fazer isso... acabou, “x” milhões e não tenho mais, porque é aquilo que vai arrecadar de imposto, é aquilo que foi destinado para a Secretaria de Habitação, cuja a porcentagem no orçamento-programa é baixíssima, 1,7% do orçamento... a gente já teve 4% do orçamento, por exemplo... a gente já teve muito mais coisa, tá certo. Então, ele se torna inviável. (Nanci Cavallette da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

A Diretora segue pensando no orçamento público e em possibilidades para que os programas venham a se adequar a ele e às competências departamentais:

A Secretaria tem vários departamentos. Onde nós trabalhamos [...] Superintendência de Habitação Popular [...], basicamente, prioritariamente trabalha[mos] com famílias de 1 a 3 salários mínimos, ou de 1 a 5 salários mínimos. O Fundo de Municipal de Habitação, que é o Fundo que opera os recursos, trabalha com uma faixa de até 10 salários mínimos. Então, a proposta é: vamos pensar em Locação Social altamente subsidiada pelo Fundo para famílias de baixíssima renda? Vamos pensar num *Locação Social* que, este sim, ajudaria a subsidiar aquele de menor renda, para que o Fundo fosse auto-sustentável, não dependesse só de orçamento municipal?

[...]

Agora, o programa *Bolsa Aluguel*, na verdade, ele poderia ser realmente um programa provisório para alguma fatia da população e um programa definitivo para outra: por exemplo, idosos... você não teria o custo da construção de uma unidade, nem da manutenção. Você pagaria o aluguel daquela pessoa, certo, entendeu? Que acho que é uma forma de você atender a família... você paga os R\$300,00 de aluguel, que é a média que a gente paga de aluguel para cada família do *Bolsa*. E se fosse uma unidade que custasse mais que isso, a própria família pagaria a contrapartida, que dá em torno de R\$50,00 aproximadamente. Ela moraria, moraria próximo da infraestrutura, do hospital que ela está acostumada a ir, tananam, tananam, tananam... (Nanci Cavallette da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

Sobre os programas paralisados e as revisões que a Diretora acha que eles mereceriam, ela comenta:

[O] *Locação Social*, eu acho que também é um programa bom, porém ele também precisa ser monitorado. Porque [há] famílias que entraram lá, que tinham necessidade e que hoje não têm mais. Eu acho que a gente tem que ter uma saída para tirar aquela família de lá e vagar uma unidade pra você colocar uma outra família que precise de atendimento, naquele momento.

E aí trabalhar... tentar, é... super complicado, mas é verdade isso... alguns eixos, por exemplo, trabalho de geração de emprego e renda... aquela família que está no *upgrade* e aí poder sair de lá e aí poder pôr outra família e tal. E é isso, hoje a gente não tem.

Foi criado o programa *Bolsa Aluguel*, porém não foi colocado em orçamento e nem previsto, o atendimento daquelas 1587 famílias que estavam lá.

[...]

O *Bolsa Aluguel* está paralisado. Acho que ele é um programa bom, porém acho que ele tem que ser revisto. É assim, vamos dividir direitinho: “esse aqui”... é isso o que eu falo, ele é filho do Estado... não tem jeito, ele não tem condições de trabalho, tatanam, tananam... custa mais barato o Estado mantê-lo num *Bolsa Aluguel*, porque não tem que construir unidade tal. “Esse daqui” eu vou colocar lá no programa porque eu estou fazendo uma obra em algum lugar e depois eu posso tirá-los de lá e colocá-los aqui. Tá, certo, então, no momento, ele está parado. Acho que merece avaliação por parte do poder público para, ou não existir mais esse programa ou redirecionar esse programa com objetivos mais claros, entendeu? Vamos pôr, mas vamos tirar... se não, vai acontecer o que está acontecendo... (Nanci Cavallete da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

É também relevante percebemos que a definição da demanda que vai ser “beneficiada” pelos programas em vigor ainda é incerta e, como frisam Santoro e Cymbalista, não é um processo público:

[...] nem Prefeitura nem movimentos têm defendido processos mais públicos para a definição dessa demanda, por exemplo no Conselho de Habitação, o que na prática, acaba enfraquecendo os caminhos institucionais de definição da política em prol de negociações caso a caso. Nada garante que as escolhas estejam resultando em atendimento aos mais vulneráveis. (SANTORO; CYMBALISTA, 2007, p. 2).

A Diretora entrevistada expressou a existência de um esforço no sentido de criar critérios para a definição da demanda.

[Estamos colocados a] pensar em criar critérios para ver a quem você atende primeiro dentro da cidade, porque o cobertor é curto. O recurso não dá pra tudo, mesmo a gente buscando recurso no governo do estado e no governo federal, não dá pra você atender tudo. Então, essa é uma das idéias da gente. Isso a gente está desenvolvendo agora, é um planejamento estratégico de priorização e hierarquização do que a Superintendência de Habitação Popular vai fazer daqui pra frente. (Nanci Cavallete da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

Mas, de fato, essas definições não têm uma prática pública constante. E a relação do poder público com os movimentos sociais é ainda mais insólita. A respeito, Nanci Cavallete da Silva apenas teceu críticas aos movimentos sociais:

Por que eu falo que muitas vezes a gente senta com os movimentos e em outros momentos não. Porque os movimentos de luta por moradia, eles também se modificaram durante o tempo. Antes a gente trabalhava diretamente com as lideranças das favelas em que moram moradores daquela favela e que brigavam por benfeitorias naquela favela. Os movimentos foram crescendo. Os maiores movimentos que a gente teve foram os movimentos das mães por creche, para poder trabalhar e, depois, os movimentos de luta por moradia.

O que eu acho que atrapalha quando você vai fazer uma discussão? Porque **o movimento, ele virou um movimento partidário**, na verdade, você não vai discutir política pública. A idéia é sempre beneficiar famílias que são ligadas a esse movimento, que por sua vez é ligada a um partido político e eu acho que isso não é legal, na verdade. Então, quando a gente tinha os movimentos puros, as discussões com as próprias lideranças pra você levar benefícios para as famílias... eu acho que isso era mais tranquilo de ser feito. Acho que assim como na classe estudantil, assim como em outras categorias, a coisa foi se direcionando a uma coisa partidária. E eu, como funcionário público, eu não posso privilegiar você porque [...] eu gostei do seu olhinho, ou porque você é desse partido. Eu tenho que pensar no todo da cidade e onde melhor a gente vai gastar o recurso. Deu pra entender? (Nanci Cavallette da Silva, Diretora Social do HABI-Centro, entrevista à autora, 2007).

Para encerrar as falas da Diretora Social da Superintendência de Habitação Popular, vale registrar seu apontamento de que nem sempre a Superintendência e os departamentos mais influentes do poder público compartilhem os mesmos objetivos e ideários. Ela expressou esse descompasso, ao revelar sua discordância com a paralisação do programa habitacional *Bolsa Aluguel*: “Mas isso não quer dizer que a gente não esteja aí brigando para discutir com o poder municipal que o programa é bom e que a gente precisa só direcionar melhor”.

Apresentando essas questões mais específicas com as quais a Diretora de Habitação lida, é relevante, antes de tecer novos comentários, expor uma “leitura” macro, de uma gestora urbana, sobre os problemas urbanos e a luta pela moradia, que nos chega a partir de Ermínia Maricato, professora titular na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, ex-Secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo do governo Erundina e ex-Secretária Executiva do Ministério das Cidades (MCidades), no período de 01/2003 a 06/2005; ela participou da criação do MCidades e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Duas grandes questões são focalizadas, aqui: a primeira, mais diretamente ligada aos problemas na cidade de São Paulo, e a segunda, à luta pela moradia hoje. A

primeira questão foi levantada pelo *Correio da Cidadania* e a segunda em entrevista por nós realizada. Em entrevista ao *Correio da Cidadania*, Gabriel Brito perguntou a Maricato: “A que podem ser atribuídos os recentes problemas na cidade de São Paulo, em relação à moradia?” Ela respondeu:

Nos últimos anos, o que há é um impacto da globalização com o crescimento econômico, desemprego e recuo nos investimentos públicos. É muito evidente, se pegarmos os investimentos nas áreas de habitação e saneamento por etapas, que a partir de 1980 há um profundo colapso dos investimentos e na área de transportes. Junte-se isso ao desemprego, ao recuo nas políticas públicas definido pela agenda neoliberal e...

Após esse período, a retomada do investimento é de três anos atrás, porém não inclui uma massa de subsídios muito grande. Retomam-se os investimentos em habitação e saneamento, mas sem um volume que deveria corresponder à população de baixa renda.

E vamos nos deter nesse período, no qual esse mercado privado exclui 70, 80 % da população, pois o Estado não investe em políticas públicas voltadas a esse contingente, e tampouco poderia numa sociedade capitalista. Portanto, temos um mercado que fica travado por não atender à maior parte da população. (BRITO, 2008, p.1).

Maricato relaciona os problemas urbanos com o modelo econômico. Com ela, compreendemos que as políticas adotadas e os cortes de gastos públicos nas áreas sociais está relacionado com o modelo adotado. Quando a questionamos sobre a luta pela moradia, Ermínia Maricato aborda um aspecto central, que é a questão fundiária, e faz a ponte com os caminhos adotados pelo Ministério das Cidades em relação à moradia. Maricato advoga a favor da regularização fundiária do solo urbano, salientando que a aquisição do título de propriedade ou de posse pelos sem teto não os torna mais conservadores, e defende a integração de todos no sistema capitalista.

[...] a luta pela moradia, ela é por uma propriedade privada, aí, claro, isso aí também não é difícil [...] depois que a pessoa tem a propriedade, ela não ficar um pouco mais conservadora. Porque com a propriedade ela se apropria da renda imobiliária. Claro, cansei de ver movimento que conquistou a favela e não queria a favela do lado, porque a favela... o discurso é que a favela traz a violência; não é! a favela desvaloriza, abaixa o valor da moradia.

Enxergar tudo isso, por exemplo, quando o Ministério leva para o governo federal a luta pela regularização fundiária. Então, você fala “Pô, o Ministério tá lutando pelos moradores de favela terem um título, então eles vão ser proprietários ou posseiros e aí eles podem ficar mais conservadores”... eu não acredito nisso. Eu acredito que todo mundo tem que se integrar no

sistema capitalista. (Ermínia Maricato, ex-Secretária do MCidades, entrevista à autora, 2007).

Para a professora e ex-Secretária do Ministério das Cidades, implantar a regularização fundiária não é reformismo, mas uma garantia de direitos. Maricato considera que lutar por aplicação da lei e garantia de direitos, no Brasil, onde essas coisas não se efetivam, é revolucionário.

Mike Davis, que escreveu *Planeta Favela*, ele é muito dessa tese... tudo isso no fundo é reformismo. Agora, gente, o cara, ele tem direitos com a moradia regularizada! Que significa direito? O Wanderley Guilherme tá falando isso aí, o Brasil tem que ser constitucionalizado. Porque nós temos tanto espaço de violência, porque não tem lei, não tem direito, não tem regra, não tem dever, não tem nada nesses espaços. Você não tem normas, você não tem Estado, não tem governo, não tem advogado, corte, tribunal. Então, como é que a gente pode achar que essa ilegalidade generalizada vai levar a algum lugar revolucionário? Jamais! O contrário, eu acho assim, ***no Brasil, você não consegue aplicar a lei. É revolucionário você lutar pela aplicação da lei.*** Se você aplicar o Estatuto da Cidade, se você aplicar a legislação ambiental brasileira... impossível com essa elite, com essa selvageria na ocupação do solo, com essa... Então, é muito importante... porque os ambientalistas, grande parte deles acho que é de gabinete, eles não enxergam nem o povo, não têm a menor idéia de quantos córregos na metrópole estão ocupados. Porque eles não querem que regularize moradia a 50, 30 metros do córrego. Agora, tem muita gente boa, que na verdade, está entrando por essa contradição. Nós temos a lei, porque a lei não se aplica, porque um loteamento fechado engole nascente? Porque... nós estamos vendo isso aqui, eu tenho uma orientanda de doutoramento que está fazendo [um trabalho] sobre loteamento fechado, ela fica perplexa de ver: em Campinas, a prefeitura inventou uma lei que não existe. Uma lei municipal que deu jeito lá nos loteamentos fechados. Isso não é matéria municipal, isso é matéria federal! Então, esse tipo de coisa, quando você entra, é genial. Você precisa ver a audiência pública pra discutir com os moradores do loteamento, que eles se apropriaram de área pública, muraram, fecharam rua pública e área verde pública. Só que ela foi lá dirigir o plano diretor e ela falou não, isso não pode ficar assim. Aí “deu o maior rolo”. Eu acho ótimo que isso acontece, porque ***nós precisamos sair desse berço esplêndido, dessa dormência. E como é que nós vamos sair, é piorando? É desincentivando a regularização fundiária, a urbanização de favelas, a luta por moradia? Não, não é!*** (Ermínia Maricato, ex-Secretária do MCidades, entrevista à autora, 2007).

Nos itens abaixo, retomaremos essa discussão da garantia de direitos levantada pela professora e ex-Secretária do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato, inclusive continuando a apresentar suas idéias a respeito, até mesmo porque isso está associado com sua perspectiva sobre o papel do Estado e sua relação com os movimentos sociais.

4.2. Estado mínimo, democrático ou administrador da exceção?

Governo não é Estado, mas na práxis governamental, entre outras, o Estado se revela e vai se construindo. Sendo assim, no presente item, apresentamos os discursos e os direcionamentos político-ideológicos e macroeconômicos do governo federal e municipal, como mais um passo no desvendar da práxis na luta pela moradia.

No Capítulo 2, vimos que o governo Lula, em termos gerais, não optou pela ruptura da política neoliberal implementada pelo governo FHC, porém, ao contrário, continuou dando sustentação aos capitais financeiros e aos capitais transnacionais. Ricardo Antunes (2005a, p.142), quando da vitória do presidente Lula, nas eleições, apostou que seu governo estaria sob um pêndulo: de um lado, “os capitais transnacionais (com a aquiescência dócil do que resta dos capitais nativos)” puxariam o pêndulo “para o centro e para a direita”, e do outro lado, “os sindicatos, os movimentos sociais urbanos e rurais, partidos e movimentos de esquerda” procurariam “dar a Lula impulsão social e política para a esquerda”:

Podemos exemplificar esse sentido pendular com inúmeros exemplos: a política econômica, que começa de modo pífio e continuísta; a política externa, particularmente no contexto latino-americano, que se diferencia positivamente da fase anódina e falante de FHC; a batalha da previdência, que começa mal e atabalhoadamente; o combate à fome, que oscila entre a justa diagnose da barbárie e o remédio assistencial etc. e, por fim, o giro aéreo do Fórum Social Mundial de Porto Alegre ao *meeting* de Davos, levando Lula a imaginar a construção de uma ponte social intercontinental para a qual não há engenharia possível.

Um último exemplo, o da legislação trabalhista, [...]: os capitais globais exigem dos governos nacionais a flexibilização da legislação do trabalho. O Governo Lula cederá às exigências dos capitais, precarizando ainda mais a nossa classe trabalhadora, ou avançará em direção a um código do trabalho que preserve e avance na conquista de novos direitos sociais do trabalho? (ANTUNES, 2005a, p. 142).

Todavia, um ano depois, quando o governo Lula cumpria seu primeiro aniversário, Antunes mostrava enfaticamente traços de continuidade desde o governo Collor, passando por FHC, até o governo Lula, que “postou-se como expressão forte de [...] continuidade” da “*desertificação social e política neoliberal*”:

Para aqueles que esperavam pelo principiar da mudança profunda da política econômica, contraditando os interesses do fundo Monetário Internacional (FMI), dos organismos multilaterais, das finanças e das transnacionais; pela contenção do fluxo de capitais que migram para o sistema financeiro internacional esgotando a produção da nossa riqueza; pelo combate ao

nefasto projeto da Área Livre de Comércio das Américas (ALCA) (que, se implementado, consolidará o domínio econômico, político, cultural e da propriedade intelectual norte-americana sobre a América latina); pela recuperação da dignidade do salário mínimo, contra a política de arrocho salarial; pelo combate aos transgênicos que tantos riscos podem trazer a nossa saúde; pelo início da reforma agrária, imprescindível para desmontar a *miséria brasileira*; pela recuperação da *res publica* contra a secular privatização do Estado brasileiro; enfim, pelo *início* de um programa efetivo de mudanças, com prazos e caminhos construídos com sólida impulsão social, foi pesaroso ver que a primeira “reforma” do Governo Lula foi agendada pelo FMI, imposição que o governo aceitou sem resistência, desestruturando um setor importante da classe trabalhadora brasileira, composta pelos funcionários públicos, e que sempre foi um dos pilares de sustentação do Partido dos Trabalhadores (PT), particularmente no difícil período da Ditadura Militar. (ANTUNES, 2005a, p.2-3).

Francisco de Oliveira (2007b) entende que o “desmanche” se inicia com o governo de Fernando Collor de Melo. Oliveira (2007b, p. 31) enfatiza que, posteriormente, o governo de FHC, com as privatizações, fusões e desnacionalizações, “aprofundou, num grau insuspeitado”, o desmanche iniciado por Collor, alterando radicalmente a relação Estado-burguesia, “tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras”. A autonomia do Estado é retirada com a financeirização, e o mercado absolutizado; o desemprego, a criminalidade, a desigualdade aprofundadas; o conflito de classe tutelado etc.: é a “era de indeterminação”, no Brasil. É esse o contexto em que Lula sobe ao poder: um momento de “indeterminação ainda inconclusa”. E, nessa indeterminação, a “exceção” passa a ser uma “exceção permanente”:

[...] o subdesenvolvimento não era a exceção, era uma singularidade histórica, que assinalava precisamente que ele havia sido produzido pelo capitalismo em expansão, o qual, montando-se sobre sociedades criadas ou apropriadas para produzir o excedente que na verdade criou o capitalismo mercantil, não poderia, jamais, reproduzir o original. (OLIVEIRA, 2003b, p.11).

O Estado é, agora, o administrador da exceção e “as cidades são os lugares por excelência dessas exceções”, diz Oliveira (2003b, p.11), sendo que a metrópole de São Paulo seria a “metrópole-ornitorrinco” (FIX; ARANTES, 2004): “o Ornitorrinco é a exceção permanente, porque já não é singularidade” (OLIVEIRA, 2003b, p. 11), é a metrópole que melhor expressa “as contradições do Brasil atual”, assinalam Fix e Arantes, como veremos mais abaixo.

4.2.1. Estado máximo na economia e mínimo na política e no social

O Estado hoje é mínimo para as necessidades de grandes parcelas de trabalhadores e, ao mesmo tempo, é máximo para anuir às propostas dos grupos nacionais e internacionais, como destacam Ramos e Sá (2002), e, ao mesmo tempo, como sublinha Francisco de Oliveira (2007a), ele é mínimo para a política e máximo para a economia.

[...] O Estado mínimo da falsa utopia neoliberal não é mínimo na economia, como pregam os tolos: ele se faz mínimo é na política. Num movimento de pinças simultâneo, o Estado se faz máximo na economia e mínimo na política, e os dois lados projetam uma economia sem política, portanto sem disputa. [...]. Por isso, os partidos como o PT, o novo príncipe, também se institucionalizaram e perdem, assim, o poder de operar as rupturas. [...]. O sistema para o qual se tende na periferia capitalista é o totalitarismo neoliberal [...]. (OLIVEIRA, 2007a, p. 286).

A cartilha do projeto de modernização neoliberal-globalizadora da cidade reza que o Estado deve ser mínimo e, de fato, ele se ausenta do social e da política, mas se faz cada vez mais presente para o mercado, como apontado no Capítulo 2.

Naquele momento, vimos ainda como o poder público ampara uma acelerada valorização fundiária e imobiliária, canalizando grande quantia de recursos públicos para a implementação das supostas “ilhas globalizadas” e das “novas centralidades” em São Paulo.

Todavia, ao entrevistarmos a Diretora Social da Superintendência de Habitação Popular, Nanci Cavallete da Silva, o financiamento do setor privado pelo poder público não compareceu em sua fala; ao contrário, conforme verificamos, no item acima, a preocupação da Diretora era a insuficiência do orçamento público para atender às demandas dos setores mais populares. De qualquer forma, na sua abordagem sobre a disputa pelo centro entre o setor privado (com anuência do poder público) e os setores populares, pudemos apreender a opção, orçamentária e política, do poder público, na atual administração: a “requalificação” do centro é necessária, porque ele está “desvalorizado”; essa “requalificação” precisa “mesclar” os setores sociais que o ocuparão, para a sua auto-sustentação; e porque, afinal, o orçamento é curto, “não dá pra ficar todo mundo no centro... vai ter sempre expulsão”, “não dá pra atender a todo mundo”. De um lado, “fica mais caro desapropriar” e, do outro, “é preciso dar respostas para quem paga imposto”, alegou a Diretora.

Na entrevista da Diretora, não aparecem com solidez os interesses envolvidos na “requalificação” do centro (“requalificação” para quem? quais os atores que estão promovendo essa “requalificação?”), enquanto a expulsão parece ser uma medida esporádica. Todavia, como sublinhamos nos capítulos anteriores, a “higienização social” tem sido uma política sistemática, freqüente e aliada a uma forte presença da iniciativa privada, sobretudo por meio da Associação Viva o Centro, que reúne os empresários locais.

A parceria do poder público com a iniciativa privada nas intervenções no centro se consagrou, sobretudo, com a criação da *Aliança pelo Centro Histórico*, que é “uma parceria inédita entre a Prefeitura de São Paulo, o Governo do Estado e a Iniciativa Privada, esta última articulada pela [Associação] Viva o Centro” (ALIANÇA..., 2008, grifos nossos). O objetivo da *Aliança*, nas palavras de seus idealizadores, é “implantar um *Programa de Qualidade Total* nas áreas de: segurança, manutenção e zeladoria urbana, atendimento social, serviços de turismo, entretenimento e cultura” (ALIANÇA..., 2008, grifos nossos) no Triângulo Histórico, “área que tem como os vértices a Praça da Sé e os Largos São Bento e São Francisco” (ALIANÇA..., 2008, grifos nossos). O Triângulo Histórico foi eleito pela *Aliança* como uma implantação-piloto, que posteriormente deve ser estendida a todo o Centro Histórico (Distritos Sé e República), porque

[...] é a *região mais emblemática de São Paulo*, marco da fundação da cidade; *dotada de excelente infra-estrutura; facilmente acessível por transporte de massa* de qualquer parte da cidade; pela repercussão midiática de tudo que ali ocorre, com *efeito pedagógico e indutivo para outras regiões* do Centro e da cidade. (ALIANÇA..., 2008, grifos nossos).

É relevante observar ainda as atribuições que cada parceiro tem, nessa Aliança (vide Quadro 12, abaixo):

Quadro 12. Atribuições dos parceiros da *Aliança pelo Centro Histórico*

Parceiros	Atribuições
Governo do Estado de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança pública • Implantação do policiamento comunitário • Intensificação do policiamento normal existente • Apoio ao turista e ao visitante
Prefeitura do Município de São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de programa de qualidade total nas áreas de: • Zeladoria urbana <ul style="list-style-type: none"> • Varrição • Coleta de lixo • Lavagem dos logradouros públicos • Iluminação • Controle de ocupação irregular do espaço público com implantação da Guarda Civil Municipal Comunitária • Atendimento social <ul style="list-style-type: none"> • Atenção permanente a pessoas em situação de rua • Segurança de trânsito
Iniciativa privada	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de Central 24 hs • Manutenção de equipe de Agentes de Qualidade Total • Articulação das Ações Locais da Área • Apoio ao turista e ao visitante

Fonte: InformeOnline, <<http://www.vivaocentro.org.br>>.

Organização: Fernanda Keiko Ikuta

É irônica e indignante a “permanente atenção a pessoas em situação de rua” constar como uma atribuição da Prefeitura Municipal, uma vez que, na verdade, o poder público local tem atuado com absoluta intolerância com essas pessoas: expulsando-os com jatos de água para a “limpeza” urbana; tirando-lhes, ou molhando, os cobertores e documentos; jogando pimenta; desligando a luz; constrangendo-os por meio de filmagens; expulsando-os no meio da noite ou removendo-os com suas kombis ou com a violência truculenta dos policiais da GCM. São atos constantemente delatados nas mobilizações dos movimentos sociais e outras entidades de defesa da população de rua, e pelo jornal *O Trecheiro*³, para o qual essas ações violentas contra os moradores de rua têm ocorrido com

³ Cf. Costa (2008) e Barboza (2008). Além da sua versão impressa, o jornal *O Trecheiro* está disponível no site da Rede Rua de Comunicação, <www.rederua.org.br>.

mais intensidade após a criação da *Aliança pelo Centro Histórico*, que se propõe atuar, de fato, com atenção permanente sobre os seus indesejados: “24 horas por dia, 7 dias por semana” (ALIANZA..., 2008, grifos nossos).

O descaso, o preconceito e a intolerância do poder público e da iniciativa privada em relação aos que “ocupam irregularmente o espaço público”, isto é, a população em situação de rua, sem tetos que ocupam prédios por meio dos movimentos sociais, os vendedores ambulantes, as prostitutas e outros marginalizados, confirmam-se na acusação e no tratamento destes como “desordeiros sociais” e, em última instância, criminalizando-os, com um ostensivo policiamento, como podemos verificar em um depoimento publicado no jornal *Valor Econômico* e citado em artigo de Barboza, para *O Trecheiro*:

Não haverá pequenos furtos, pois com permanente vigilância será eliminado aquilo que o coronel PM Álvaro Camilo [...] comandante do Policiamento [...] chama de “desordem social” (desocupados, população de rua, mendigos) e que, aliada à “desordem física” (prédios abandonados, ambientes degradados), são causas da violência. (BARBOZA, 2008, p.4).

A segurança, uma atribuição da Prefeitura e do Governo do Estado, nessa parceria, que deve manter 24hs o “controle de[a] ocupação irregular do espaço público” a favor da iniciativa privada, reflete parte do projeto estatal de “policialização da sociedade”, sobre o qual discorre Oliveira (2003b).

Além disso, pode-se perceber, na lista de atribuições dos parceiros da *Aliança*, a presença do léxico e da lógica empresarial, o “Programa de Qualidade Total”, como nas empresas. Barboza (2008) observa a expressão “zeladoria urbana”, que podemos enquadrar no léxico e na lógica privada: os trabalhadores municipais “zelam” pelo Triângulo Histórico, tal como os “zeladores” dos condomínios privados.

A atuação do poder público, nessa intervenção no Centro, é exemplar da práxis de um Estado (aqui tanto na esfera municipal, quanto na estadual) que se maximiza junto à iniciativa privada, uma vez que somente esta última “[...] investiu cerca de 1 milhão de reais apenas na contratação de 20 zeladores urbanos e na construção do posto 24 horas que repassa as ‘questões de desordem’ para as autoridades competentes” (BARBOZA, 2008, p.4), numa política estatal de expulsão e coerção arbitrária dos indesejados sociais, que destoam dos padrões de “qualidade total” que a iniciativa privada quer para essa área, ou seja, trata-se de uma política que atua também em função da apropriação privada do espaço público.

Temos, então, uma práxis coerente com o axioma do Estado que se maximiza diante dos projetos da iniciativa privada e se minimiza diante das demandas dos setores populares: investe-se alto numa política de expulsão da população em situação de rua, todavia, como nos apontava a Diretora do Habi-Centro, investe-se pouco e com uma série de ressalvas, em políticas de habitação efetivamente populares, no centro.

Além dos investimentos da iniciativa privada local, nessas intervenções no centro, destaca-se o financiamento de agências multilaterais nos programas municipais de Reabilitação da Área Central, como são denominados, que igualmente nos ajudam a esclarecer a posição do poder público, nessas questões. Desde 2004, o programa de reabilitação do centro foi desenvolvido com o financiamento de 100,4 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a contrapartida de 67 milhões de dólares da Prefeitura Municipal de São Paulo (PÓLIS; CARE Brasil, 2008). Esse programa financiado pelo BID é hoje a principal iniciativa em andamento; mesmo assim, não foi destacado pela Diretora do Habi-Centro entrevistada.

O relatório da Pólis/Care Brasil (2008) esclarece que, segundo classificação do próprio Banco⁴, o empréstimo é destinado a um “projeto de desenvolvimento urbano e habitacional”, e a Prefeitura é o órgão executor desse programa que acabou por deixar o componente habitação de fora, destinando a maior parte do seu recurso para o componente infra-estrutura⁵:

[...] a maior parte do recurso está destinada ao componente infra-estrutura, sendo que só para a construção de sete garagens subterrâneas foram previstos US\$ 47,8 milhões, ou seja, 24% dos recursos. A priorização pelas intervenções através de “obras” fica explícita quando verificamos que 91% de todo o recursos é destinado à implementação de obras, 7% para serviços e o restante em equipamento e consultoria. (PÓLIS; CARE Brasil, 2008, p. 16-17).

A primazia do investimento em infra-estrutura, no programa de reabilitação do centro, é coerente com os objetivos/componentes da proposta final do programa:

O empréstimo do BID à Prefeitura de São Paulo foi aprovado, no final de 2003, com cinco componentes, assim denominados:

⁴ BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. Portal de proyectos. Disponível em: <<http://www.iadb.org/projects/index.cfm?language=Spanish>>.

⁵ “As propostas de intervenções foram divididas em quatro componentes: (1) – Informação e gestão urbana, que inclui estudos e equipamentos para gestão; (2)-Desenvolvimento Social, Econômico e Ambiental, que contém as intervenções em praças e largos e restauro de imóveis históricos e culturais; (3) – Infra-estrutura, que são intervenções viárias e construção de estacionamentos subterrâneos; e (4) – Revitalizações Urbana, consiste em intervenções no espaço público e infra-estrutura” (PÓLIS; CARE Brasil, 2008p. 16-17).

1. "Reversão da Desvalorização Imobiliária e Recuperação da Função Residencial";
2. "Transformação do Perfil Econômico e Social"
3. "Recuperação do Ambiente Urbano"
4. "Transporte e Circulação"
5. "Fortalecimento Institucional do Município"

O componente "Reversão da Desvalorização Imobiliária e Recuperação da Função Residencial" incluiu os 3 seguintes sub-componentes: a) Elaboração de propostas de legislação urbanística; b) Intervenções urbanísticas e c) Programa Morar no Centro. (SILVA, 2008, p.26).

No que respeita ao componente habitacional no programa financiado pelo BID, Helena Silva revela que, no início das negociações do programa, ainda no governo Marta, o Banco era claro em sua posição desfavorável à preocupação com a habitação social na reabilitação do centro. Um dos argumentos do BID era a inconveniência dessa preocupação, face aos objetivos da requalificação do centro:

[...] receio que a permanência e o incentivo à habitação para famílias de renda muito baixa funcionasse negativamente em relação à vinda de famílias de classe média. Este processo era entendido como fundamental para garantir a valorização e o desenvolvimento de atividades (e empregos) ligadas ao aumento do consumo ("circulo virtuoso"). (SILVA, 2008, p.21).

A autora nos leva a entender que, diante do objetivo de revalorização imobiliária, explícito no primeiro componente do caso de São Paulo, a "Reversão da Desvalorização Imobiliária e Recuperação da Função Residencial", era óbvia a incompatibilidade entre uma suposta "política de proteção dos segmentos mais vulneráveis dos moradores" que atenuasse "os efeitos da exclusão social decorrentes do projeto", tal qual o pretendido pelo governo Marta Suplicy, com esse objetivo de atrair segmentos de maior renda, para morar e servir-se do centro, pois "a presença de moradores mais pobres e do tipo de consumo e utilização do espaço público dela decorrente constitui um elemento que dificultaria a atração de segmentos de maior renda" (SILVA, 2008, p.30).

O que a Diretora do Habi-Centro havia nos apresentado, de forma amena, Silva acentua, afirmando que a atual gestão, Serra/Kassab, assume o direcionamento de revalorização imobiliária e substituição dos moradores e frequentadores de mais baixa renda por segmentos de maior renda, de tal forma que, hoje, o componente habitacional tenha sido

retirado do programa do BID e haja uma ausência de política de habitação social no centro, como podemos verificar com suas próprias palavras:

Atualmente, não apenas o componente habitacional está sendo retirado do programa de reabilitação, como não existe mais uma política de habitação social no centro, seja no aspecto de investimentos ou de implementação dos instrumentos previstos no Plano Diretor e outros textos legais. Essa situação denota uma opção do município pela valorização imobiliária com ênfase na abertura do caminho para um repovoamento feito exclusivamente por moradores de renda mais alta. Embora os técnicos do BID tenham discutido amplamente o componente habitacional anterior, aprovado na gestão

Marta, as opções atuais da prefeitura parecem corresponder aos argumentos que o banco apresentava no início das discussões em relação à presença de HIS. (SILVA, 2008, p.30).

A opção da gestão Serra/Kassab se reafirma ainda na mudança de um projeto de habitação social no Centro, com financiamento da União Européia, que começou a ser negociado em 2002, ainda na gestão Marta Suplicy. Denominado “Nós do Centro”, o projeto entrou em execução em 2006, mas a atual gestão municipal retirou dele a questão da habitação social, de maneira que ele, atualmente, tem como foco o empreendedorismo e a questão de gênero⁶.

Os encaminhamentos que a renovação do centro vai tomando, uma vez conhecidos, nos ajudam a desvelar o que encobria o “para quem” se destina a aludida requalificação, na fala da agente pública que entrevistamos. A Diretora Nanci Cavallete da Silva não menciona com clareza uma substituição de populações usuárias ou moradoras do centro, mas se posicionava a favor de uma “mescla” de classes, medida que atenderia a todos os interesses (o discurso do interesse público), porém, quando desnudamos a práxis dos gestores urbanos, vemos que a renovação é para os que podem alavancá-la.

Arantes (2008, p.76) examina o discurso dos gestores públicos e, a respeito, faz um apontamento certo: “Num contexto republicano de Estado de Direito, os discursos de agentes públicos não poderiam explicitar a intencionalidade e o sentido dessa substituição de populações, dado seu caráter classista”. Tal posicionamento nos auxilia a compreender melhor o porquê de a maior parte dos investimentos ter sido destinada a infra-estrutura, tendo

⁶ A partir de 2006, a União Européia investiu 15,4 milhões de euros (7,5 milhões eram provenientes da União Européia, a fundo perdido), com a contrapartida de 7,9 milhões da Prefeitura Municipal de São Paulo. Para maiores informações sobre o projeto “Nós do Centro”, consultar o relatório PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais; ActionAid Brasil. **Controle social de políticas públicas:** o projeto inclusão social urbana – Nós do Centro, 2008. Relatório, mar. 2008. Disponível em: <www.polis.org.br>. Acesso em: 05 abr. 2008.

as garagens subterrâneas tanto destaque. O autor explica que, como os gestores não podem explicitar a intencionalidade de suas ações, o que eles fazem é adotar “estratégias de convencimento por meio de outras ações”, como essa da construção de garagens, a qual irá ampliar o acesso a automóveis particulares (dos que o têm, ou seja, “os que podem pagar para estar no Centro em veículo particular”). Tal estratégia faz parte do plano de reorganização dos fluxos e da circulação de tráfego, na área central, com o intuito de diminuir a presença “popular” no Centro, como já indicamos, no Capítulo 2.

Vemos que o papel do poder público, no programa de requalificação do Centro, financiado pelo BID, é um exemplo claro de como as ações e os discursos (a práxis) dos gestores urbanos são articulados para intermediar a minimização das demandas sociais, no caso da habitação no Centro, dentro desse programa, tratando-se mesmo de substituição, por investimentos voltados para os interesses do mercado.

Assim, não são apenas as forças locais dos capitais imobiliários que estão “sugando” os recursos do Estado para atender aos seus interesses e retirando-o das questões sociais, porém se vivencia a experiência de um Estado mínimo no social que está relacionado com a agenda neoliberal de instituições multilaterais, como o BID, para os países do Terceiro Mundo (desmanche das redes de proteção e assistência universais).

A minimização do social é efetuada com legitimidade, porque os discursos mobilizam o senso comum a seu favor.

A questão da requalificação do centro está toda permeada por diferentes estratégias de convencimento, seja por via de outras ações, seja por via de outros discursos ou “idéias-força”, como argumenta Arantes, apoiando-se em Bourdieu:

[...] “basta que as idéias sejam professadas por responsáveis políticos para se tornarem idéias-força capazes de se imporem à crença”, pois no campo político, “as idéias-força tem o poder de fazer com que o porvir que elas anunciam se torne verdadeiro”. A eficácia do discurso político está em seu poder mobilizador, no sentido de tornar-se uma espécie de “profecia auto-realizada”. (BOURDIEU, 1989, p.187, apud ARANTES, 2008, p.73).

Além da minimização do componente social, por parte das intervenções estatais, o programa do BID também favorece a minimização da política, aliás, esse é o grande papel das consultorias internacionais que vêm se expandindo. Analisando a ação da Associação Viva o Centro e o “crescente poder das gerenciadoras privadas sobre as políticas

públicas, por meio de incentivo do próprio BID”, em São Paulo, Pedro Arantes (2008, p.86) chega igualmente à conclusão de que o Estado perde “o monopólio de poder decisório”, porque ocorre um processo de privatização do público: “Como afirma Floriano Marques Neto, ‘assiste-se ao processo de privatização do público por meio da substituição do Estado enquanto definidor dos interesses gerais por grupos ou corporações, as quais, naturalmente, enredam-se, tangidas pelos interesses privados de seus membros’” (MARQUES NETO, 2002, p.136, apud ARANTES, 2008, p.86). E não há nenhum acaso, nessa privatização do público. Arantes (2004) já havia apontado anteriormente que o BID, já na década de 1980, baliza seu objetivo de redução do Estado, passando a exigir e a fortalecer as gerenciadoras privadas.

Como resultado desses processos, mais uma vez o trabalhador organizado na luta pela moradia é afetado integralmente, ou seja, em todo o conjunto das suas condições de vida e trabalho, por esse Estado que se faz mínimo, na política e no social, e máximo, na economia. E, novamente, vale frisar que as influências são objetivas e subjetivas. Objetivas: expulsão do seu local de moradia, trabalho e até de circulação (no caso da tentativa de “despopularizar” o Centro de São Paulo, por meio da racionalização dos transportes onde hoje há uma circulação massiva de “populares” em busca de comércio, serviço ou transporte coletivo); aumento do custo de vida; desemprego estrutural, precarização das relações de trabalho etc. E subjetivas, porque esses dois lados do processo do Estado, de maximização na economia e minimização na política, “projetam uma economia sem política, portanto sem disputa”, como advoga Francisco de Oliveira (2007a): o que significa que a resistência dos trabalhadores e sem tetos é bombardeada por todos os lados, vendo-se fragilizada e fragmentada por um modelo que tenta a todo o momento solapar as experiências criativas que buscam fundar sua alteridade e “domesticar” suas tentativas de dissidência.

Quer dizer, no mesmo pacote do totalitarismo neoliberal está a privatização do público, a destituição da fala e a anulação da política, declarou Oliveira, em 1999, voltando a argüir sobre as conseqüências da ausência da política, mais recentemente:

[...] a própria política é hoje inteiramente dominada pela economia. As empresas se converteram em atores políticos de primeira plana. Como pessoa jurídica, a empresa sempre deteve mais poder que os trabalhadores, que, no limite, são pessoas físicas. A luta de classes inventou os sindicatos para transformar as pessoas físicas dos trabalhadores em pessoas jurídicas. Mas os novos modos de produzir e organizar anulam o caráter coletivo dos sindicatos, o que significa dizer que a política perdeu um ator importante. E as desregulamentações abriram um espaço que vem sendo ocupado pelas empresas como ator político fundamental. (OLIVEIRA, 2007a, p.286).

É preciso registrar que a presença das ações e discursos neoliberais na gestão de São Paulo não é uma questão isenta de polêmica, em seu entorno. Os gestores urbanos não verbalizam a opção do poder público por um ou outro ideário, de sorte que entre os pesquisadores há uma série de nuances nas interpretações de como o ideário neoliberal atinge a produção do espaço urbano e o planejamento da cidade.

A professora e ex-Secretária do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato, está de acordo em que há influências neoliberais na produção do espaço urbano de São Paulo, referindo-se à presença do capital financeiro, nesse sentido, o que nos possibilita entender que existe um fosso entre a “cidade-global” do capital financeiro e a realidade do trabalhador. O breve comentário, deste trecho da entrevista, que Maricato faz sobre o Estado, nesse contexto, corrobora a idéia de que ele deve, sob o ponto de vista do capital, ausentar-se das questões sociais.

Existe evidentemente um projeto neoliberal para o capitalismo periférico. Para a América Latina, ele está claríssimo no Consenso de Washington. Agora, ele está fazendo água. Então, você não pode tirar essas coisas do momento histórico, da dinâmica. A história é muito dinâmica. O modelo neoliberal está lá: é Estado mínimo, mercado máximo, desregulamentação dos serviços públicos, privatizações, bom, enfim... está lá, melhor do que está lá expresso por eles mesmo seria impossível... foi sistematizado em 1989, mas ele já vinha vindo. É uma expansão do capitalismo, é um novo imperialismo, como Harvey diz.

Agora, ele existe, olha os condomínios fechados [...] O que eles estão fazendo agora, e é fruto do modelo global, de um capitalismo global, são gigantescos condomínios de lotes, coisa que a lei brasileira não permite! É uma ilegalidade. [...] A gente vai lá e fala pro juiz, “Olha, é uma ilegalidade”. Aliás, tem um empreendedor que vendeu um banco, não sei qual, aqui no Brasil, que ele vai fazer uma cidade lá na região de Campinas: 4 milhões de metros quadrados.

Então, o capital financeiro... você pode dizer... há alguma tendência. O capital financeiro, do ponto de vista da ocupação do espaço urbano, ele tem três produtos de ponta, no Brasil: um são as torres de moradia tendo um clube dentro do condomínio, que a gente está vendo aparecer em tudo quanto é lado; o outro são os loteamentos fechados, que são grandes... cujo *lucro vem principalmente da renda fundiária* (os grandes condomínios que eu citei, das torres, o lucro vem... é lucro mesmo, uma coisa é renda, outra coisa é lucro, já usando o sentido marxista, vem da construção também, da exploração da mão-de-obra); e o terceiro são os shoppings centers. Então, [...] tem um modelo, mas como é que esse modelo chega no povo? O que acontece com a reprodução da força de trabalho? Não existe. Não é preocupação do capital e ele está dizendo que não é preocupação do Estado. Se você fala – “existe um modelo neoliberal”? Eu diria, oh, está aí, linhas de

um modelo. (Ermínia Maricato, ex-Secretária do MCidades, entrevista à autora, 2007).

Nossa “leitura” está distante de pretender rotular a atual gestão da cidade de São Paulo como uma gestão puramente neoliberal, até porque isso não corresponde com as evidências que fomos levantando, de que a gestão está muito mais próxima de um hibridismo de ideários e modelos de cidade. Até mesmo porque os gestores urbanos municipais não estão isentos de assimilar a tendência política do governo federal e este, por sua vez, assume uma gestão fortemente marcada pelo hibridismo. Um hibridismo provindo de um contexto de desmanche neoliberal, um hibridismo típico de uma era de indeterminação, de um Estado colocado a administrar a exceção. O discurso lacunar (ARANTES, 2008, p.85) dos gestores urbanos de São Paulo (característica que também pudemos perceber em nossas entrevistas) revela tanto a impossibilidade de se revelar a intencionalidade política das ações do poder público, como é uma expressão desse hibridismo. Em que pese essas considerações, como acabamos de verificar acima, nossa pesquisa empírica e outros estudos levantados foram apontando evidências do emprego de determinados instrumentos, estratégias, ações e discursos neoliberais no governo municipal atual, e a idéia do Estado mínimo (da falsa utopia neoliberal, diria Francisco de Oliveira) é uma das grandes marcas da presença do ideário neoliberal em São Paulo, hoje.

4.2.2. Estado democrático no capitalismo?

O projeto urbano da “gestão democrática das cidades” almeja a democratização do Estado, por meio da descentralização e da participação da dita sociedade civil na gestão do poder público. A “democratização” seria ainda resultado de um governo preocupado com a pobreza e, por conseguinte, preocupado com a implementação de políticas de inclusão social que amenizassem os efeitos negativos do neoliberalismo.

No Capítulo 2, já apresentamos exemplos da presença desse ideário e modelo de cidade, sobretudo na gestão de Marta Suplicy, na cidade de São Paulo. Agora, vamos dialogar com Ermínia Maricato, em seu papel de gestora urbana, trazendo também a escala federal, ou seja, as implementações do Ministério das Cidades no governo Lula para esta reflexão e podendo assim fazer alguns apontamentos sobre o discurso do Estado democrático.

Como veremos abaixo, no decorrer da entrevista, vamos percebendo que Ermínia Maricato não identifica no governo Lula, particularmente pensando no trabalho do Ministério das Cidades, uma política neoliberal. Ela aponta a abertura de espaço para a participação social e para a luta social, com a criação de um sistema público, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Para Maricato, essas iniciativas representam uma tentativa de “recuperação do Estado”, de fazer o Estado ter “responsabilidade social”, proposta que não tem lugar na política neoliberal.

Perguntamos à professora e ex-Secretária do MCidades, sobre as diretrizes do Ministério das Cidades. Queríamos saber se a defesa do “combate às desigualdades” e do “direito à cidade”, presente nos documentos do MCidades, estava relacionada com a idéia da humanização do capital e da democratização do Estado. Maricato nos responde que, diante da desigualdade do país, ela está de acordo com a defesa de sua diminuição, e que seria justamente esta a preocupação do MCidades: a justiça social e a igualdade. Para ela, o MCidades é um instrumento na luta contra a desigualdade social e, uma vez iniciada essa luta, qualquer viés assumido por ela (revolucionário, mitigador ou social-democrata) seria um avanço diante da *barbárie* que estamos vivenciando no país, nos últimos vinte e cinco anos.

[...] é uma questão muito simples, ***o país é desigual e nós achamos que tem que diminuir a desigualdade*** [...] se a gente falasse em *eliminar* estaríamos falando de socialismo. Nós estamos falando de diminuir a desigualdade! O que isso implica politicamente? Que eu acho que é seu raciocínio, se eu não me engano! [...] é muito evidente: se tem uma tremenda desigualdade, é a oitava maior desigualdade social no mundo. E o Ministério foi criado não se perguntando como é que as cidades ficam mais competitivas, produtivas. Não é a agenda do Banco Mundial, nem do neoliberalismo. É a agenda da reprodução da força de trabalho. Como é que nós fazemos para dar uma melhor qualidade de vida, para mudar, na verdade, as nossas cidades? Porque elas são profundamente desiguais, injustas. Então é uma coisa mais no sentido da justiça social, da igualdade. Bom, se você está perguntando: ***“mas isso é possível no capitalismo, o que existe por trás disso?”*** [...] ***O Ministério não faz essa discussão.*** O Ministério é um instrumento nessa luta contra a desigualdade social, contra a exploração selvagem.

Se você perguntar para mim: “Eu acho que a hora que você destampa a panela e consegue abrir mais condições para fazer avançar a luta social, você inicia um processo que eu acho que não tem fim, não tem retorno”. Isso é o que eu penso, sempre pensei isso. Você tem uma tal desigualdade social no Brasil, você tem uma tal dominação que é explícita até no fato de que as pessoas reagem muito pouco à injustiça, à desigualdade. Reagem pouco, porque elas sofrem, se elas reagirem. O MST sente isso na carne, cada pessoa que resolve reagir sabe o que lhe custa. O Gegê [coordenador do Movimento de Moradia do Centro] sabe o que lhe custou não aceitar isso. Agora ***é uma tentativa de ser um simples instrumento na luta.*** Agora, se essa luta vai assumir um viés revolucionário, se ela é mitigadora ou se ela

leva para uma social-democracia, qualquer coisa assim, *eu tendo a achar que, na condição que o país entrou nos últimos 25 anos, social democracia já é avanço, porque realmente nós estamos caminhando para a barbárie*. A maior parte das pessoas que estão reagindo na pobreza, elas estão reagindo pelo crime, não é pelo movimento organizado. Acho que nós temos muito mais gente hoje envolvida no crime organizado do que nas lutas sociais. (Ermínia Maricato, ex-Secretária do MCidades, entrevista à autora, 2007).

Ainda tentando entender essa idéia da democracia dentro do capitalismo, do ponto de vista de Ermínia Maricato, perguntamos a ela sobre a discussão levantada em seu texto “Questão fundiária urbana no Brasil e o Ministério das Cidades”, de 2005, em que ela distingue o que chama de *mercados restritos e especulativos* dos *mercados abrangentes e democráticos*⁷. Nossa indagação era: os mercados democráticos não podem caminhar no sentido de corroborar a lógica, a racionalidade do mercado?

Não. É o mesmo raciocínio do Chico de Oliveira! Enquanto o povo estiver no rodapé, você não tem luta social! Não é verdade que quanto pior melhor! E nós vivemos num sistema pretensamente capitalista. Pode ser o ornitorrinco, pode ser um capitalismo incompleto, imperfeito, periférico, o que você quiser, combinado, como o Florestan já colocou, como uma série de autores já colocaram. Mas é um capitalismo! Só que é um capitalismo que não democratizou o acesso a certos bens. Tudo bem, mas você fala: “Os EUA não democratizou e a Europa...”, só que é muito diferente. A previdência social, o pleno emprego, eles chegaram num nível muito diferente do que nós temos no Brasil. Então, eu acho que tem, repetindo o Chico, o pior dos mundos no reino da mercadoria é você não ser mercadoria. A população brasileira não é nem força de trabalho! Ela faz parte do exército, sem dúvida, mas ela não consegue nem vender a força de trabalho. Nós estamos numa situação que é de barbárie. Eu não acredito que não é negando... quer dizer, eu não estou vendo a revolução na esquina, eu entendo que nós precisamos avançar, modernizar. ***O que é a modernidade? São direitos e avançar nas relações, inclusive capitalista***. Você tem o pior do capitalismo e não tem vantagem alguma, que é a ampliação do consumo. Não que o consumismo seja interessante! (Ermínia Maricato, ex-Secretária do MCidades, entrevista à autora, 2007).

⁷ No texto, quando Maricato explica o que são os mercados restritos e especulativos e os abrangentes e democráticos, ela está preocupada em discutir a relação entre a política fundiária e a produtividade na construção do ambiente urbano e suas especificidades, nas cidades brasileiras. A autora explicita: “Se em qualquer cidade do mundo o preço de um imóvel é fortemente determinado pela localização no meio urbano” (MARICATO, 2005, p.2), em uma cidade extremamente desigual, como o Brasil, “essa diferença de preço é maior” (MARICATO 2005, p.2-3). E aí é que entra a diferença dos mercados: “mercados restritos e especulativos são mercados excludentes, de baixa produtividade, marcados pela simbologia do consumo conspícuo. Mercados democráticos e abrangentes são mercados caracterizados pela alta produtividade e incorporação de avanço tecnológico”. Para Maricato, o problema dos mercados restritos e especulativos é que, “ao cercar o acesso à cidade e à moradia para todos, e controlar as terras mais bem localizadas, restringem também as alternativas legais de construção do ambiente urbano” (p.3), de que decorre a necessidade de se dar um salto na tradição histórica patrimonialista e democratizar o direito à cidade, permitindo “maior abrangência do mercado privado legal e das políticas públicas” (p.13).

Maricato vai delineando sua perspectiva de que é preciso conquistar determinados direitos e de que o caminho para isso pode ser inclusive via avanço nas relações capitalistas, por exemplo, como vemos no trecho abaixo, aplicando a função social da propriedade privada como a conquista do direito à cidade.

A função social da propriedade é uma revolução, gente! Você está completamente enganada se você acha... porque Cuba abandonou, a União Soviética abandonou a propriedade de Estado... é ingenuidade! Precisa ter um certo conhecimento histórico. Cuba abandonou há uns 15 anos a idéia da propriedade estatal absoluta, a União Soviética também. ***Eu não sou a favor da propriedade privada, mas a função social da propriedade é um golpe de morte na propriedade privada. Se a gente conseguisse aplicar!*** Qual é a característica do Brasil? É um capitalismo *sui generis*, por quê? Porque você não aplica a lei. Você tem uma lei ali federal que diz, que fala da função social da propriedade, da função social da cidade... estão na Constituição esses dois princípios e nós não conseguimos aplicar no Brasil. Nós não estamos aplicando o Estatuto da Cidade, nós não estamos conseguindo. O que você vê nos Planos Diretores são discursos humanistas muito bonitos, mas na hora de você elaborar a lei, é uma legislação que trata a cidade como mercado, unicamente como mercado... ***O que nós estamos trabalhando no Ministério é a recuperação do Estado, que os 25 anos de neoliberalismo deixaram sucateados, no Brasil,*** o Estado brasileiro está altamente sucateado. Então, ***o que faz a política de habitação do MCidades?*** Foi aprovado um Projeto de Lei, que aliás é fruto de uma luta popular que ficou 13 anos no Congresso... ***o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.*** É um sistema, ***nós estamos construindo um sistema, o neoliberalismo não quer ouvir falar em sistema público, ele é contra.*** Esse sistema obriga as prefeituras e governos estaduais a terem plano habitacional, Fundo, Conselho, quer dizer, ***abre espaço para a participação social e para a luta social.*** Então, isso aí faz parte de uma tradição da esquerda, que é o Estado ter responsabilidade social, e como faz parte de uma tradição da esquerda lutar para abrir espaços de participação política. Porque o Brasil, como nunca teve... eu imagino que é como uma barragem que você abre uma brecha e você não segura o movimento que tem. Se a gente conseguir abrir uma brecha... Porque, veja, as suas perguntas, e mesmo o título da sua tese, ela quase que me dá a entender que é uma crítica ao reformismo que estaria presente nas lutas sociais... porque o capital se apropria e também há um certo reformismo que estaria presente nas políticas públicas do Ministério, quando eu luto pela igualdade e pelo direito à cidade, quando eu sei que, na atual correlação de forças, jamais o direito à cidade vai ser conquistado. Jamais nós vamos ter... como eu acho que a função da propriedade... ***daqui a pouco os movimentos vão se tocar: não adiantou aprovar uma lei,*** entendeu? É preciso lutar muito para você aplicar. ***Agora, seria melhor não ter essa lei, porque assim ninguém teria a ilusão de que ela poderia ser aplicada? Não, a lei ajuda.*** É muito importante entender isso. Por quê? Porque é uma contradição do capitalismo brasileiro ter deixado aprovar essa lei. Porque ele sabe que lei, ora lei, no Brasil se aplica de acordo com as circunstâncias. Ele sabe qual é o tipo de Judiciário que nós temos, ele sabe qual é o tipo de Executivo que nós temos, no Brasil. Agora, ter lutado por essa lei e lutar para a aplicação da lei é colocar na frente da elite brasileira: “Mas nós temos uma lei, a lei tem que ser cumprida”. Eu já

discuti isso com o MST. Muitas vezes, o MST diz “Na lei ou na marra...”, eu falei “Gente, nós não precisamos nos colocar contra a lei”. A lei brasileira é muito avançada, porque você tem uma contradição, você tem um humanismo de gabinete e, na prática, você tem uma prática absolutamente injustiça, cruel, preconceituosa, tudo o que você quiser colocar aí. *Agora, as lutas sociais, elas avançam pelas brechas abertas pelas contradições. É na contradição que a gente avança. Não é, de repente, a gente falar “Não, não vamos estender nenhuma corda, porque aí a revolução acontece”.* Não é verdade! E o MST sabe disso. (Erminia Maricato, ex-Secretária do MCidades, entrevista à autora, 2007).

O que o MCidades está fazendo é recuperar o Estado, ou seja, de certa forma, implementar a democratização do Estado, que abre brechas para a luta social, que é o que defende Maricato. A ex-Secretária do MCidades também garante que não enxerga uma tendência social-democrática, em São Paulo ou no governo federal, onde vê vários modelos (o hibridismo). Ela confirma sua visão de que é preciso lutar pela conquista de direitos legais e que isso não é reformismo, porque a conquista de direitos aumenta a consciência, conforme afirma.

Agora, existe uma tendência [na cidade de São Paulo] que seria da social democracia? Eu não consigo ver. Talvez, foi o que deu na Europa na época do Welfare State, porque hoje ela já não é mais possível. Ela é boa? Eu acho ótima. O Welfare State foi resultado da luta social. Os sindicatos, os trabalhadores, eles conseguiram fazer uma certa humanização do capitalismo. Eles obrigaram, não é que o capital queria fazer aquilo, não! Pleno emprego, previdência social para todos, moradia universal, direito à moradia, direito à educação, direito à saúde... muita gente morreu para que isso acontecesse! No século XIX as cidades eram terríveis. No século XX então, até a década de 60, foi o auge desse modelo e a partir daí esse modelo se esboroou. Então, nós temos lá o furacão Katrina, até hoje os negros estão lá sem casa e ninguém fez nada, porque é como se não tivesse dinheiro para isso nos EUA, eles têm outras prioridades. Então, se fala, bom tem um modelo, o modelo do MCidades a gente poderia classificar como “gestão democrática”. **Mesmo no MCidades nós temos vários modelos, como no Conselho das Cidades.** Particularmente, penso que a hora que falamos “Vamos democratizar a gestão das cidades”, “Vamos aplicar a função social da propriedade”... eu, em determinados lugares, eu falo mesmo, acho importantíssimo: no Ministério Público, junto ao Judiciário, junto aos empresários. Agora, junto ao movimento popular, eu sempre falo “Nós vamos lutar por isso, mas nós não vamos conseguir sem uma transformação política mais geral, sem mudar a política econômica neoliberal”. Vamos deixar claro que é uma questão de estratégia política. Mesmo o Conselho da Cidade, eu acho que ele pode virar uma coisa qualquer, pode. Porque *o que eu percebi em muitos lugares é que você pega dois ou três movimentos e atende, você acalma o movimento de moradia. Então, ele não é cooptado propriamente pelo capital, nesse caso, ele é cooptado pelo Estado,* que representa o quê?... você fala, “Bom, ele representa o quê?”... não é só o capital financeiro global que o Estado no Brasil representa, representa fortemente, eu vi isso no governo federal, fortemente, inclusive na

elaboração do Orçamento, muito fortemente. mas tem outras forças, tem de tudo ali. No Congresso Nacional tem pra ninguém botar defeito uma gradação ali de forças. Com uma dominância do clientelismo, mas tem muito corporativismo.

Então, o que eu diria é: você tem no Brasil, se você olhar a legislação, se você ler os discursos dos executivos e dos legislativos, você tem uma forte componente de justiça social. Mas a aplicação é outra coisa. Eu acho que essa é a nossa maior brecha, é por aí que nós temos que entrar. Eu questiono muito juiz, por que não aplica a função social da propriedade lá na Prestes Maia? Por enquanto não aplica, porque a correlação de forças é negativa para nós, o Prestes Maia está mostrando isso. Nós perdemos a Prefeitura de São Paulo, se a gente tivesse ganhado a Prefeitura de São Paulo, mesmo com um governo como o da Marta, que tem alguma coisa interessante, como por exemplo... eu nunca me esqueço o dia que uma companheira chegou pra mim e disse: “O ônibus andava muito mais rápido que os carros, isso pra mim era uma utopia, nunca pensei viver isso na cidade de São Paulo... é o corredor, estava tudo parado, menos os ônibus”. Se essa linha continuasse, você teria o quê? ***Uma cidade mais humana, menos poluída, menos automóveis, o uso do transporte público. Isso é reformismo? Não!!!*** Eu quero viver numa cidade menos poluída, gente!!! As crianças sofrem demais, os velhos sofrem demais. Entendeu? ***Não quero aumentar a barbárie, não acho que isso vai ajudar na luta social, não é verdade!!! Ao contrário, a consciência aumenta!!! A hora que você tem direitos legais, a consciência aumenta!!!*** (Ermínia Maricato, ex-Secretária do MCidades, entrevista à autora, 2007).

Nesse último trecho da entrevista, Maricato aponta um dos mecanismos de cooptação dos movimentos sociais pelo Estado, mas discorda de que existam mecanismos de cooptação dos movimentos pelo capital.

Enfim, Maricato se demonstra confiante no ambiente democrático que estaria sendo proposto pelo MCidades. Tal reflexão está também sintetizada em seu texto (MARICATO, 2005), no qual ela sublinha que “a PNDU [Política Nacional de Desenvolvimento Urbano] inclui uma política fundiária e de habitação cujo principal objetivo é o do combate à desigualdade e direito à cidade para todos” e focaliza igualmente a participação democrática como um dos destaques na definição dos marcos da política do MCidades. A questão da participação é também, para nós, uma questão a ser destacada dentro desse ideário e, portanto, no subitem abaixo nos debruçamos especificamente sobre ela.

4.2.2.1. *A participação em uma “era de indeterminação”*

As políticas participativas, no Brasil, sempre foram defendidas pelos partidos de esquerda, particularmente pelo Partido dos Trabalhadores (PT), o qual pressupõe a ampliação das formas de participação nos seus programas e que, na última década, chegou a

implantar essas políticas em algumas de suas gestões municipais e estaduais: Porto Alegre, São Paulo, Recife e no Estado do Rio Grande do Sul.

As formas de participação mais citadas são: o Orçamento Participativo (OP), as câmaras setoriais e os conselhos gestores (com destaque para os conselhos de saúde e de assistência social).

O OP, que surgiu nos anos 1990, em Porto Alegre, é hoje a principal política participativa no país. Cerca de 103 cidades brasileiras, entre 1997 e 2000, praticam o OP (GRAZIA; RIBEIRO, 2003; TEIXEIRA, 2003). Para Bello (2007, p.106), “o simples fato de a população opinar sobre o orçamento e participar da decisão sobre a distribuição dos recursos já caracteriza uma invenção política, na medida em que o poder executivo abre mão de sua prerrogativa exclusiva de elaborar o orçamento”.

As câmaras setoriais são resultados da organização de setores da economia, destacando-se o automobilístico, que, com o objetivo geral de manter patamares de lucratividade, se mobilizam junto ao Estado para negociar interesses privados, como a redução de alíquotas de impostos, mas que ganham a conotação de interesses capazes de gerar benefícios para todos, como a redução de preços e a manutenção do nível de emprego.

De fato, a experiência dos conselhos de gestão no Brasil é institucionalizada no final da década de 1980 e início da de 1990. Os conselhos gestores são “canais institucionais de representação criados como parte do aparelho de Estado” e “diferem substancialmente da proposição dos conselhos populares entendidos como esferas autônomas de organização dos atores da sociedade civil para incidir nas políticas públicas” (PONTUAL, 2008, p.3).

Com o PT na presidência do país, o debate sobre as políticas participativas em nível federal se amplia. “No entanto, a existência desse debate não significa que estejamos numa situação privilegiada ou ótima de participação popular na condução da coisa pública, como a experiência prática e a literatura acadêmica podem bem testemunhar” (SANTOS, 2006, p.1).

O que Ermínia Maricato, ex-Secretária do MCidades, pensa a respeito da chamada do poder público à participação da sociedade civil?

Essa participação, em primeiro lugar, é muito fraca. [*Serve como legítimação?*] Não, de jeito nenhum! Ela é uma participação... é como eu te falei, existe uma tensão tão grande no Brasil, na questão dos direitos e na

questão política da participação... se você abre uma brecha, você não segura. Então, *a Prefeitura da Marta criou um Conselho. Botou lá os movimentos populares que estavam de certa forma apoiando a Prefeitura, ou seja, nesse sentido, poderia existir o que você diria, início de cooptação. Mas essa participação, ela não vai ficar assim comportada com o tempo.* O que aconteceu, *quando o Serra entrou: eles manipularam a eleição e mudaram o Conselho. O Conselho, ele é todinho, quase todo de gente ligada... clientelista, assistencialismo. Você acha que isso legítima? Eles não precisam disso! Eles não estão nem aí para esse Conselho!*

A Prefeitura de *Porto Alegre* quando fez o Orçamento Participativo, o que ela estava, estava se legitimando e cooptando? Claro que não! Ela transformou coisas incríveis. *Construiu lideranças.* Eu conheci uma pessoa, que era a que dirigia a Conferência Nacional das Cidades, a Iria Charão, ela saiu do movimento social de base. Era uma pessoa impressionante. Como que você lida com uma Assembléia Nacional de 2500 pessoas que vieram do Brasil inteiro? A hora que a gente viu aquilo, com pouco acúmulo organizativo e de discussão... eu falei: “Não, gente, ninguém vai conseguir controlar isso aqui”. E ela conseguiu. Uma pessoa fortíssima, que se impunha, que o pessoal respeitava, que tinha toda uma experiência de vida, uma sabedoria que você não aprende na escola, nos livros. Então, esses Conselhos são importantes nesse sentido. *Os Orçamentos Participativos ensinaram para quanta gente o que é um orçamento municipal!* Você sabe o que é um orçamento municipal? Aposto que não! Porque não tem ninguém na academia que sabe. Ninguém. Estou acostumada a ver isso. Qual é o procedimento? Como é, por exemplo, quando a gente fala de direito à cidade? Se você não lutar pelo Orçamento Municipal e ficar aí falando só no Estatuto da Cidade, não resolve *nica*. Por quê? Porque, na Câmara Municipal, os *lobbys* atuam e o *lobby* do automóvel e das empreiteiras... Então, se a gente quer avançar... você fala, bom mas se conquistar, mudar o orçamento, você vai conseguir uma migalha e nós não vamos mudar. *Nós estamos mudando a cultura política!* É óbvio que... eu não sou cristã, mas de alguma forma, eu não gosto de ver as pessoas sofrerem, isso me faz sofrer. Entendeu? *Eu acho fundamental os valores do humanismo, eu acho fundamentais os valores de solidariedade.* Não é? *E eu não quero ver as cidades piorarem, eu não quero ver a barbárie piorar.* Eu conheci a África do Sul. Eu não quero aquilo, gente! Então, durante a minha vida, eu quero ver as coisas melhorarem. Eu estou vendo piorarem. Nos últimos vinte e cinco anos, pioraram, sem dúvida nenhuma. *Mas, é óbvio que eu aposto muito na formação política. Tudo o que nós estamos fazendo não é só para melhorar a vida, é para politizar as pessoas.* Mas o que nós estamos vendo é uma geração de adolescentes que foi perdida. E não foi perdida graças às políticas compensatórias, nem reformistas. Foi perdida graças ao que a Ditadura construiu. O que nós estamos vivendo até agora é o rescaldo da Ditadura. Eu vejo isso na academia. Eu acho que os acadêmicos tinham que... olha, pode ser que o Mao fez muita coisa ruim, mas ele tinha um programa muito bom, que era fazer os professores e os estudantes passarem um tempo no campo. Porque isso te dá uma dimensão das necessidades humanas, das dificuldades, que é muito bom. (Ermínia Maricato, ex-Secretária do MCidades, entrevista à autora, 2007).

Maricato reconhece que a participação em curso nos governos atuais é ainda “fraca”, isto é, para ela, ainda não alcançou todo o potencial de que é capaz. De qualquer

forma, sua posição é completamente favorável ao desenvolvimento dos canais participativos e, mesmo com as fragilidades atuais, Maricato assinala e defende o caráter pedagógico na formação política que a participação apresenta.

Por nossa parte, pensamos que não se pode perder de vista os princípios que fundamentam a elaboração da proposta de participação da sociedade, nas decisões governamentais, sem deixar de considerar, e questionar, as intenções de extensão e aprofundamento da democracia no modelo societal vigente que a proposta carrega. Não se trata, portanto, de nos preocuparmos apenas com a implementação, ou não, da retórica democrática levantada a partir da Constituição de 1988, porém de estarmos atentos para a idéia mesma de democratização dentro da racionalidade do Estado capitalista e das apropriações do discurso participacionista, por diferentes ideários e modelos de cidade.

Sendo assim, mesmo se partirmos da perspectiva de que o novo modelo de planejamento resultante desse processo de descentralização estatal tenha sido inicialmente proposto por movimentos sociais e ONGs envolvidos na luta pela reforma urbana, durante as décadas de 1970 e 1980, ou seja, como resultado de um “processo de democratização”, teremos que compreender que assistimos a uma apropriação desses instrumentos por administrações municipais públicas e organizações privadas que invertem os objetivos com os quais foram criados. A doação do ideário neoliberal, a reestruturação produtiva, o contexto de indeterminação política e a conseqüente perda de autonomização do Estado são igualmente responsáveis pela apropriação/cooptação da participação democrática.

[...] o novo modelo de planejamento é uma expressão explícita do processo de democratização que vem, desde os anos 70, transformando a sociedade brasileira e sua concepção de cidadania. Por outro lado, *os mesmos instrumentos também foram utilizados por algumas administrações municipais e organizações privadas para produzir efeitos contrários à sua intenção original, como a privatização do espaço público, a segregação espacial, a desigualdade social e o lucro imobiliário*. Além disso, a redefinição do papel do Estado, expressa no novo modelo de planejamento, não pode ser associada apenas ao processo de democratização. O colapso do modo modernista de intervencionismo deriva, também, da crise fiscal do Estado, da reestruturação industrial e da adoção de políticas neoliberais, normalmente justificadas como medidas necessárias para manter o Brasil no compasso das novas demandas da globalização. (CALDEIRA; HOLSTON, 2004, p. 216, grifos nossos).

Na verdade, a nosso ver, esquematicamente falando, isso significa que: A) de um lado, estão as políticas neoliberais que combatem o Estado forte, defendendo o seu

esvaziamento para o social, como já discutimos, e a sua eficácia para os interesses econômicos dos agentes privados. Nesse sentido, a descentralização estatal com a incorporação da sociedade civil, nos moldes do que vem sendo chamado de governança, é também favorável. B) do outro lado, o ideário do Estado democrático prega a necessidade da descentralização estatal, para que a sociedade civil assuma o “controle social” sobre o Estado, mas, ao contrário do que reza a cartilha neoliberal, o Estado aqui deve ser forte e assumir responsabilidades com o combate ao alto nível de pobreza existente nas cidades brasileiras.

Quer dizer, ambos os marcos teóricos, neoliberal ou democrático, desenvolvem e defendem mecanismos participativos, com a diferença de que as gestões pretensamente democráticas tendem a criar mecanismos efetivos, ou ao menos almejam que a sociedade civil tenha um papel efetivamente deliberativo, a fim de que políticas de inclusão social possam ser levadas a cabo; por sua vez, as políticas neoliberais desenvolvem mecanismos participativos de legitimação de interesses privados que “criam novas formas de segregação espacial e minam alguns dos mecanismos de melhoria urbana e expansão da cidadania promovidos pelos movimentos sociais nos anos 70 e 80” (CALDEIRA; HOLSTON, 2004, p.217).

Claro está que, mesmo durante governos supostamente democráticos, a participação pode não cumprir a intenção de ser deliberativa (no caso, muitas vezes, coloca-se em jogo a falta de capacidade da sociedade de organizar-se para essa tarefa!) e mesmo conservar práticas clientelistas e fisiológicas que converterão esses instrumentos participativos em espaços de legitimação.

Desde a década de 1990, o Banco Mundial incorpora a categoria “pobreza” como parte do seu receituário, passando a orientar a formulação de políticas sociais, para os países “em desenvolvimento”, que priorizassem os “pobres”. Com isso, as políticas de “combate à pobreza” passam a fazer “parte da própria lógica do marco teórico do neoliberalismo, assumindo um caráter focalizado e compensatório” (UGÁ, 2004, p.62). A própria inexperiência com o *Welfare State*, nos países “em desenvolvimento”, acaba colaborando para que as recomendações do Banco Mundial “de combate à pobreza sejam tão bem aceitas e vistas como ‘bem-intencionadas’ pelos países-alvos” (UGÁ, 2004, p.61).

Trata-se de uma segunda geração do ajuste estrutural que capta, coopta e minimiza algumas das idéias da gestão democrática, como a preocupação com a pobreza. Para Alvarez Leguizamón (2005), é a disseminação de um discurso *minimista* na América Latina. A autora explica que “o discurso *minimista* remete a uma nova utopia, aquela que promove

uma sociedade onde o crescente número de pobres e excluídos deve tender somente a mínimos” (p. 240, tradução nossa). Constituem

[...] algumas teorias e categorias *minimistas* como as de necessidades básicas, mínimos biológicos e limiares de cidadania, vinculadas com as representações sobre as possibilidades de desenvolvimento das pessoas tanto do ponto de vista social e material como em sua condição de cidadãos. Estas constituem uma forma de novo “humanitarismo”, entendido como uma posição ideológica que deplora e lamenta a pobreza, e mais ainda a indigência e a miséria, “nunca se questiona a justiça do sistema de desigualdade no seu conjunto [...], nem os mecanismos que as provocam. (ALVAREZ LEGUIZAMÓN, 2005, p. 240, tradução nossa).

O processo descrito por Alvarez Leguizamón é implementado pelo Banco Mundial, como nos explicou Ugá, acima. O hibridismo e as contradições dessas formulações são inúmeros. Como vimos anteriormente, o discurso neoliberal não tem mecanismos reguladores da pobreza. São os desequilíbrios e o aumento desmedido da pobreza que faz com que a segunda geração do ajuste estrutural “inclua” a preocupação minimista com a pobreza. Todavia, isso está absolutamente distante de solucionar o problema da desigualdade.

O conjunto do sistema discursivo, suas categorias analíticas e seus dispositivos de intervenção com a pobreza (as políticas focalizadas, a promoção da participação para potencializar capacidades) não fazem mais que produzir, e às vezes propor explicitamente, um tipo de sociedade cada vez mais polarizado. (ALVAREZ LEGUIZAMÓN, 2005, p. 267, tradução nossa).

Marildo Menegat (2007, p.47) ressalta, por sua vez, que “o pensamento social no Brasil se deslocou de posições críticas da nossa [de]formação nacional para ser mobilizado no estudo do controle social e da criação pragmática de soluções técnicas”. Agora, referindo-se ao atual governo petista no país, sublinha que produzimos “técnicas de minimização e contenção da pobreza” e já “exportamos estas técnicas para 37 países”. Menegat nos convida a conferir artigos de jornais brasileiros de grande circulação, que fazem referência a essa exportação de “tecnologia” da miséria urbana: “Social ‘made in Brazil’ já está em 37 países”, e “Brasil já exporta sua tecnologia da miséria urbana”, são as manchetes dos jornais. Segundo o autor, as técnicas que constam na lista são: Pastoral da Criança, Comitê para Democratização da Informática [CDI], Bolsa Escola, AfroReggae (!), Fome Zero, Programa de Combate a Pobreza rural e cooperativas de Reciclagem de lixo [que, no

Brasil, ocupam 500 mil catadores e movimentam R\$ 7 bilhões]. “Restaria listarmos as técnicas repressivas e de genocídio sem comoção que com certeza logo serão modelo para exportação”, ainda amarga o autor, numa provável remissão à violência que vem ocorrendo nas favelas, sobretudo do Rio de Janeiro (MENEGAT, 2007, p.47).

São práxis pautadas nas agendas das agências multilaterais que “reafirma[m] o modelo de sociedade característico da atual configuração da ordem social, ou seja, o mundo que sucedeu à crise do *Welfare State* e à derrocada do mundo comunista” (UGÁ, 2004, p.55). As conseqüências danosas para o mundo do trabalho são intensas:

O “mundo do trabalho” sofre, assim, uma transformação. O que antes constituía uma classe social (composta por trabalhadores “empregados” e “desempregados”) agora forma um conjunto de indivíduos atomizados: os “competitivos” e os “incapazes” (pobres).

A construção de “pobreza” como conceito sociológico parte justamente desse tipo de raciocínio. O pobre é o indivíduo incapaz, que não consegue – ou não garante – o seu emprego e nem mesmo a sua subsistência. Conseqüentemente, a pobreza acaba sendo vista como um fracasso individual daquele que não consegue ser competitivo.

Assim, de acordo com as propostas do Banco Mundial, é desse pobre que o Estado deve cuidar. Com os outros indivíduos – os competitivos –, ele não precisa se preocupar, pois são capazes de garantir seu próprio sustento. É aos pobres, então, que a política social deve (e passa a) estar voltada. As recomendações do Banco Mundial, como foi observado, são todas focalizadas nos pobres, vistos como pessoas incapazes que necessitam de ajuda para inserirem-se no mercado. Portanto, suas propostas de políticas de combate à pobreza resumem-se apenas à transformação do indivíduo incapaz em um indivíduo capaz e competitivo, por meio do aumento de “capital humano” (no relatório de 1990) ou de “capacidade humana” (no relatório de 2000-2001). (UGÁ, 2004, p.60).

Enfim, essa adoção, mais recente, do discurso do “combate à pobreza” pelo neoliberalismo vai introduzir mais uma similitude com as políticas participativas do marco teórico democrático.

Entre os neoliberais e os democráticos, ainda há um campo conservador que é assumidamente contrário aos instrumentos participativos.

O campo conservador da sociedade brasileira sempre colocou em dúvida a validade e legitimidade da representatividade dos conselhos e outras formas de democracia participativa argumentando de que os mesmos teriam um déficit de representatividade quando comparados com a legitimidade dos representantes no executivo e no legislativo eleitos pelo voto universal. A

partir desta concepção estes setores buscam no exercício de governos e no parlamento ignorar a existência ou diminuir a importância de propostas e decisões tomadas em espaços e instâncias de democracia participativa. Em outras situações preferem a estratégia de disputar a representação nestes espaços para poder enfraquecê-los depois, tornando-os linhas auxiliares dos governos por eles dirigidos. (PONTUAL, 2008, p.16).

Como as iniciativas de participação no governo Lula e na cidade de São Paulo estão sendo avaliadas?

No caso da escala federal, o governo Lula não deixa de receber críticas a respeito do seu continuísmo à política neoliberal, o que nos faz inferir que os Conselhos e Orçamentos Participativos, os quais são os principais canais de participação, não estão sendo capazes de provocar a tão almejada democratização.

Segundo Bello (2007, p.106), a maior iniciativa de participação no governo Lula foi a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico-Social, cuja “principal característica parece ter sido buscar uma aproximação dos segmentos empresariais”.

Pontual faz a seguinte avaliação do governo Lula:

Embora adotando um discurso participacionista e tendo estabelecido diversos espaços de diálogo social (sobretudo através dos conselhos e conferências) optou-se por uma prática de governabilidade na relação com os partidos e com o Congresso nacional que conservou os padrões tradicionais da política brasileira do clientelismo e fisiologismo. Esta escolha enfraqueceu as possibilidades de se avançar numa perspectiva de uma política de governabilidade ampliada (incorporando novos atores sociais) e democrática (adotando procedimentos transparentes e fundada na prática do debate e deliberação pública) e acabou por retirar a reforma política da agenda do Governo e do Congresso. (PONTUAL, 2008, p.2-3).

No caso de São Paulo, Teixeira e Tatagiba (2005) entendem que a participação é direcionada. Em seu estudo dos canais participativos na administração de Marta Suplicy, esses autores tiveram por objetivo principal examinar os limites e as possibilidades da participação junto às subprefeituras e as prováveis conseqüências do Conselho Representativo. É ilustrativa a declaração de um dos vereadores entrevistados pelos autores, que afirma categoricamente que o Conselho, da forma como estava sendo pensado, seria apenas um canal de reivindicações e não um espaço de deliberação e fiscalização. É esta a participação oferecida pelo poder público. Os pesquisadores enfatizam que os espaços

participativos (os mais analisados foram o Orçamento Participativo e o Plano Diretor Regional) são

[...] espaços de luta necessariamente parciais e insuficientes, sobretudo num contexto em que parecem ter se transformado em instâncias destituídas de poder. Como vimos em várias entrevistas, foi comum a compreensão de que os espaços participativos são espaços para homologação de decisões já tomadas em outro lugar. (TEIXEIRA; TATAGIBA, 2005, p. 70).

A respeito dos Conselhos⁸, destacamos também a perspectiva de Pontual, que vai ao encontro do exposto por Teixeira e Tatagiba, isto é, de que esses espaços estão apenas homologando decisões já tomadas em outras instâncias.

Os estudos do Observatório [das Metrôpoles] (2007) mostram que os conselhos estudados ocupam um lugar periférico no ciclo decisório no tocante à elaboração e implementação das políticas nas respectivas áreas. [...] Outro aspecto observado naqueles estudos é que quando o governo coloca na pauta dos conselhos temas sobre programas e políticas estes são trazidos quase sempre circunscritos à questões referentes à sua execução e implementação e muito raramente os conselhos têm oportunidade de discutir programas e políticas na sua etapa de elaboração. (PONTUAL, 2008, p.11).

Ao tratar especificamente do Orçamento Participativo (OP)⁹, em São Paulo¹⁰ acompanhando a atuação dos movimentos sociais nesse espaço, Teixeira e Tatagiba (2005, p. 73) concluíram que os movimentos “permaneceram atados à mobilização das redes pessoais como maneira de acesso ao Estado”.

Já Carlos Bello é enfático em apontar que a dinâmica institucional do OP não propiciou a explicitação dos conflitos:

[...] Em outras palavras, não há indicação de que o OP tenha se configurado como um novo campo político que pudesse se contrapor aos poderosos processos estruturais que têm produzido os efeitos perversos [do neoliberalismo, como o aumento da desigualdade e as fortíssimas limitações à participação política e à efetividade dos direitos sociais] [...]. (BELLO, 2007, p.126).

Em um balanço geral dos instrumentos participativos, poderíamos considerar que há um lado pedagógico na participação, que é a *possibilidade* de a sociedade civil, ao opinar, fiscalizar o poder público e deliberar, formar-se politicamente, construir-se

⁸ Cf. também as abordagens de Coelho e Veríssimo (2004) e Tatagiba (2004) sobre os conselhos municipais.

⁹ Rizek (2007), Wampler (2004) e Sánchez (2004) também debatem, sob diferentes perspectivas, o Orçamento Participativo em São Paulo; consultar.

¹⁰ O OP foi implantado na gestão Marta Suplicy, a partir do orçamento de 2002.

enquanto sujeito político, nesse exercício de disputa de interesses divergentes. São canais por onde os movimentos sociais podem forçar e fazer escancarar a abertura de uma fissura.

Nesse sentido, e a exemplo da experiência do OP, em São Paulo, Bello (2007, p. 127) faz uma ácida crítica à perspectiva de o OP virtuosamente ter “propiciado condições para a emergência de processos que possibilitassem uma gestão bem-sucedida de necessidades e/ou o aprendizado cultural da democracia”. O autor assinala que, se “tais virtudes [...] tiverem ocorrido, podem ter feito com que o OP deixasse de ser apenas uma política compensatória, cujo impacto seria muito modesto diante dos poderosos efeitos gerados pelos processos estruturais citados acima” (p.127). Todavia, a aposta de Carlos Bello é diferente:

No contexto nacional de uma política que praticamente se desligou das representações de interesses coletivos (era da indeterminação) e de uma gestão estatal pautada pela autonomização do mercado (estado de exceção), virtudes tão limitadas como as discutidas acima tornariam o OP uma política de caráter acentuadamente compensatório. (BELLO, 2007, p. 127).

Essa conclusão de Bello, a respeito do OP, em São Paulo, pode nos amparar para pensarmos na participação como um todo, considerando o atual contexto político brasileiro, à maneira da análise de Francisco de Oliveira sobre a “era da indeterminação” e o “estado de exceção”.

O poder de influência ou veto de agentes poderosos econômica ou politicamente aprisiona o Estado (mesmo aquele com pretensões supostamente democráticas, o que inclui, portanto, seus canais de participação) à lógica de autonomização do mercado. Assim sendo, “a esfera política deixa de ser um espaço em que os segmentos mais fracos econômica e socialmente possam obter uma significativa capacidade de se contrapor aos poderes dos mais fortes” (BELLO, 2007, p.104).

Além do mais, há um “estímulo propagandístico de participação” com “apelos constantes ao envolvimento e à responsabilidade pelos destinos”, tanto nas relações de trabalho (na esfera da produção), como na vida (esfera da reprodução). No entanto, esses apelos contrastam com “os meios reais postos à [...] disposição do trabalhador/cidadão” (SILVA, 2007, p. 93-94):

[...] trabalho e cidadania encontram-se pelo avesso, pela perda da medida de seu real poder de intervenção nos destinos do mundo. A *individualização*

das relações de trabalho, que aparece como uma aquisição progressista diante do antigo modelo autoritário taylorista, caminha em paralelo com a consagração das virtudes cívicas do morador, do consumidor ou do pedestre que, sozinho, influi na ‘coisa pública’, demonstrando assim que ele é parte do todo ou que o todo, afinal, não lhe é estranho e por isso mesmo não pode lhe ser hostil. Acontece que tal ‘demonstração’ não é de modo algum confirmada pela experiência, seja do cidadão, seja do trabalhador, pois esta subverte constantemente aquela. (SILVA, 2007, p. 94, grifos nossos).

Silva continua demonstrando como o engodo do convite ao exercício da política deliberativa, ou seja, da participação, está presente em todas as esferas da vida:

O operário – no caso, operária [o autor investiga fábricas de confecções de roupas íntimas no ABC paulista] – envolvido e participativo acaba trabalhando mais, subtraindo o tempo de si em favor do tempo produtivo da empresa. O cidadão gasta seu tempo buscando direitos e encontrando seja as portas da repartição fechadas, seja a indiferença dos funcionários que nela atuam, gastando pulsos em ligações telefônicas para essas mesmas repartições ou passagens de ônibus até elas, e vendo sua demanda sempre atrasada ou inadequada diante dos imperativos técnicos da decisão do aparelho administrativo. No entanto, em ambos os casos, a sociedade e a empresa estão abertas à opinião e à ação, convidando ao exercício da política deliberativa. (SILVA, 2007, p. 97-98).

Dessa maneira, esses canais passam a ser um instrumento com o qual se homologam ou se legitimam as decisões “dos mais fortes” e com o qual se logra garantir o consenso e o controle social: o consenso, ao redor da idéia da “cidade do pensamento único” e o controle social, não da sociedade civil sobre o Estado, mas do Estado e do capital sobre a sociedade civil. Só que o Estado, aqui, é um Estado que se torna supérfluo pela autonomização do mercado e funcionalizado para disponibilizar o excedente ao capital (OLIVEIRA, 2003b, p.11). Trata-se de um Estado que transforma suas políticas sociais “em antipolíticas de funcionalização da pobreza” (OLIVEIRA, 2003b, p.11), como veremos no item a seguir.

4.2.3. O “estado de exceção” na “metrópole-orntorrinco”

O Estado mínimo da falsa utopia neoliberal (OLIVEIRA, 2007a) é mínimo para o social e para a política e máximo para o mercado, para a economia. A democratização do Estado (que também supõe a humanização do capital) proposta pela “gestão democrática da cidade” não se libera da racionalidade capitalista e tampouco é capaz de superar o iníquo desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo. Assim, parece-nos muito apropriada a

“leitura” do sociólogo Francisco de Oliveira (2003b) – que discute o papel do Estado hoje, no Brasil, e, em particular, do planejamento urbano –, indicando a existência de um “estado de exceção”, um contexto de autonomização do mercado e de um Estado administrador da exceção.

É nesse contexto que entendemos São Paulo, a “metrópole-ornitorrinco”, expressão que intitula o texto dos arquitetos Mariana Fix e Pedro Arantes (2004), os quais levam para a metrópole paulista a comparação que Francisco de Oliveira (2003a) fez da sociedade brasileira a um ornitorrinco.

Ao refletir sobre as mudanças no Estado e no planejamento urbano, Oliveira (2003b, p.9) salienta que, durante o século XX, “as relações entre o Estado e o urbano, o Estado e o planejamento podiam ser caracterizadas, ainda que toscamente, como o de um enorme esforço de normatividade para lograr estabelecer a relação capital-trabalho”. Nesse momento, o planejamento, “que na maior parte das vezes almejava ingenuamente a supressão do conflito”, enquadrava a exceção e a transformava em norma, mas um “intenso processo de transformações que alterou radicalmente a economia e a sociedades brasileiras” sugere que “a exceção parece ter enquadrado o planejamento”:

Às desigualdades históricas da sociedade brasileira vieram juntar-se aquelas advindas da reestruturação produtiva e da globalização, reformando o mercado, funcionalizando a relação Estado-capital, transformando políticas sociais em antipolíticas de funcionalização da pobreza, erigindo em norma o que antes dela se afastava, pontuando um esforço teórico que transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção. (OLIVEIRA, 2003b, p.9).

Com esse processo, a desigualdade da sociedade brasileira se modifica, de modo que outra desigualdade é fundada. A diferença da desigualdade é qualitativa e quantitativa. Quantitativamente, ela é maior, “se observadas as distâncias entre os muito ricos e os muito pobres”, porém, essa nova diferença quantitativa “obriga os dominados a um esforço descomunal para superá-la, o que introduz uma nova qualidade na desigualdade, que, se já não é a completa ausência de liberdade, é a quase completa ausência de horizonte de superação” (OLIVEIRA, 2003b, p.10).

Em conseqüência, “a cidade de São Paulo expressa, melhor do qualquer outra, as contradições do Brasil atual. Uma paisagem cheia de disparates e incongruências [...]”, assinalam Fix e Arantes (2004, p.1) acrescentando que “não estamos mais diante de

uma *metrópole subdesenvolvida*”, mas de uma “metrópole-ornitorrinco”, a “metáfora zoomórfica” de Francisco de Oliveira que “sugere uma sociedade que perdeu a capacidade de escolha e por isso se tornou a encarnação de uma ‘evolução truncada’” (FIX; ARANTES, 2004, p.1). Esse “esquema” descrito, como expressão do que é o Brasil hoje, alimenta a metrópole-ornitorrinco, essa “figura magra, esquelética, sustentando uma cabeça enorme, que é o sistema financeiro, mas com pernas esqueléticas e anêmicas, que são a desigualdade social e a pobreza extrema” (OLIVEIRA, 2003a).

Para Fix e Arantes, foi no momento da “contra-revolução neoliberal deflagrada em plano mundial – que nossa transformação em ornitorrinco se completou”. A reestruturação produtiva engata, então, “um regime de *exclusão permanente*”, como vimos nos capítulos 1 e 2; o resultado dessa nova ofensiva do capital é flexibilização da produção, desemprego estrutural, precarização das relações de trabalho, aumento da concorrência da força de trabalho e desmonte da capacidade de resistência da classe trabalhadora. Esse processo, uma “herança da industrialização que se completou, mas repôs a relação desigual de subordinação e dependência com os países centrais” (FIX; ARANTES, 2004, p. 3), redefine o urbano e avoluma a sua massa sobrando, como se pode perceber na “São Paulo-ornitorrinco” que exhibe sua restrita faceta “global” e uma gritante desigualdade e pobreza urbana. Uma cidade que, como as demais, conforme já apontamos anteriormente, é o “lugar por excelência das exceções” e cujo seu conjunto é “a administração da exceção”, segundo Oliveira (2003b, p. 11).

Fix e Arantes bem sintetizam os exemplos de Oliveira sobre a cidade como administração da exceção:

Num circuito infernal, favelas e barracos produzem mão de obra excedentária, salários rebaixados, promiscuidade perigosa, criminalidade produzida pela solidariedade e políticas de exceção: não mais uma política habitacional para superar os déficits, mas arremedos para “urbanizar favelas”. (FIX; ARANTES, 2004, p. 3).

A urbanização de favelas e a negação do déficit habitacional é exatamente o que foi defendido pela Diretora da Superintendência de Habitação Popular, como vimos acima. Cabe recordar que urbanizar favelas foi um objetivo presente também no governo Marta Suplicy e é um projeto fortemente defendido pelo governo Lula (MCidades), no plano federal. Nessa mesma linha, também pudemos conferir, em trabalho de campo, que a

“revitalização”, ainda que chamada de “requalificação”, do centro de São Paulo também entra como mais uma política de exceção no planejamento urbano da cidade. Tudo isso desvela os caminhos do Estado e das políticas sociais, hoje:

A financeirização das economias e principalmente dos orçamentos públicos retira autonomia do Estado; produz-se uma autonomização do mercado, que é outro pilar da exceção. Mas a contradição está em que tornado supérfluo pela autonomização, o Estado se funcionaliza como uma máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital. E a exceção está em que as políticas sociais não têm mais o projeto de mudar a distribuição da renda [...] e se transformam em antipolíticas de funcionalização da pobreza. (OLIVEIRA, 2003b, p. 11).

A exceção tornou-se regra e a política agora não é mais que práticas de gestão da exceção:

[...] *as políticas chamadas de emprego e renda são a exceção do desemprego*; elas aprofundam o desemprego, ou o mantêm, com o propósito de combatê-lo! *As políticas de mutirões para satisfazer a demanda por habitação são a cidade como exceção*; é a desmercantilização da força de trabalho sob a forma de trabalho virtual que prepara o enorme exército “informal” [...] para as portas dos estádios de futebol, ou os arredores dos formosos teatros, ou as bancárias e banqueiras ruas dos centros de nossas cidades. (OLIVEIRA, 2003b, p.12, grifos nossos).

E “as empresas se assenhoram das políticas sociais, e a exceção do mercado se impõe como critério das políticas, porque precisa-se de eficiência e produtividade nas políticas sociais, e o resultado é maior exclusão”, explica Oliveira (2003b, p. 12). Esse é o esquema de privatização do público, que vimos acima: empresas, ONGs e agências multilaterais assumem o comando das políticas públicas.

As exceções são infinitas e o planejamento urbano hoje é a cidade como exceção: “[...] ele busca se compatibilizar com as piores tendências de concentração da renda e da sociabilidade indesejável quase obrigatória das classes que voltaram a ser chamadas de ‘perigosas’, como são conhecidas as que foram uma vez ‘laboriosas’” (OLIVEIRA, 2003b, p. 12).

A “cidade como exceção” é também uma “cidade blindada”¹¹: é essa a “reação” das elites urbanas à desigualdade exacerbada: blindar-se contra os setores “perigosos”. Há diferentes maneiras de fazer isso: “Os enclaves fortificados – condomínios, shoppings centers, parques temáticos, complexos *mixed-use* e todo tipo de espaços segregados por muros, guaritas, raios infra-vermelhos, cercas elétricas e milícias armadas – são manifestações urbanas de um processo de cisão social profunda entre os tradicionais dois Brasis que um dia se combinaram, mesmo que de forma desigual” (FIX; ARANTES, 2004, p. 4).

O distanciamento tão extremo entre a riqueza e a pobreza, em São Paulo, faz com que Fix e Arantes cheguem à avaliação de que elas já não têm mais nada em comum, ou seja, que já não há mais desigualdade *combinada*. Contudo, diante das evidências imediatas e das “visões que hoje prevalecem de uma cidade fragmentada entre enclaves fortificados e globalizados, de um lado, e o mundo da pobreza confinado nos bairros pobres espalhados pelas periferias da cidade”, de outro, Telles (2003, p. 16) se pergunta “se essa não é uma medida estreita demais, que se fixa em certos pontos de cristalização dos fluxos da riqueza e fluxos da pobreza que, a ver sob um outro parâmetro, transbordam por todos os lados essas definições socioespaciais”.

O que a socióloga Vera Telles (2003, p.16) quer destacar é que os fluxos da riqueza e da pobreza não deixam de se cruzar, pois, se os “grandes equipamentos de consumo e lazer” se concentram nas “fortalezas globais”, eles “também se espalham num grande arco que chega até mesmo nas periferias da cidade, também cortando e recortando o mundo da pobreza; da cultura transformada em mercadoria às chamadas intervenções urbanas”. Essas *combinações*, que para Telles são cruzamentos de fluxos, “também compõe[m] os pedaços do Ornitorrinco”, prossegue a autora, recordando um comentário do próprio Francisco de Oliveira (2003a, p.143-144), “com a revolução molecular-digital como forma técnica principal da acumulação de capital [...] o fatiamento digital é capaz de descer aos infernos da má distribuição de renda”, ao menos em determinados aspectos, como a chegada dos celulares “nos confins do mundo da pobreza”, segundo exemplifica Telles (2003, p.17).

Por nossa vez, entendemos que continua havendo mais *combinações* que “*descombinações*”, em termos de desigualdades. A Diretora da Superintendência de Habitação Popular do Centro nos explicou, conforme já exposto, que os pólos culturais, alvos

¹¹ Uma clara expressão do “excesso de civilização” gerando a barbárie. Sobre a barbárie da civilização burguesa, ver Menegat (2007).

da “requalificação do centro” de São Paulo, poderiam conviver com (na verdade, necessitam da) presença dos setores sociais pobres, para serem os seus faxineiros e guias.

Todavia, concordamos que, ao mesmo tempo, os extremos da diferença são hoje tão exacerbados que cada vez há menos possibilidades de *combinação* entre essa desigualdade. A Diretora Nanci Cavallete da Silva, ainda comentando os conflitos no centro, também reconheceu, em entrevista, que “é difícil... expulsão, sempre vai ter”, isto é, em última instância, dentro da nova ordem capitalista, não há como não descartar os seus descartáveis. Como observou Oliveira (2003b, p.10), esta é a nova qualidade da desigualdade: “a quase completa ausência de horizonte de superação”. E é esta a São Paulo que vem sendo planejada e implementada:

A imagem de uma minoria globalizada que se locomove em carros blindados e que habita, consome e trabalha em espaços fortificados como cofres não poderia deixar de ser a melhor metáfora da transformação pós-desenvolvimentista da elite nacional em classe rentista e financeirizada. Resta a ela a vã ilusão de que sobreviverá, encouraçada, à barbárie social que a cerca – aliás, a origem do verbo blindar, do alemão *blenden*, é “cegar”.

Os barracos das favelas paulistanas e a imensidão de casas autoconstruídas – nas encostas, beiras de córrego, margens de represas de abastecimento de água – são mais uma expressão concreta da nossa “evolução truncada”. O transitório que se tornou permanente deu-se pela troca dos tapumes pelos tijolos baianos, utilizados à exaustão nas nossas periferias. Figuração de uma situação que se pretendia passageira, uma precariedade temporária – até que as condições de vida melhorassem – são hoje a realidade da grande maioria da população. Fim de linha de uma sociedade “desigualitária sem remissão”. (FIX; ARANTES, 2004, p. 4).

Assim, o “Estado de exceção”, na “metrópole-orntorrinco”, reitera a negatividade da sociedade (a sociedade do capital). Nessa sociedade “desigualitária, sem remissão”: a ausência de horizonte, o fim da linha.

Considerações finais

ENTRE A PRÁXIS REITERATIVA E A PRÁXIS CRIATIVA: A LUTA PELA MORADIA NA CONSTRUÇÃO DO *INSTITUINTE*

Os movimentos sociais urbanos, no Brasil – e entre eles os movimentos de luta pela moradia da metrópole de São Paulo –, têm enfrentado grandes desafios: o aumento da precariedade estrutural e a criação de novas precariedades, na vida e no trabalho; a debilidade e a falta de perspectiva de classe, que fragmenta as lutas; o ambiente contra-insurgente, que passa a mensagem de que “não há alternativa” à ordem posta e que a única saída é o consenso em torno da cidade do pensamento único, da “cidade-global”; a intensificação da expulsão e a coerção arbitrária dos sem teto e outros “indesejados sociais”, combinadas a ações de repressão e controle sutil, via estigmatização midiática ou enquadramento em políticas públicas compensatórias.

No entanto, a escassez de estudos na Geografia, na década atual¹, que dêem “voz” aos movimentos de moradia, denuncia a menor preocupação com as tendências e as perspectivas dessas lutas. Um desinteresse que talvez resulte da idéia de que esses movimentos estejam fadados ao fracasso: seja pela crença num determinismo histórico, que os aparta de um protagonismo significativo (os sem teto não são os sujeitos detentores da missão histórica de emancipação da humanidade e, portanto, são incapazes de se enfrentar com os poderes efetivamente hegemônicos, hoje em dia), seja pela crença de que “não há alternativa” ao iníquo desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo.

Diante do convencimento generalizado sobre a inexorabilidade do neoliberalismo e suas conseqüências, assistimos ao domínio de um pragmatismo

¹ Porque, se nos anos 1980, os movimentos urbanos, entre os quais os movimentos de luta pela moradia, viviam um auge que irá repercutir em um grande interesse pelos “novos personagens que entram em cena”, durante a década de 1990, na virada do milênio, esses movimentos dedicados a reivindicar o direito de moradia deixam de fazer parte das grandes preocupações da Geografia.

respaldado por um crescente número de pesquisas acadêmicas voltadas para a proposição/análise de programas sociais destinados aos excluídos da cidade, que são também os excluídos do mercado de trabalho. Ao invés da elaboração da crítica e da busca de alternativas que transformem radicalmente o capitalismo, ficamos cativos do projeto neoliberal de produção de técnicas de gestão da pobreza.

Esse é o “incômodo” que aparece no início da pesquisa (imaginamos que a pesquisa sempre se alimenta de algum “incômodo”). Uma realidade marcada pela(s) violência(s) (não só física(s), mas também ligada(s) à segregação, expropriação etc.) que o trabalhador sem teto sofre e um conjunto de estudos que as minimiza, as desconsidera ou tenta resolvê-las por meio de medidas paliativas.

Nesse sentido, o estudo da luta pela moradia, na metrópole de São Paulo, que apresentamos no nosso trabalho, permitiu-nos avançar em três questões que consideramos essenciais: apreender quais as conseqüências do neoliberalismo e do atual contexto de domesticação das alternativas e do campo de conflitos para os trabalhadores organizados na luta pela moradia; conhecer quais os atuais mecanismos do capitalismo na elaboração e implementação de políticas públicas e na construção de modelos de planejamento urbano que sirvam para reiterar sua hegemonia; e analisar até que ponto a luta pela moradia, na atualidade, poderia representar uma das frentes de oposição ao desenvolvimento desigual do capitalismo.

Nosso ponto de partida para a compreensão desses desdobramentos da luta pela moradia se centra no conflito capital x trabalho, o que significa entender que a luta pela moradia compõe a luta de classes, ao expressar disputas entre territórios e práxis do capital e do trabalho. A partir desses pressupostos e utilizando a categoria práxis, para examinar a luta pela moradia, tomamos o caminho para desvelar o mundo fetichizado que envolve essa luta, as reiterações da ordem estabelecida (a práxis que reitera o instituído) que acontecem na mesma e, dialeticamente, as potencialidades de superação dessa ordem, via práxis criativa/revolucionária (o instituinte).

A luta pela moradia pode ser “lida” com os óculos de quem se propõe enxergar a necessidade e as possibilidades do instituinte, da alternativa, da superação da sociedade que está posta. A luta pela moradia também tem a contribuir para nos fazer reimaginar o urbano, portanto, desafiar-nos a reimaginar a sociedade e nos colocar, “tanto [a] enfrentar o utopismo oculto como ressuscitá-lo a fim de agir como arquitetos

de nosso próprio destino em vez de como ‘impotentes marionetes’ dos mundos institucionais e imaginativos que habitamos”, conforme nos convida David Harvey (2006, p. 211).

Assim, a redação da nossa tese tem um “desenho” que se pauta no entendimento desse pressuposto fundamental: analisar a luta pela moradia por meio do conflito capital x trabalho visto à luz da práxis. Mas que significa essa perspectiva que prioriza a práxis? Guiar-se pela práxis “como categoria filosófica central do marxismo”, segundo Sánchez Vázquez (2003, p. 525-528), pressupõe fazer a **crítica ao instituído** (no caso do capitalismo²). Essa crítica da realidade existente nos remete à busca de uma alternativa social, ou seja, como afirma o autor, a construção de um **projeto de emancipação** (o socialismo). A realização desse projeto exige o **conhecimento da realidade** que se quer transformar. O conhecimento da realidade não garante por si mesmo a realização do projeto, porém esta não pode prescindir dele.

Conhecimento da realidade, crítica ao instituído e construção de um projeto de emancipação: esses são os elementos que compõem a “argamassa” do nosso trabalho. Nesse sentido, em cada capítulo, focamos um dos elementos centrais (tentando não isolá-lo, mas buscando priorizar as principais dinâmicas que o caracterizam) que compõem a “realidade” a ser conhecida/desvelada: trabalho, capital, luta pela moradia e Estado (nos capítulos 1 ao 4, respectivamente). Ao mesmo tempo, procuramos apresentar as contradições internas de cada um deles, para a realização da crítica à ordem dada, instituída. A cada processo examinado desde a perspectiva do desvendamento de suas contradições supõe um passo para o reconhecimento da necessidade e da possibilidade de alteração ou destruição dessa ordem, no caso, a sociedade do capital. Uma emancipação que assume sentido na análise e na crítica, mas que transborda os limites deste trabalho, num processo que envolve consciência, vontade e ação (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 528) dos sujeitos envolvidos na luta pela moradia (mas não só deles).

Por isso, iniciamos nosso trabalho abordando, no Capítulo 1, a situação dos trabalhadores sem teto, com a perspectiva de analisar como em um

² A elaboração da crítica do capitalismo, para Sánchez Vázquez, significa “manter viva a crítica ao capitalismo enquanto um sistema injusto que não pode resolver as contradições estruturais que suas injustiças geram (desemprego, miséria, mercantilização crescente, destruição da natureza e, sobretudo, o que se denunciava nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* de Marx: a transformação do homem em meio, instrumento ou mercadoria)” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2003, p. 527).

contexto que intensifica e cria novas precariedades se dá a alienação do trabalho, o que vai implicar a separação entre o trabalhar e o viver e, portanto, provocar a fragmentação das lutas dos trabalhadores.

Através da metáfora da separação entre o *caracol* e sua *concha*, que nos remete à separação do momento social da produção e da reprodução, aprofundamos, no desvendamento do conflito inerente ao modo de produção capitalista, o conflito capital x trabalho. Momento importante, já que o velamento do conflito capital x trabalho, por meio do processo de alienação e estranhamento, cerceia a formação da consciência de classe desde os primórdios da produção capitalista, porém as mudanças no capitalismo atual acentuam o constrangimento de uma subjetividade autêntica do ser social (ANTUNES, 2000, p. 131).

O desvelar desse mundo fetichizado também nos evidenciou que a reiteração do instituído exige uma constante remodelação territorial. Como vimos, os processos de precarização/desterritorialização, tanto no trabalho como na vida, são intensos e de longa data (desde a chegada do migrante a São Paulo) e sempre renovam e até intensificam o processo de alienação e estranhamento do ser social, à medida que o trabalhador sem teto permanece na situação de alienado, estranhado e continuamente desterritorializado, reiterando o urbano instituído, ao mesmo tempo em que não deixa de lutar pela superação dessa situação. A luta pela moradia é a expressão do conflito permanente, a disputa territorial que exige reordenamentos territoriais.

Já no segundo capítulo, expomos os mecanismos do capital para efetivar essa constante reiteração do urbano instituído. A partir da apresentação, tanto das políticas públicas elaboradas e implementadas, principalmente nos governos de Marta Suplicy (2001-2004) e José Serra/Gilberto Kassab (2005-), como dos projetos urbanos em que se enquadram (gestão democrática e neoliberal, e suas hibridações), mostramos os processos de des-re-territorialização que o trabalhador e o capital sofrem, na metrópole de São Paulo.

Os processos estudados nos permitem perceber que, nestes últimos anos, se intensifica uma produção do espaço urbano absolutamente desigual, concentradora e marcada por mecanismos que escamoteiam a ampliação das diferenças de classe. Enfim, remodelações urbanas que “limpam” as áreas centrais e criam novas centralidades para a auto-referencial valorização do mercado imobiliário, magnificando

o duvidoso título de metrópole global, associadas à difusão de mecanismos de participação supostamente democrática, que, sob o canto de sereia da possibilidade do consenso, apenas legitima projetos marcados pela classe que os impulsiona.

Os projetos urbanos do capital são contundentes, apoiados por uma rede de financiamentos, que envolvem várias instituições de escalas diferentes, e estão ancorados em um Estado que oferece amplas vantagens para a proliferação de projetos que estimulam a modernização globalizadora da cidade. No entanto, ainda que de forma limitada e com sérias contradições internas, os trabalhadores empenhados na luta pela moradia também pensam e agem à procura de uma cidade diferente. No Capítulo 3, damos “voz” aos movimentos sociais de luta pela moradia, os quais propõem transformações na lógica excludente, que é a identidade da cidade, hoje.

Através de um percurso pelos discursos dos militantes de diversos movimentos, podemos observar, por exemplo, a relação estreita das precariedades do trabalhar e do viver. Passados marcados pela migração e pela diversidade de empregos, presentes caracterizados pela informalidade e desemprego, e futuros que sinalizam situações laborais incertas, elementos tais que se misturam com carências habitacionais, com falta de acesso a serviços essenciais e com desrespeito a direitos fundamentais.

A constatação da precariedade se soma à tentativa de superar essa situação injusta. Nesse sentido, nas falas dos envolvidos na luta pela moradia, encontramos argumentos a favor de ações que desafiam a excludente lógica mercantil dominante, colocando em questão os territórios do capital, através de diferentes táticas e estratégias: ocupação de terrenos e de edifícios; realização de manifestações públicas; formação política da base social do movimento, entre outras. Todavia, ao mesmo tempo, podemos reconhecer igualmente as dificuldades, as limitações e até as contradições de discursos e práticas que reiteram a ordem vigente: clientelismo político; cooptações pelo poder público dos quadros dos movimentos; falta de identidade de classe; insuficiência na representação do capital e suas mediações como elemento fundamental no conflito etc.

Em um contexto no qual o capital se ocupa em produzir mecanismos que promovem a criação de dissidências e ocultam as já existentes, percebemos, através das falas dos militantes dos movimentos entrevistados, a complexidade e a assimetria em que o conflito capital x trabalho se apresenta, no âmbito da luta pela moradia.

No itinerário pelos elementos-chave que conformam a discussão em torno da luta pela moradia, na perspectiva do conflito capital x trabalho, o último ponto enfatiza a complexidade, já destacada no Capítulo 3, agora a partir da perspectiva do papel do Estado. O Capítulo 4 avança na análise da função que o Estado assume, nos últimos tempos, quando pensado como um interlocutor essencial do debate acerca das questões relacionadas aos problemas urbanos, em geral, e à falta de moradia que alguns grupos sofrem, em particular.

Com base nas entrevistas com gestores urbanos, no último capítulo, é possível verificar que, na atualidade, as possibilidades de mudança via intervenção do Estado, nessa área dos direitos sociais, são mínimas. Qualquer pequena conquista, qualquer política pública que beneficie um grupo desfavorecido ou o simples cumprimento das leis existentes são considerados avanços, em um Estado que, no Brasil, nunca se afirmou como Estado do bem-estar social, como possibilidade de formação política de um povo cujos direitos sempre foram escamoteados.

No entanto, o Estado mínimo para o social e o político e máximo para o mercado, que vem se configurando desde a onda neoliberal dos anos 1980, estabelece uma arena política de negociação com os movimentos que lutam pela moradia esvaziada de questões estruturais. Longe de um espírito republicano marcado pelo interesse comum e, menos ainda, de uma neutralidade sustentada na idéia de uma gestão puramente técnica e eficiente, o que pudemos perceber, ao longo da nossa pesquisa, é que a atuação do Estado atualmente se limita a contemporizar o círculo vicioso da expansão do mercado e da gestão dos problemas que isso produz, isto é, o círculo vicioso do incentivo subserviente ao desmedido afã de lucro privado e da administração dos riscos sociais que a expansão da pobreza cria.

O esvaziamento da política em geral e, em particular, no âmbito do Estado, reduz as possibilidades do confronto por mudanças estruturais. A forma em que a participação da “sociedade civil organizada” acontece, decidindo entre opções limitadas, variações formais com conteúdos reforçadores do discurso (e da prática) único(a), mostra a sutileza dos controles que o Estado coloca, os quais são amplamente favoráveis à reprodução “pacífica” do capital e participação democrática funcional ao autoritarismo do capital. Contudo, ao mesmo tempo, a abertura de espaços reduzidos de negociação, de defesa dos direitos, de garantia da satisfação de algumas necessidades

mínimas, não nos colocaria na iminência de pensar que, mesmo nesse contexto desfavorável, as transformações profundas poderiam estar se gestando?

Coerentemente com o referencial teórico que assumimos, neste trabalho, nas lutas e resistências da demanda por moradia, onde trabalhadores multiplamente expropriados mostram os limites do capital e do atual papel do Estado, a possibilidade de construção de uma práxis que não reafirme o já existente, mas de uma práxis que crie novas possibilidades, estaria sendo forjada. Como?

A reflexão, como foi pontuada ao longo do trabalho, se constrói tendo como ponto de partida o aprofundamento da negatividade do capital. Concretamente, isso se dá pela interlocução entre barbárie, Estado de exceção, era da indeterminação e utopia do livre-mercado, para então complementar-se com a ênfase da possibilidade, em um contexto ao mesmo tempo de necessidade e complexidade, recorrendo, neste caso, à reflexão em torno da práxis criativa, da emancipação e do instituinte.

A cidade, hoje, mais do que nunca, multiplica os desequilíbrios, afunila os discursos no âmbito do que é possível, engendra um “monstruário” variado de desarranjos produzidos pela miopia de um utopismo do livre-mercado, que, na sua cobiça, renuncia a pensar o futuro (e a maioria).

As exceções, que Francisco de Oliveira aponta, são fruto da desregulação de um mercado que acredita na possibilidade de sua auto-regulação, no qual o urbano vira o palco principal desse drama histórico: um mercado de trabalho onde a regra da informalidade de hoje é a exceção de ontem; autonomização do mercado e funcionalidade do Estado como arrecadador, que disponibiliza o excedente para a iniciativa privada; políticas sociais que não pretendem mudar a distribuição de renda, apenas se convertem em “anti-políticas de funcionalização da pobreza” (OLIVEIRA, 2003b, p. 11).

A metrópole-orntorrinco (São Paulo, para Mariana Fix e Pedro Arantes) aglutina essas exceções, representando a evolução truncada de um projeto que aumenta a distância entre as classes, numa sociedade “desigualitária sem remissão”, segundo a expressão que Fix e Arantes tomam do próprio Francisco de Oliveira. Uma sociedade, que, na grande urbe, longe de um horizonte de redução das desigualdades, alarga as dimensões obscuras da barbárie.

Diante do momento de indeterminação, de falta de política que atualmente predomina, da inexistência de espaços de negociação dos conflitos estruturais, de gerenciamento de uma pobreza que não se propõe seu fim, o que parece sobrar é uma barbárie “por excesso de civilização” (MENEGAT, 2007). Assim, a cidade, espaço privilegiado da civilização moderna (e do capitalismo), no seu crescimento e progresso, que leva combinadamente o descontrole social, político e ambiental, revela seu viés bárbaro, destruidor, excludente.

[...] o capital constrói uma paisagem geográfica à sua própria imagem, num dado momento do tempo, simplesmente para ter de destruí-la adiante a fim de acomodar sua própria dinâmica de interminável acumulação do capital, amplas mudanças tecnológicas e implacáveis formas de luta de classes. (HARVEY, 2006, p. 233).

Essa barbárie escancarada, produto do excesso civilizatório do capitalismo, ao mesmo tempo, obscurece os rastros de suas causas. A predominância do discurso do capital, discurso cada vez mais único, mostra-se como único sobrevivente das lutas ideológicas, estágio último de uma história que chegou ao fim. Os efeitos catastróficos perdem, assim, qualquer vinculação com um sistema que supostamente oferece como recompensa o melhor dos mundos possíveis. E, dessa maneira, a barbárie, apagando suas pegadas, cegamente se fortalece.

Perder o sentido histórico faz esquecer que o capitalismo tem limites, que não existiu sempre e que, se seus impulsos destrutivos não acabam com o planeta, ele não terá vida eterna. Que o capitalismo é só um modo de organização social, o mais contraditório que se conhece, dentro de um universo de possibilidades. (CECENÑA, 2006, p. 37, tradução nossa).

As possibilidades... Mas quais são essas possibilidades, no momento atual de refluxo dos antagonismos, da dificuldade de consolidar propostas contra e para além do capital? E mais, quais são essas possibilidades, quando partimos da experiência dos movimentos de luta pela moradia, na metrópole de São Paulo?

Ao longo do nosso trabalho, o que encontramos, sobretudo, são os limites na construção de uma alternativa contundente à avassaladora fortaleza do capital. A rapidez com que o capital se sobrepõe às críticas recebidas, esterilizando-as e

incorporando-as dentro de um movimento de mudança que não permite que nada mude, deixa os trabalhadores dos movimentos de luta pela moradia a reboque dessas articulações que o mesmo prestamente constrói. Política de urbanização de favelas, recuperação seletiva (e não universal) de prédios para moradia popular, na região central, promoção de mutirões de autoconstrução, programas como *Bolsa Aluguel* ou *Locação Social* são exemplos de uma atuação via Estado, que, esvaziado de política, concede dádivas aos mais “necessitados”, respeitando sempre as taxas de retorno de investimento da iniciativa privada. Não há transformações nesse horizonte de atuação tacanho, há mediação que preserva a acumulação do capital.

Diante desse panorama, escolhemos nos autores tomados como referência duas reflexões extremas. Por uma parte, o cinismo de Oliveira, no final do seu texto *O Estado e a exceção – ou o Estado de exceção?* (2003a, p. 13), que retoma satiricamente a mensagem, reiterada pelo capital, de que não há futuro na utopia:

Não há mais política: há tecnicidades e dispositivos foucaultianos que se impõem com a lei da necessidade. Adequamos nosso discurso para reconhecer a “realidade” e em nome dela, planejar a exceção. Reconheçamos: nosso esforço teórico transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção, que nossa prática cotidiana já leva a cabo faz tempo. Porque do nosso horizonte já sumiram as transformações. Sejamos pragmáticos, já é tempo e já estamos na idade, ora bolas, de abandonar as utopias!

Por outra parte, a esperança na necessidade histórica da emancipação que Harvey expõe, no seu livro *Espaços de esperança*:

[...] Se as sementes da transformação revolucionária têm de ser encontradas no presente e se nenhuma sociedade pode dedicar-se a uma tarefa da reorganização radical para a qual não está nem um pouco preparada, essas contradições internas proporcionam matérias-primas para cultivar uma alternativa. (HARVEY, 2006, p. 253).

A partir da experiência dos movimentos de luta pela moradia, analisados neste trabalho, nenhuma dessas duas posições extremas seria um retrato fiel. A crítica que esses movimentos realizam do instituído e a possibilidade de gerar o instituinte se encontram em algum ponto intermediário entre o desalento de quem sofre derrota atrás de derrota e a expectativa de que o aprofundamento nas contradições tem que trazer uma mudança radical necessária, que leve à emancipação.

Nossa pesquisa retrata esse presente nebuloso, incompleto, limitado e contraditório de quem luta pela moradia hoje, em São Paulo. Esse relato, que vai alinhavando os desencontros e conflitos entre trabalho, capital, luta pela moradia e Estado, não pode acabar na receita fácil de negar a possibilidade ou ingenuamente afirmá-la. A construção de uma práxis criativa, que não reafirme o já existente, mostra-se como um trabalho árduo, na atual conjuntura e no futuro próximo. No entanto, no rasto de autores já trabalhados³, podemos salientar que, das ações por nós examinadas, as que nos levam a pensar que a luta pela moradia em unificação orgânica com outros atores e lutas sociais podem avançar, na construção do instituinte, seriam as relacionadas a dois grandes eixos: mudar a forma de satisfazer as necessidades sociais, reduzindo as desigualdades e melhorando as condições de vida dos grupos sociais mais explorados, sem cair no cálculo egoísta da lógica capitalista; atuar contundentemente na fragilização dos mecanismos de controle das classes dominantes, como acesso a recursos públicos, eliminação do clientelismo, isenção nos seus deveres fiscais redistributivos etc.

Os avanços de uma classe são necessariamente retrocessos de outra. O conflito capital x trabalho não se resolve com um consenso onde todos ganham. E, na luta pela moradia, ao longo de nossa pesquisa, pudemos observar que, diante do abismo social criado pela lógica destrutiva do capital, apenas uma resposta contundente dos trabalhadores pode nos tirar do caminho de barbárie que hoje trilhamos.

³ Como Adolfo Sánchez Vázquez (2003), Carlos Vainer (2001), David Harvey (2006), Marildo Menegat (2007) ou Mike Davis (2006).

Referências bibliográficas

- A OCUPAÇÃO dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos. **Estudos e pesquisas**, Dieese, ano 3, n. 24, set. 2006.
- A ÚLTIMA assembléia da ocupação Prestes Maia. **Centro de mídia independente**, 2007. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/06/385382.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2007.
- ALIANZA pelo Centro histórico. **Viva o Centro (São Paulo)**. Disponível em: <<http://www.vivaocentro.org.br/bancodados/alianca/alianca.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2008.
- ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia. Los discursos minimistas sobre las necesidades básicas y los umbrales de ciudadanía como reproductores de la pobreza. In: ALVAREZ LEGUIZAMÓN, Sonia (org.). **Trabajo y producción de la pobreza en Latinoamérica y el Caribe: estructuras, discursos y actores**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p. 239-273.
- ALVES, Giovanni. O mundo do trabalho no Brasil-1. In: **Revista Autor**, ano VI, n. 56, fev. 2006a. (Sociedade). Disponível em: <<http://www.revistaautor.com.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007.
- ALVES, Giovanni. O mundo do trabalho no Brasil-3. In: **Revista Autor**, ano VI, n. 58, abr. 2006b. (Sociedade). Disponível em: <<http://www.revistaautor.com.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007.
- ALVES, Giovanni. O mundo do trabalho no Brasil-4. In: **Revista Autor**, ano VI, n. 59, mai. 2006c. (Sociedade). Disponível em: <<http://www.revistaautor.com.br>>. Acesso em: 21 mar. 2007.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil dos anos 2000: dilemas da era neoliberal. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006d, p. 461-474.
- ALVES, Glória da Anunciação. São Paulo: uma cidade global. In: CARLOS, Ana F. A.; CARRERAS, Carlos (org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 137-149.
- AMORIM, Silvia. Serra enfrenta o maior protesto. **Jornal O Estado de São Paulo**, 28 jan. 2006.
- ANDRADE; Margarida M. de. Industrialização, urbanização e a vida de bairro na São Paulo além-Tamanduateí. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.) **Geografias de São Paulo**. Representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, p. 171 – 192.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005a.

- ANTUNES, Ricardo. **Algumas teses sobre o presente (e o futuro) do trabalho: perenidade e superfluidade do trabalho**. 2004. Disponível em: <www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso04/antunes_290204.pdf>. Acesso em: 18 out. 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005b.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho, reestruturação produtiva e algumas repercussões no sindicalismo brasileiro. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 71-84.
- ARANTES, Pedro Fiori. Interesse público, poderes privados e práticas discursivas na política de renovação do Centro de São Paulo (Discurso dos gestores públicos) In: PÓLIS; CARE Brasil. **Controle social de políticas públicas: o financiamento do BID para a reabilitação do centro de São Paulo**, 2008. Relatório IV, mar. 2008. Anexos. Disponível em: <www.polis.org.br>. Acesso: 05 abr. 2008.
- ARANTES, Pedro Fiori. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas**. São Paulo: [s.n.], 2004. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. 204 f.
- A-TRES. Concertar estrategias público-privadas para la gobernanza. Agentes y dispositivos del dominio en la metrópoli-empresa. In: UNIÓN TEMPORAL D'ESCRIBES – UTE. **Barcelona: marca registrada, un model per desarmar**. 2004. p. 1 – 8. Disponível em: <<http://www.investigaccio.org/barcelona2004/textos/cap4cast.pdf>>. Acesso em: 20 out 2005.
- BARBOSA, Jorge L. O ordenamento territorial urbano na era da acumulação globalizada. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 125 – 144.
- BARBOZA, Rose. Mordaça, água e silêncio. **O Trecheiro: notícias do povo da rua**, São Paulo, ano 19, n. 168, p.4, ago, 2008.
- BARROS, Ricardo Paes de ; MENDONÇA, Rosane. Os determinantes da desigualdade no Brasil. In: IPEA. **A economia brasileira em perspectiva-1996**. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 42, fev. 2000, p. 123 - 142.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latinoamericanos. **Consulta popular**, n.7, 2001.
- BELLO, Carlos A. Orçamento participativo em São Paulo: uma invenção de limitado alcance. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 103-127.
- BENOIT, Hector. A luta popular pela moradia. **Crítica Marxista**, n. 10, 2000. p. 149-166.

- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.
- BIHR, Alain. A crise da sociabilidade. In: _____. **Da grande noite à alternativa: o movimento europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 143 - 162.
- BLOCH, Janaina. Movimento de Moradia no Centro (MMC). In: Seminário Nacional: Movimentos sociais, participação e democracia, 2., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: NPMS, 2007, p. 366-382.
- BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madri: Taurus, 2001.
- BRANDÃO, Sandra Márcia; JANNUZZI, Paulo de Martino . Distribuição de renda e pobreza.. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 101-108, 1995.
- BRASIL DE FATO. O MTD pelo Brasil. 2007. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/impreso/anteriores/jornal.2007-04-26.4276780103/editoria.2007-05-02.0778015864/materia.2007-05-03.1793614095>> Acesso em: 12 ago. 2007.
- BRASIL em foco. A necessidade de uma política radical...Entrevista com Ricardo Antunes, 2006. Disponível em: <http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/taller/antunes_300806.pdf>. Acesso em: 04 out 2006.
- BREDA, Tadeu. Não queremos nada de graça do governo. 2006. Disponível em: <<http://ocupacaoprestesmaia.zip.net/>>. Acesso em: 12 ago. 2007.
- BRITO, Gabriel. Sem distribuir terra, não há solução para o problema de moradia. **Correio da Cidadania**, São Paulo, abr. 2008. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/content/view/1682/47>>. Acesso em: 24 abr. 2008.
- BUSTELO, Pablo. Desarrollo económico: del Consenso al Post-Consenso de Washington y más allá. **Estudios en homenaje al profesor Francisco Bustelo**, Madrid, 2003.
- CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James. Estado e espaço urbano no Brasil: do planejamento modernista à intervenções democráticas. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.215-255.
- CAPEL, Horácio. **El modelo Barcelona: un examen crítico**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005.
- CARDOSO, Adauto Lucio. **Balanco da política municipal de Habitação 2001-2003**. São Paulo: Instituto Polis; PUC-SP, 2004. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 21).
- CARLOS, Ana Fani A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (orgs.) **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI**. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani A. La utopía de la gestión democrática de la ciudad. **Scripta Nova**. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona, v. 9, n. 194, p. 1 – 6, ago 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-01.htm>>. Acesso em: 03 dez. 2005.

CARVALHAL, Marcelo D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo**: a ação dos sindicatos. Presidente Prudente: [s.n.], 2004. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 347 f.

CECEÑA, Ana Esther. Sujetizando el *objeto de estudio*, o de la subversión epistemológica como emancipación. In: CECEÑA, Ana Esther (org.). Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 13-43.

COELHO, Vera S. P.; VERÍSSIMO, José. Considerações sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos conselhos de saúde em São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.105-122.

CORREIA, Claudia. Gestão democrática da cidade: construindo uma nova cultura política. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2003. p. 153-161.

COSTA, Alderon. Limpeza urbana ou humana? **O Trecheiro**: notícias do povo da rua, São Paulo, ano 19, n. 167, p. 1, jul, 2008.

CYMBALISTA, Renato; MOREIRA, Tomás. O Conselho Municipal de Habitação em São Paulo. São Paulo, Instituto Pólis / PUC-SP, 2002. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 10)

DALLE, Isaías. **Mobilização em Porto Alegre**. Disponível em: <http://intranet.cut.org.br/cut-2008/index.php?option=com_content&task=view&id=10261>. Acesso em: 4 set. 08.

D'ARC, Helene Rivière. Requalificar o urbano do século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo – mistura ou gentrificação. In: CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (orgs.) **Geografias de São Paulo**: a metrópole do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004. p. 341 – 362.

D'ARC, Helene Rivière. Requalificar o urbano do século XX: projeto para o centro da cidade de São Paulo. In: BIDOZ-ZACHARIASEN, Catherine (org.). **De volta à cidade**: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 265-293.

DAVIS, Mike. Las ciudades son la única solución viable para el futuro. **Rebelión**. Entrevista. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=68050>>. Acesso em: 29 mai. 2008.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DIAS, Edney Cielici. "Ilha branca" revela a exclusão de negros em São Paulo. **FolhaOnline**, São Paulo, 20 set. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u82527.shtml>>. Acesso em: 06 nov. 2007.

- DIEESE. **Anuário do DIEESE 2005**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/anu/anuario2005.pdf>>. Acesso em: 08 jun 2006.
- DINI, Nádía P.; JANNUZZI, Paulo de M.; FERREIRA, Maria P.; ARIZONO, Neuci. Renda familiar e mercado de trabalho: um balanço da década. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 4, p. 153 - 166, 1999.
- FERNÁNDEZ GÜELL, José Miguel. **Planificación estratégica de ciudades**: nuevos instrumentos y procesos. Barcelona: Reverté, 2006.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade-global**: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Editora Unesp; Salvador: Anpur, 2007.
- FERRO, Sérgio. Nota sobre “O vício da virtude”. **Novos Estudos**, n. 76, nov. 2006, p. 229-234.
- FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão**: duas histórias da construção de uma “nova cidade” Em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FIX, Mariana. **São Paulo cidade global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FIX, Mariana; ARANTES, Pedro. São Paulo: metrópole-ornitorrinco. In: **Correio da Cidadania**, n. 383, 15 fev. 2004. Disponível em: <www2.correiodacidade.com.br/ed383/politica3.htm>. Acesso em: 22 jun. 2007.
- FÓRUM Centro Vivo. **Dossiê violações dos direitos humanos no centro de São Paulo**: propostas e reivindicações para políticas públicas (2005-2006). São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://dossie.centrovivo.org>>. Acesso em: 05 mar. 2007.
- FRANCESCONI, Léa. Trabalho e indústria em São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.) **Geografias de São Paulo**. Representação e crise da metrópole (vol. 1). São Paulo: Contexto, 2004. p. 115-130.
- FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias na metrópole. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas. **Pesquisas identificam perfil dos moradores de rua de SP**. 15 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.fipe.com/web/index.asp>>. Acesso em: 7 jun. 2007.
- GARIBE, Roberto. Estado e descentralização. In: GASPAR, Ricardo; AKERMAN, Marco; GARIBE, Roberto (orgs.). **Espaço urbano e inclusão social**: a gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006, p. 25-34.
- GARNIER, Jean Pierre. **Contra los territorios del poder**. Por un espacio público de debates y... de combates. Barcelona: Virus, 2006.
- GASPAR, Ricardo; AKERMAN, Marco; GARIBE, Roberto (orgs.). **Espaço urbano e inclusão social**: a gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- GOHN, M. G. M. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América**

Latina. *En publicacion: Movimientos sociales y conflicto en América Latina* José Seoane CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2003. ISBN: 950-9231-92-4 Acesso em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/porto.rtf>>.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Da geografia às geografias: um mundo em busca de novas territorialidades.** Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002. Disponível em: <www.cibergeo.org/agbnacional/documentos>. Acesso em: maio/2002.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

GRAZIA, Grazia de; RIBEIRO, Ana Clara T. **As experiências de Orçamento Participativo no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2003.

GUERRA, Alexandre Lalau; CAMPOS, André G.; FREITAS JÚNIOR, Estanislau M. de. In: POCHMANN, Márcio (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social.** São Paulo: Perseu Abramo/Cortez, 2002, p. 221- 244.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa.** Madri: Taurus, 1999.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et. al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, p. 43-71.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** 2 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Mundos urbanos possíveis.** **Novos Estudos CEBRAP.** n. 63, jun., 2002, p. 3 – 8.

HOFFMANN, Marise Borém Pimenta; MENDONÇA, Sérgio Eduardo Arbulu. O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. **Estudos avançados,** 17 (47), 2003, p. 21-32.

IBGE 2000/ **Déficit Habitacional no Brasil 2000 – estudo da fundação João Pinheiro realizado após o Censo Demográfico de 2000.**

IKUTA, Fernanda Keiko. **(Re)Territorialização da população envolvida nas áreas públicas ocupadas em Presidente Prudente (SP) e a participação do movimento popular de luta pela moradia e do Estado (municipal):** dinâmica do conflito e configuração atual. 2000. Relatório Parcial de Pesquisa/FAPESP - Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP.

IKUTA, Fernanda Keiko. **A questão da moradia para além de quatro paredes:** uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente/SP. 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

IKUTA, Fernanda Keiko. **Análise da localização, propriedade e comercialização dos vazios urbanos e seu papel na estruturação do espaço urbano em Presidente Prudente.** 1998. Relatório de Pesquisa/PIBIC/CNPq - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 1998.

IKUTA, Fernanda Keiko. **Vazios urbanos em Presidente Prudente-SP:** acompanhamento e avaliação dos enclaves na ocupação do espaço urbano. 1997. Relatório de pesquisa/PIBIC/CNPq - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 1997.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (orgs.). **Mapa do trabalho informal:** perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KURZ, Robert. **O Colapso da Modernização.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial e produção de subjetividade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henry. **A re-produção das relações de produção.** Porto: Escorpião, 1973.

LEHER, Roberto. O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil. **Revista OSAL**, Buenos Aires, ano IV, n. 10, jan. 2003. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&lr=&cluster=13524884170168705440>. Acesso em: 26 jun. 2006.

LEMOS, Amália I. G. *Gentrification* ou moradia social: estudo comparativo do consumo no Centro Antigo de São Paulo. In: CARLOS, Ana F. A.; CARRERAS, Carlos (org.). **Urbanização e mundialização:** estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005. p. 122-129.

LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação** – balanço do governo FHC. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LOPES, João Marcos. O anão caolho. **Novos Estudos**, n. 76, nov. 2006, p. 219-227.

LÓPEZ SÁNCHEZ, Pere. Centros históricos, más allá del guetto y del museo (algunas cosas sobre el querer vivir en las ciudades viejas). Madri: Editorial Complutense, 2000, v. 2, p. 1167-1178.

MARACCI, Marilda T. **O movimento por moradia e políticas de Estado no contexto da produção do espaço-território urbano em Presidente Prudente** (São Paulo). Presidente Prudente, 1998. 122 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista.

- MARICATO, Ermínia. A cidade é um grande negócio. **Revista Teoria e Debate**, n. 3, jun. 1988. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=244>>. Acesso em: 18 out. 2006.
- MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: MARICATO, Ermínia; ARANTES, Otília; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MARICATO, Ermínia. **Questão fundiária urbana no Brasil e o Ministério das Cidades**. nov. 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/index.html>>. Acesso em: 15 fev. 2007.
- MARICATO, Ermínia. **A política habitacional do regime militar**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MARQUES, Eduardo; SARAIVA, Camila. As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005, p. 267- 296.
- MARTINEZ I RIGOL, Sergi. A *gentrification*: conceito e método. In: CARLOS, Ana F. A.; CARRERAS, Carlos (org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 98-121.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MATTOS, Sérgio. Centro de São Paulo: revitalização, especulação ou higienização. Patrimônio: **Revista eletrônica do Iphan**, out. 2005 <<http://www.revista.iphan.gov.br>> Acesso em: 12 mar. 2005.
- MATTOSO, J. E.L. e BALTAR, P.E.A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. **Cadernos do Cesit**. Campinas, n. 21, 1996.
- MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como forma destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MÉDA, Dominique. **El trabajo: un valor en peligro de extinción**. Barcelona: Gedisa, 1998.
- MELAZZO, Everaldo Santos. **Mercado imobiliário, expansão territorial e transformações intra-urbanas: o caso de Presidente Prudente- SP**. 1993. 144 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- MELO, Jayro Gonçalves. **História e práxis (do imediato ao concreto)**. Presidente Prudente: 2004. 178f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- MENEGAT, Marildo. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. **Revista Pegada**, v. 8, n. 2, dez. 2007, p. 27-50.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

- MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 15, n. 42, fev. 2000, p. 55 – 71.
- MOREIRA, Ruy. Teses para uma Geografia do Trabalho. **Ciência Geográfica**. v. 2, ano VIII, n.22, mai/ago, 2002. AGB-Bauru, São Paulo.
- MOREIRA, Ruy. **Trabalho e movimentos sociais no Brasil**: um diálogo possível no âmbito da luta emancipatória? *Revista Pegada*. Presidente Prudente, v. 4, n. 1, p. 41 – 62, jun 2003.
- MOURA, Rosa. Metrôpoles em reestruturação: a lógica da desordem. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Metrôpoles**: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004, p. 269-288.
- NEGRI, Barjas et al. A interiorização da indústria paulista. In: SEADE. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). **Coleção Economia Paulista**, v. 1, n. 1/n. 2. São Paulo: SEADE, p. 55 – 113.
- NOVY, Andreas. **A des-ordem da perifeira**: 500 anos de espaço e poder no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, jun. 1989.
- OLIVEIRA, Alberto de. Planejamento urbano e geração de empregos: a cidade de São Paulo (Brasil) nos anos 90. **EURE**, Santiago, mai. 2005, v. 31, n. 92, p. 47 - 64.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.
- OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e a exceção ou o Estado de exceção? In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 5, n. 1, mai. 2003b, p. 9-14.
- OLIVEIRA, Francisco de. O momento Lenin. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007a, p. 257-287.
- OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos**, n. 74, mar. 2006, p. 67-85.
- OLIVEIRA, Francisco de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007b, p. 15 - 45.
- OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ORGANISTA, José H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PAGNONCELLI, Dernizo; AUMOND, Walter. **Cidades, capital social e planejamento estratégico**: o caso Joinville. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- PAULA, Amir el Hakim de. **Os Operários Pedem Passagem!** A Geografia do Operário na Cidade de São Paulo (1900-1917), São Paulo: [s.n.], 2005. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 164 f.

PIQUERAS INFANTE, A. **Conciencia, sujetos colectivos y práxis transformadoras en el mundo actual**. Madri: SODEPAZ, 1997.

POCHMANN, Márcio (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Perseu Abramo/Cortez, 2002.

POCHMANN, Márcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

POCHMANN, Márcio; SICSU, João; ASSIS, José C. de. **Elementos para compreender a questão do desemprego no Brasil**. 2004. Disponível em: <www.desempregozero.org.br/artigos/encontro_dos_economistas_mst.pdf>. Acesso em: 15 set. 2006.

PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais; CARE Brasil. **Controle social de políticas públicas: o financiamento do BID para a reabilitação do centro de São Paulo**, 2008. Relatório IV, mar. 2008. Disponível em: <www.polis.org.br>. Acesso: 05 abr. 2008.

PÓLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais; ActionAid Brasil. **Controle social de políticas públicas: o projeto inclusão social urbana – Nós do Centro**, 2008. Relatório, mar. 2008. Disponível em: <www.polis.org.br>. Acesso: 05 abr. 2008.

PONTUAL, Pedro. **Desafios à construção da democracia participativa no Brasil: a prática dos conselhos de gestão das políticas públicas**. 2008. Disponível em: <www.polis.org.br/artigos.asp>. Acesso: 05 ago. 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PROJETO São Paulo GenWeb. São Paulo, 2007. Disponível: <<http://www.rootsweb.com/~brasp>>. Acesso em: 24 junho 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, Maria Helena Rauta; SÁ, Maria Elvira Rocha de . Avaliação da política de habitação popular segundo critérios de eficácia societal. In: Maria Helena Rauta Ramos. (Org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. 01 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002, v. 01, p. 151-168.

RANGEL, Ronaldo. Desemprego: Efeitos do novo tempo ou da intensificação do antigo? [s.d.] Disponível em: <http://www.desempregozero.org.br/artigos/desemprego_efeitos_do_novo_tempo_ou_da_intensificacao_do_antigo.php>. Acesso em: 03 mai. 2006.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 1991.

REZENDE, Denis A.; CASTOR, Belmiro V. J. **Planejamento estratégico municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

RIBEIRO, Júlio César. THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Geografia do trabalho e desenvolvimento desigual-combinado dos espaços mundiais: gênese e estrutura da. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de

Barcelona, vol. VI, nº 119 (70), 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-70.htm>>. Acesso em: mar. 2008.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; CARDOSO, Aduino Lucio. **Reforma urbana e gestão democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2003.

RIFKIN, Jeremy. **0 fim dos empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

RIZEK, Cibele Saliba. São Paulo: orçamento e participação. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.129-156.

RIZEK, Cibele Saliba; PAOLI, Maria Célia. *Apresentação: Depois de desmanche*. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 7-11.

ROLNIK, Raquel. **São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2003.

ROSA, Cleisa M. M. Nasce uma associação da rua e da luta! **O Trecheiro: notícias do povo da rua**, São Paulo, ano 17, n. 158, p.2, ago, 2007.

ROSA, Cleisa M. M. **Vidas de rua**. São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.

SACHS, Céline. **São Paulo: políticas públicas e habitação popular**. São Paulo: Edusp, 1999.

SALLES, Ygor. Déficit habitacional fica em 8 milhões de residências em 2006, diz FGV. **Folha Online**, 23 nov. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u347991.shtml>>. Acesso em: 26 de nov. 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia de la práxis**. Cidade do México: Siglo Veinteuno, 2003.

SÁNCHEZ, Félix. O orçamento participativo em São Paulo (2001/2004): uma inovação democrática. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.409-470.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 16, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: abr. 2006.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003.

SANTINI, Daniel. Após 5 anos, Prestes Maia é desocupado. 2007. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL52313-5605,00.html>>. Acesso em: 12 ago. 2007.

SANTORO, Paula Freire; CYMBALISTA, Renato. **Reflexões sobre a política habitacional no município de São Paulo**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=182>. Acesso: 08 dez. 2007.

SANTOS, Agnaldo. **Os desafios do controle social nas Políticas Públicas**. 2006. Disponível em: < http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=134>. Acesso: 12 ago. 2007.

- SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000, v. 1.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1995.
- SANTOS, Cláudio Hamilton M. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 654).
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- SARAIVA, Camila; MARQUES, Eduardo. A dinâmica social das favelas da região metropolitana de São Paulo. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005, p. 143-167.
- SCHWENGBER, Angela M. et al. Programas emancipatórios. In: POCHMANN, Márcio (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Perseu Abramo/Cortez, 2002, p. 137-192.
- SILVA, Helena Menna Barreto. Componente Habitacional no Programa (A habitação no financiamento do BID para o centro de São Paulo). In: PÓLIS; CARE Brasil. Controle social de políticas públicas: o financiamento do BID para a reabilitação do centro de São Paulo, 2008. Relatório IV, mar. 2008. Anexos. Disponível em: <www.polis.org.br>. Acesso: 05 abr. 2008.
- SILVA, Leonardo Mello e. Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe – apontamentos em torno de uma pesquisa. In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 71-100.
- SILVEIRA, Maria Laura. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, Ana F. A.; OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (orgs.) **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004. v. 1, p. 59 – 71.
- SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (orgs.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005, p. 59-87.
- SMITH, Neil. Nuevo globalismo, nuevo urbanismo. **Documents d’Anàlisi Geogràfica**, Barcelona, n. 38, 2001, p. 15 – 32.
- SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. Londres: Routledge, 1996.
- SOUZA, Aleto José de et al. Programas redistributivos. In: POCHMANN, Márcio (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Perseu Abramo/Cortez, 2002, p. 71-135.
- SPOSITO, Eliseo S. **Produção e apropriação da renda fundiária urbana em Presidente Prudente**. São Paulo, 1990. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo.
- STAM, Gilberto. Estudo avalia acesso dos pobres aos serviços públicos na cidade de São Paulo. **DiverCIDADE**, Revista Eletrônica do Centro de Estudos da Metrópole, São Paulo, n. 9, abr./mai./jun. 2006.

- TATAGIBA, Luciana. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p.323-370.
- TAVARES, Laura. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes/CLACSO/LPP, 2000.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chavez. A extensão do orçamento participativo. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia Chavez; TATAGIBA, Luciana. Movimentos sociais e sistema político: os desafios da participação. São Paulo: Instituto Polis/PUC-SP, 2005. (Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 25).
- TELLES, Vera da Silva. Debates: a cidade como questão. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006a, p. 35 – 64.
- TELLES, Vera da Silva. Mutações do trabalho e experiência urbana. In: **Tempo social**, São Paulo, v. 18, n. 1, jun. 2006b, p. 173 – 195.
- TELLES, Vera da Silva. **Trabalho, cidade e os elos perdidos da política**. 2003. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/veratelles/artigos/2003%20Trabalho%20e%20cidade.pdf>>. Acesso em: 14 de mar 2006.
- TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006c, p.69-116.
- TELLES, Vera da Silva. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. (orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 195-218.
- TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006b.
- TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. Introdução. In: TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (org.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006a, p. 11-28.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura geográfica'. **Revista Pegada**, Presidente Prudente: CEGeT/FCT/UNESP, v. 3, n. 3, p. 6 - 19, out. 2002.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Entre cercas e muros**: o movimento popular pela moradia de Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1991a. (Mimeogr.).

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Movimentos sociais populares**: entraves à unificação orgânica (uma contribuição ao debate). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1992. (Mimeogr.).

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Nasce uma centelha**: o movimento popular pela moradia de Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, 1991b. (Mimeogr.).

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Os limites da teoria, e a plasticidade do trabalho (repensar auto-crítico sobre a classe trabalhadora no Brasil). **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 1, jun. 2006a, p. 7 – 40.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JÚNIOR, A.; CARVALHAL, M. D.; CARVALHAL, T. B. **Geografia e trabalho no século XXI**. v. 2. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2006b. p. 130 - 166.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Trabalho Mutante, Territórios em Disputa e Emancipação de Classe! Presidente Prudente, 2007. Presidente Prudente, **Revista Pegada**, v.8, n.1, 2007, p. 7 - 46.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **A capital da solidão**: uma história de São Paulo das origens a 1900. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

TRAFUL, Mar. Miradas extraviadas. Barcelona: s.n., 2002. Disponível em: <<http://www.sindominio.net/ofic2004/publicaciones/pn/pn.pdf.gz>>. Acesso em: 12 fev. 2005.

UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco Mundial. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 23, p. 55-62, 2004.

UNIÓ TEMPORAL D'ESCRIBES – UTE. **Barcelona**: marca registrada, un model per desarmar. 2004. Disponível em: <<http://www.investigaccio.org/barcelona2004/textos/cap4cast.pdf>>. Acesso em: 20 out 2005.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75 - 103.

VAINER, Carlos. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL. DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

VIÉGAS, Lygia de S.; MORTADA, Samir P.; TURAZZI, Alice. **Memórias de um movimento popular**: vida e luta de militantes do Movimento de Moradia do Centro (MMC). [S.l.: s.n.], 2007. No prelo.

VILLELA, Maria do C. de F. **Desemprego: a realidade brasileira em números**. 2005. Disponível em: <http://www.desempregozero.org.br/artigos/a_realidade_brasileira_em_numeros.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2006.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2005.

WAMPLER, Brian. Instituições, associações e interesses no orçamento participativo de São Paulo. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 371-407.

WISNIK, Guilherme; FIX, Mariana; LEITE, José Guilherme Pereira; ANDRADE, Julia Pinheiro; ARANTES, Pedro. Notas sobre a Sala São Paulo e a nova fronteira urbana da cultura. **Revista Pós**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2001, p. 1-25.

YÁZIGI, Eduardo. Funções culturais da metrópole: metodologia sobre a requalificação urbana do Centro de São Paulo. In: CARLOS, Ana F. A.; CARRERAS, Carlos (org.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 81-97.

ZEURI, Mauro et al. Programas de apoio ao desenvolvimento. In: POCHMANN, Márcio (org.). **Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social**. São Paulo: Perseu Abramo/Cortez, 2002, p. 195-218.

ZIBORDI, Marcos. Sem-teto da Prestes Maia obtém trégua de dois meses. **Caros Amigos**, 2007. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/nova/prestes_maia.asp>. Acesso em: 22 set. 2007.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio (org.). **O Espaço da diferença**. São Paulo: Papyrus Editora, 2000, p. 81-102.

Sites citados

Associação Viva o Centro – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo <<http://www.vivaocentro.org.br>>

Aula São Paulo <<http://www.aulasp.prefeitura.sp.gov.br/>>

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento <<http://www.cebrap.org.br>>

Centro de Estudos da Metrópole <<http://www.centrodametropole.org.br/home.html>>

Governo Estadual “Projeto São Paulo GenWeb” <<http://www.rootsweb.com/~bras>>

Ministério das Cidades <<http://www.cidades.gov.br/>>

Movimento Desemprego Zero – Por uma Política Econômica de Promoção do Pleno” <<http://www.desempregozero.org.br/apresentacao.php>>

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). <www.movimentodoscadores.org.br>

Prefeitura de São Paulo <<http://portal.prefeitura.sp.gov.br>>